



Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

Programa de Pós-Graduação em Economia
Curso de Mestrado em Economia

Pedro Henrique Evangelista Duarte

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POLÍTICA
SINDICAL NO BRASIL**

Uberlândia – Minas Gerais
2010

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POLÍTICA SINDICAL NO BRASIL

Pedro Henrique Evangelista Duarte

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia

Orientador: Prof. Dr. Edílson José Graciolli

Uberlândia – Minas Gerais
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D812s Duarte, Pedro Henrique Evangelista, 1984-
 Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil
 [manuscrito] / Pedro Henrique Evangelista. - 2010.
 211 f. : il..

Orientador: Edilson José Graciolli.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico - Teses. 2. Trabalho – Brasil - Teses. 3. Política de trabalho - Teses. 4. Sindicatos - Brasil – Teses. 5. Central Única dos Trabalhadores (Brasil) - Teses. 6. Brasil – Dependência – Teses. 7. Neoliberalismo - Teses. I. Graciolli, Edilson José. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

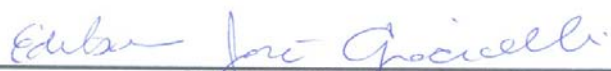
CDU: 330.34

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POLÍTICA SINDICAL NO BRASIL

Pedro Henrique Evangelista Duarte

Dissertação de mestrado defendida em 11/03/2010

Banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Edilson José Gracioli (DECIS - UFU)
Orientador



Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo (IE - UFF)
Membro



Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (IE - UFU)
Membro



Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE - UFU

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Uberlândia - MG

Ao trabalhador brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Divina Rocha, José Adalto, Renata e Vitor Hugo.

Edílson Graciolli.

César Ortega, Flávio Vieira, Germano Mendes, Guilherme Delgado, Henrique Neder, José Rubens Garlipp, Marisa Botelho, Vanessa Petrelli e Wilson Cano.

Carlos Nascimento, Marcelo Carcanholo, José Dari Krein, Patrícia Trópia, Adrián Sotelo, Jaime Osório, Nildo Ouriques, Rosana Ribeiro e Niemeyer Almeida.

Vaine, Maura, Sirlene e Rejane.

Marisa Amaral, Régis Borges, Fernando Abib. Enrico Romanielo, Amarildo Faria e Everson Almeida. Vanessa Val, Bianca Imbiriba, Hugo Corrêa, Henrique Daniel Barros, Thiago Callado, Michele e Lima Júnior. Samantha Cunha, Marcílio Lucas e Natália Guimarães. Olga Priscila, Letícia Scofield e Letícia Michelotto. Chayenne Peterson, Débora Juliene, Caio Muller, Wyngphal, Izabel Oliveira, Maria Cláudia Barreto e Francismeire Neves. Fernanda Calansans, Guilherme Araújo e Júnior César Dias. Ernani e Viviane. Rodolfo “Duda” Begiato e Paula Gneri. Carolina Pereira e Guilherme Vieira. Márcio Guilherme Pires, Viviane Agapito e Vanessa Naves. João Evaristo, Julio César, Leandro Araújo, João Guilherme e Carla Borges. Fábio Pimentel, Daniel Sampaio, Rafael Silva, Débora Werner, Beatriz Miotto e Daniel “Palito”. Fernando Prado. República Taverna.

Familiares e demais amigos.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera.*

“Primavera nos dentes” – João Ricardo e João Apolinário

RESUMO

Formulado dentro das concepções teórico-abstratas da teoria marxista da dependência, o conceito de superexploração da força de trabalho se direcionava à compreensão dos mecanismos que, como resultado da transferência de renda entre países periféricos e centrais nos marcos das relações econômicas internacionais, permitiam o prosseguimento do processo de acumulação e reprodução do capital nas economias periféricas e dependentes, a partir da conjugação entre ampliação da intensidade do trabalho e remuneração abaixo do valor mínimo necessário para a garantia da capacidade de reprodução da classe trabalhadora, enquanto mecanismos de ampliação da mais-valia. Em termos concretos, a classe trabalhadora brasileira, em fins da década de 1970, reestruturava suas formas de organização combativa, processo que encaminhou a formação da Central Única dos Trabalhadores. Partindo desses aspectos, o propósito do presente trabalho se direciona à análise da relação concreta entre a superexploração da força de trabalho e a política sindical adotada pela CUT a partir dos anos 1990. O argumento central que norteia a investigação parte do fato de que, a partir da implementação das políticas neoliberais, as relações de trabalho passaram por profundas transformações, tornando tanto a classe trabalhadora quanto suas instituições representativas extremamente frágeis em relação ao governo e a classe capitalista. Nesses termos, as transformações nas relações de trabalho não apenas criaram um contexto mais propício à utilização dos mecanismos de superexploração da força de trabalho mas, ao mesmo tempo, pressionaram a CUT para a adoção de um padrão de ação sindical mais moderado e, por isso, menos combativo. Fato que, em um ambiente de precarização do trabalho, desarticulou o caráter de representatividade construído pela central ao longo de sua história.

Palavras-chaves

Superexploração da força de trabalho, teoria marxista da dependência, Central Única dos trabalhadores, política sindical, políticas neoliberais.

ABSTRACT

Formulated within the theoretical-abstract issues of the marxist theory of dependency, the concept of workforce superexploration was directed to the comprehension of the mechanisms that, as a result of the income transference between peripheral and central countries in landmarks of the international business relations, allowed the continuation of the process of capital accumulation and reproduction in the peripheral and dependant economies, from the conjugation between the arose of the intensity of work and remuneration under the minimum amount necessary to guarante the reproduction capacity of the working class, while mechanisms which increase the surplus value. In concrete terms, the Brazilian working class, in the ends of 1970, reorganized its forms of militant organization, process which guided the creation of the *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*. Throughtout these aspects, the intention of the present work is linked to the analysis of the concrete relation between the workforce superexploration and the union politics adopted by the *CUT* since 1990. The central argument that guides the investigation lies on the fact that, through the implementation of the neoliberal politics, the work relations have gone in deep transformations, making not only the working class but also its representative institutions extremely fragile in respect to the government and the capitalist class. Therefore, the transformations in the work relations had not only created a more propitious context to the use of the mechanisms of workforce superexploration but, at the same time, they had pressured the *CUT* to adopt standard actions of labor union more moderate, therefore, less militant. Because of that, in an environment of work precarization, the representative role built by the *CUT* along its history has been disarticulated.

Key-words

Workforce superexploration, Marxist theory of dependency, *Central Única dos trabalhadores*, union politics, neoliberal politics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Perdas salariais superiores a 30% (1965-1975) _____	76
Tabela 2.2: Número de greves por grupo de atividades na região urbana (1978-1986) _____	86
Tabela 2.3: Tendências grevistas na segunda metade dos anos 1980 _____	100
Tabela 3.1: Abertura da economia _____	134
Tabela 3.2: Taxa de investimento (porcentagem do PIB) _____	135
Tabela 3.3: Produto Interno Bruto _____	136
Tabela 3.4: Estimativa da população economicamente ativa, por regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas) _____	138
Tabela 3.5: Estimativa dos ocupados, por regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas) _____	139
Tabela 3.6: Proporção de assalariados no total de ocupados (em porcentagem) _____	140
Tabela 3.7: População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por categoria de emprego (em porcentagem) _____	141
Tabela 3.8: População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por posição na ocupação (em porcentagem) _____	141
Tabela 3.9: Taxa de ocupação e taxa de participação (em porcentagem) _____	142
Tabela 3.10: Taxa de desemprego (em porcentagem) _____	143
Tabela 3.11: Grau de Informalidade _____	145
Tabela 3.12: Jornada média dos ocupados (em horas semanais) _____	146
Tabela 3.13: Jornada média dos assalariados (em horas semanais) _____	147
Tabela 3.14: Proporção de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais (em porcentagem) _____	148
Tabela 3.15: Proporção de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais (em porcentagem) _____	149
Tabela 3.16: Tempo médio despendido na procura de trabalho (em meses) _____	150

Tabela 3.17: Salário mínimo (em Reais) _____	151
Tabela 3.18: Inflação: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (em porcentagem) _____	152
Tabela 3.19: Rendimento médio real dos ocupados (em Reais de Janeiro de 2010) _____	153
Tabela 3.20: Rendimento médio real dos assalariados (em Reais de Janeiro de 2010) _____	154
Tabela 3.21: Desigualdade de renda _____	155
Tabela 3.22: População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por posição salarial (em porcentagem de domicílios) _____	155
Tabela 3.23: Pobreza _____	156
Tabela 3.24: Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres (em porcentagem) _____	157

LISTA DE ABREVIATURAS

Anampos – Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
CCP – Comissões de Conciliação Prévia
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
COB – Confederação Operária Brasileira
Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fipe/USP – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Universidade de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LSN – Lei de Segurança Nacional
MST – Movimento Sem-Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEA – População Economicamente Ativa

PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSI – Processo de Substituição de Importações

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I: O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	 6
1.1 As discussões sobre a teoria do desenvolvimento na América Latina	6
1.2 A teoria da dependência	13
1.2.1 Aspectos gerais da teoria da dependência	13
1.2.2 A teoria marxista da dependência	15
1.2.3 A exploração do trabalho em Karl Marx	21
1.2.4 A superexploração da força de trabalho	43
 CAPÍTULO II: A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	 64
2.1 O movimento operário no Brasil	64
2.2 A reorganização do movimento sindical: as décadas de 1970 e 1980	74
2.3 A Central Única dos Trabalhadores	84
2.4 O Sindicalismo de Resultado	102
 CAPÍTULO III: TRÊS ELEMENTOS, UMA REALIDADE	 108
3.1 O primeiro elemento: as políticas neoliberais	108
3.1.1 Reestruturação produtiva e desregulamentação das relações de trabalho	119
3.2 O segundo elemento: a superexploração do trabalho	125
3.2.1 Uma <i>proxy</i> da superexploração da força de trabalho no período recente	133
3.3 O terceiro elemento: as políticas sindicais	160

3.3.1 A Força Sindical	162
3.3.2 A CUT na era neoliberal	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

INTRODUÇÃO

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Com esta celebre frase, que inicia a obra “*Subdesarrollo e Revolución*”, de 1969, Ruy Marini norteava os caminhos a serem seguidos na tentativa de compreensão do tipo de capitalismo que se consolidou na América Latina. De fato, as especificidades e particularidades do capitalismo latino-americano foram objeto de intenso debate e investigação por parte de uma diversidade de intelectuais no decorrer do século XX. A compreensão do mosaico que era composto pelas relações econômicas, políticas e sociais da região partia não apenas do conhecimento aprofundado de suas características internas mas, mais do que isso, de como a região se circunscrevia dentro das relações econômicas internacionais.

Desde o princípio, a integração dos países latino-americanos ao mercado internacional se deu de forma subordinada. A especialização no fornecimento de produtos primários consolidou uma posição desfavorável no comércio centro-periferia, no qual produtos com diferentes valores agregados eram trocados. Uma vez que a dinâmica produtiva de países especializados em bens primários é, necessariamente, ditada pelos países importadores dos mesmos, o desenvolvimento econômico da América Latina era conduzido pelo próprio desenvolvimento dos países capitalistas centrais. É dentro desses aspectos que se estabelecem as relações de dependência entre as regiões periféricas e centrais do sistema capitalista mundial.

E é a partir dos gargalos resultantes da dinâmica do desenvolvimento dependente que diversas correntes teóricas se lançaram na tentativa de propor alternativas para a superação desta condição. Partindo deste diagnóstico, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, em fins da década de 1940, formulou uma análise que propunha a superação da condição dependente a partir do desenvolvimento do setor industrial, orientado e financiado pelo aparato estatal. No entanto, os problemas tinham outra dimensão. Afinal, a essência do modo de produção capitalista é que, para poucos crescerem, outros tantos devem pagar a conta. O processo de substituição de importações, em si, não era suficiente para superar a desigualdade de renda, a pobreza, o desemprego e, muito menos, para interromper o processo de transferência de renda. Ainda que o Brasil tenha alcançado elevados índices de crescimento durante o período de 1930 a 1960, este não foi suficiente para superar os

históricos problemas estruturais da sociedade – e, por outro lado, nem se efetivaram de forma propícia para tal. A condição dependente era uma característica própria, e não conjuntural, das economias periféricas, e sua possível superação deveria passar pelo reconhecimento deste diagnóstico. É a partir dessas questões que surge, na década de 1960, a teoria marxista da dependência.

A teoria marxista da dependência parte da noção de que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são etapas consecutivas de um mesmo processo, mas sim fenômenos antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares. A lógica excludente e desigual do modo de produção capitalista leva, necessariamente, a que determinadas regiões tenham sua dinâmica de desenvolvimento ditada por outras, de tal forma que o desenvolvimento de certas economias se dá na mesma medida do subdesenvolvimento de outras. E é por isso que a essência do sistema capitalista leva a que a dependência seja a característica estruturante das regiões periféricas.

Na medida em que a relação de dependência entre periferia e centro conduzia a um processo de transferência de renda do primeiro conjunto de países para o segundo, e que interrompia o processo de acumulação interna do capital, a única alternativa viável às economias periféricas para reativar a reprodução ampliada do capital era a produção de excedente através dos mecanismos de superexploração do trabalho – os quais se estruturam em torno da combinação de intensificação do trabalho e redução da remuneração abaixo do valor mínimo necessário para a garantia da reprodução da classe trabalhadora. É dentro desses princípios que se constrói a teoria marxista da dependência.

Assumindo a condição dependente e a superexploração do trabalho como características intrínsecas das economias periféricas, é lícito assumir que os trabalhadores, em algum momento, lançariam mão de formas de organização para se contrapor aos desmandos da valorização do capital. No Brasil, o movimento operário é uma realidade presente desde fins do século XIX, e ganhou diversos contornos e formas ao longo de sua história. Em sua origem marcado pela influência direta do anarcosindicalismo europeu e, posteriormente, pelos partidos de esquerda, a organização sindical no Brasil conseguiu, mesmo convivendo com diversos problemas de ordem estrutural, empreender importantes lutas reivindicativas ao longo da primeira metade do século XX.

Se, de um lado, os trabalhadores se organizavam de maneira cada vez mais consolidada para defender seus direitos, de outro o Estado se voltava para a tentativa de manter o controle sobre as ações sindicais. Fosse através da montagem de uma estrutura que tornava os sindicatos reféns do Estado – tanto no que diz respeito à sua sobrevivência

enquanto instituição, garantida pelo imposto sindical, quanto pela sua legitimidade enquanto movimento, conferida pela reconhecimento estatal enquanto organização de representação dos trabalhadores -, fosse através do controle direto por parte do governo militar, os sindicatos brasileiros cresceram mediante a contraposição entre a necessidade da liberdade de ação e o excessivo controle do Estado. No entanto, tais fatores nunca foram suficientes para impedir que, de uma forma ou de outra, os trabalhadores se organizassem.

Mas, em fins da década de 1970, um novo momento para a organização sindical se iniciaria. A extrema pressão por parte do governo militar e as péssimas condições de trabalho impostas à classe trabalhadora levaram à eclosão de diversas greves no ABC paulista. As novas lideranças que se reuniram em torno dessas lutas queriam reorientar a luta sindical, e não economizaram esforços para dar nova feição ao sindicalismo brasileiro. É dentro do contexto dessas lutas que nasce o novo sindicalismo e a Central Única dos Trabalhadores.

A CUT nasce, no início dos anos 1980, com o objetivo de unificar a luta dos diversos setores a nível nacional, a qual permitisse uma luta conjunta contra a superexploração da força de trabalho. A central, vinculada aos grupos de esquerda, tinha como um de seus pontos centrais a luta contra a política econômica do governo, que beneficiava o grande capital em detrimento da classe trabalhadora. Com essa orientação, a CUT empreendeu e participou de importantes lutas ao longo da década de 1980, com o que se firmou como instituição legítima de representação da classe trabalhadora.

No entanto, a crise dos anos 1980 e a onda de políticas neoliberais provocaram profundas mudanças sobre a orientação política dos sindicatos. Os elevados índices de inflação e desemprego, a desigualdade de renda e a pobreza, e a precarização das relações de trabalho, conjugados a um movimento tácito do governo para travar a luta sindical, impuseram um novo contexto político, econômico e social, no qual ou a CUT se alinhava à “nova” política sindical, norteadada pelo sindicalismo propositivo e de resultado, ou pagava o elevado custo de se manter combativa.

Mediante esses aspectos, o presente trabalho se dedica a analisar a relação entre a superexploração do trabalho no Brasil, no período recente, e a política sindical adotada pela Central Única dos Trabalhadores. De maneira mais clara, o objetivo deste texto é analisar e compreender em que medida a intensificação da superexploração do trabalho, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, se firma como elemento fundamental na compreensão da modificação da política sindical adotada pela CUT. O argumento é de que a crise da década de 1980 e a conseqüente implementação das políticas neoliberais – das quais fizeram parte o processo de reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de

trabalho -, associado à eclosão do sindicalismo de resultado – que tem sua expressão máxima na formação da central Força Sindical, que já nasce nos moldes e em defesa do sistema capitalista e das políticas neoliberais – não apenas pressionaram a central a adotar uma nova postura mediante a defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas principalmente enfraqueceram os sindicatos frente ao patronato e ao governo. Em um ambiente de crise e de elevação sistemática dos níveis de desemprego, o discurso transformador da CUT acabou por perder espaço e legitimidade entre sindicatos e trabalhadores. Mediante esses aspectos, a superexploração do trabalho - elemento primordial que impulsionou as mobilizações de lutas da CUT em sua origem – e sua intensificação na era neoliberal deixaram de ser elementos norteadores da prática cutista, ao menos em sua essência. Este é o ponto principal ao qual irá se dedicar o presente trabalho.

A metodologia adotada no desenvolvimento deste argumento pode ser dividida em duas partes. A primeira diz respeito à adoção de um método de análise teórico-histórico, partindo da compreensão de que as condições atuais se conformam como um desdobramento de fatos passados, caracterizando um processo de mudança sujeito a algumas determinações, apreendidas por teorias reconhecidas no campo da Economia e da Sociologia. Dessa forma, propõe-se uma abordagem analítica e descritiva, através da revisão bibliográfica dos principais artigos e livros referentes ao pensamento da teoria da dependência - principalmente em sua vertente marxista -, à superexploração da força de trabalho e, por fim, à história do movimento operário no Brasil, com ênfase no surgimento e desdobramentos da Central Única dos Trabalhadores. A segunda parte diz respeito à manipulação e análise de um banco de dados que nos permita, em termos quantitativos, verificar e mensurar a intensidade da superexploração da força de trabalho no Brasil. Para tanto, algumas variáveis relativas ao mercado de trabalho e ao comportamento de algumas variáveis econômicas foram selecionadas. O objetivo é verificar como a superexploração da força de trabalho efetivamente se aplica ao caso do Brasil. Como fonte serão utilizados os bancos de dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para atingir os objetivos expressos, o trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, será apresentado o conceito de superexploração da força de trabalho, tal como formulado e apresentado por Ruy Mauro Marini. Para tanto, serão descritos os delineamentos gerais da teoria marxista da dependência, com o intuito de mostrar como o sistema capitalista, em sua essência, promove e aprofunda a

condição dependente, com o que os países periféricos lançam mão dos instrumentos de superexploração. Além disso, são retomadas as discussões feitas por Marx no livro primeiro d'*O Capital*, como forma de, ao mesmo tempo, apresentar as categorias que fundamentam a análise proposta pela teoria marxista da dependência, e delimitar as diferenças existentes entre o que Marini chama de superexploração da força de trabalho e aquilo que seria uma mera ampliação da exploração do trabalho, tal como definido por Marx.

No segundo capítulo, é retomado a história do movimento operário no Brasil, como forma de apresentar as origens das formas de organização da classe trabalhadora. O objetivo é apresentar as discussões referentes à montagem da estrutura sindical corporativa, bem como o contexto sobre o qual se origina a Central Única dos Trabalhadores. A trajetória da CUT ao longo da década de 1980, e sua consolidação enquanto uma central de esquerda, combativa e contrária à política econômica do governo é fundamental para a compreensão da crise e recondução da política pela qual passa a central em fins dessa década. Por fim, são apresentadas as linhas gerais do chamado sindicalismo de resultado, que começa a ganhar seus contornos no mesmo período.

Por fim, no terceiro capítulo são apresentados os três elementos que conformam a relação proposta nesta introdução, e que embasa nosso argumento. Primeiro, as políticas neoliberais, implementadas na esteira da crise da década de 1980 e que provocaram mudanças diversas nas relações de trabalho e na disputa de forças travadas entre trabalhadores e patronato. Segundo, a representação da superexploração da força de trabalho no Brasil no período recente, apresentada a partir da análise conjunta de uma série de variáveis, as quais permitam a comprovação, no plano empírico, das teses desenvolvidas, no primeiro capítulo, no plano teórico-abstrato. E, por fim, as políticas sindicais no período neoliberal, onde serão apresentadas, de maneira breve, as concepções político-ideológicas sobre as quais foi criada a Força Sindical, e as mudanças gerais observadas na orientação política e sindical da CUT. Ainda que o tratamento da Força Sindical não seja um objetivo expresso deste trabalho, sua apresentação se faz necessária como forma de delimitar a aproximação que a CUT passa a ter com o sindicalismo propositivo e de resultado.

É com base em um olhar crítico sobre essas questões que procuraremos compreender não apenas porque a superexploração da força de trabalho se mantém como característica estrutural da economia brasileira – e, portanto, o Brasil se mantém como país periférico e dependente, frente às relações econômicas internacionais –, mas também quais foram os rumos seguidos pelos sindicatos e pela CUT – e nesses termos, pensar em possíveis alternativas de luta efetiva e legítima para a classe trabalhadora.

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1.1 As discussões sobre a teoria do desenvolvimento na América Latina

Desde os primórdios de sua vinculação ao mercado internacional, a América Latina esteve interligada aos países capitalistas centrais de forma subordinada. Se, num primeiro momento, e enquanto colônia, servia de fonte “inesgotável” de produtos exóticos e metais preciosos – que exerceram um papel central na acumulação primitiva de capital nos países que estavam à frente das relações comerciais até então existentes -, posteriormente, e já politicamente independente, passou a assumir o posto de fornecedor de produtos primários, fundamentais não só para a reprodução humana das diversas classes mas, para além disso, para própria reprodução do capital. Do lado oposto, adquiria os produtos manufaturados/industrializados produzidos por esses países - fosse por necessidade direta ou pela imposição dos mesmos -, estabelecendo relações de troca tipicamente limitadas, desiguais e deteriorantes. Tal forma de vinculação levou à conformação das características estruturais do tipo de capitalismo que se consolidou na região, permeado por disfuncionalidades e especificidades que demandavam interpretações precisas no que diz respeito a suas diferenciações em relação aos países desenvolvidos, e seus impactos em termos políticos, econômicos, sociais e culturais.

É a partir dos desdobramentos dessas questões que emerge, na América Latina, a chamada teoria do desenvolvimento¹. Essa nova corrente analítica se estruturou a partir da percepção de um conjunto de teóricos que, ao observar a forma e o momento no qual a economia da região se articulou ao mercado internacional, chegou à conclusão de que o tipo de capitalismo que se consolidou em termos mundiais criava diferenciações econômicas e

¹ A teoria do desenvolvimento que aqui nos referimos, ainda que se ocupe das especificidades do desenvolvimento capitalista na região latino-americana, obviamente não é exclusiva em termos da análise do desenvolvimento capitalista a nível global. Outras correntes teóricas, ligadas às tradições clássica e neoclássica, ou ainda críticas a estas, se ocuparam da temática. Mas, por questões de delimitação temática, sempre que citarmos a teoria do desenvolvimento, estaremos nos referindo à análise específica para a região latino-americana.

sociais entre os países, levando à configuração, na região latino-americana, de um sistema capitalista de produção periférico. Tal condição resultava no fato de que a economia da região fosse subordinada e condicionada à expansão e crescimento dos países capitalistas avançados.

Essa percepção emanava da análise dos temas que estavam em voga após o fim da Segunda Guerra Mundial, como a bipolarização entre o capitalismo norte-americano e o socialismo russo, consubstanciado na guerra fria; o surgimento de Estados nacionais juridicamente soberanos e relativamente poderosos, como os países árabes e seu poderio político enquanto principal pólo petrolífero do mundo; e os movimentos de libertação nacional, principalmente na Ásia e África. Especificamente sobre a América Latina, havia uma clara identificação com as aspirações de independência política (apesar de já ser uma região de Estados independentes desde o século XIX), que coadunava com o desejo, de alguns setores da sociedade, de se alcançar uma independência política e econômica efetiva, em relação às pressões diplomáticas dos países centrais, que viabilizasse a consolidação de seus Estados nacionais e seu desenvolvimento. Essa análise resultou na composição de uma vasta literatura, que se propunha a discutir temas como a crise do sistema colonial, e mais especificamente, as questões em torno das novas concepções de modernidade, que buscavam entender esta como um fenômeno universal, correspondente ao pleno desenvolvimento das sociedades democráticas. A principal característica dessa nova literatura era a compreensão do desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, marcada pela busca da máxima produtividade, geração de poupança e efetivação de investimento que permitissem tanto a acumulação da riqueza individual quanto da sociedade como um todo².

Dentro desses aspectos, o objetivo central da teoria do desenvolvimento era, a partir da superação do domínio colonial e do consequente surgimento das burguesias nacionais com pretensões de expandir sua participação na economia mundial, das desigualdades existentes a nível das relações econômicas internacionais, da noção de subdesenvolvimento enquanto ausência de desenvolvimento e da identificação dos obstáculos que se impunham à plena implantação da modernidade, definir instrumentos de intervenção, capazes de elevar a

² De acordo com dos Santos (2000, p. 15), essas construções analíticas haviam se constituído, desde o século XIX, em torno da explicação da Revolução Industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social coador da “modernidade”. O conceito de “modernidade”, segundo o autor, pode ser compreendido a partir de uma série de relações. Primeiramente, pode ser compreendido como um novo estágio civilizatório, apresentado como resultado histórico da ação de forças econômicas – como o mercado, o socialismo e as burguesias nacionais. Pode também ser entendido como resultado de um modelo de conduta racional do indivíduo racional e utilitário, que seria a expressão última da natureza humana quando liberada das tradições e mitos anti-humanos. Por fim, podem ainda ser vistos como produto da superioridade racial ou cultural da Europa.

população latino-americana ao nível dos países desenvolvidos, que já haviam alcançado o estágio superior de organização social nos moldes da “sociedade ideal”³. A ideia retratada era de que os países avançados (ou desenvolvidos) se encontravam em um extremo superior de um *continuum* evolutivo, caracterizado pela plena evolução de seu aparelho produtivo, ao mesmo tempo em que os países atrasados (ou subdesenvolvidos) estariam, se não no extremo oposto, no mínimo em um estágio inferior⁴. Dito de outra forma, essa teoria propunha compreender os aspectos que levavam a tal diferenciação e, como desdobramento, propor formas de elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não racional e valores limitados, à condição de sociedades modernas e racionais, dado que seu atraso se explicava pelos obstáculos que se impunha a seu pleno desenvolvimento e modernização. Isso porque o progresso que a América Latina conseguiu protagonizar era visto como resultado da importação de conhecimento científico e de tecnologias dos países centrais, e não como desenvolvimento próprio e autônomo das mesmas, o que a posicionava marginalmente na dicotomia entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso.

Cabe, ainda, ressaltar dois aspectos acerca da teoria do desenvolvimento. Primeiro - e pela própria ligação às novas concepções de modernidade - a teoria ressaltava que o desenvolvimento dependia não só da modernização das condições econômicas, mas também das condições sociais, institucionais e ideológicas dos países. Além disso, e em segundo lugar, pelo fato de desenvolvimento e subdesenvolvimento serem considerados apenas como aspectos distintos da mesma realidade, só poderiam ser distinguidos no âmbito quantitativo – ou seja, através da utilização de uma série de indicadores⁵, que naquele momento eram os únicos critérios adequados para situar as economias em diferentes níveis da “escala evolutiva” – sem dar grande relevância aos aspectos estruturais, que certamente eram os responsáveis por fundamentar tais desigualdades.

³ No século XX, alguns estudiosos de diferentes áreas, como Talcott Parsons e Merton da sociologia, Levy-Bruhl e Franz Boas da antropologia, entre outros, desenharam um modelo de sociedade ideal coerente com as formas de comportamento das sociedades “modernas”, a partir de técnicas de verificação empírica desenvolvidas para detectar o grau de modernização alcançado pelas sociedades. Por mais que tais construções pretendessem ser neutras, e apesar das nuances ou diferenças de maior magnitude entre tais autores, era impossível esconder a evidência de que esse modelo ideal a ser alcançado era algo próximo à sociedade que nasceu na Europa e se afirmava nos Estados Unidos.

⁴ Cabe ressaltar que, no âmbito dessas teorias, os aspectos da diferenciação entre países avançados e atrasados eram captados basicamente em termos quantitativos, pouco sendo dito a respeito dos aspectos qualitativos que fundamentavam tais desigualdades.

⁵ Marini (1992, p. 74) destaca indicadores como produto real, grau de industrialização, renda *per capita*, índice de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade infantil e de esperança de vida, entre outros.

Dentro desses aspectos, duas concepções teóricas ganharam relativo destaque na análise dos gargalos e limites do desenvolvimento capitalista periférico e na proposição de medidas e caminhos a serem seguidos para a superação dos mesmos.

De um lado, a concepção heterodoxa de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal. A agência, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em fins da década de 1940, a partir da percepção da desorganização do quadro das economias a nível mundial, especialmente no que dizia respeito às relações entre países centrais e periféricos⁶. O objetivo principal da agência seria a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma.

A concepção teórica cepalina enxergava que os problemas vividos pela periferia eram decorrentes das relações estabelecidas no marco do capitalismo mundial e das relações econômicas internacionais. Ao perceber que a economia mundial como um único e desigual sistema no qual convivem países centrais – que estão na linha de frente do desenvolvimento e do progresso técnico – e países periféricos – marcados pelo atraso tecnológico e organizativo –, essa corrente teórica acabou por marcar um ponto de inflexão em termos do desenvolvimentismo latino-americano, ainda que mantivesse certos traços da concepção ortodoxa de desenvolvimento, como a consideração de desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos do mesmo tipo⁷.

Nesses termos, a Cepal desenvolve-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências sócio-econômicas de médio e longo prazo na América Latina. A primazia pela análise dos fatos históricos na compreensão do modo como se constituíram as economias da região vinha, prioritariamente, da agenda de reflexão inaugurada por Raúl Prebisch no final da década de 1940. Essa agenda compunha-se do diagnóstico da intensa transição que as economias latino-americanas protagonizavam, marcada pela passagem do modelo de “desenvolvimento para fora”, caracterizado pelo crescimento primário-exportador a partir da ampliação da demanda por tais produtos no mercado internacional, para o modelo de “desenvolvimento para dentro”, baseado nas potencialidades do mercado consumidor

⁶ De acordo com Carcanholo (2009, p. 251), entende-se por economia periférica o país ou região que apresenta, de maneira geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos (ou fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência a choques externos (ou vulnerabilidade externa) e alta concentração de renda e riqueza. As economias centrais apresentariam as características opostas, dado seu elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e seu posicionamento na linha de frente do comércio internacional.

⁷ A concepção cepalina não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos qualitativamente distintos, mas apenas como representações diferenciadas em termos quantitativos do processo histórico de acumulação capitalista. Por isso eram considerados como fenômenos do mesmo tipo.

interno, que até então consumia ampla gama de produtos importados. Tal transição se explicava pela observação de que, diante do comércio internacional, havia uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca, que desfavorecia os países exportadores de bens primários. Por se assentar nas condições histórico-estruturais que determinavam as características e a forma do desenvolvimento capitalista na periferia, a análise cepalina ficou amplamente conhecida como teoria estruturalista do desenvolvimento periférico.

O cerne do pensamento cepalino se constituiu a partir da análise da chamada *deterioração dos termos de troca*, enquanto lógica resultante do estabelecimento de relações de troca a nível internacional entre países que possuíam diferentes estruturas produtivas – quais sejam, centro e periferia. Como as economias periféricas se integraram ao mercado internacional enquanto fornecedoras de produtos primários, acabaram por desenvolver seu setor industrial de forma retardada, o que travava a elevação do nível de produtividade global de suas economias, ao mesmo tempo em que impedia a incorporação de uma maior quantidade de força de trabalho ao processo produtivo. Como a não incorporação da força de trabalho resultava, de um lado, no aumento do exército industrial de reserva, e de outro, na redução salarial generalizada, acabava ocorrendo uma queda nos custos e, conseqüentemente, nos preços das mercadorias. Como no centro o componente salarial nos custos das firmas era muito superior ao que prevalecia na periferia, os preços dos bens destas mantinham certa estabilidade, mesmo mediante a elevação da produtividade. Assim, a relação entre o preço dos produtos no centro e o preço dos produtos periféricos se elevava, recaindo todo o custo sobre estes últimos, e resultando, portanto, em um intercâmbio desigual.

O que o pensamento estruturalista recomendava diante dessa situação é que aos países da periferia fosse aplicado um modelo de política econômica adequada, com medidas corretivas em direção ao comércio internacional, e que criasse reais possibilidades de desenvolvimento. Tal modelo propunha que a industrialização seria o caminho para a correção dos desequilíbrios verificados no comércio internacional, já que era o único meio através do qual os países subdesenvolvidos poderiam captar parte do fruto do progresso técnico, elevando a produtividade e o padrão de vida da sua população. A industrialização, segundo a Agência, era o único elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política, além deste ser o único modelo capaz de superar a tendência permanente à deterioração dos termos de troca.

A industrialização dos países periféricos trazia, em si, segundo a teoria cepalina, a tônica da resolução de grande parte de seus problemas estruturais. Em primeiro lugar, permitiria o rompimento da deterioração dos termos de troca, através da endogeneização da

produção de bens industrializados, de elevado valor agregado – o chamado processo de substituição de importações (PSI). Em segundo lugar, criaria não só novos postos de trabalho, com a ampliação do setor industrial e seus efeitos diretos e indiretos sobre a agricultura – o que arrefeceria o exército industrial de reserva –, como também daria novo impulso ao mercado interno, uma vez que o grande foco do processo de industrialização a ser explorado era a demanda interna, até então limitada e pouco dinâmica. E por fim, permitira superar as duas principais características dos países periféricos: a especialização – já que tais países se dedicavam prioritariamente à produção de bens primário-exportadores – e a heterogeneidade estrutural – marcada pela coexistência de setores com elevada dinamicidade e produtividade (o setor primário) e setores pouco dinâmicos (a indústria).

A execução desse processo pressupunha a forte presença do Estado, no sentido de criar uma política creditícia ativa que viesse a suprir a baixa taxa de poupança interna e a restrita tendência de investimento por parte tanto do capital nacional quanto do capital externo. Conjuntamente, o Estado deveria agir na defesa da centralização do câmbio e na definição de diferentes taxas de câmbio para diferentes setores de acordo com a estratégia de industrialização adotada⁸.

De outro lado, e posteriormente, ganhou corpo o institucionalismo conservador elaborado por Rostow⁹. Segundo o autor, as diferenças político-econômico-sociais dos países poderiam ser enquadradas em uma escala evolutiva de desenvolvimento. Essa escala evolutiva era composta por cinco etapas sequenciais: (i) *a sociedade tradicional*, cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em ciência, tecnologia e atitudes pouco desenvolvidas; (ii) *as pré-condições para o arranco*, caracterizado como um período de transição, no qual a sociedade tradicional se molda para poder explorar os frutos da ciência e da tecnologia modernas, para afastar os rendimentos

⁸ Importante destacar que, mesmo tendo apresentado avanços em relação à teoria do desenvolvimento em si – e mais do que isso, ainda que seus autores não aceitem tal afirmação, e rechacem as críticas que são feitas em relação a este ponto –, a concepção estruturalista da Cepal mantinha, claramente, a noção de desenvolvimento econômico enquanto um *continuum*. Isso fica claro pela simples análise de sua tese: o processo de industrialização permitiria aos países periféricos e subdesenvolvidos superar seus principais entraves e, gradualmente, alcançar uma nova etapa de seu desenvolvimento. Nesse ponto, fica evidente a noção de passagem de uma etapa a outra e, portanto, da condução de uma evolução econômica etapista.

⁹ Ainda que as teses de Rostow não tenham sido elaboradas especificamente para o caso dos países latino-americanos, elas exerceram profunda influência no pensamento econômico da região, fator que justifica sua explanação no presente texto. No mesmo sentido, a descrição apenas das teorias cepalinas e rostowianas – e, como será feito mais adiante, da teoria marxista da dependência – não significa dizer que foram as únicas a se dedicaram e/ou influenciaram o pensamento da região. No entanto, pelas limitações do trabalho, temos que a apresentação destas três correntes teóricas permitem uma visualização, ainda que mínima, das construções teóricas elaboradas com fins a compreender o capitalismo da região, além de serem suficientes para um dos nossos objetivos, qual seja, de justificar nosso alinhamento teórico à teoria marxista da dependência, a partir do apontamento dos limites das demais correntes.

decrecentes e para desfrutar da acumulação de juros compostos; (iii) *o arranco*, intervalo no qual a superação de antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular acabava fazendo com que o desenvolvimento passasse a ser uma situação normal; (iv) *a marcha para a maturidade*, que se constituía em um longo intervalo de progresso continuado, no qual a economia em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda sua atividade econômica; e por fim, (v) *a era do consumo em massa*, estágio mais alto de desenvolvimento passível de ser atingido. Sendo assim, seu modelo iniciava nas indiferenciadas economias e sociedades tradicionais e terminava nas também indiferenciadas sociedades pós-industriais, a “era do consumo em massa”, à qual ele reduzia o futuro da humanidade.

Dentro dessa escala evolutiva, toda e qualquer economia poderia ser enquadrada. E a passagem de uma etapa à outra dependia da reunião de determinadas características, que não se dariam por modificações estruturais operadas por políticas de planejamento, mas apareceriam naturalmente, à medida que as sociedades tradicionais fossem crescendo e desenvolvendo-se. Com isso, o autor reproduzia a idéia de desenvolvimento enquanto um *continuum* evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores dessa escala, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização. Assim, as diferentes economias que compunham o sistema econômico internacional encontravam-se em diferentes etapas desse processo, e por isso apresentavam diferentes graus de desenvolvimento. Como observou dos Santos (2000, p. 17), “*a questão do desenvolvimento passou a ser, assim, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’*”.

Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento formatada a partir das teses de Rostow formulou uma visão de subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, de forma que o atraso característico dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos existentes neles que serviam como entrave à plena modernização. Ou seja, o subdesenvolvimento era apenas uma etapa prévia ao desenvolvimento, visão, portanto, marcada por uma concepção econômica “etapista”.

Ainda que tais interpretações tenham tido considerável relevância e destaque no âmbito dos estudos referentes ao desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos, a

não verificação, em termos reais, de tais teses – uma vez que, de fato, todas as ex-colônias primário-exportadoras apresentavam um desenvolvimento limitado e restrito pela sua intensa dependência econômica e política em relação à economia internacional – conduziu não apenas à necessidade de se repensá-las, como abriu espaço para que novas interpretações ganhassem espaço. É nesse contexto que emerge a teoria da dependência.

1.2 A teoria da dependência

1.2.1 Aspectos gerais da teoria da dependência

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Essa corrente teórica se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

A teoria da dependência nasce, então, enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca *“compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas”* (DOS SANTOS, ibidem: 26).

Diferentemente do desenvolvimentismo, a teoria da dependência não interpreta subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas: era preciso superar a compreensão de subdesenvolvimento enquanto uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Segundo Marini (1992, p. 74), de acordo com a concepção desenvolvimentista,

(...) o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o

jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado.

Superada essa idéia, desenvolvimento e subdesenvolvimento passavam a ser vistos como um par dialético, ou seja, o subdesenvolvimento tomava a forma de um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Os pontos centrais¹⁰ na discussão elucidada pela teoria da dependência se definem em quatro idéias principais, e se estreitam com a concepção de desenvolvimento adotada por Marx¹¹. A primeira seria que a visão de subdesenvolvimento está ligada de maneira muito próxima com a expansão dos países industrializados. A segunda abarca a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos distintos do mesmo processo universal. A terceira ressalta que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como um ponto de partida de um processo evolucionista, ou etapista. E por fim, a quarta inclui o fato de a dependência contemplar não somente fenômenos externos, mas também diferentes aspectos da estrutura interna, como as relações sociais, políticas e ideológicas. Tais pontos justificam a percepção de que a produção capitalista é inerentemente desigual e excludente, e por isso possui características que produzem, ao mesmo tempo e na mesma medida, desenvolvimento e subdesenvolvimento em distintas regiões.

Do ponto de vista estritamente econômico, a nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

Estas seriam, de forma geral, as concepções do desenvolvimento capitalista e das relações de dependência comum a todas as correntes teóricas que surgiram dentro da teoria da

¹⁰ Essas idéias foram apresentadas pela primeira vez em um resumo feito pelos autores Magnus Blomström e Bjork Hettne (1990, p. 15).

¹¹ “Marx (1974) não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, no sentido de que não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado, de modo que se deva atravessar outros estágios menos avançados para tal. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera. No caso do sistema capitalista, (...) seu desenvolvimento não traz características positivas para o todo. Antes pelo contrário, provoca pobreza e desigualdade em diversos sentidos”. (AMARAL, 2006: 08)

dependência¹². A partir dessa base teórica, passamos à análise daquela que consideramos a mais apta para a análise proposta neste trabalho: a corrente marxista, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente. A adoção da corrente marxista se justifica por a considerarmos como a mais contundente, em termos críticos, para a análise do tipo específico de desenvolvimento que se gestou na América Latina. O método analítico teórico-histórico adotado por seus autores, fundamentado principalmente nas obras de Karl Marx e Vladimir I. Lênin, preocupou-se em compreender o surgimento e consolidação da condição dependente a partir dos aspectos históricos da América Latina, ou seja, como tal condição se construiu a partir do tipo de colonização a qual os países da região foram submetidos, que condicionou sua forma de inserção subordinada no comércio internacional e, ao mesmo tempo, determinou os elementos que impediram o desenvolvimento autônomo de suas forças produtivas e a superação de seus problemas de ordem estrutural – pobreza, concentração de renda, heterogeneidade e desemprego estrutural e dinâmica determinada pelo ciclo do capitalismo internacional. Com tal análise, a teoria marxista da dependência permite uma compreensão, fundada em aspectos históricos, da estrutura econômica e social dos países latino-americanos, e porque a mesma, ainda que possa ser atenuada, não pode ser superada nos marcos do sistema capitalista – o que condena à América Latina um tipo de capitalismo que, pela forma da sua inserção no comércio internacional e pela sua associação ao capital imperialista, é estruturalmente dependente, excludente e concentrador.

1.2.2 A teoria marxista da dependência

Mesmo tendo surgido algumas interpretações do desenvolvimento capitalista na América Latina que caminhavam em sentido diverso à análise fundamentada pelos desenvolvimentistas, inclusive no aporte dos estudos realizados dentro do escopo da teoria da dependência¹³, é somente com Ruy Mauro Marini, e sua obra político-teórica *Dialética da*

¹² Além da corrente marxista, que será apresentada na próxima seção, é também definida uma corrente weberiana, representada na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto. Essa corrente defendia o *capitalismo dependente-associado*, segundo o qual seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, associado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenizassem os efeitos da dependência com políticas sociais compensatórias. Os verdadeiros entraves ao desenvolvimento periféricos seriam, nesse caso, as forças internas, que impediam a economia periférica de aproveitar as oportunidades de associação ao ciclo econômico do centro do sistema.

¹³ As contribuições teóricas de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra superaram várias das limitações presentes tanto nas análises desenvolvimentistas quanto dos dependentistas weberianos, em especial por avançar em termos da definição de um conceito de dependência. Assim, as análises de Santos e Bambirra constituem um importante passo no direcionamento da teoria da dependência dentro do quadro dos estudos sobre o

Dependência que se conforma efetivamente o que se convencionou chamar de *teoria marxista da dependência*. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo aqui se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso, ressalta que a compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano, e sua especificidade periférica, só ganhavam sentido se investigadas tanto a nível das relações política, econômica e social nacionais quanto internacionais¹⁴.

Dois grandes processos históricos estão na base dos fenômenos que geraram os estudos da dependência, em especial da corrente marxista. O primeiro deles foi a Revolução Cubana, que se constituiu em um dos principais parâmetros para as definições teóricas e políticas da América Latina à época, ao aprofundar a crise teórica do marxismo dogmático – ou stalinista – até então prevalecente. O segundo – e talvez mais importante – tratou-se da crescente integração do processo produtivo das economias latino-americanas com o capital estrangeiro, fenômeno este que intensificou as contradições sociais na região. Esse processo pôs fim à ilusão do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região, o que levou à crise do pensamento cepalino e, conseqüentemente, da teoria do desenvolvimento. É principalmente a partir desse enfoque que Marini estruturou toda a sua reflexão sobre o capitalismo na periferia.

Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países – os periféricos – está condicionada ao desenvolvimento e expansão

imperialismo. Apesar dessa importante contribuição, e de suas análises terem fundamento na obra de Marx, é somente com a interpretação de Marini que se pode falar em uma teoria marxista da dependência. De certa forma, a obra de Florestan Fernandes também apontou para elementos nesse campo.

¹⁴ Além de se voltar para a compreensão das especificidades do capitalismo periférico, a teoria marxista da dependência, em sua vertente marxista, compreendia uma crítica teórica e prática às políticas de aliança dos Partidos Comunistas latino-americanos. Como apontou Marini em sua “Memória”: *Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Contrapondo-se a isso, a nova esquerda caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos 60 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil.*

de outras economias a que está subordinada – as centrais -, de tal forma que os países centrais poderiam se auto-sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Por isso, a condição de subdesenvolvimento está conectada estreitamente à expansão dos países centrais e, ainda que fosse a representação de uma subordinação externa, teria manifestações internas nos arranjos político, social e ideológico. Dentro disso, uma economia periférica, ou dependente, é considerada como o país ou região que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes – fragilidade financeira -, baixa capacidade de resistência diante de choques externos – vulnerabilidade externa – e elevados níveis de concentração de renda e riqueza (CARCANHOLO, 2009: 251).

Essa noção nos leva ao conceito de dependência. Segundo Marini,

a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (2000, p. 109).

Nesses termos, o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros, dividendos e *royalties* – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Carcanholo (2004, p. 09) identifica três condicionantes histórico-estruturais da situação de dependência. O primeiro seria a deterioração dos termos de troca, ou seja, a redução do preço dos produtos exportados pelas economias dependentes – produtos primários e de baixo valor agregado – em relação ao preço dos produtos industriais, de maior valor agregado, importado dos países centrais, num processo de transferência de valores¹⁵. O

¹⁵ De acordo com Marini (1977), tais mecanismos de transferência de valor podem ser explicados por duas vias. De um lado, pelos mecanismos internos a uma mesma esfera de produção. Como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo valor de mercado, dado por sua produtividade média, e os países dependentes possuem padrões de produtividade inferiores aos países do centro, ocorre transferência de valor da periferia para o centro por conta do processo de concorrência entre os capitais externos e internos, dentro de uma mesma esfera de produção. De outro lado, pelos mecanismos de concorrência entre distintas esferas de produção. A entrada e saída de capitais de várias esferas, com diferentes taxas de lucro, tende a igualar essas taxas. Só que o monopólio da produção de

segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pelo fato de os primeiros serem importadores de capitais dos segundos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em elevadas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, e colocando os mesmos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

É a partir desses condicionantes histórico-estruturais que se pode distinguir quatro formas históricas de dependência: a dependência colonial, a dependência financeiro-industrial, a dependência tecnológico-industrial e a chamada quarta forma histórica de dependência¹⁶. Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

A dependência *colonial* é caracterizada pela tradição na exportação de produtos naturais e na qual o capital financeiro, em aliança com os Estados colonialistas, domina as relações entre a metrópole e a colônia. Essa dependência colonial tem sua fundamentação na forma primeira de inserção da América Latina no cenário internacional, na qual ela se firmou enquanto grande empresa exportadora, comandada e explorada de acordo com os interesses externos ao continente. De acordo com Mauro (2007, p. 170), a enorme quantidade de metais preciosos e gêneros *in natura* saqueados pelos europeus entre os séculos XVI e XVIII permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, indispensável para o surgimento da grande indústria. Sendo assim, para além do aumento da participação no fluxo internacional de mercadorias, o estabelecimento dessa relação fez com que o continente latino-americano contribuísse para o desenvolvimento do capitalismo internacional, no processo denominado por Marx de acumulação primitiva de capital. Aqui, já ficava definido que caberia aos países da América Latina exportar produtos primários, em troca da importação de produtos manufaturados dos países centrais.

A dependência *financeiro-industrial* se consolidou ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu

mercadorias com elevado valor agregado no centro faz com que os capitais externos possam vender suas mercadorias a um preço que supera aquele que prevaleceria com iguais taxas de lucro, definindo também um mecanismo de transferência de valor.

¹⁶ As três primeiras formas históricas da dependência foram delimitadas por Theotônio dos Santos (2000). Já a quarta forma histórica foi desenvolvida por Amaral (2006).

próprio consumo. Conseqüentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna era caracterizada pela rígida especialização e pela monocultura em algumas regiões. Ou seja, a segunda forma histórica nada mais é que uma derivação e aprofundamento da primeira, apenas se diferenciando pela expansão do capital na garantia dos interesses da grande indústria hegemônica. Aqui, se expressa a contribuição da região no deslocamento do eixo de acumulação das economias industriais - que passou da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa -, mudança qualitativa que ocorreu devido ao barateamento dos meios de subsistência, o qual levou, necessariamente, à diminuição do valor da força de trabalho.

Como resultado das relações impostas por essas duas formas históricas de dependência, as restrições do mercado interno se explicavam por quatro principais fatores. Primeiro, a maior parte da renda nacional era derivada da exportação. Segundo, a força de trabalho era submetida a várias formas de exploração, o que limitava sua renda, e conseqüentemente, seu consumo. Terceiro, que parte do consumo da classe trabalhadora se realizava por meio da subsistência, o que servia não apenas como complemento a sua renda, mas também como uma alternativa em períodos de depressão. E por fim, a maior fatia dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores sob a forma de lucros, restringindo o consumo interno e as possibilidades de reinversão de capitais.

Nos anos 1950, se consolida a terceira forma de dependência, a *tecnológico-industrial*, baseada no investimento, por parte das corporações transnacionais, nas indústrias voltadas ao atendimento do mercado interno dos países subdesenvolvidos. Nesse caso, a possibilidade de gerar novos investimentos dependia da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida internamente, compra esta que era limitada por duas vias: os recursos gerados pelo setor exportador e as restrições dos monopólios e patentes. Ou seja, havia uma significativa dependência, por parte dos países periféricos, da importação de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento de seu setor industrial, mas esses produtos não eram vendidos livremente no mercado. Esses produtos usualmente eram patenteados por grandes companhias, que exigiam ou o pagamento de *royalties* para sua utilização, ou convertiam esses produtos em capital e os introduziam na forma de investimentos diretos. Com isso, o fluxo de capitais se tornou fortemente desfavorável para os países periféricos, já que os recursos que saíam na forma de remessa de lucros e pagamentos de *royalties* eram bem superiores aos recursos que neles entrava.

A chamada *quarta forma da dependência* se configura a partir de uma nova fase na relação entre centro e periferia, resultado direto dos acontecimentos derivados do processo de globalização, e se firma nas bases da estratégia neoliberal de desenvolvimento, chancelada no discurso do Consenso de Washington. Com a adoção do mecanismo de flexibilização financeira por grande parte dos países, própria do “modelo” neoliberal, um considerável montante de capitais, advindo em sua grande maioria dos países centrais, se dirigem aos países periféricos na busca de um espaço de valorização já esgotado em seus países de origem. Esse espaço de valorização é garantido porque, como os países periféricos têm grande necessidade de acesso a recursos para o cumprimento de seus compromissos comerciais e financeiros e para a manutenção de suas taxas de câmbio em um nível favorável, suas taxas de juros são mantidas elevadas. A contrapartida da entrada de recursos financeiros é, de um lado, o aumento das remunerações do capital especulativo, que se converte na ampliação das rendas destinadas aos países credores e, de outro, a queda do investimento produtivo, que resulta na redução dos níveis de emprego e da geração de renda, e no aumento da dependência de importação de produtos básicos, que geram desequilíbrios no balanço de pagamento. Tais desequilíbrios, intensificados também pela instabilidade cambial – dado o intenso fluxo de capitais – desemboca em novas necessidades de acesso a recursos financeiros, no intuito de equilibrar as contas externas. Sendo assim, os países periféricos se vêem inseridos num círculo financeiro que, a passos largos, amplia sua fragilidade na economia internacional, sua dependência em relação aos países do centro e a perversividade sobre os níveis de emprego, renda e pobreza.

Levando em conta a expressividade da quarta forma de dependência nas relações econômicas internacionais e na caracterização do tipo de desenvolvimento que se opera na periferia do sistema em tempos atuais e, para além disso, que a predominância desta forma não exclui a presença de elementos referentes às outras formas – as quais acabam por se consolidar como elementos estruturais de ditas economias – pode-se afirmar, à luz do que expõe Marini e os demais autores vinculados à teoria marxista da dependência, há um claro direcionamento das economias subdesenvolvidas e periféricas rumo ao aprofundamento de sua característica dependente. O mero surgimento de novas formas de dependência é a mais forte expressão disto: o capitalismo, no centro sistêmico, é reinventado, numa conjugação de velhos e novos instrumentos, para permitir que o capital mantenha sua expansão e reprodução. E, na medida em que essa reprodução pressupõe a manutenção das relações de dependência centro-periferia, novas formas de dependência são criadas para impedir que o ciclo reprodutivo do capital se rompa.

Assim, são reforçadas as características do mundo subdesenvolvido: restrição ao crescimento, fragilidade financeira, vulnerabilidade externa e concentração da renda e da riqueza. A intensidade desses fatores acaba oferecendo ao capital um ambiente propício à sua acumulação, composto por um misto de trabalho barato e abundante, tecnologia capital-intensiva e de elevadas taxas de juros. A combinação desses elementos não só resulta na já referida transferência de valor da periferia para o centro – um dos pontos característicos da situação de dependência -, mas reforça também as possibilidades de uma exploração cada vez maior do trabalho. Com a interrupção do processo de acumulação de capital interno e de sua realização, provocada pela transferência de valor para o centro, os meios compensatórios vistos pelos capitalistas da periferia para compensar a transferência de valor, e permitir a realização interna do capital, repousam exatamente sobre a maior exploração do trabalho – ou aquilo que Marini chamou de superexploração da força de trabalho.

Antes, no entanto, de entrar no tratamento do conceito de superexploração da força de trabalho, e de como essa categoria se porta como elemento estrutural das economias periféricas a partir de sua vinculação subordinada ao comércio internacional e de todos os resultantes desse processo – em especial, o reforço do caráter primário-exportador destas economias, o diferencial de produtividade entre centro e periferia, as limitações do mercado interno, o intercâmbio desigual e a deterioração dos termos de troca -, o que a leva a ser a característica da situação de dependência, cabe retomar os preceitos da teoria do valor-trabalho de Marx. A referência a Marx se justifica por três pontos. Primeiro, para compreender de forma detalhada as bases sobre a qual a teoria fundamentada por Marini foi estruturada. Segundo, para entender uma série de conceitos e categorias definidos por Marx, e utilizados amplamente por Marini. E por fim, e mais importante, para elucidar as diferenças entre o que é a exploração do trabalho em Marx e o que é o conceito de superexploração da força de trabalho dado por Marini – diferenças essas que são controversas e polêmicas, mas nem por isso deixam de ter uma fundamentação lógica, sem que se adentre em paradoxos e contradições entre os citados autores.

1.2.3 A Exploração do Trabalho em Karl Marx

As discussões referentes à força de trabalho são realizadas por Marx, no Livro I de *O Capital*, no âmbito do tratamento referente à produção de mercadorias, a circulação do

dinheiro e sua transmutação em capital, e aos esquemas de reprodução simples e ampliada, que recaem na chamada “lei geral da acumulação capitalista”.

O ponto de partida do autor para tal discussão se apresenta na descrição da forma simples da circulação de mercadorias, representada pelo circuito $M - D - M$ (mercadoria que se transforma em dinheiro, e dinheiro que se converte novamente em mercadoria). Tal forma expressa tão somente a possibilidade de uma troca de equivalentes, ou seja, *trocar 100 libras esterlinas por algodão e, depois, o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, fazendo um rodeio para permutar dinheiro por dinheiro, uma coisa por si mesma* (Marx, 2008: 181). Em decorrência desta, Marx apresenta a forma capitalista de circulação, representada no circuito $D - M - D$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro, ou conversão do dinheiro em mercadoria e reconversão desta em dinheiro), que coloca o dinheiro em um movimento que o permite transformar-se em capital. Nesse circuito, o capital social existente se apresenta, de um lado, como dinheiro (D), que adentra a esfera de circulação para ser convertido em mercadorias, e de outra, a própria mercadoria (M), que por sua vez se converte em dinheiro. Marx objetiva mostrar que, mesmo o processo $D - M - D$ não apresentando nenhuma diferença qualitativa entre seus extremos - na medida em que ambos são expressões do dinheiro - essa diferença pode ser representada quantitativamente – e é a isso que compete à produção e circulação de mercadorias. Assim, é possível que, do processo de circulação, se retire no final uma quantia de dinheiro superior a qual se lançou início: uma mercadoria, comprada por um valor D, será vendida, na segunda etapa do processo, por um valor igual a $(D + \Delta D)$. A forma do circuito passa a ser, então, $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$. À soma de dinheiro originalmente adiantada é acrescida um determinado valor, ou excedente sobre o valor primitivo, a qual se chama de mais-valia¹⁷. Essa é a fórmula original do capital, tal como ele se apresenta diretamente na circulação. Por isso, somente a partir da forma capitalista de circulação da mercadoria é possível apresentar a transformação de uma determinada quantidade de valor em um valor superior.

A lógica do processo de circulação é que esse valor acrescentado ao valor original do dinheiro, que se expressa por D' , passa a ter a mesma função que tinha, no início do processo de circulação, o valor D. O circuito $D - M - D'$ se finaliza para que outro, com uma quantia maior de dinheiro ou capital, se inicie. Nas palavras de Marx (2008, p. 182),

[o] que surge no fim do processo não é, de um lado, o valor original de 100 libras esterlinas, e de outro, o valor excedente de 10 libras. O que surge é um

¹⁷ O conceito de mais-valia será apresentado mais adiante, no transcorrer desta discussão.

valor de 110 libras que, como o valor original de 100 libras, está em forma adequada para iniciar o processo de expansão do valor. O dinheiro encerra o movimento apenas para começá-lo de novo. O fim de cada circuito particular, em que a compra se realiza em função da venda, constitui naturalmente o começo de um novo circuito. (...) A circulação de dinheiro como capital (...) tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites.

O dinheiro, enquanto capital, assume sua finalidade subjetiva: a expansão do valor, o conteúdo objetivo da circulação. E o possuidor do dinheiro, enquanto representante consciente desse movimento, enquanto elemento de onde sai e para onde retorna o dinheiro, torna-se capitalista.

O grande questionamento a se fazer é: como transformar uma determinada soma de dinheiro, convertido em capital, em uma soma superior no final do processo se, no ato da compra ou do pagamento ($D - M$), o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, e no ato da revenda da mercadoria ($M - D$), apenas há a reconversão da mercadoria de sua forma natural para a sua forma dinheiro? Na medida em que as mudanças não podem ocorrer no valor-de-troca das mercadorias, o capitalista necessita descobrir alguma mercadoria especial, cujo valor-de-uso tenha a propriedade de ser fonte de valor, de tal forma que seu consumo seja uma forma efetiva de se criar valor¹⁸. E essa mercadoria especial é a capacidade de trabalho ou força de trabalho, a qual Marx (Ibidem, p. 197) define como “*o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie*”. Tomando então a força de trabalho, ou o próprio trabalhador, como uma mercadoria, só pode o possuidor de dinheiro encontrar o trabalhador como mercadoria se este for livre em todos os seus sentidos, vale dizer, se o trabalhador dispuser, enquanto pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, ao mesmo tempo em que não possua mercadorias que encarne seu trabalho e sejam passíveis de venda, e que o obriguem a vender sua própria força de trabalho. Dito de outra forma, deve o trabalhador ser livre, dono de suas faculdades físicas e mentais, mas alienado dos meios de produção (instrumentais, matérias-primas etc.); tal alienação, ao impedi-lo de produzir mercadorias que sejam intercambiáveis, o pressiona para

¹⁸ Valor-de-uso constitui o conteúdo material da riqueza, independente de sua forma social. É a expressão da utilidade real, efetiva e material de determinada mercadoria, que representa sua funcionalidade para aqueles que a adquirem. Já o valor-de-troca se revela na relação quantitativa entre valores de uso diferentes, na proporção em que se trocam ou, na presença de um meio de troca comum – a moeda –, representa o valor monetário, em dinheiro, de determinada mercadoria. Dentro da teoria do valor-trabalho, esses conceitos são centrais na discussão sobre a determinação no preço das mercadorias, que recaem exatamente naquilo que é objeto desta seção: a abordagem sobre a determinação do tempo de trabalho, do valor do trabalho, e consequentemente, da exploração do trabalho.

que venda sua força de trabalho, única mercadoria que possui, no intuito de ter acesso aos meios que garantam sua subsistência.

No processo produtivo, o capital se decompõe em duas partes: uma soma é gasta com meios de produção, e a outra é despendida com força de trabalho. A porção do capital que se converte em meio de produção representa a parte do valor que se transforma em *capital constante* (c). Já a parte que se converte em força de trabalho expressa a parte do valor transformada em *capital variável* (v).

Sendo uma mercadoria, a força de trabalho tem, conseqüentemente, um determinado valor. O valor da força de trabalho, assim como de toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção¹⁹. Para garantir essa produção (e reprodução), o indivíduo precisa ter acesso a determinada quantidade de meios de subsistência, suficientes para mantê-lo em um nível normal de vida. Nesse sentido, o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho se traduz no tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência. Considerando que, no sistema capitalista, as trocas se realizam no mercado através de um equivalente – e que, portanto, o indivíduo não produz as mercadorias que necessita para garantir sua subsistência, mas as adquire diretamente no mercado -, pode-se colocar que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário a manutenção do indivíduo possuidor da mesma. O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência e, nesse sentido, varia de acordo com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção²⁰.

Ao vender sua força de trabalho para o capitalista, o trabalhador se insere no processo produtivo como “meio de produção”, como parte de um capital destinado a adquirir os elementos necessários para acionar o processo produtivo. O trabalhador se converte em parte do processo de trabalho, enquanto atividade dirigida com a finalidade de criar valores-de-uso. O trabalhador vende sua força de trabalho para que o capitalista a consuma, juntamente com

¹⁹ Aqui, considera-se um tempo de trabalho social médio, na medida em que diferentes trabalhadores possuem diferentes capacidades para realizar trabalho, ou seja, possuem diferentes produtividades. Por conta disso, é necessário definir um tempo de trabalho médio em relação às diferentes capacidades de trabalho.

²⁰ A força de trabalho precisa, como toda mercadoria, ser reposta. Por isso, como mostra Marx, mais que garantir a produção da força de trabalho (ou seja, a garantia de vida do trabalhador), seu valor deve garantir também sua reprodução. Ou seja, o vendedor da força de trabalho deve perpetuar-se, através da procriação. Assim, na determinação do valor da força de trabalho, Marx admite como variável os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores. Essa questão levanta uma dupla discussão. De um lado, a *reprodução* da força de trabalho se circunscreve como elemento que faz variar o seu valor – assim como o são a qualificação/educação, a cultura, as condições climáticas da região onde o trabalhador vive, entre outros fatores. De outro lado, parece considerar-se que as crianças, enquanto substitutas dos atuais componentes da classe trabalhadora, não podem ser transformadas em força de trabalho. Essa impressão é diluída ao longo d’*O Capital*, à medida que Marx aprofunda a discussão sobre a exploração da classe trabalhadora, na qual inclui o trabalho infantil e feminino.

outros meios de produção, na realização das mercadorias; o trabalhador trabalha sob o comando do capitalista, na produção de uma mercadoria que será propriedade do capitalista. Findo o processo produtivo, ou a forma de acordo estabelecida entre trabalhador e capitalista, volta aquele a ser o proprietário de sua força de trabalho, a qual retorna ao mercado para sua forma própria de consumo.

Por sua vez, o capitalista, ao adquirir os meios de produção, objetiva não produzir valores-de-uso como fim em si mesmo, mas valores-de-uso que tenham um valor-de-troca – um artigo destinado à venda – e, para além disso, que esse valor seja mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-lo - ou seja, a soma dos valores dos meios de produção e da força de trabalho. E sendo a mercadoria uma unidade de valor-de-uso e de valor, o processo para produzi-la tem de ser, necessariamente, um processo de produção de valor-de-uso e, ao mesmo tempo, um processo de produção de valor. Ora, não compensa ao capitalista, adquirir uma série de produtos que servirão de matérias-primas para a produção de uma mercadoria a ser posta a venda, se o valor dessa mercadoria é exatamente igual ao valor da soma dos produtos adquiridos; nessas circunstâncias seria mais fácil para o capitalista comprar diretamente no mercado tal mercadoria do que produzi-la. Por isso, ao acionar o processo produtivo, o capitalista busca uma mercadoria cujo valor seja superior à soma dos valores dos meios de produção.

A possibilidade de se criar mais valor está na conjugação dos elementos representados pelo processo produtivo e pela força de trabalho. Marx mostra, através de construções numéricas que, dada uma determinada jornada de trabalho, o trabalhador leva apenas uma parte desta para produzir, em mercadorias, o valor equivalente a sua força de trabalho – ou seja, a produção de mercadorias cujo valor corresponde ao necessário para o trabalhador garantir sua subsistência e que, portanto, correspondem ao salário do trabalhador. No entanto, o trabalhador executa sua função durante toda a jornada. Considerando que o valor das mercadorias produzidas agrega o valor dos meios de produção necessários para produzi-la, inclusive a força de trabalho, e que o valor correspondente ao salário do trabalhador é produzido, por este, em apenas uma parte da jornada de trabalho, pode-se inferir que parte das mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho agrega o valor da força de trabalho – mas este não é repassado ao trabalhador, em forma de salários.

Usando uma especificação numérica²¹, suponhamos que a jornada de trabalho dure 10 horas, e que durante essa jornada, um trabalhador produza 10 camisetas. Suponhamos ainda

²¹ Os valores retratados aqui são aleatórios, apenas a título de exemplo, não tendo relação direta com qualquer processo produtivo específico.

que cada camiseta custe R\$ 20,00 correspondente a soma dos meios de produção necessários para produzi-la (tecidos, maquinário, ferramentas, força de trabalho etc.), e que cada trabalhador necessite de R\$ 60,00 para garantir sua subsistência diária (preço da cesta básica). Assim, durante uma jornada, cada trabalhador produz um valor equivalente a R\$ 200,00. Mas o seu salário, dado pela capacidade de sua reprodução, é de R\$ 60,00. O que quer dizer que cada trabalhador leva 3 horas diárias para garantir seu salário, mas trabalha durante 10 horas. Nas 7 horas restantes, o trabalhador produz camisetas que agregam o valor de sua força de trabalho, mas esse valor produzido por ele não é pago na forma de salários. É dessa forma que, no processo produtivo, o capitalista consegue impulsionar um processo que cria mais valor que o inicialmente adiantado. E é a isso que Marx chama de mais-valia: “*a mais-valia produzida pelo capital desembolsado C no processo de produção ou o aumento do valor do capital desembolsado C patenteia-se, de início, no excedente do valor do produto sobre a soma dos valores dos elementos que o constituíram*” (Ibidem, p.249).

Nesses termos, a mais-valia é o valor gerado como resultante de um processo que agrega mercadorias convertidas em matérias-primas com a mercadoria especial, a força de trabalho, e que torna possível a transformação de um determinado valor inicial – D – em um valor maior - $D' = D + \Delta D$ – no final deste mesmo processo. Esse acréscimo de valores só é permitido pela presença da força de trabalho que, ao produzir o equivalente a seu valor em um determinado tempo, permanece produzindo valores, os quais não serão revertidos em salários, mas irão compor os ganhos do capitalista. Como dito anteriormente, ao adiantar capital e adquirir os meios de produção, o capitalista passa a ser o proprietário das mercadorias finais. Na medida em que as mercadorias produzidas por cada trabalhador têm um valor superior ao salário pago aos mesmos, então tem-se que o valor produzido para além dos salários – a mais-valia – é de propriedade do capitalista.

Dado que o trabalhador leva apenas uma parte da jornada de trabalho para produzir o correspondente ao valor dos seus meios de subsistência, é possível equacionar a jornada em dois tempos distintos: o primeiro, o *tempo de trabalho necessário*, corresponde ao tempo que o trabalhador leva para produzir a quantidade de mercadorias cujo valor corresponda ao valor mínimo de sua cesta de subsistência; e o segundo, o *tempo de trabalho excedente*, no qual o trabalhador produz mercadorias, mas o tempo de produção das mesmas não se converte em pagamento sob a forma de salários, de tal forma que o trabalhador produz um valor a ser apropriado pelo capitalista. A divisão da jornada de trabalho nesses distintos tempos já nos apresenta a idéia, a ser desenvolvida nas próximas páginas, de que o objetivo do capitalista, para além de comandar a produção de mercadorias cujo valor seja superior ao valor por ele

adiantado, é de ampliar o máximo possível o tempo de trabalho excedente, em detrimento do tempo de trabalho necessário.

O fundamental a se apreender desta discussão é que, nos marcos do processo capitalista de produção de mercadorias, o trabalhador, usurpado dos meios de produção, possui apenas sua força de trabalho que, transmutada em mercadoria, é capaz de garantir sua subsistência e sua reprodução. Ao ser vinculado ao processo produtivo, e se enquadrar como um tipo especial de mercadorias, acaba por produzir um valor que, sendo superior ao seu salário, é transferido para as mãos do capitalista, comprador dos meios de produção, da mão-de-obra, e portanto, dono da mercadoria. Assim sendo, o trabalhador, enquanto mercadoria, trabalha, sofre os impactos do desgaste físico e emocional, para produzir um valor que, ao final, irá para as mãos daquele que apenas compra os meios de produção e coordena o processo produtivo. Diz Marx (Ibidem, p. 230):

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias.

É dentro desses aspectos que se constituem as bases da exploração do trabalho: um determinado agente – o capitalista – adquire de um outro agente sua mercadoria – a força de trabalho -, e através da exploração desta, do acionamento dos seus mecanismos de produção e reprodução, e do seu consequente desgaste, faz com que seja gerado um valor adicional, usurpado do trabalhador e apropriado pelo capitalista.

Utilizando os elementos apresentados acima – força de trabalho, capital constante, capital variável, mais-valia, trabalho excedente e trabalho necessário -, é possível construir uma formulação para o grau de exploração da força de trabalho. Sendo o valor do capital variável igual ao valor da força de trabalho comprada pelo capitalista, e o tempo de trabalho necessário determinado pelo valor dessa força de trabalho, de um lado, e a mais-valia determinada pelo tempo de trabalho excedente, tem-se que a mais-valia se comporta para o capital variável assim como o trabalho excedente para com o trabalho necessário. Assim, a *taxa de mais-valia*²² se expressa pelas relações:

²² Além do conceito de taxa de mais-valia, Marx trabalha também o conceito de massa de mais-valia, que é dada pela magnitude do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valia, ou é igual ao valor de uma força de trabalho multiplicado pelo grau de sua exploração e pelo número de forças de trabalho simultaneamente exploradas. Em outros termos, a massa de mais-valia corresponde à somatória de toda a mais-valia gerada durante um processo produtivo, considerando que, em cada processo, há uma quantia não-unitária de força de trabalho empregada. Supondo que: M é a quantidade de mais-valia; m a mais-valia diariamente fornecida, em

- taxa de mais-valia = trabalho excedente / trabalho necessário ou
- taxa de mais-valia = mais-valia / capital variável

É por isso que, segundo Marx, a taxa de mais-valia é a expressão precisa do *grau de exploração da força de trabalho* pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista: ela expressa não só o quão mais elevado é o tempo de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário (e, portanto, o quanto a mais se produziu para o capitalista em relação à remuneração do trabalhador), mas também o quanto, para além de seu valor, a força de trabalho (capital variável) foi capaz de produzir²³.

Como se nota, a exploração do trabalho é retratada no sentido de que o trabalhador produz um valor, através do emprego de sua força de trabalho, que será apropriado pelo seu oponente no processo produtivo, o capitalista. A exploração deve ser compreendida, dentro desses aspectos, em um duplo sentido. De um lado, pelo fato do sistema capitalista, no desenrolar de sua evolução e na busca de novas formas de valorização do capital, alienar do trabalhador a capacidade de produzir os seus próprios meios de subsistência – como o fazia em sociedades onde prevalecia a produção artesanal e familiar, e o sistema de trocas era pouco desenvolvido -, inserindo-o forçosamente em um processo produtivo do qual ele não tem como se desvencilhar, na medida da garantia de suas próprias condições de vida. E, de outro, na exploração direta durante o processo produtivo, na qual o trabalhador é submetido a um processo de trabalho no qual produz um determinado valor em termos de mercadoria ou, dito de outra forma, agrega um valor superior às mercadorias produzidas, ao que recebe em termos da remuneração de sua força de trabalho. Tão mais intensos e perversos forem os regimes e as jornadas de trabalho, e tão menores forem as remunerações da força de trabalho, tão mais intensa será a exploração do trabalho.

Como apontado anteriormente, o objetivo do capitalista em relação ao processo produtivo, é não apenas comandar esse processo mas, mais do que isso, encontrar novas

média, pelo trabalhador individual; v o capital variável adiantado diariamente para a compra e uma força de trabalho individual; V a soma total do capital variável; f o valor de uma força de trabalho; t'/t o grau de exploração da força de trabalho; e n o número dos trabalhadores empregados. Temos:

$$M = \frac{m}{v} \times V \quad \text{ou} \quad M = f \times \frac{t'}{t} \times n$$

²³ A mais-valia pode também ser expressa através do que Marx chamou de produto excedente, o qual corresponde à parte do produto que representa a mais-valia. Assim como a taxa de mais-valia não é determinada através da relação existente entre a mais-valia e o capital global, mas sim pela sua relação com o capital variável, a dimensão do produto excedente se determina não pela relação entre o produto excedente e o restante do produto total, mas pela relação que existe entre ele e a parte do produto que representa o trabalho necessário.

formas para ampliar a reprodução do capital. Considerando que, durante a jornada de trabalho – que possui um limite definido, porém não inflexível -, parte do tempo de trabalho se destina à produção de valor correspondente ao valor da força de trabalho – que é pago, de forma equivalente, pelo capitalista ao trabalhador na forma de salários -, e que no tempo restante o trabalhador produz o fundo de acumulação do capitalista, a mais-valia – parte da qual retorna ao processo produtivo, para iniciar um novo ciclo, sendo a outra parte destinada aos gastos correntes do capitalista na satisfação de suas necessidades básicas e supérfluas -, o objetivo do capitalista é encontrar formas de ampliar o tempo de trabalho excedente e reduzir o tempo de trabalho necessário. Dada uma jornada de trabalho, a prolongação do trabalho excedente corresponde à redução do trabalho necessário, de maneira que parte do tempo de trabalho que o trabalhador utilizava em seu benefício transforma-se em tempo de trabalho para o capitalista; o que muda não é a jornada do trabalho, mas a repartição entre tempo necessário e tempo excedente.

Mas reduzir o tempo de trabalho necessário significa reduzir o valor que recai nas mãos do trabalhador sobre a forma de salários, o que resulta no fato de que, ocorrendo tal redução, este não terá as condições mínimas de garantir sua subsistência e reprodução. A menos que haja uma redução do próprio valor da força de trabalho, que se realiza se, no período da jornada de trabalho, for produzida uma quantidade maior de mercadorias - ou, de outra forma, em uma jornada de trabalho menor, forem produzidas a mesma quantidade de mercadorias que antes. O que só é possível se for ampliada a produtividade do trabalho.

Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio do qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valores-de-uso. (...) [*Quando*] se trata de produzir mais-valia tornando excedente o trabalho necessário, não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra (...) [*é*] mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que mude o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho. Só assim pode cair o valor da força de trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor. (Ibidem, p. 365-366)

Importante a se destacar é, para que o aumento da produtividade provoque uma redução do valor da força de trabalho, é fundamental que atinja atividades industriais cujos produtos determinem o valor da força de trabalho, vale dizer, que pertençam ao conjunto dos meios de subsistência os quais componham a cesta de consumo do trabalhador, ou que possa substituir tais bens.

A possibilidade de modificar a jornada de trabalho, a fim de ampliar o excedente a ser apropriado pelo capitalista, condiciona o surgimento de duas formas distintas de mais-valia: a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*. A mais-valia absoluta se refere àquela produzida pelo efeito do prolongamento da jornada de trabalho²⁴; a mais-valia relativa é decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre as partes componentes da jornada de trabalho.

As duas formas de mais-valia apresentadas são gestadas dentro do processo produtivo a partir do próprio desenvolvimento das forças capitalistas, principalmente no que diz respeito à evolução dos métodos produtivos. A introdução da maquinaria, por exemplo, provoca transformações nas formas de se produzir e nas relações de trabalho que, de forma indiscutível, se voltam para ampliação da reprodução do capital. Assim, a maquinaria não teria a função de aliviar o trabalho diário do homem, mas ao contrário, e assim como qualquer outro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, baratear as mercadorias, encurtar o período do dia de trabalho no qual o trabalhador se volta à produção de valores para si mesmo, e por fim, de ampliar a parte na qual se gera valores repassados gratuitamente ao capitalista. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas não representa outra coisa a não ser um meio para se produzir mais-valia.

Destacamos três formas apontadas por Marx - além da já citada capacidade de aumentar a produtividade do trabalho - pelas quais a introdução da maquinaria no processo produtivo permite a ampliação da mais-valia, e consequentemente, da exploração do trabalho.

A primeira diz respeito à contratação do trabalho de mulheres e crianças. Ao tornar supérflua a força muscular, a maquinaria traz a possibilidade de se contratar trabalhadores frágeis, ou com o desenvolvimento físico ainda não completo, transformando-se em elemento que amplia o número de trabalhadores assalariados, ao contrário de diminuí-los, como se pensaria de imediato. Como o valor da força de trabalho não era determinado pelo tempo de trabalho que gerasse valor suficiente para manter individualmente cada trabalhador, mas sim de toda sua família – ou seja, suficiente para manter não só sua subsistência, mas também sua reprodução -, ao se alocar os membros da família como força de trabalho, o valor da força de trabalho de um único indivíduo é dividido por toda sua família o que, consequentemente, a

²⁴ Quando se disse, nas páginas anteriores, que a jornada de trabalho tinha um limite definido, porém não inflexível, se fazia referência à possibilidade de sua ampliação – que resulta exatamente na mais-valia absoluta. Obviamente, sempre há um limite máximo para a capacidade de trabalho de um homem – é impossível que se trabalhe durante todo o dia. No entanto, sabendo que não há jornada que dure 24 horas, é sempre possível que, dentro de uma jornada normal, se amplie o tempo de trabalho. Como será apresentado no terceiro capítulo, a criação de formas flexíveis de trabalho, embora aparentemente não se expressem como ampliação da jornada, na verdade são formas disfarçadas de se ampliar o tempo de trabalho excedente.

desvaloriza. E, ainda que a contratação de toda a família resulte num valor, em termos de salário, superior ao pago para o chefe de família, o capitalista passa a ter sob seu controle quatro forças de trabalho. O que quer dizer que o preço da força de trabalho se reduz na proporção em que o trabalho excedente de toda a família ultrapassa o trabalho excedente de um único membro – toda a família oferece ao capital não só trabalho, mas principalmente trabalho excedente. É desse modo que a máquina, ao ampliar o campo de exploração do capital – a força de trabalho -, amplia conjuntamente o grau de exploração.

A segunda se trata da capacidade de ampliar a jornada de trabalho para além dos limites impostos pela capacidade humana. O prolongamento da jornada de trabalho, ao criar as possibilidades para que o trabalho excedente seja estendido em relação ao necessário, por si só torna possível a ampliação da mais-valia. A questão é que, com a máquina, essa possibilidade é potencializada. Em primeiro lugar, porque a máquina intensifica a produtividade do trabalho, permitindo um aumento da produção numa mesma jornada – o que acaba recaindo na redução do preço das mercadorias, e continuamente, do preço da força de trabalho (no caso de tal produto, como já enfatizado, fazer parte da cesta de consumo do trabalhador). Conjuntamente, a máquina não necessita, *a priori*, de força muscular para ser executada, aumentando a possibilidade da contratação de mão-de-obra mais barata – mulheres e crianças – e levando, como apontado no parágrafo acima, à redução do valor da força de trabalho individual. E por fim, o barateamento do valor das mercadorias faz com que elas sejam produzidas abaixo de seu valor social, capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção do valor do produto diário. Assim, a exploração do trabalho se evidencia não só pelo prolongamento da jornada em si, mas também pela depreciação da força de trabalho e pela redução direta de seu valor.

A terceira refere-se à intensificação do trabalho. A análise feita por Marx desse ponto se relaciona diretamente ao ponto tratado no parágrafo anterior. A ampliação desmedida da jornada de trabalho provoca uma reação na sociedade no sentido de pressionar o Estado a implementar medidas legais que limitem a jornada a um período de tempo que não ameace a capacidade de trabalho da classe trabalhadora; como já dito, não se pode trabalhar indefinidamente, com riscos, além de físicos e humanos, para a própria produtividade do capital. Mas, da mesma forma que o prolongamento da jornada de trabalho combina com um trabalho de intensidade mais fraca, uma jornada de trabalho limitada deve ser combinada com um grau maior de intensidade do trabalho. Dessa forma, as manifestações da classe trabalhadora forçaram o Estado a diminuir, de forma coercitiva, o tempo de trabalho; e o capital, por sua vez, reagiu intensificando o trabalho. A redução do tempo da jornada de

trabalho não é acompanhada pela redução da produção que cabe a cada trabalhador: a produção total deve continuar a mesma, o que só se efetiva mediante o aumento da quantidade de trabalho despendido por cada trabalhador, individualmente. E são duas as formas pelas quais a maquinaria, administrada pelas mãos do capitalista, pressiona o trabalhador no sentido de aumentar a intensidade de seu trabalho: ou aumentando a velocidade da máquina, ou ampliando o campo de trabalho, ou seja, a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador. Assim, se por um lado o trabalhador conquista um direito, na garantia da limitação legal da jornada de trabalho, por outro vê a maquinaria impor um dispêndio mais intenso de sua força de trabalho²⁵.

Voltando às duas formas de mais-valia apresentadas, pode-se dizer que a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho para além do ponto no qual o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho, e com a apropriação pelo capitalista desse trabalho excedente. Assim, a produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho, e pressupõe a subordinação meramente formal do trabalho ao capital. Já a produção da mais-valia relativa, que tem seu ponto de partida na mais-valia absoluta, é passível apenas em um modo de produção especificamente capitalista, a partir do desenvolvimento de seus métodos e meios de produção, que redundam na passagem da subordinação à sujeição do trabalho ao capital e, portanto, na ampliação da produtividade do trabalho. Ela revoluciona os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais²⁶.

²⁵ O desenvolvimento das forças produtivas, ainda que seja forte aliada no capital na busca de sua valorização, não deixa de apresentar contradições para este mesmo fim. Ao mesmo tempo em que cria os mecanismos que permite uma maior exploração do trabalho e geração de mais-valia, seja através do prolongamento da jornada de trabalho, ou da redução do valor e da intensificação da força de trabalho, a máquina substitui a força de trabalho que, como mostrado, é a única mercadoria capaz de criar valor. Nesse sentido, a introdução do progresso técnico no processo de produção capitalista deve gerar fontes de exploração que sejam suficientes para compensar a perda de geração de valor ocorrida pela substituição da força de trabalho. Esta é apenas uma contradição, dentre várias, que o modo de produção capitalista apresenta.

²⁶ Sobre este ponto, reproduzido a partir do texto de Marx, deve ser feita uma observação. Marx aponta que a produção da mais-valia absoluta se relaciona à duração da jornada de trabalho, e que, portanto, a ampliação desta forma de mais-valia se dá mediante a ampliação da jornada de trabalho. Ao retratar este ponto, o autor considera o pagamento do salário a partir da forma definida pelo trabalho necessário e de uma produtividade média do trabalho. Quando formos apresentar as concepções desenvolvidas por Marini, ficará claro que a mais-valia absoluta também pode ser ampliada por outro mecanismo, que é a redução do fundo de consumo do trabalhador. Essa forma de aumento da mais-valia absoluta é possível se forem desconsiderados os pressupostos dados por Marx, no sentido de que o valor da força de trabalho permanece sendo definido pelo tempo de trabalho necessário, mas os salários são pagos em um valor abaixo deste. O importante a se destacar é que a relativa desconsideração desse pressuposto não se configura como um erro analítico na fundamentação marxista da teoria elaborada por Marini, já que eles não escapam à realidade a qual ele se dedicou a analisar, nem tampouco que Marx tenha cometido falhas ao adotar tais hipóteses. Dada essas questões, pode-se dizer que essa diferença não resulta em erros ou contradições por parte dos autores, mas apenas que há uma diferença nos pressupostos analíticos adotados por ambos.

De forma puramente descritiva, não parecem ser profundas as diferenças entre as duas formas de mais-valia, uma vez que, consideradas em suas determinações, a mais-valia relativa é absoluta ao exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, se tratadas em seus entremeios, é possível transparecer a relevância de sua diferenciação para a compreensão do modo de produção capitalista – e aqui se evidencia um dos pontos fulcrais para a compreensão do tema da superexploração do trabalho, a ser retratado na próxima seção.

Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna o modo de produção geral, sente-se a diferença entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, quando o problema é elevar a taxa de mais-valia. Admitindo que a força de trabalho seja paga pelo seu valor, ficamos com a alternativa: dados a produtividade do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa de mais-valia com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa de mais-valia variando relativamente as magnitudes das duas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que pressupõe (...) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho. (Ibidem, p. 580)

Ou seja, a produtividade do trabalho e seu grau de intensidade, enquanto reflexos do nível e do padrão em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas de um determinado país, ou região, será fator fundamental na predominância da produção de uma ou outra forma de mais-valia. Mais adiante, quando for discutida a categoria superexploração da força de trabalho, ficará mais clara a relevância dessa diferenciação feita por Marx.

Sendo própria do modo de produção capitalista e da subordinação e sujeição do trabalho ao capital, mais que um mero resultado do emprego da força de trabalho, a mais-valia é resultado do *trabalho produtivo*. Para Marx (1980, p. 391), trabalho produtivo é aquele que - ao implicar uma relação nitidamente determinada entre comprador e vendedor de trabalho, e a partir da função da força de trabalho de gerar valor - “*no sistema de produção capitalista, produz mais-valia para o empregador ou o que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalistas e, por conseguinte, trabalho que produz o próprio produto como capital*”. Nesses termos, o que caracteriza o trabalho produtivo é sua capacidade de criar valor de troca, não tendo relação com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular, ou com o valor-de-uso peculiar no qual se manifesta²⁷.

²⁷ Como o trabalho produtivo é trabalho que gera mais-valia e, por conseguinte, é trabalho remunerado, é comum se utilizar a noção de trabalho assalariado como trabalho produtivo. No entanto, um trabalho pode ser

Os desdobramentos de todas essas questões recaem no que Marx chamou de “lei geral da acumulação capitalista”, e que fornece a base política e teórica de toda a discussão empreendida por Ruy Marini, no tratamento do subdesenvolvimento periférico, da consolidação da situação de dependência, e da definição do conceito de superexploração da força de trabalho. Antes de entrar nos meandros dessa lei, é mister destacar e diferenciar as duas formas de reprodução do capital, definidas por Marx, no processo de produção capitalista: a *reprodução simples* e a *reprodução ampliada*.

O processo de produção capitalista, independente de sua forma social, percorre de forma contínua determinadas fases. Isso faz com que esse processo de produção seja também um processo de reprodução, ambos determinados pelas mesmas condições. Uma determinada sociedade só pode manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante certo período os meios de produção consumidos durante a produção; parte determinada da produção anual pertence à produção, e deve se converter em novos materiais para que o processo tenha continuidade. Se o processo de produção é o meio através do qual o trabalho se transmuta em instrumento capaz de criar valor, a reprodução nada mais é que o meio de reproduzir e de expandir o valor antecipado como capital. Se o capitalista utiliza todo o rendimento gerado em forma de mais-valia para seu consumo pessoal, consumindo-o no mesmo período em que o ganha, tem-se então uma *reprodução simples*. A reprodução simples, que esquematicamente envolve um departamento produtor de meios de produção e um departamento produtor de bens de consumo, diz respeito a uma mera repetição do processo de produção na mesma escala, já que toda a mais-valia apropriada pelo capitalista é gasta em consumo improdutivo, ou em bens de consumo.

A *reprodução ampliada*, por sua vez, parte de uma lógica oposta: se a reprodução simples permite a visualização da origem da mais-valia a partir do capital, a reprodução ampliada parte do processo de acumulação de capital, originário da transformação da mais-valia em capital. Aqui, a mais-valia não é convertida totalmente em consumo improdutivo, mas parte dela é transformada em capital para o início de um novo ciclo do processo produtivo. Esse novo ciclo terá uma quantidade de capital superior ao ciclo anterior, com o que se permite adquirir mais meios de produção e, conseqüentemente, ampliar a produção. Produção esta que resulta em uma mais-valia superior. Ainda que esse esquema seja composto pelos mesmos departamentos do esquema anterior, em se mantendo as demais

assalariado, mas não ser produtivo: médicos que trabalham por conta própria recebem uma remuneração por seu trabalho, mas não estão valorizando nenhum capital e, por isso, não se enquadram como trabalho produtivo; seu trabalho só seria produtivo se trabalhassem para um outro agente (por exemplo, no caso de serem funcionários de um hospital, pertencente a um outro indivíduo).

condições, cada novo ciclo terá uma quantidade de capital maior, e por isso, uma mais-valia maior. Na reprodução ampliada, ao contrário da mais-valia ser toda apropriada e gasta em bens de consumo, ela é repartida em duas frações, parte da qual é reinvestida em capital constante e capital variável.

A partir da exploração dos pontos tratados acima, a “*lei geral da acumulação capitalista*” se apresenta como o esforço de Marx em apresentar como se estabelece o processo de acumulação de capital, a partir do estudo sobre a composição do capital e as modificações que ele experimenta no decorrer do processo produtivo, bem como seus impactos, efeitos e determinantes sobre as relações de trabalho. Para tanto, parte da idéia de que, mantida constante a composição do capital, a procura por força de trabalho aumenta à medida que amplia a acumulação.

Em termos de sua composição, o capital pode ser apreciado sobre duas esferas. A primeira, do ponto de vista do valor – chamada de *composição valor* ou *composição orgânica do capital* - é determinada pela proporção na qual o capital se divide em constante (valor dos meios de produção, c) e variável (valor da força de trabalho empregada, ou soma global dos salários, v)²⁸. Formalmente, pode ser representada pela relação c/v . A segunda, do ponto de vista da matéria utilizada no processo produtivo – chamada de *composição técnica do capital* – é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados (MP) e a quantidade de força de trabalho (FT) necessária para empregar esses meios de produção. Formalmente, pode ser representada por MP/FT , expressão do quanto de força de trabalho é necessária para acionar determinada quantidade de meios de produção.

A justificativa para considerar a composição orgânica do capital como sendo a própria composição do capital - na medida em que se refere a ela como composição valor, ou simplesmente de composição do capital - está no fato dela ser determinada pela composição técnica do capital e refletir suas modificações. Dito de outra forma, a proporção dos valores empregados em meios de produção e força de trabalho depende diretamente da quantidade de cada um destes fatores que é efetivamente empregado na esfera produtiva. Se a produtividade de cada um desses fatores se modifica – seja pelo efeito do emprego de uma nova maquinaria, seja pelos efeitos resultantes da redução ou ampliação da jornada de trabalho sobre a produtividade dos trabalhadores, por exemplo -, tal modificação será expressa, pela composição orgânica, em termos de valor. É por isso que a composição orgânica pode ser tomada como a própria composição do capital.

²⁸ Essa forma de composição do capital já havia sido retratada anteriormente, na página 18.

Voltando ao ponto de partida, Marx tenta mostrar que, supondo que não seja alterada a composição do capital, ou seja, mantendo fixa a proporção na qual o capital se reparte em constante e variável – determinada massa de meios de produção ou determinado capital constante exija sempre, para sua realização enquanto produto, a mesma quantidade de força de trabalho empregada -, sempre que houver um acréscimo de capital, haverá também uma ampliação da procura de trabalho e do fundo de subsistência dos trabalhadores (seus salários) na mesma proporção, e tanto mais rápido será esse acréscimo quanto mais intenso for o processo de acumulação.

Como, a cada período produtivo, o capital produz determinada massa de mais-valia que, dentro dos moldes da reprodução ampliada, sempre se converte fracionalmente em capital (e, portanto, faz com que o capital cresça), e acréscimo de capital necessariamente se converte em acréscimo de força de trabalho, haverá sempre uma demanda crescente por trabalho. Ocorre que, a depender das necessidades de acumulação do capital, pode-se chegar ao ponto no qual a procura por força de trabalho seja maior que sua oferta. Havendo uma demanda por trabalho superior a sua oferta, o salário pago àqueles que efetivamente estão trabalhando tende a se elevar, de tal forma que os salários passam a ser função do ritmo de crescimento do capital. Tudo isso dentro das condições iniciais: mantendo fixas as proporções entre capital constante e capital variável.

Independente se, sobre tais circunstancias, a reprodução dos trabalhadores é realizada de forma mais favorável, em nada se modifica o caráter da reprodução capitalista. A força de trabalho não tem como se desvencilhar do capital, tendo sempre que se incorporar a ele já que, desprovida dos meios de produção, tem na sua mercantilização a única forma de garantir sua própria reprodução. Ao garantir sua sobrevivência, o trabalhador garante também a ampliação do capital: a sua reprodução constitui o fator de reprodução do capital, já que o trabalho vivo é o único capaz de criar mais-valia, valor adicional. Nesses termos, ainda que os trabalhadores tenham condições de ampliar seus gastos – já que seus salários, nessas condições, aumentam com a ampliação do capital -, não se elimina a dependência e exploração do assalariado, a qual se firma na interdependência reprodutiva de ambos. Por isso, e na medida em que depende da incorporação contínua da força de trabalho, acumular capital é aumentar o proletariado, o fator fundamental de sua reprodução. É assim que o assalariado, ao mesmo tempo, produz capital e se subordina a ele, seu próprio produto.

Dentro de termos lógicos, não é função do capitalista adquirir força de trabalho para se satisfazer com os serviços passíveis de ser prestado por esta, e muito menos deixar que ocorra naturalmente uma elevação dos salários, pelo mecanismo apresentado acima. O objetivo do

capitalista é ampliar seu capital, produzir mercadorias que contenham um valor superior ao adiantado no início do processo produtivo. A lei absoluta do modo de produção capitalista é produzir mais-valia. E na medida em que a mais-valia nada mais é que trabalho não-pago, a lei da produção capitalista, que relaciona capital, acumulação e salários, se expressa na relação entre o trabalho gratuito transformado em capital, de um lado, e o trabalho adicional necessário para acionar o capital expandido, de outro.

A lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos. (MARX, 2008: 724)

O que se quer dizer então é que, dentro daquilo que cabe como função e objetivo dos capitalistas, os salários, enquanto trabalho pago, devem ser restritos a um limite no qual os fundamentos da reprodução ampliada do capital fiquem resguardados. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago – que resulta na ampliação do capital –, consequentemente cresce a quantidade de trabalho pago, na medida em que um maior capital se reverterá em maior capital variável e, portanto, maior demanda por força de trabalho e uma maior massa de salários pagos. Se a demanda por força de trabalho cresce para além de sua capacidade de oferta, haverá necessariamente uma elevação dos salários, decrescendo a quantidade de trabalho não-pago. Do lado oposto – mas consecutivamente – se a queda do salário não-pago é suficiente para se atingir um nível no qual ou o capitalista não tem mais trabalho excedente do qual se apropriar, ou não possui mais o capital suficiente para adquirir a quantidade de trabalho excedente mínima para a reprodução e ampliação, o processo de acumulação perde sua força, num movimento que leva à queda da demanda por mais trabalho e à pressão decrescente sobre os salários – que eleva o trabalho não-pago, e revigora a capacidade de reprodução do capital.

Tais movimentos seriam os responsáveis pela variação dos salários, se mantida a condição inicial de não se alterar a composição do capital. No entanto, são outros os motivos que levam à modificação relativa dos salários.

À medida que o sistema capitalista avança, o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa força impulsionadora do processo de acumulação,

tomando o lugar antes ocupado pela incorporação da força de trabalho. Como já apontado anteriormente, o grau de produtividade do trabalho²⁹ se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num determinado período de tempo, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho: a massa dos meios de produção que ele transforma aumenta com a produtividade do trabalho. O acréscimo da produtividade do trabalho se respalda, nesse sentido, na redução da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento.

As condições dadas inicialmente são, desse modo, alteradas. O aumento da produtividade do trabalho traz em si, como condição, a modificação da composição técnica do capital, ao aumentar a massa dos meios de produção comparativamente à massa de força de trabalho que o aciona – ou ao ampliar a quantidade de meios de produção que é transformada, por cada trabalhador em uma mesma jornada de trabalho, em produto. Tal modificação se expressa na composição do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável. Com o aumento da produtividade do trabalho, é possível que a repartição do capital em meios de produção e força de trabalho se altere em favor dos primeiros. E, na medida em que a magnitude relativa da fração que representa o valor dos meios de produção consumidos (a parte constante do capital) está na razão direta do progresso da acumulação, ao passo que a magnitude relativa da fração que representa o valor pago à força de trabalho (a parte variável do capital) está na razão inversa desse progresso, a produtividade do trabalho necessariamente traz um efeito positivo ao processo de acumulação³⁰.

A produtividade do trabalho, nesses termos, possui uma tênue capacidade de provocar uma pressão baixista tanto sobre a massa de salários quanto dos salários em si. Primeiramente, porque a simples modificação na divisão do capital em constante e variável, com a ampliação do primeiro em proporção maior que a do segundo, faz com que uma menor quantidade relativa de trabalhadores seja contratada e, por isso, uma menor massa de salários seja despendida, reduzindo relativamente a soma do trabalho não-pago. Observando do ponto de vista da composição técnica, se um único trabalhador é capaz de modificar uma quantidade

²⁹ A descrição do grau de produtividade do trabalho, ou do aumento da produtividade do trabalho, já havia sido apresentada anteriormente, na página 23 deste texto.

³⁰ Importante destacar que Marx (Ibidem, p. 726) aponta que a mudança na composição do valor do capital só revela de maneira aproximada a alteração ocorrida na composição técnica. Isso porque, com o aumento da produtividade do trabalho, não só aumenta o volume dos meios de produção consumidos, mas também cai o valor desses meios de produção em relação a seu volume. O valor dos meios de produção aumenta em termos absolutos, mas não em proporção à ampliação do volume utilizado. Assim, o aumento da diferença entre capital constante e capital variável é menor que o aumento da diferença entre a massa dos meios de produção em que se converte o capital constante e a massa da força de trabalho que se converte em capital variável, ou seja, a variação na composição do capital é menor que a variação na composição técnica do capital.

maior de meios de produção no mesmo período de tempo com o aumento da produtividade do trabalho – ou, de outra forma, se um único trabalhador modifica a mesma quantidade de meios de produção em um tempo menor –, um menor número de trabalhadores será necessário durante o processo produtivo. Com uma menor demanda relativa por trabalho, há uma distribuição desproporcional entre trabalho pago e trabalho não-pago, sempre favor do segundo.

Mas o aumento do grau da produtividade do trabalho pressupõe elevados investimentos, sejam na aquisição de técnicas de produção mais modernas, seja no próprio desenvolvimento de métodos produtivos e de trabalho mais eficientes. A realização de investimento, por sua vez, necessita da aglutinação de uma determinada soma em capital, suficiente para realizá-lo sem que o processo produtivo, no que diz respeito a fracionamentos do capital, seja prejudicado. Sendo assim, é necessária uma determinada acumulação ou centralização do capital, as quais podem se realizar de distintas maneiras.

Sabendo que todo capital individual é uma concentração de meios de produção nas mãos de um determinado capitalista, a acumulação pode se efetivar pelo simples processo de reprodução ampliada desse capital, que permite ao capitalista individual ampliar a base de produção em larga escala, tipicamente capitalista. Ao mesmo tempo, frações de grandes capitais podem se destacar e passar a funcionar como capitais individuais – como ocorre, por exemplo, com a divisão da riqueza de uma família capitalista. Seja de uma ou outra forma, a acumulação se expressa tanto através da concentração dos meios de produção e do controle sobre a força de trabalho, quanto da repulsão de grandes capitais que se fracionam em diversos capitais individuais menores.

De outro lado, é possível que exista uma força de atração de capitais individuais, transformando muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes, num processo de expropriação do capitalista pelo capitalista. Aqui ocorre um processo de concentração propriamente dita já que, diferentemente do processo de ampliação ou repartição de um capital, que está limitado pelo grau de crescimento da riqueza social existente, não há limites para seu crescimento, desde que existam capitalistas que agreguem riquezas as quais possam ser absorvidas por outros capitalistas.

O importante a se perceber é que a centralização completa o processo iniciado pela acumulação, ao permitir que o capitalista amplie a escala de suas operações. E a ampliação dessa escala, que traz consigo o próprio crescimento desse capital individual, inicia um momento no qual os grandes capitais passam a absorver os pequenos, não só porque os pequenos capitais decidem se unir aos grandes, num movimento claro de se fortalecer, mas

porque o processo de concorrência leva a que os pequenos capitais sejam esmagados pelos grandes. A concorrência se estabelece tanto pelo fato dos grandes capitais apresentarem ganhos de escala e preço, tendo condições de produzir suas mercadorias a um menor custo e vendê-las a um menor preço, quanto pelo aumento da dimensão mínima de capital individual para se levar um negócio adiante, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. E como reforço do processo de concorrência surge a figura do crédito, enquanto mecanismo financeiro que permite chegar às mãos do capitalista os recursos necessários ao domínio cada vez maior de capitais individuais. É por isso que, segundo o autor, a concorrência e o crédito são as mais poderosas alavancas da centralização. De forma resumida,

[as] massas de capitais amalgamadas (...) pela centralização do capital reproduzem-se e aumentam com as outras, mas com maior rapidez, de forma que se tornam novas alavancas poderosas da acumulação social. (...) Os capitais adicionais que se formam no curso da acumulação normal servem preferentemente de veículo para explorar novos inventos e descobertas, para introduzir aperfeiçoamentos industriais em geral. Mas também o capital velho chega, com o tempo, ao momento de renovar-se, de mudar de pele e de renascer com feição técnica aperfeiçoada, que reduz a quantidade de trabalho e põe em movimento maior quantidade de maquinaria e matérias-primas. A redução absoluta da procura de trabalho que necessariamente daí decorre será, evidentemente, tanto maior quanto mais tenha o movimento de centralização combinado os capitais que percorrem esse processo de renovação. O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava. (Ibidem, 731)

A acumulação e a centralização, nesse sentido, aprofundadas pelas figuras da concorrência e do crédito, representam essa renovação do capital, que é reorganizado para se transmutar em novas técnicas e métodos produtivos e que, ao ampliar a produtividade, dispensam um número cada vez maior de mão-de-obra – contraindo a parte variável do capital em relação a sua parte constante, e ampliando o trabalho não-pago à custa do trabalho pago.

Posto isso, fica determinado que a lógica do aumento da produtividade traz, em si, a redução da parte variável do capital. Se a procura de trabalho é determinada não pelo capital global, mas sim pela sua parte variável, uma ampliação do capital resulta, então, ou na redução de sua parte variável - pela maior destinação de capital para a composição da parte constante – ou em sua incorporação, mas em proporções cada vez menores – no caso de parte do capital se converter em novas plantas produtivas. De uma forma ou de outra, é sempre necessário que a acumulação de capital global seja acelerada para absorver tanto um número adicional de trabalhadores quanto para manter ocupados os que já estavam empregados. Isto, no entanto, não exclui o fato de que possa existir uma população trabalhadora excedente.

De um modo geral, o aumento do capital variável está sempre associado à sua contraposição, representada seja na repulsão de trabalhadores empregados, seja na dificuldade de absorção da população trabalhadora adicional. Ainda que o aumento do capital global possa se converter em aumento do capital variável – e isso sempre acontece no decorrer do desenvolvimento capitalista –, esse aumento se dá coadunado com a redução do número de trabalhadores em outros setores, pela incorporação de tecnologias e pela ampliação da produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional inevitavelmente resulta em aumento do contingente de trabalhadores. É assim que, na média, amplia-se a escala na qual a atração maior de trabalhadores está ligada à maior repulsão deles. E é assim que *“a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”*. (Ibidem, p. 733)

Assim, a população trabalhadora excedente, enquanto produto necessário da acumulação do capital, passa ela própria a ser um elemento fundamental para essa acumulação. Não só se firma como elemento que cria uma pressão baixista sobre os salários – e, aqui, reside um outro motivo que fundamenta a existência de baixos salários –, ampliando a parte do trabalho não-pago, como se porta como reserva constante para um capital que está sempre em expansão. A toda e qualquer necessidade de expansão do capital, o exército industrial de reserva se apresenta como a fonte crescente de trabalho produtivo a baixos custos. Por isso, *“não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar à sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural”*. (Ibidem, p.738)

A possibilidade de que um capital variável maior ponha em movimento uma quantidade maior de trabalho, sem que seja necessário a contratação de força de trabalho – possível pela ampliação da produtividade do trabalho – leva a que a formação de um exército industrial de reserva – ou de uma superpopulação relativa³¹ –, através da liberação de

³¹ De acordo com Marx, a superpopulação relativa pode se apresentar em quatro formas distintas. A primeira é a forma *flutuante*, na qual, em determinados ramos de atividade, os trabalhadores se encontram em uma situação de atração e repulsão contínua mas, como a atração é sempre superior, no conjunto o número de empregados aumenta, sempre numa proporção decrescente com o aumento da escala de produção. A segunda é a forma *latente* - recorrente no trabalho rural –, que se firma à medida que a produção capitalista se apodera da agricultura e os trabalhadores são dispensados, mas sem uma contrapartida de novas contratações. Com isso, a população que antes trabalhava no setor agrícola passa a engrossar as filas do exército de reserva do trabalho não-agrícola, o que pressupõe que no campo há sempre uma população excedente latente. A terceira, a forma *estagnada*, é constituída pela fração de trabalhadores que tem emprego, mas sua ocupação é totalmente irregular,

trabalhadores, ocorra de forma muito mais rápida que a transformação técnica do processo de produção, fazendo desta uma forma mais eficiente de produzir mais-valia e consequentemente, de acumular capital. Com isso, tem-se um duplo movimento, que conduz necessariamente à ampliação da acumulação: de um lado, um número relativamente mais reduzido de trabalhadores, submetidos a um trabalho cada vez mais excessivo; de outro, trabalhadores desempregados, que pressionam os ocupados a se submeter cada vez mais a salários reduzidos e aos desmandos do grande capital.

E todo esse processo se amplia à medida que o capitalismo se desenvolve e a estrutura produtiva vai se modificando e se modernizando. Vale dizer, à medida que o sistema capitalista evolui, amplia-se a relação entre capital constante e capital variável (c/v) e, conseqüentemente, a produtividade e o excedente produzido, ao mesmo tempo em que se amplia a exploração sobre a massa de trabalhadores.

Os movimentos acima estabelecidos, que contrapõe capital, salários, acumulação e exército industrial de reserva suscitam, no mínimo, duas relações dialéticas. De um lado, o capital, ao gerar os elementos de sua acumulação, e com isso, reduzir a proporção do capital variável em favor da ampliação do capital constante, reduz o montante de trabalhadores empregados em relação aos meios de produção. A questão é que, como apontado, a força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar valor. Assim, a acumulação de capital cria os elementos que reduzem a participação relativa da única mercadoria capaz de reproduzir valor, reprodução fundamental para a continuidade do processo de acumulação. De outro lado, o trabalhador, ao criar valor, cria o exato elemento que o torna supérfluo ao processo produtivo, na medida em que o valor criado, transformado em capital, se reverte mais em capital constante que em capital variável. Dessa forma é responsável, ainda que indiretamente, pela ampliação da utilização de máquinas e equipamentos, e pela sua própria repulsão do processo produtivo – ou, no limite, por uma ampliação de sua contratação em proporções cada vez menores, e sempre abaixo da proporção em que se acrescenta o capital constante. Como se nota, ainda que possam ser tratados como duas relações dialéticas, são profundamente imbricadas e, por isso, causa e efeito uma da outra.

E é no fulcro desses movimentos e relações que se estabelece a lei geral da acumulação capitalista:

sendo caracterizada por uma duração máxima do tempo de trabalho, e mínima de salários, como é o caso dos trabalhos a domicílio; de fato, é a parte da população que se torna supérflua na indústria e na agricultura, sendo o componente da classe trabalhadora que possui uma participação relativamente maior que a dos demais componentes. E por fim, a quarta forma é composta por aqueles que vivem em situação de *pauperismo*: é o peso morto do exército industrial de reserva. Compõe-se de toda a população apta para o trabalho mas que, por não ter acesso ao mesmo, vive em situação de miséria e indignidade.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (Ibidem, p. 748)

E mais:

Patenteia-se a insanidade da sabedoria do economista que prega aos trabalhadores adaptarem seu número às necessidades de expansão do capital. O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número a essas necessidades. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e ao fim, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo. (...) *[Quanto]* maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (Ibidem, p. 748)

É no bojo de toda essa discussão que Ruy Marini fundamenta sua tese sobre o desenvolvimento capitalista na periferia e sobre a superexploração da força de trabalho, os quais serão tratados na seção seguinte.

1.2.4 A superexploração da força de trabalho

A fundamentação da categoria *superexploração da força de trabalho*, delimitada por Ruy Marini no âmbito das discussões da teoria da dependência, se relaciona de forma estreita à compreensão que o autor – juntamente com os demais teóricos vinculados à vertente marxista dessa corrente teórica – tinha da forma através da qual se consolidou o sistema capitalista de produção na periferia. Ao contrário do que conclamavam as teorias clássicas – que tratavam o desenvolvimento como uma sucessão de estágios, que conduziam de um extremo primitivo a um extremo ótimo, a partir da reunião de certas características mínimas por parte das economias, como o progresso técnico –, Marini não estabelecia necessariamente uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, mas ao contrário, via neste a reunião de elementos e mecanismos perversos e desiguais que, nos limites das relações

econômicas internacionais, promovia o desenvolvimento de certas regiões, e concomitantemente e de forma extremamente imbricada, o subdesenvolvimento e a dependência em outras. É por isso que compreender o conceito de superexploração da força de trabalho passa, necessariamente, pela compreensão do tipo de capitalismo que se desenvolveu na periferia.

Marini busca na expansão comercial do capitalismo nascente no século XVI, e na forma como a economia latino-americana se desenvolve em estreita consonância com essa dinâmica, a configuração da situação de dependência, que viria a determinar todo o posterior desenvolvimento da região, definida a partir da divisão internacional do trabalho. Fornecedores de bens naturais num primeiro momento, os países da região se articulam comercialmente à Inglaterra, produzindo e exportando produtos primários em troca de bens manufaturados, quando já consolidados seus processos de independência. De imediato, essa relação comercial se converteu em déficits no balanço de pagamentos dos países latino-americanos, os quais eram cobertos por empréstimos externos, que garantiam a capacidade de importação. Quando o fluxo comercial se reverte em superávit para esses países, o saldo positivo era transferido para a “metrópole” como forma de pagamento dos empréstimos. *“É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região”* (MARINI, 2000: 109). E é em decorrência disso que estabelece a relação de dependência³² entre essas regiões.

Inserida na economia internacional como fornecedora de produtos primários, a América Latina se firma como elemento fundamental no desenvolvimento industrial dos países centrais. De fato, a especialização pela qual os países centrais necessitaram passar, em seu processo de industrialização, pressupunha, de um lado, o bloqueio da produção agrícola, como forma de canalizar seus recursos e esforços para a nascente indústria, e de outro, encontrar meios de ter acesso a bens primários – alimentos e matérias-primas -, sem os quais a industrialização não tinha formas de se realizar. É dessa forma que os países latino-americanos participaram da industrialização dos países centrais, movimento que levou ao aprofundamento não só da divisão do trabalho, mas também da especialização dos países centrais como produtores mundiais de manufaturas. Logo, à sua função de criar uma oferta mundial de alimentos, foi acrescentada a função de formar um mercado de bens

³² O conceito de dependência trabalhado por Marini já foi apresentado, na página 17.

manufaturados. É assim que, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (Ibidem, p. 112-113)

Esse deslocamento da predominância da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa não se dá somente pelo fato dos países capitalistas centrais serem pioneiros na utilização de técnicas de produção mais avançadas – ou seja, pelo fato de possuírem uma composição orgânica do capital mais complexa. O simples domínio dessas técnicas mais desenvolvidas não permite uma maior cota de mais-valia relativa, para o que é essencial a modificação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Ao utilizar uma técnica mais avançada, um capitalista individual apenas produz uma quantidade maior de mercadorias, o que leva a uma redução individual de seu valor. Mas isso não necessariamente reverte em modificação do valor global das mercadorias, já que essa tecnologia, em um primeiro momento, não é acessível a todos os capitalistas. Assim, nesse primeiro estágio, o que se tem é um capitalista individual que consegue produzir uma quantidade relativamente maior de produtos em uma mesma jornada e, com isso, rebaixar o valor individual destes em relação ao valor de mercado, o que lhe confere uma *mais-valia extraordinária* em relação aos outros capitalistas³³. Se essa técnica mais avançada se dissipa sobre todos os demais capitalistas, ter-se-á um movimento de uniformização da taxa de produtividade. Mas, ainda assim, o valor global das mercadorias não se amplia em decorrência da utilização generalizada dessa nova técnica, e conseqüentemente, não há ampliação da cota de mais-valia. Nesse segundo estágio, no qual há uma ampliação da massa de produtos da economia, o valor geral das mercadorias permanece o mesmo, proporcionalmente ao aumento da produtividade. Ou, dito de outra forma, o valor social da unidade de produto se reduz em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho³⁴. Assim, a única forma de se ampliar a cota de mais-valia é através da modificação na proporção entre o tempo de trabalho

³³ A mais-valia extraordinária é a resultante da ampliação da mais-valia de um capitalista individual, sem que ocorra uma ampliação generalizada da cota mais-valia na economia. Sendo assim, trata-se de uma repartição da mais-valia a favor de um capitalista particular – a parte da mais-valia que se destina a ele aumenta – em detrimento dos demais.

³⁴ Esse ponto demarca a diferença entre os conceitos de *produtividade* e de *mais-valia relativa*, que muitas vezes, e de forma errônea, são tratados como similares. Ainda que a ampliação da produtividade seja fundamental para o aumento da mais-valia relativa, ela não é necessariamente determinante para que esse aumento ocorra.

excedente e o tempo de trabalho necessário, com ampliação do primeiro em detrimento do segundo. A ampliação da mais-valia passa, então, pela redução do valor da força de trabalho, ou do seu equivalente, o salário.

Mas, tomando por base a teoria do valor-trabalho de Marx, a redução dos salários só é possível se for reduzido o valor necessário à garantia da subsistência e reprodução da classe trabalhadora – já que o salário é a expressão monetária desse valor. Para reduzir esse valor, é necessário reduzir o valor da cesta de consumo da classe trabalhadora, composta pelos bens-salários. Na medida em que os bens-salários são compostos basicamente por produtos primários, e considerando que a oferta mundial desses alimentos era garantida pela periferia latino-americana, fica expressa a forma pela qual as exportações da região se firmam como de fundamental importância não só para a modificação do eixo de acumulação nos países centrais e para a passagem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, mas também para a consolidação da situação de dependência e para o surgimento daquilo que o autor chamou de superexploração da força de trabalho. A ampliação conjunta da oferta de bens primários e da depressão de seus preços³⁵ no comércio internacional conduziram à redução do valor da força de trabalho nos países industrializados, permitindo que o incremento de sua produtividade se convertesse em cotas cada vez mais elevadas de mais-valia.

Se, de um lado, há um claro movimento de redução dos preços dos produtos primários, o mesmo não pode ser dito em relação aos bens manufaturados, que ou mantêm seus preços estáveis ou, no limite, o reduzem lentamente. Ao estabelecer uma troca entre produtos que tem seus preços reduzidos gradativamente e outros que mantêm seus preços estáveis, compõe-se um intercâmbio desigual que, ao ser reflexo da própria depreciação dos preços dos bens primários, conduz a um processo de intensificação da deterioração dos termos de troca.

Passando da esfera de análise das relações individuais para as relações macroeconômicas, Marini mostra como o intercâmbio desigual se efetiva tanto no âmbito dos mecanismos internos à esfera de produção, quanto para os mecanismos que atuam em diferentes esferas que se inter-relacionam. O primeiro caso se estabelece por conta dos diferenciais de produtividade que, como apresentado acima (para o caso de capitalistas individuais), permite que bens similares, oriundo de fontes diversas, possuam preços diferentes. É assim que um país, que possua graus mais elevados de produtividade – independente de produzir bens primários ou manufaturados – consegue fazer com que os

³⁵ A depressão dos preços dos produtos primários é, claramente, uma resultante do próprio movimento de ampliação da oferta desses bens no comércio internacional.

preços de seus produtos sejam inferiores aos preços de seus concorrentes (os preços de mercado), com o que ele obtêm, na concorrência intra-capitalista, um lucro extraordinário. Já o segundo caso se estabelece no intercâmbio de diferentes mercadorias, e pressupõe o monopólio da produção por parte de um país. Ao produzir um bem de maneira exclusiva, uma nação tem em suas mãos o mecanismo para vender este bem a um preço superior ao seu valor de produção, fazendo com que as nações desfavorecidas transfiram gratuitamente parte do valor gerado internamente. É desse mecanismo que se configura o intercâmbio desigual na concorrência inter-capitalista, e exclusivamente o que nos interessa para o caso retratado, considerando as relações comerciais entre a periferia latino-americana e os países centrais.

Disso conclui Marini que

[frente] a esses mecanismos de transferência de valor, (...) podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. (...) O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos (Ibidem, p. 121-122)

Ou seja, mediante o estabelecimento de um tipo de troca que necessariamente leva à transferência de valor da nação desfavorecida para a nação detentora do monopólio, a primeira necessita criar mecanismos que compensem essa transferência, uma vez que, ao transferir o valor, o processo de realização e reprodução interna do capital é interrompido. Esse tipo de capitalismo, que não se “completa”³⁶ pela não realização interna do capital – que Marini chama de capitalismo *sui generis* –, é o tipo de capitalismo que caracteriza as nações latino-americanas, enquanto participantes de um intercâmbio desigual que troca bens primários por bens manufaturados. Nesse sentido, observa-se que o capitalista da nação desfavorecida, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias exportadas, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio

³⁶ Nesse ponto, quando se diz em um “*capitalismo que não se completa*”, não estamos querendo dizer que o capitalismo nos países periféricos é um tipo de capitalismo que ainda não se desenvolveu por completo. Ao contrário disso, consideramos que o sistema capitalista nessas regiões possui seus mecanismos de valorização exacerbados, o que faz com que sejam, certamente, mais voltados aos atendimentos das demandas do capital – e por isso, poderiam até ser considerados *mais* capitalismo que em outras regiões. O termo utilizado é apenas uma alusão ao fato de que, como a renda que deveria ser realizada internamente é transferida para os países centrais, a reprodução ampliada do capital interno é interrompida. E é exatamente para permitir que o capitalismo periférico faça prevalecer sua lógica é que são utilizados os mecanismos de superexploração da força de trabalho.

internacional – ou seja, as perdas ocasionadas a nível do comércio internacional são corrigidas a nível das relações internas de produção. E é por isso que vão se consolidar, no interior dessas economias, os mecanismos de compensação fundados na maior exploração do trabalho.

Nesses termos, a transferência de valor, decorrente do intercâmbio desigual, nada mais é que a transferência da mais-valia gerada nos países periféricos. E a compensação dessa transferência - que, como dito, não se realiza no plano das relações do comércio internacional, mas sim internamente – não pode se dar por meio da ampliação da produtividade. Primeiro porque, como já apresentado, a ampliação da produtividade, por si só, não garante o aumento da cota de mais-valia. Em segundo lugar, porque as nações periféricas não conseguem desenvolver uma base técnica que dê condições suficientes para que a ampliação da mais-valia se dê mediante o aumento da produtividade. E por fim, como os setores de composição orgânica do capital mais elevados estão presentes nos países centrais, enquanto que os países periféricos possuem uma composição orgânica do capital inferior, o comércio entre estas nações será sempre um comércio de produtos com diferentes valores agregados e que, portanto, tende a perpetuar os mecanismos de transferência de valor. Assim, somente o aumento dos graus de exploração do trabalho, e não o incremento de sua capacidade produtiva, pode permitir aos países periféricos a ampliação da mais-valia em graus suficientes para compensar a transferência de valor.

Seriam três os principais mecanismos, atuando de forma isolada ou combinada, através dos quais as nações periféricas conseguiriam ampliar a mais-valia como forma de efetivar o processo de acumulação capitalista. O primeiro seria o *aumento da intensidade do trabalho*, através do qual o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior ao que produzia antes³⁷. O

³⁷ Aqui é importante destacar que a produção de uma maior quantidade de bens em uma mesma jornada de trabalho pode se dar tanto pela intensificação do trabalho (que resulta em maior desgaste da força de trabalho) quanto pela internalização de nova tecnologia, mecanismos estes que conduzem a um aumento da produtividade do trabalho. Nesse caso, caberia analisar se esse aumento resulta em ampliação da massa de mais-valia (e não apenas no aumento da mais-valia extraordinária, como mostrado anteriormente), e se ela resulta em redução do trabalho necessário ou do valor pago ao trabalhador. Quando Marini aponta o aumento da intensidade do trabalho como forma de criar novo valor e compensar o valor transferido no âmbito do comércio internacional, sua intenção é de mostrá-lo enquanto mecanismo que amplia a fração do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, o que acaba por levar a uma maior superexploração do trabalhador. Isso porque o aumento da produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias, resultando na redução do valor da força de trabalho, tal como no mecanismo definido por Marx. O ponto é que, mesmo ocorrendo uma redução do valor da força de trabalho – resultando, nesse caso, no fato de que a redução salarial não se converteria em pagamento abaixo do valor, mas sim no valor menor a ser definido pela redução do tempo de trabalho necessário -, ou aumento da intensidade do trabalho resultante desse processo acaba conduzindo a novas necessidades para que o trabalhador consiga se reproduzir – um vez sendo seu desgaste maior, seja pela intensificação do trabalho, seja pela imposição de um ritmo mais frenético, ditado pela máquina -, o que, necessariamente, leva ao aumento de

segundo seria a *prolongação da jornada de trabalho* que, como o próprio termo já revela, trata-se da extensão do tempo de trabalho, de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro se trata da *apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador*, com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital.

Esses mecanismos, adotados prioritariamente em países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, alienam ao trabalhador as condições mínimas para garantir sua subsistência. No primeiro e no segundo caso, porque a ele é imposto um ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, consequentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro caso, porque dele é retirado o mínimo necessário para que tenha condições que garantir sua subsistência e reprodução. Assim, na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador, e não no aumento de sua capacidade produtiva. É a isso que Marini chama de *superexploração da força de trabalho*.

A superexploração da força de trabalho se codifica, dessa forma, como uma categoria própria da reprodução da economia dependente, nos marcos das relações de troca no comércio internacional. Não se trata, simplesmente, de uma ampliação dos mecanismos que permitem um aumento da quantidade de bens produzidos, mas sim da intensificação dos mecanismos que, ao modificar a relação entre o tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, permitem uma maior extração da mais-valia, em um contexto de transferência de renda no sentido periferia-centro. Tal detalhamento é de extrema importância, pois permite apontar que, ainda que as categorias utilizadas sejam as mesmas propostas por Marx – e, por isso, as categorias presentes em “*O Capital*” são o ponto de partida da análise de Marini -, há uma nítida diferença entre o conceito acima apresentado e uma simples ampliação das formas de exploração – ou seja, superexploração não é tão somente *mais* exploração. O que não desqualifica a teoria de Marini como uma teoria marxista. Como aponta Osório (2009, p. 171-172)

seus gastos de subsistência. Por isso, ao passo que o valor da força de trabalho se reduz na medida da redefinição entre tempo de trabalho necessário/tempo de trabalho excedente, o valor para o cumprimento de suas necessidades se amplia. Ou seja, nesse caso, há um claro pagamento do trabalhador por debaixo do valor de sua força de trabalho, e por isso, há superexploração. Esses detalhes, em suma, ajudam a compreender as diferenças entre uma maior exploração do trabalho e aquilo que Marini chama de superexploração.

[as] categorias e as relações [d'O Capital] constituem o ponto de partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), mas não as esgotam. Daí a necessidade de novas categorias para abordar a análise do sistema capitalista mundial, os padrões de reprodução do capital, as formações econômico-sociais e a conjuntura. (...) A noção de superexploração explica a forma como o capitalismo se reproduz nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento desse sistema. Seu tratamento não pode ser encontrado na maior obra de Marx, (...) porque as unidades de análise que estes expressam não é o que se aborda em *O Capital*.

O importante a destacar é que, mesmo que o aumento da força produtiva do trabalho – que permite a produção de uma quantidade maior de mercadorias com o mesmo dispêndio de força de trabalho e no mesmo período da jornada de trabalho – seja uma forma própria de exploração do modo de produção capitalista, e para além disso, que os mecanismos fundados na maior exploração do trabalhador se estabeleçam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, a compensação da renda transferida para o centro só pode se efetivar com base nos mecanismos apontados por Marini, dado o baixo desenvolvimento tecnológico dos países periféricos. Entendendo então, de um lado, que a ampliação da exploração do trabalho, tal como apresentada por Marx, se dá mediante tanto o aumento da força produtiva do trabalho quanto pelo aumento da exploração do trabalhador, e de outro, que somente os mecanismos de ampliação da jornada, da intensificação do trabalho e da redução do fundo de consumo do trabalhador são prontamente acessíveis aos países periféricos³⁸, tem-se então que estes mecanismos se conformam como formas de superexploração do trabalho, os quais caracterizam a condição dependente. O que se quer dizer, nesses termos, é que há uma diferença substancial entre a modificação da relação tempo de trabalho necessário/tempo de trabalho excedente, expressão de uma maior exploração do trabalho - e que é um mecanismo sempre apto a ser utilizado pelos países centrais, que possuem as condições necessárias para a ampliação da produtividade do trabalho -, e um aumento do grau de exploração fundamentado na intensificação do desgaste do trabalhador e/ou na remuneração do trabalhador abaixo de seu valor, como forma de compensar a transferência de renda e garantir a reprodução ampliada do capital na periferia. É especificamente a essa segunda forma de exploração que Marini chama de superexploração da força de trabalho.

A ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida, na região, pela extensão do exército industrial de reserva. Como não se desenvolve uma indústria

³⁸ O que não quer dizer que os países periféricos não possam se utilizar de mecanismos que ampliam a produtividade do trabalho como forma de promover a superexploração do trabalho. O que se quer dizer é que, na região periférica, há uma predominância dos mecanismos que permitem uma maior extração da mais-valia absoluta.

capaz de produzir bens com valor agregado suficiente para permitir um intercâmbio eqüitativo com os países centrais, e que ao mesmo tempo absorvam a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba por se apresentar como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor. É dentro dessa lógica que Marini aponta para o fato de que o processo de acumulação na periferia se deu baseado prioritariamente com base na produção de mais-valia absoluta.

Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo logrado, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnología ahorrativa de mano de obra, esas economías (*as periféricas*) han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente con base en la producción de plusvalía absoluta. Para ello concurre, en parte, la falta de reglamentación de las condiciones de trabajo, y por tanto la extensión irrazonable de la jornada productiva (...); pero, también, la ruptura de la relación entre la remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre lo que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero (MARINI, 1974: 115)

Postas estas questões, faz-se necessário analisar como o processo de industrialização nos países periféricos se efetiva. Ainda que não seja objetivo deste trabalho se debruçar de forma detalhada sobre esse processo, é fundamental compreender como ele se conforma dentro das características apontadas acima. De fato, os mecanismos de superexploração se vinculam à deterioração dos termos de troca, que só ocorria pelo fato das exportações latino-americanas serem compostas por produtos de baixo valor agregado. Isso, no entanto, não era fator suficiente para impedir que a região se industrializasse. Foi assim que, quando da crise internacional no entre Guerras, e a consequente obstaculização do comércio internacional, o eixo de acumulação dos países latino-americanos se desloca para a indústria, com a consecução do processo de substituição de importações.

A questão não era propriamente o desenvolvimento de uma indústria em si, mas as bases sobre a qual ela se consolidou. Se, nos países centrais, a indústria se desenvolveu de forma concomitante ao mercado interno – o que criava um mecanismo interno de expansão interdependente –, nos países periféricos ela se estrutura para atender a uma demanda já existente, consumidora de bens suntuários que era atendida, anteriormente, pelas importações. Uma indústria que se desenvolve sem um mercado interno suficiente para lhe dar sustentação, e impulsionada pelas crises do mercado internacional, obviamente apresentava uma estrutura frágil, com pouca capacidade de expansão.

O fato é que, apesar desses problemas, a indústria não só se ergueu sobre bases que necessitavam de uma estrutura de distribuição de renda desigual, mas possuía mecanismos eficientes para rebaixar os salários dos trabalhadores a favor dos ganhos capitalistas. Isto porque, do ponto de vista da produção, se aproveitava do excedente de mão-de-obra criado pelo setor exportador – e por todas as modificações que se operavam a nível das relações de produção agrícola – para criar uma pressão baixista sobre os salários. Do ponto da realização, atendia a uma demanda composta por classes de elevada renda, para quem ofereciam um produto sobre o qual possuíam o monopólio. A conjugação de uma produção monopolista, de baixos custos de produção – já que, por conta do baixo nível tecnológico, os preços eram formados com base nos salários, que sofriam constantes pressões baixistas – e de baixos salários resultavam em uma desigual distribuição de renda, que garantia os elevados lucros e a sobrevivência da indústria. E, mais do que isso, erigia um novo eixo de acumulação que, assim como o anterior, era fundado na ampliação da superexploração do trabalho³⁹.

Ou seja, a condição dependente e a superexploração da força de trabalho, para além de serem um efeito da forma pela qual as nações latino-americanas se inseriram no comércio internacional, se conforma como uma característica estrutural dessas economias, que tende a se perpetuar independente do eixo de acumulação. De acordo com Marini, se num primeiro momento a superexploração se dava pela separação entre produção e circulação em função das imposições do comércio internacional, a partir do momento em que esses países se industrializam ela passa a ser um efeito da separação entre a esfera alta (por onde circulam os bens suntuários) e a esfera baixa de circulação (a dos bens-salário) no interior de cada economia. Assim, o processo de industrialização da periferia em si não engendra fatores que modificam as condições de salários dos trabalhadores, seja porque as manufaturas, ao não compor de forma determinante a cesta de consumo dos trabalhadores, não influencia no valor

³⁹ A análise da ocorrência do processo de industrialização de forma combinada com a ampliação da concentração de renda, para o caso da economia brasileira, não é exclusiva de Marini, tendo sido explorada por outros autores, como Celso Furtado em *“O mito do desenvolvimento econômico”* e *“Teoria e política do desenvolvimento econômico”* e por Francisco de Oliveira em *“Crítica à razão dualista”*. Para Furtado, a limitação do crescimento do mercado consumidor interno – e a produção voltada ao atendimento de uma classe consumidora restrita –, coadunada a uma indústria baseada em atividades que possuíam elevada relação capital/trabalho (em detrimento de atividades de elevado produto/capital, que absorvem uma quantidade maior de mão-de-obra) ampliaria a dependência destes países ao mesmo tempo em que reduzia os lucros dos capitalistas, de tal forma que, necessariamente, os países periféricos tenderiam à estagnação - tese duramente criticada por Tavares e Serra em *“Além da estagnação”*. Já Oliveira – que se ocupou de criticar não somente Furtado mas, na mesma linha, Tavares e Serra – apontava que o dualismo estrutural não era exatamente uma consequência da forma pela qual tomou a industrialização brasileira, mas um condicionante da mesma – ou seja, o dualismo estrutural, pontuado nos diferenciais de desenvolvimento e produtividade de diferentes setores e na desigual distribuição de renda, era intencionalmente mantido como forma de permitir a estruturação da indústria latino-americana. Tais teses são fundamentais para entender o contexto ideológico e intelectual sobre o qual repousava os estudos sobre a economia latino-americana.

da força de trabalho – e por isso o capitalista não irá buscar formas de aumentar a produtividade para reduzir o preço das manufaturas e consequentemente, reduzir os salários -, seja porque a redução dos salários resultante da superexploração não implicará num problema de realização da produção, dado que são outras as camadas que compõe a demanda pelos bens manufaturados.

Por outro lado, ao se industrializarem, essas economias acabam internalizando tecnologias e processos produtivos que permitem uma ampliação da produtividade do trabalho. Com isso, passam a ser detentoras de mecanismos que permitem um aumento da mais-valia relativa. A maior utilização de tecnologias, por sua vez, dispensa mão-de-obra – e, portanto, amplia ainda mais o já extenso excedente de mão-de-obra, ao contrário de reduzi-lo -, ao mesmo tempo em que cria uma massa de trabalhadores dedicados a formas de trabalho não-produtivas. O que se observa, então, é que a ampliação da mais-valia relativa, através desses instrumentos, não suprime aqueles que resultam em uma maior mais-valia absoluta mas, ao contrário, os intensifica. Ou seja, passa-se a um estágio no qual mais-valia absoluta e mais-valia relativa, para estas nações, passam a agir de forma conjunta na ampliação da exploração da força de trabalho e na valorização do capital. A indústria latino-americana, sobre essas bases, mantém e intensifica os mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, há que se considerar que os mecanismos que condicionam a existência da superexploração não impedem a industrialização destas regiões. Carcanholo (2009, p. 256-257) coloca bem esta questão:

A superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo da força de trabalho, porque sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegie as camadas média e alta da população. (...) [A] manutenção das taxas de crescimento sustentadas da periferia recoloca de forma ampliada os seus condicionantes restritivos. A condição de dependência é estrutural (própria da lógica de acumulação de capital) e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por sua própria lógica.

É a essa possibilidade de que se efetivem processos de desenvolvimento das forças produtivas, sem que os problemas estruturais das economias dependentes sejam superados, que André Gunder Frank chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Martins (2009, p. 191-200) aponta quatro fundamentos⁴⁰ que explicam a tendência a que as formas de exploração derivadas do aumento da força produtiva do trabalho e da maior exploração do trabalhador (superexploração) se combinem como desdobramento da evolução tecnológica do modo de produção capitalista⁴¹. O primeiro se relaciona aos efeitos diretos do aumento da produtividade do trabalho, que de um lado reduz o tempo de trabalho necessário para a produção de uma determinada massa de mercadorias, com o que permite ao capital exigir a expansão do trabalho excedente do operário, e de outro, coadunado à não redução da jornada de trabalho, permite o aumento da intensidade do trabalho, conduzindo à maior exploração e desgaste da força de trabalho. O segundo diz respeito à diferença entre a produtividade e a mais-valia relativa, já que não necessariamente um aumento da produtividade é seguido por uma ampliação da mais-valia relativa. O mecanismo, já apresentado anteriormente, denota o aumento de produtividade de um capitalista individual, dentro de um mesmo setor, que o permite extrair uma mais-valia extraordinária em relação ao demais capitalistas, e da posterior generalização do aumento da produtividade, que leva à supressão da alteração na repartição do valor, expandindo a massa global de produtos sem elevar a massa de valor. Somente quando a produtividade atingisse o setor de bens-salário, que reflete no valor da mão-de-obra, o aumento da produtividade permitira a geração de mais-valia relativa, implicando em desvalorização do valor da força de trabalho e no aumento do tempo de trabalho excedente.

O terceiro se relaciona à capacidade do setor produtor de bens-salários de sustentar os avanços do progresso técnico. De acordo com o argumento de Marini, o setor produtor de bens-salários, por conta da contradição criada entre a introjeção de progresso técnico e o aumento da massa de valor de capital variável resultante dela – ou seja, a substituição de mão-de-obra por máquinas, com conseqüente elevação da massa de desempregados -, não seria capaz de sustentar a generalização do progresso técnico, dado que as mercadorias bens-salário não encontrariam demanda para sua realização. Já o setor produtor de bens suntuários teria condições de sustentar a generalização do progresso técnico, já que o aumento da produtividade, expresso na perda de participação relativa do capital variável, ao reduzir o

⁴⁰ Esses quatro fundamentos foram retirados por Martins da obra “*Mais-valia extraordinária e acumulação de capital*”, de Ruy Marini.

⁴¹ Observar nota 42, na qual apontamos a tendência a que as formas de superexploração, com o desenvolvimento do capitalismo, também passem a ser utilizadas pelos capitais dos países centrais. O que Martins destaca, dentro desta tendência, é que mesmo que as formas de exploração do trabalho passem a agir de forma conjunta, nos países periféricos há sempre predomínio da utilização das formas que indicam uma maior superexploração do trabalho (aumento da jornada, intensificação do trabalho e redução do fundo de consumo do trabalhador) e, portanto, remuneram o trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho.

valor médio das mercadorias, forneceria a demanda para a maior oferta dos bens suntuários⁴². E, por fim, a necessidade de se nivelar as taxas de lucros entre os ramos produtivos. Essa necessidade se cria quando, pelo diferencial de produtividade inter-setorial e pela extensa expansão da acumulação no setor produtor de bens suntuários, os setores produtores de bens-salário e de insumos não conseguissem acompanhar a demanda produtiva gerada pelo primeiro. Com isso, esgota-se a capacidade de ampliação da circulação de mercadorias e, conseqüentemente, as taxas de mais-valia e de lucro do setor produtor de bens suntuários. Somente o nivelamento da taxa de lucro e a transferência de tecnologia entre os setores permitiram romper com essa tendência à queda, pela depreciação e desvalorização do setor fornecedor de insumos. Assim, o nivelamento permitiria não só a elevação das taxas globais de mais-valia e de lucro do capital, de uma forma geral, mas também manteria a transferência de mais-valia inter-setorial. Esses seriam, de forma genérica, os fundamentos que explicam a tendência recente à adoção combinada de formas de exploração calcadas tanto no aumento da produtividade quanto no aumento da superexploração do trabalho.

Todo esse processo de acumulação de capital, descrito por Marini, que parte: da mais-valia extraordinária introduzida pelo capitalista individual (de maior composição técnica e orgânica do capital); de sua fixação nos ramos ligados ao consumo suntuário em detrimento dos dedicados ao consumo popular; da limitação do nivelamento das taxas de lucro às necessidades de valorização e consumo dos setores suntuários; até atingir um novo ciclo ampliado de fixação de mais-valia extraordinária em favor dos subsetores IIa e IIb, constitui o quadro teórico e conceitual de inscrição do conceito de superexploração, no âmbito da teoria do valor, como uma tendência dinâmica do capitalismo. O movimento de produção da mais-valia torna-se simultaneamente um movimento de apropriação de mais-valia, implicando desvios de preços em relação ao valor que resultam na depressão das taxas de lucro dos capitalistas individuais e subsetores desfavorecidos. Estes buscam, na fixação dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, os mecanismos de compensação e restauração da mais-valia que lhes foi apropriada por meio da concorrência. Estabelece-se a superexploração do trabalho, que significa o predomínio da maior exploração do trabalho sobre o aumento da capacidade produtiva do trabalhador como mecanismo de acumulação da mais-valia. (MARTINS, 2009: 195-196).

Voltando especificamente à questão da industrialização, o questionamento que se coloca, então, não se relaciona propriamente à consolidação de um processo de industrialização, que de fato ocorreu na região latino-americana, mas a forma e as bases sobre

⁴² O terceiro fundamento é desenvolvido por Marini com base no esquema dos departamentos de reprodução capitalista de Marx. No caso, os bens-salário são representados pelo subsetor IIa, e os bens suntuários são representados pelo subsetor IIb, além do departamento I, que possui subsetores que produzem insumos tanto para o departamento IIa quanto para o departamento IIb; o setor I, então, é produtor de insumos, e o setor II é produtor de bens de consumo. Sobre o subsetor IIb, é importante destacar que sua capacidade de sustentação da generalização do progresso técnico não é ilimitada, e seu limite se coloca nas próprias contradições do sistema capitalista.

as quais esse processo se erigiu. Tendo sido realizado de forma vinculada aos ciclos do comércio internacional, sem a formação de um mercado consumidor de massas e utilizando os perversos mecanismos de valorização do capital em detrimento da classe trabalhadora – quais sejam, as formas de superexploração do trabalho –, esse processo não poderia resultar senão na estruturação de uma indústria vulnerável, que intensificava a heterogeneidade estrutural característica dessas economias.

E tais características acompanharam todo o curso do desenvolvimento na região, sendo revestidas de novas roupagens à medida que o sistema capitalista criava novos mecanismos que o permitia se reerguer após os momentos de crise. É nestas condições que, em países como o Brasil, o neoliberalismo se estabelece como alternativa à crise da década de 1980 e ao desmantelamento do “Estado Keynesiano”. As políticas impostas pela onda neoliberal, consubstanciadas na abertura comercial e financeira, nas privatizações e na redução do papel do Estado, assim como o processo de industrialização não foram capazes de superar os gargalos estruturais das economias periféricas, mas ao contrário disso, criaram um ambiente econômico e social extremamente instável, propício à valorização desenfreada do capital e perverso para a classe trabalhadora.

Esse “novo” ambiente econômico, que Valencia (2004, p. 79) chama de “*patrón de acumulación dependiente neoliberal*”, se efetiva a partir de um modelo de reprodução do capital na periferia caracterizado pela predominância do setor primário-exportador, o qual indicava que os países periféricos, e especificamente os latino-americanos, deveriam passar por um processo de reestruturação produtiva focado na especialização. A idéia era de que, seguindo as noções da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, esses países, mediante as modificações operadas na economia internacional a partir do processo de globalização, deveriam conduzir sua reestruturação produtiva focados na tradição primário-exportadora, que era tradicionalmente própria dessas economias, já que foi por meio da comercialização desses produtos que esses países se inseriam no comércio internacional. Ou seja, era preciso que sua (re)inserção externa fosse dada a partir da exportação de produtos primários, já que era para esses produtos que havia uma ampla demanda no comércio internacional, devendo ser desconsiderada toda a estratégia anterior de desenvolvimento estruturada na diversificação industrial. Tal inserção seria impulsionada e facilitada mediante a abertura comercial – que permitiria o acesso a mercados –, a flexibilização financeira – que

permitiria o acesso a recursos para financiamento – e da colocação do Estado enquanto agente responsável pela supervisão de mercados que apresentassem imperfeições⁴³.

Levando à cabo tais políticas, o que se viu foi o reforço do caráter primário-exportador da economia latino-americana, o que trouxe novamente as bases do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de troca no âmbito do comércio internacional. Para além disso, trouxe também as condições propícias para que se mantenham as formas de superexploração da força de trabalho. Assim, esse novo padrão de acumulação, que se conforma pela existência de elevada vulnerabilidade externa, fragilidade financeira, desregulamentação do mercado de trabalho – que redundam em baixos salários e condições de trabalho cada vez mais intensivas, dentro da lógica da reestruturação e reconfiguração do mercado de trabalho –, elevada concentração de renda e nos altos níveis de pobreza confere a região latino-americana enquanto lócus da emergência e do aprofundamento de formas de exploração calcadas na extensão da jornada, na intensificação do trabalho e na redução dos salários. Portanto, se firma como o local de origem, reprodução e consolidação das formas de superexploração do trabalho⁴⁴. É dentro dessa lógica que emergiram as extensas formas de precarização do trabalho próprias do período recente, que não só ampliam a jornada e intensificam o trabalho, mas também utilizam-se de mecanismos psicológicos e subjetivos no relacionamento entre patronato, trabalhadores e o ambiente produtivo, criando a falsa idéia do “trabalhador sócio” como forma de sugar o máximo da potencialidade de trabalho destes. A questão da precarização do trabalho nas últimas décadas, para o caso brasileiro, será tratada com maiores detalhes no terceiro capítulo.

⁴³ Osório (2004, p. 11) também trata da ocorrência do processo de reforço do caráter primário-exportador das economias latino-americanas e do processo de desindustrialização que o acompanha, quando da adoção das políticas neoliberais, o que ele nomeia de “*el nuevo patrón exportador latinoamericano*”.

⁴⁴ Importante indicar que, mesmo a América Latina sendo a região na qual se desdobraram as formas de superexploração da força de trabalho, com o desenvolvimento das forças capitalistas e os novos entraves que se colocavam ao sistema, dentro de sua lógica dialética, criou-se uma tendência de que as formas de superexploração passassem a ser adotadas nos países centrais. Marini já havia indicado a possibilidade dessa tendência, mas é Valencia (2003) que desenvolve o tratamento de forma mais detalhada. A idéia retratada pelo autor é a de que, como resultado do processo de globalização e da concentração e centralização de capitais, ocorreu uma generalização da lei do valor, que conduziu ao surgimento de novas periferias e à homogeneização das formas de organização e das condições de exploração da força de trabalho. Isso porque a globalização, ao quebrar os entraves que se colocavam à livre movimentação de empresas e capitais, permitiu que firmas antes localizadas nos países centrais se deslocassem para outras regiões, com o que as etapas do processo produtivo passassem a se efetivar em diferentes países. Assim, pensando no processo produtivo em forma de cadeia – ainda que todas as etapas não sejam realizadas em uma mesma localidade – cria-se as condições para que os capitais e empresas dos países centrais se utilizem dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, ampliando seus ganhos em termos da mais-valia. Ainda que não seja objetivo deste trabalho o tratamento das formas de superexploração no centro, cabe destacar que esta se apresenta como uma característica latente da atual fase do modo de produção capitalista.

Como forma de concluir os argumentos apresentados, e caminhando para a finalização deste capítulo, apresentamos uma formalização para o conceito de superexploração da força de trabalho, como forma de expressar, em termos quantitativos, aquilo para o qual foi dado, até então, um tratamento teórico-analítico⁴⁵.

Para a descrição do modelo, serão considerados dois setores: o setor A, produtor de bens suntuários (com elevado nível tecnológico, ou seja, com elevada composição orgânica do capital, e que determina o valor médio das mercadorias em um espaço determinado de circulação) e o setor B, produtor de bens-salários (o setor expropriado). Assumindo que há um diferencial de produtividade entre os setores, a superexploração irá ocorrer sempre que esse diferencial for suficiente para neutralizar o movimento de expansão da mais-valia em B ou, de outra forma, para torná-lo inferior à elevação de sua composição orgânica, provocando queda na sua taxa de lucro⁴⁶. Assim, e considerando que a tecnologia é a variável-chave de apropriação e expansão da mais-valia (uma vez que é a tecnologia confere o diferencial de produtividade), a neutralização da expansão da mais-valia em B – que chamaremos de *ponto de equilíbrio* – se dá no ponto no qual o aumento do diferencial de produtividade inter-capitalista for equivalente ao crescimento de produtividade em B. Uma vez que há aumento na composição técnica média dos capitais, o aumento da produtividade em B se igualará ao diferencial de expansão da produtividade entre os dois setores somente se a elevação da composição técnica em B for equivalente a 50% do crescimento total da composição técnica média.

Aqui, cabem duas considerações. Primeiro que o crescimento da composição técnica em B terá que ser de 50% do crescimento da composição técnica média pelo fato de, no modelo, estarmos considerando apenas dois setores. Assim, os demais 50% se referem ao

⁴⁵ A formalização do conceito de superexploração da força de trabalho é retratada aqui tal como desenvolvido e apresentado por Martins (2009). Da nossa perspectiva, é importante deixar claro que consideramos todas as limitações que uma análise quantitativa como a descrita, assim como as construções matemáticas em geral, apresentam para a compreensão de categorias abstratas, por conta da simplificação e generalização das variáveis, do exagero na colocação de suposições e dos resultados puramente numéricos, que nem sempre consideram o contexto histórico, social e político que toda e qualquer análise envolve. Por isso, a apresentação deste modelo se explica especificamente para mostrar, quantitativamente, o que significa a superexploração da força de trabalho – o que não quer dizer que, em termos práticos, essa categoria se expresse de forma tão simplória, genérica e direta. Além disso, há que se considerar, levando em conta as próprias determinações do corpo teórico no qual se delineia este trabalho, que os conceitos e categorias marxistas, ainda que pensados a partir das observações de fatos concretos, foram elaborados em um plano puramente teórico-abstrato, o que impede – mas não invalida – sua comprovação empírica em diversos aspectos. De toda forma, vale a análise do modelo apresentado, mas sem nos rendermos as suas simplificações pressuposições.

⁴⁶ A situação descrita para o modelo considera a ação da mais-valia extraordinária entre os setores produtivos, ou seja, parte da idéia de que um determinado setor (no caso, o setor A) possui um diferencial de produtividade que o permite reter uma mais-valia extraordinária (aumento de sua fração de mais-valia sem a criação de novo valor), através da expropriação de um outro setor (o setor B). Assim, considera o processo de concorrência inter-capitalista.

crescimento da composição técnica do setor A. Além disso, essa cota mínima de crescimento se estabelece pelo fato de considerarmos que, por conta da concorrência inter-capitalista, há necessariamente uma transferência de renda do setor B para o setor A. Assim, supondo que o crescimento da composição técnica de B foi de 50%, e que esta é a cota transferida para o setor A, e considerando o crescimento médio da composição técnica do capital, a parte da mais-valia que comporta o diferencial de produtividade inter-setorial de B foi transferido ao setor A, com o que o setor B deverá lançar mão dos mecanismos da superexploração. De forma clara, o mesmo acontece caso o crescimento seja inferior a 50%, e pode ser evitado quando é superior a esta cota. Por mais que estas considerações limitem as possibilidades analíticas, elas são fundamentais para a construção do modelo que se pretende apresentar. O que cabe destacar dentro do modelo é que a superexploração ocorre em duas situações: ou quando o crescimento da composição técnica do setor B não alcançasse a metade do aumento da composição técnica do capital que determina as condições da concorrência, ou quando, mesmo alcançando e superando a cota estabelecida, não conseguisse gerar mais-valia suficiente para compensar o aumento da própria composição orgânica do capital, propiciada pela elevação da composição técnica⁴⁷.

Posta estas questões, apresentamos as seguintes equações:

$$i) \ c + v + m = p$$

$$ii) \ (c + v + m) - y = \frac{p}{x}$$

$$iii) \ (c + v + m)z = p + m'$$

$$iv) \ (c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'}$$

$$v) \ x = \lambda - w + 1$$

⁴⁷ Ainda que a lógica retratada aqui se refira a dois setores com produtividades diferentes, ela pode facilmente ser transposta para um outro nível de abstração, que considera diferenças de produtividade entre nações. Esse é, de fato, o caso que mais nos interessa, no tratamento da transferência de renda da periferia para o centro, e que faz com que os países periféricos sejam o lócus da consolidação das formas de superexploração. No entanto, por questões de simplificação, a descrição do modelo fica mais clara se considerarmos dois setores distintos.

$$vi) \ x' = \lambda - z + 1$$

Onde:

c = capital constante;

v = capital variável;

m = mais-valia de um determinado capital (se reflete na sua estrutura de preços);

y = depreciação que incide sobre determinado capital (ou perda de mais-valia);

p = preço das mercadorias;

u = produtividade externa inicial em um momento t_1 ;

λ = produtividade externa inicial acrescentada de sua variação em determinado período de tempo (Δt);

w = produtividade interna inicial em um momento t_1 (considera-se igual a 1);

z = produtividade interna inicial acrescentada de sua variação endógena⁴⁸;

x = relação entre a produtividade externa acrescentada de sua variação e a produtividade interna de determinado capital (diferencial de produtividade entre os setores considerados);

x' = relação entre a produtividade externa acrescentada de sua variação e a produtividade interna de determinado capital acrescentado de sua variação endógena, em determinado período de tempo (Δt);

pz = massa de valor, expressa sob a forma preço, incrementada pela elevação da produtividade interna;

m' = mais-valia criada com a elevação da produtividade interna.

Das equações (i) e (ii), tem-se que:

$$(c + v + m) - y = \frac{p}{x} \rightarrow p - y = \frac{p}{x} \rightarrow y = p - \frac{p}{x} \rightarrow y = \frac{px - p}{x} \text{ (vii)}$$

Das equações (i) e (iii), tem-se que:

$$(c + v + m)z = p + m' \rightarrow pz = p + m' \rightarrow z = 1 + \frac{m'}{p} \rightarrow m' = pz - p \text{ (viii)}$$

E, por fim, das equações (iv) e (viii), tem-se que:

⁴⁸ Considera-se a variação da produtividade interna sem o recurso à queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor (não há apropriação do valor da força de trabalho). Como exposto, a variação de z vai de 0% a 50% da variação da produtividade externa.

$$(c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'} \rightarrow (c + v + m)z - y = \frac{p + m'}{x'} \quad (ix)$$

A equação (i) descreve o preço de produção de um capital que produz nas condições médias, e que não sofre perda de mais-valia para a concorrência. A equação (ii) descreve a situação na qual a perda de mais-valia de um determinado capital (y) é função da variação da composição técnica média em relação à sua produtividade⁴⁹ ou, dito de outra forma, mostra como a perda de mais-valia se dá em função do diferencial de produtividade entre os setores (x). Essa equação expressa a dimensão mais geral das condições de progresso técnico que criam a superexploração, na medida em que permite visualizar como o diferencial de produtividade entre estruturas de produção capitalista leva a uma perda de mais-valia para o capital desfavorecido. A equação (iii) mostra como o aumento da produtividade (z), gerado pelo capital que determina os valores médios (capital do setor A), é traduzido em elevação da massa de mais-valia (m')⁵⁰. A equação (iv), por sua vez, representa a tentativa do capital expropriado de reagir à perda de mais-valia⁵¹ - nesse sentido, expressa a geração endógena de progresso técnico pelas estruturas capitalistas desfavorecidas, como forma de compensar a mais-valia transferida ao outro setor.

Para melhor visualizar a ocorrência da superexploração e a reação do capital do setor expropriado, propõe-se um exercício numérico a ser aplicado nas equações (ii) e (iv). Assim, assumimos os seguintes valores: c = 500; v = 200; m = 300; e p = 1000.

Na primeira situação, os capitais dos setores A e B partem de uma mesma condição de produtividade média, no tempo t₁. Nesse caso, u = w. Decorrido determinado período de tempo (Δt), supõe-se que o capital B não gere nenhuma dinâmica tecnológica, mantendo a sua produtividade anterior, enquanto que o capital A aumenta sua produtividade em equivalência com as condições de produtividade média que determinam o valor (ou seja, seu capital é aumentado em 100%). Tendo sido acrescentada em 100%, e considerando que a produtividade inicial é igual a 1 (já que u = w, e w = 1 por definição apresenta nos dados), a produtividade externa, decorrido o período de tempo considerado, passa a ser:

⁴⁹ A relação expressa na equação (ii) pode ser melhor visualizada na equação (vii).

⁵⁰ Aqui é importante destacar que, ainda que o aumento da massa de mais-valia seja um resultado do aumento da produtividade interna, o avanço técnico que permite esse aumento de produtividade é realizado pelo setor A (ou, considerando um nível de abstração global, pelos países centrais). Por isso, o aumento da massa de mais-valia é ocasionado pelo capital que determina os valores médios, e não pelo capital do setor interno.

⁵¹ A relação expressa na equação (iv) pode ser melhor visualizada na equação (ix). Além disso, é importante assinalar que, para esta equação, é desprezada a elevação da composição orgânica do capital propiciada pelo aumento da produtividade interna do capital.

- $\lambda = u_{t_1} + u_{\Delta_t} \rightarrow \lambda = 1 + 100\% \rightarrow \lambda = 2$

Utilizando a equação v e (vii), temos:

- $x = \lambda - w + 1 \rightarrow x = 2 - 1 + 1 \rightarrow x = 2$

- $y = \frac{px - p}{x} \rightarrow y = \frac{2000 - 1000}{2} \rightarrow y = 500$

Assim, $y = 500$ representa a perda de mais-valia do capital B, que não é compensada de nenhuma forma, já que não há geração endógena de tecnologia.

Na segunda situação, adotam-se as mesmas condições e valores da situação anterior, com o diferencial de que, decorrido o período de tempo considerado, o capital B gere uma dinâmica tecnológica própria, equivalente a 50% do aumento da produtividade média total do capital, ao passo que o capital A permanece gerando uma dinâmica em equivalência com as condições técnicas médias (ou seja, 100%). Tomando as equações (iv) e (ix), temos:

- $z = w_{t_1} + w_{\Delta_t} \rightarrow z = 1 + 50\% \rightarrow z = 1,5$

- $x' = \lambda - z + 1 \rightarrow x' = 1 - 0,5 + 1 \rightarrow x' = 1,5$

- $(c + v + m)z - y = \frac{p + m'}{x'} \rightarrow (1000)1,5 - 500 = \frac{1000 + m'}{1,5} \rightarrow m' = 500$

O que se pode observar, dos resultados obtidos, é que o capital B, ao gerar endogenamente progresso técnico, conseguiu gerar uma mais-valia de 500. O ponto é que, como calculado na primeira situação, esse capital sofre uma perda, pela diferença de produtividade, de 500. Assim, ao verificar que os valores de y e m' são equivalentes, conclui-se que a mais-valia gerada pelo capital B neutraliza a perda de mais-valia no momento anterior à geração endógena de progresso técnico. Como isso expressa a transferência de renda entre os setores, e conseqüentemente, a interrupção da realização do capital no setor B, chega-se ao ponto no qual esse capital lança mão dos mecanismos da superexploração da força de trabalho como forma de compensar o capital transferido. Fica, então, demonstrada formalmente a ocorrência

da superexploração. Como já apontado, essa transferência de renda inter-setorial pode ser elevada a um nível maior de abstração, retratando o comércio estabelecido entre dois países ou regiões que possuem diferenças de produtividade – no caso, a periferia e o centro -, e que tem como resultado do estabelecimento de trocas comerciais a transferência de renda, a utilização dos mecanismos de superexploração no país expropriado e, por fim, a consolidação da situação de dependência.

Em síntese, o presente capítulo objetivou apresentar o conceito de superexploração da força de trabalho, dentro do âmbito mais geral da teoria marxista da dependência, enquanto característica própria e específica das relações de trabalho presentes na periferia do sistema capitalista mundial, e que se desdobra das diferenças de produtividade entre regiões que estabelecem relações comerciais entre si. A superexploração, consubstanciada nos mecanismos de aumento da intensidade do trabalho, aumento da jornada de trabalho e redução do fundo de consumo do trabalhador seria o meio de compensar a renda transferida dos países periféricos para os países centrais, como forma de garantir a reprodução e realização interna do capital. Essa categoria acompanhou o curso do desenvolvimento capitalista na região, e ganhou novas formas na medida em que cada um dos mecanismos adotados apresentava seus limites – como é o caso do leque de formas de flexibilização e precarização do trabalho que se apresenta no período recente. Assim, ainda que exista uma tendência atual de difusão das formas de superexploração para os países centrais, seja em decorrência do surgimento de novas periferias, seja por conta das possibilidades de flexibilização produtiva que emergem com a globalização, a superexploração da força de trabalho permanece como característica estrutural dos países periféricos, e condicionante da situação de dependência.

CAPÍTULO II

A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES⁵²

2.1 O movimento operário no Brasil

Tal como nos dedicamos a apresentar no capítulo anterior, a superexploração da força de trabalho é a categoria caracterizadora e a condição estruturante da dependência nos países periféricos, independente da fase na qual o capitalismo desses países se apresenta⁵³, ou seja, se o eixo central de acumulação das economias era orientado por formas de organização baseados em extração de produtos naturais (dependência colonial), na estrutura manufatureira em torno da exportação de matérias-primas e alimentos (dependência financeiro-industrial), na produção industrial voltada para o atendimento do mercado interno (dependência tecnológico-financeira), ou na atual hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo (quarta forma da dependência). De fato, no ensaio “*Dialética da Dependência*”, Marini já apontava para as formas de superexploração no trabalho escravo – ainda que o trabalho escravo não fosse uma forma de trabalho tipicamente capitalista, por pressupor a não-existência de remuneração, e que tais formas fossem menos deteriorantes que aquelas nas quais se circunscreve o trabalho assalariado.

⁵² É importante deixar claro que a escolha da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical – o tratamento desta segunda central será feito no próximo capítulo - como foco dessa pesquisa não significa que ignoramos a existência e importância de outras centrais sindicais, que contribuem para a compreensão da história e dos caminhos do movimento sindical no Brasil. O tratamento das centrais indicadas é justificado, além das limitações metodológicas que se impõe a um trabalho como este, pela expressividade que ambas ocupam no cenário sindical nacional. Na medida do possível, serão feitas referências, ainda que pontuais, às outras centrais sindicais existentes no Brasil.

⁵³ A título de esclarecimento, ao utilizar o termo “fase do capitalismo”, não queremos expressar a idéia de que o capitalismo é constituído de fases, as quais são ultrapassadas à medida que os países se desenvolvem – numa clara alusão à idéia etapista pronunciada indireta e implicitamente pelos teóricos cepalinos, e dentro do entendimento eurocentrista do que é um processo de desenvolvimento. Por isso, utilizamos no parágrafo a categorização das fases de dependência realizadas por Theotônio dos Santos (e ampliada por Marisa Amaral, que se dedica à caracterização do que chama de quarta forma da dependência), as quais já haviam sido referenciadas no capítulo anterior. Da nossa parte, consideramos que a essência do capitalismo é sempre a mesma – o que não impede que, em distintos momentos, ele seja permeado por características específicas, em larga medida produzidas pela dinâmica da luta de classes.

De tudo isso, o fundamental a se apreender é que, em um contexto marcado por formas intensas de superexploração, era inevitável que a classe trabalhadora, repreendida de todas as formas no afã da lucratividade, dentro da lógica dialética que determina e compreende as relações capital-trabalho, lançasse mão de mecanismos voltados à defesa de seus interesses, mesmo que estes se referissem as reivindicações não vinculadas propriamente ao ambiente de trabalho. Para os propósitos aos quais se dedica este trabalho - e reconhecendo a importância que todas as formas de luta tiveram para a formação da consciência de classe dos trabalhadores – a análise do presente capítulo, voltado a compreender o surgimento do movimento operário no Brasil, seu desdobramento na formação dos sindicatos e os movimentos que conduziram à necessidade de se estruturar a Central Única dos Trabalhadores, partirá das formações mais embrionárias do movimento operário de que se tem registro, como forma de entender as diversas inter-relações que delinearam as lutas e reivindicações da classe trabalhadora, ao longo do último século, e especialmente nos últimos 30 anos.

Entrando especificamente no tema, as primeiras formas de organização do operariado brasileiro datam da última década do século XIX. O próprio avanço da economia capitalista – que no caso brasileiro se expressava no nascimento de uma incipiente indústria vinculada diretamente à atividade primário-exportadora, em meados deste mesmo século – reuniu as condições para que a classe trabalhadora passasse a se organizar de forma a lutar por interesses em comum. De um lado, porque reuniu uma considerável massa de trabalhadores sobre um mesmo espaço, os quais viviam em cidades que se expandiam dia após dia, sem que as condições mínimas de sua reprodução – que envolviam saúde, educação, alimentação e estrutura física – fossem prontamente garantidas, o que já criava um vínculo de reivindicações a serem proclamadas. De outro, porque colocou o operário brasileiro em contato com os trabalhadores estrangeiros, que não só vinham ocupar a extensa demanda por mão-de-obra assalariada especialmente nos campos de produção do café de São Paulo, mas também traziam consigo as idéias do anarcosindicalismo, já amplamente difundido na Europa, e que se colocava como uma visão crítica do processo capitalista brasileiro frente à ausência de uma formulação teórica própria.

É dentro desse quadro, marcado por uma estrutura social amplamente assimétrica, pelo descontentamento frente às formas de exploração do trabalho, pelo descoordenado processo de urbanização, todos observados a partir de uma leitura político-ideológica que tentava enquadrar a realidade europeia ao contexto brasileiro, que o movimento operário brasileiro irá se erigir, a partir da formação da Confederação Operária Brasileira (COB), em decorrência do

Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906⁵⁴. Essa confederação, já em seu nascimento, mostrava o crescimento da hegemonia do grupo formado pelos anarquistas, enquanto que os socialistas, na necessidade de resolver suas próprias contradições, encontravam maiores dificuldades de se estruturar.

Ainda que a formação da COB tenha representado um avanço considerável na formação do movimento operário, o que ficava expresso em suas reivindicações, as quais não se limitavam a questões relativas ao ambiente de trabalho, mas diziam respeito a um ideário mais amplo de modificação das estruturas da sociedade – o que não era de se estranhar, dada a predominância dos grupos anarquistas e socialistas no comando do movimento operário, fato que necessariamente conduzia o discurso para a superação do tipo de sociedade na qual viviam -, havia um descolamento claro entre o discurso e a prática desse movimento. Esse descolamento se explicava tanto pelo fato do movimento operário ainda estar em processo de organização, o que não lhe isentava de contradições internas, quanto pelo fato do combate entre trabalhadores e capitalistas se dar apenas no ambiente da fábrica, excluindo o Estado como elemento fundamental na formatação das relações entre capital e trabalho. Ou seja, apesar do discurso apontar para a modificação das relações sociais, a batalha dos trabalhadores não só não era travada no campo que incluía todas as classes sociais – e não somente os trabalhadores, como é o caso das fábricas -, mas também não tinha como oponente principal o Estado que, em sua política econômica e social, era o principal responsável pelas precárias condições de vida e trabalho dos operários. Como aponta Santos (1984, p.16), apesar do discurso transformador,

[el] sindicalismo de entonces no buscaba influir en la sociedad global, en el Estado. Consecuencia del enclaustramiento social y del predominio de las concepciones utópicas, el movimiento obrero se reducía a la condición de grupo propagandístico y en su desarrollo político se resumía case exclusivamente a buscar implantar una cultura obrera autónoma, exclusivista y de autodefensa ante una sociedad compleja, sin llegar a constituirse, en definitiva, en organización de masa.

Mesmo com suas contradições, dificuldades e entraves, é lícito assumir que, no início do século XX, os trabalhadores já se mobilizavam para consolidar seus instrumentos de luta, a

⁵⁴ O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de fato, ocorreu em 1892, organizado pelo grupo de socialistas vinculados ao Partido Operário, existente desde 1890. Ao fazer referência ao congresso de 1906 como o “primeiro”, na verdade reivindica-se a independência frente aos dois congressos organizados pelo grupo dos socialistas (além do congresso de 1892, um segundo ocorreu em 1902). Esses congressos, ainda que expressassem as contradições e dificuldades de organização da classe operária, davam em suas reivindicações os contornos do descontentamento que pairava sobre esses trabalhadores. Sem dúvida, foram fundamentais para a estruturação de um movimento reivindicativo por parte dos operários, que então já possuíam importantes canais de comunicação, especialmente um expressivo número de periódicos.

despeito do extenso poderio que possuíam as classes oligárquicas. É assim que, na esteira do crescimento da adoção ideológica do anarcosindicalismo, com sua postura anti-partidária, outras tendências também vão se agrupando dentro do movimento operário, como o próprio crescimento dos socialistas e a adesão do grupo vinculado ao sindicalismo cristão. A expressividade do movimento operário grevista ganha corpo também nas diversas greves do período, em diferentes locais do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Recife em 1917 e São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre em 1918 -, sem que houvesse uma articulação nacional para a ocorrência das mesmas⁵⁵. As reivindicações dessas greves, dentro daquilo que apontamos anteriormente, extravasavam os limites da fábrica, tendo um efetivo enfoque na modificação das condições gerais da sociedade, o que, em determinados momentos, foi importante para trazer para as lutas o apoio de diversos setores da sociedade. O importante a reter é que, mesmo sem uma estrutura consolidada, mas o suficiente para a realização de diversas greves, o movimento operário não foi ignorado pelo governo, que já lançava mão de instrumentos ora de cooptação, ora de repressão, no intuito de minar a resistência operária. Repressão essa que, conjuntamente a uma situação econômica não favorável, explicava muito do refluxo do movimento operário e do arrefecimento de suas lutas.

Com os problemas decorrentes da sua falta de organização, reconhecido pelo próprio movimento, e os eventos que marcaram a cena política e econômica da década de 1920 – como o tenentismo, entre 1922 e 1924, a coluna Prestes em 1926, o enfraquecimento das oligarquias regionais, as dificuldades da economia cafeeira e a crise internacional de 1929 -, o movimento operário buscou se reconstituir e se reestruturar a partir de um projeto político próprio⁵⁶, do que resultou uma nova forma de organização sindical, que passava a se estruturar por indústrias. Essa nova forma de organização, incentivada pelo Partido Comunista – que crescia às expensas do anarcosindicalismo – abria outras possibilidades de organização, na medida em que as demandas específicas dos trabalhadores de cada setor produtivo seriam centrais nas reivindicações, que não deixavam de lado as idéias mais gerais de modificações

⁵⁵ Além das condições gerais da sociedade, a eclosão da Primeira Guerra Mundial trouxe incentivos diversos para que o movimento operário realizasse greves e manifestações. Se num primeiro momento a preocupação era mobilizar o operário contra o militarismo, as modificações na economia brasileira passaram a dar a tônica das reivindicações. Isso porque, de um lado, a dificuldade de importações impôs a necessidade de ampliação de alguns setores industriais, o que aumentava o proletariado, e de outro, porque o custo de vida subia de forma considerável, principalmente por conta da elevação dos preços dos alimentos, o que resultava em péssimas condições de vida e, conseqüentemente, em diversas tensões sociais.

⁵⁶ O fato do movimento operário se lançar na constituição de um projeto político próprio se relaciona ao tipo de leitura que os atores vinculados ao anarcosindicalismo faziam das relações político, econômicas e sociais do Brasil que, como já apontado, partia da tentativa de enquadrar uma lógica de lutas presente na Europa a uma conformação social totalmente diversa. O que não quer dizer que os partidos deixariam de ter influência no movimento sindical – na crítica feita aos anarcosindicalistas pelo Partido Comunista, ficava clara a intenção deste em dar a linha política do movimento operário no Brasil.

da sociedade, além de permitir, de forma mais ampla, o processo de conscientização da força de trabalho⁵⁷.

Mas modificações substantivas viriam a ocorrer na década seguinte, inaugurada com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder⁵⁸. A política de Vargas foi estruturada de forma a cooptar a classe trabalhadora, não só como forma de reprimir as diversas manifestações que vinham sendo organizadas por parte desta, mas principalmente para ter nessa classe uma base de apoio e de sustentação social. É dentro desse aspecto que é criado o Ministério do Trabalho, em novembro de 1930, e as leis dos 2/3 e de sindicalização em 1931. A lei dos 2/3, que estabelecia o controle de imigrações, teoricamente era voltada à proteção do trabalhador nacional, mas em si significava um maior controle sobre a classe operária e sobre o acesso às ideologias externas. Já a lei de sindicalização, dentre outros pontos, vinculava o reconhecimento dos sindicatos à aprovação do Ministério do Trabalho, repassava aos próprios sindicatos (de empregados e empregadores) a forma de se organizar para a realização de acordos, proibia a vinculação a sindicatos internacionais sem aprovação prévia do Ministério do Trabalho e estabelecia a obrigatoriedade, para todas as organizações de trabalhadores, de enviarem relatórios anuais ao Ministério.

Estava claramente definido o atrelamento do sindicato ao Estado, retirando-lhe a autonomia política, tão defendida pelo anarcosindicalismo. Era a própria negação da luta de classes e a tentativa de estabelecer uma política colaboracionista. Aos operários estava vedado o acesso à política, a não ser que definissem pelo apoio ao governo e aos interesses da classe dominante. Através de uma série de leis sociais e trabalhistas, Vargas tentava criar a idéia de um Estado protetor da classe operária, generoso, apagando da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho. Reforçava-se o Estado e abriam-se as portas para o crescimento da acumulação capitalista. Ideologicamente, fabricava-se novos mitos e obscurecia-se o lugar da luta de classes. (REZENDE, 1986: 34)

⁵⁷ Nesse ponto, cabe destacar que a organização dos trabalhadores no ambiente de trabalho é algo que se retrata aos primórdios do movimento sindical no Brasil. Mais a frente, nos debruçaremos de forma mais detida sobre as comissões de fábrica, enquanto um tipo de organização dos trabalhadores que, em diversos momentos, era incentivada pelos sindicatos – e seria também pela CUT –, ainda que algumas tendências fizessem a leitura de que as organizações por fábrica acabavam por fazer com que a luta fosse localizada e específica, travando as possibilidades de organização de uma luta ampla e a nível nacional.

⁵⁸ Pelo caráter extremamente heterogêneo das forças que compunham o bloco que levou Getúlio Vargas ao poder, é difícil assumir a Revolução de 1930 como um processo de revolução burguesa. De fato, esse grupo era composto pela Aliança Liberal – formada por oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba –, por setores da direita do tenentismo e por elementos da burguesia. O que se tinha então, era a união de grupos vinculados à burguesia, apoiando um movimento que, se obtivesse sucesso, garantiria a defesa dos seus interesses. Mas pelo típico caráter subordinado da burguesia nacional, por conta do lugar que o país ocupava (e ainda ocupa) no processo de acumulação capitalista mundial, dificilmente esse movimento levaria a uma efetiva revolução.

Atrrelamento este que se tornava mais propício pelo fato do grupo reformista de direita, exatamente o que se vinculava diretamente ao governo, controlar as organizações compostas pelo maior número de trabalhadores. Por seu turno, era fundamental que o Estado fornecesse concessões aos trabalhadores, como forma de, ao mesmo tempo, ganhar um caráter de um “governo popular”, preocupado em defender os interesses dos trabalhadores, e de travar expressões reivindicatórias alternativas, que poderiam surgir paralelamente aos sindicatos – expressões essas que eram, em si, a própria representação das limitações desse atrelamento. Não estranhamente, de forma concomitante as leis foram criadas, exclusivamente, para os membros dos sindicatos, cooperativas de consumo e crédito, assistência jurídica, escolas, entre outros serviços.

Essa situação se intensificou a partir do golpe de 1937, dado por Vargas com o apoio do militares, e que deu início ao Estado Novo. A partir desse momento, intensificou-se a perseguição e repressão às manifestações políticas contrárias ao governo e o controle sobre as ações dos operários, com o que os sindicatos viram sua autonomia se diluir. De forma paralela, o governo continuava a implementar ações que beneficiavam a classe trabalhadora, como a formulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, enquanto um conjunto de regulamentações, foi implementada a partir de quatro frentes: *i)* a primeira criou as normas que protegiam as condições de trabalho; *ii)* a segunda regulamentava a constituição e o funcionamento dos sindicatos. *iii)* a terceira criava os institutos de seguro; *iv)* e, por fim, a quarta regulamentava as normas da justiça do trabalho. (SANTOS, 1984: p. 33). A intensificação da combinação de concessão de benefícios com aumento da repressão conduziu necessariamente ao refluxo das posições mais combativas dentro do sindicato, favorecendo seu caráter assistencialista e abrindo espaço para o crescimento da ala “pelega”.

Era a consolidação do sindicato corporativo, que se distanciava da luta política e reivindicativa em favor do apoio acrítico das decisões do Estado que, por isso, se tornava um típico órgão de cooperação do poder público, cujo sentido último era o da moderação das lutas reivindicatórias por meio do que Boito Jr. (1991) chama de sindicalismo de Estado, ou estrutura sindical oficial. Ao ceder aos ditames impostos pelo governo federal em escala nacional, os sindicatos não só abriam mão de uma luta que visava prontamente à defesa dos interesses da classe trabalhadora – e, em certo sentido, da sociedade como um todo, pelo fato de várias de suas reivindicações se orientarem para a modificação da estrutura política, econômica e social –, mas também assumiam que os instrumentos criados pelo governo – como o salário mínimo, que garantia o piso dos rendimentos dos trabalhadores, e o imposto sindical, que estabelecia uma verba fixa mensal para os sindicatos e imposta pelo governo,

mas sustentada financeiramente pelos próprios trabalhadores – eram formas suficientes para compensar os anos de precariedade, baixos salários e trabalho intenso submetidos aos trabalhadores. É dessa forma que o governo Vargas consegue, ao mesmo tempo, desmobilizar as ações do movimento sindical e agregar parte considerável da classe trabalhadora como base de apoio do seu governo⁵⁹.

Na verdade, o que se via era a construção de um Estado cujo projeto de recomposição de sua hegemonia se dava através da ampliação das bases de sustentação, ancoradas na incorporação daquelas que eram as classes sociais emergentes, quais sejam, a burguesia urbano-industrial e os trabalhadores urbanos. De acordo com Araújo (2002, pgs. 33-35), o corporativismo era o único instrumento desse projeto que conseguia reordenar as complexas relações estabelecidas entre o Estado, os segmentos de classe dominante e as parcelas da classe trabalhadora. Talvez, por isso, o estabelecimento das relações entre esses setores não poderia se dar de outra forma, senão contraditoriamente: para se ter controle sobre a organização dos trabalhadores e sua representação política, era necessário que fosse empreendido um projeto inclusivo em relação a estes, através do reconhecimento e da legalização de seus direitos sociais e da abertura de canais para sua participação política. Por seu turno, os trabalhadores também fizeram uma opção histórica ao aderirem ao corporativismo, ao contrário de se voltarem à organização das lutas, o que não os isenta de uma ação, também, explicitamente contraditória. As instituições corporativas se firmavam, então, como instrumento que, ao conjugar benefícios e consentimento, ampliava as base social do Estado e garantia a recomposição de seu aparelho de hegemonia. Disso, pode-se dizer que a

estratégia do governo Vargas de cooptação dos trabalhadores e de suas lideranças operava por meio da associação de um conjunto de benefícios concretos – como a lei de férias, o acesso às juntas de conciliação para a reclamação de direitos – e canais de participação política – como o estabelecimento da representação classista na Constituinte e em todos os corpos legislativos da esfera municipal até a federal – com a organização de trabalhadores no sindicato corporativo. Por meio destes mecanismos e da ampliação do papel do Estado na fiscalização do cumprimento das leis sociais e na arbitragem dos conflitos trabalhistas, construía-se uma nova imagem do Estado como aquele que reconhecia a classe trabalhadora como interlocutor, concedia-lhe direitos sociais e constituía a sua garantia contra o arbítrio e a prepotência patronal. (Ibidem, pgs. 51-52).

⁵⁹O sindicato corporativo, que se erguia nessas bases, permeou toda a formação sindical posterior, e sobrevive até a atualidade. Por isso a compreensão de sua origem é fundamental para entender os embates que são travados no interior dos sindicatos até a atualidade – e que trataremos mais especificamente nas próximas seções.

É a partir dessas relações que se ergue a estrutura sindical, entendida enquanto um *“sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado (...) (sendo seu) elemento essencial (...) a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado”* (BOITO JR., 1991: 50-51)⁶⁰. Ou seja, para que um sindicato fosse reconhecido como entidade representativa da classe trabalhadora, era necessário obter um registro junto a um órgão governamental (o Ministério do Trabalho), que outorgava essa representação; sem o reconhecimento, os sindicatos não poderiam funcionar. Além da obrigatoriedade da outorga, outros dois elementos compõem o tripé sobre o qual se sustenta a estrutura sindical: a unicidade sindical e o imposto sindical. A unicidade sindical se refere ao fato de que cada segmento de trabalhadores (cada setor, mais especificamente) deve ser representado por um único sindicato; a unicidade, então, impõe a existência de um único sindicato representativo – o qual é escolhido e legitimado pelo Estado – por setor produtivo. O imposto ou contribuição sindical compulsório se refere à formação de um fundo de recursos utilizado para manter os sindicatos, recursos esses que são pagos pelos trabalhadores, mas recolhidos e distribuídos pelo Estado. Como fica claro, tanto a unicidade quanto o imposto sindical dependem diretamente do reconhecimento oficial-legal por parte do Estado. Sem o reconhecimento do Estado, os sindicatos não são representativos e não se mantêm. Essa era a forma mais direta de obrigar todos os mecanismos que pleiteavam representar as lutas da classe trabalhadora a se enquadrar dentro da estrutura comandada diretamente pelo Estado.

Seguindo os argumentos de Boito Jr. (1991), pode-se dizer que essa estrutura sindical, erigida a partir de um monopólio do Estado sobre as condições legais de representatividade, era um tipo de sindicalismo de Estado próprio para o desenvolvimento de relações político-sociais fundadas em práticas populistas. Isso porque a institucionalização do legalismo sindical fazia parte da consolidação de um conjunto de concepções e práticas ideológicas que levavam o trabalhador a lutar pelo reconhecimento oficial de seu mecanismo de contestação – mesmo que conseguissem se organizar de forma totalmente independente do Estado. O reconhecimento legal, por parte do Estado, legitimava o elemento essencial da estrutura sindical, através do qual as reivindicações eram, oficialmente, reconhecidas. Por isso, esse tipo de estrutura era propícia ao populismo: partia-se da idéia de que o Estado tinha a função

⁶⁰ Importante destacar que, com o fim da ditadura estadonovista, há um claro rompimento da forma de gestão do aparelho sindical, resultado do próprio contexto da democratização, que não abria mais espaço para as formas de controle direto mantidas pelo Estado. Assim, passa-se de uma relação de subordinação impositiva para uma relação de “proteção” legitimada, que parte da noção de que, considerando a capacidade e obrigatoriedade do Estado de criar benefícios para a classe trabalhadora, a institucionalização da organização sindical sobre os poderes deste se firmava enquanto forma de garantir tais benefícios – pelo menos no plano do discurso ideológico já que, em termos concretos, o que prevalecia era a manutenção do poder do Estado sobre os sindicatos. De toda forma, ainda que mude a gestão, a estrutura sindical permanece sendo a mesma.

soberana de proteção da classe trabalhadora contra a exploração do capital, função essa que compensava a suposta incapacidade organizativa da classe trabalhadora. Sendo assim, toda essa estrutura partia de uma construção ideológica empreendida pelo Estado, no qual seu elemento de controle sobre as formas de manifestação dos trabalhadores ganhava uma roupagem de proteção, o que ficava claro mediante os benefícios concedidos em termos da criação de leis. Um típico populismo que, teoricamente, respondia de forma efetiva às aspirações por reformas sociais dos trabalhadores⁶¹. Dentro desse esquema engessado, as lutas empreendidas pelo sindicalismo populista não objetivavam, exatamente, que os patrões se dobrassem as suas reivindicações, mas eram organizadas com o simples intuito de chamar a atenção da Justiça do Trabalho para suas condições gerais de trabalho, num claro acionamento de uma luta passiva.

Essa contraditória relação entre governo e classe trabalhadora, expressa na velada troca entre benefícios e docilidade, garantias de direito a arrefecimento da luta, paternalismo e apoio político, iniciada claramente durante o Estado Novo, seguiu durante as décadas de 1940 e 1950, sendo marca presente no governo de Dutra, no segundo mandato Vargas, no interregno Café Filho e seguindo até Juscelino Kubitschek, na qual a ampliação do emprego – por conta das medidas modernizantes do Plano de Metas – e a elevação salarial eram compensadas pelo crescimento desenfreado da inflação⁶². Esse período de engessamento da ação sindical, que se revestia de uma capa populista com o objetivo tácito da conquista do apoio irrestrito das classes populares ao governo, começou a ganhar nova feição em meados dos anos 1950 – ou, dito de outra forma, começou a retornar à sua antiga e original função -, quando lutas localizadas começaram a ganhar espaço nacional, apresentando um sindicalismo que, como nunca, se portava enquanto instrumento político e ideológico na formulação das teses que buscavam defender, para além dos interesses da classe trabalhadora, os interesses gerais da população acometida pelas perversidades do sistema capitalista de produção. O

⁶¹ Boito Jr., nesta mesma obra, faz uma diferenciação dos tipos de estatismo sindical que tomaram forma no Brasil. O primeiro, descrito acima, que respondia às demandas por reformas da classe trabalhadora, era chamado de *estatismo-legalismo sindical 'de esquerda'* e vigorou, juntamente com os governos populistas, até o golpe de 1964. Já o segundo, nomeado de *estatismo "de direita"*, e que se consolidou no pós-golpe, tinha o claro objetivo de manutenção da ordem capitalista dependente – e por isso, nele, o Estado deixava de lado sua função de “proteger” a classe trabalhadora, passando a barrar a ascensão de correntes reformistas e revolucionárias no movimento sindical que viessem a contestar o aparelho vigente, exatamente adequado ao atendimento das necessidades do sindicalismo conservador.

⁶² Cabe destacar que, mesmo havendo uma conjugação de excessivo controle por parte do governo aos sindicatos e apoio da classe trabalhadora ao governo federal, o que impedia a organização e construção de lutas locais e nacionais, essas não deixaram de existir, o que se expressava em diversos focos – ainda que conjunturais – das lutas dos trabalhadores. Assim foi a tentativa de reorganização do PCB quando de seu retorno à legalidade, a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores, lutas localizadas contra o congelamento de salários e o favorecimento da burguesia e do capital internacional, especialmente nos governos Dutra e Café Filho, e até a organização dos trabalhadores em apoio ao retorno de Vargas ao poder, quando de seu segundo governo.

problema posto nesse momento – que, assim como antes, criava barreiras à plena luta sindical – reportava aos grupos político-partidários que ocupavam as lideranças dos sindicatos que, em distintos momentos, ora vinculava suas lutas a categorias específicas de trabalhadores – criando um tipo de privilégio específico aos operários ligados à indústria tradicional e ao setor público -, ora apoiava projetos governamentais, obviamente voltado a seus próprios interesses. A reorganização da luta sindical, que buscava na disputa do campo político uma forma de ganhar espaço e ampliar seu poder, frente à correlação desigual de forças entre o Estado e uma classe trabalhadora despolitizada, desorganizada e relativamente ilimitada, se colocava em um fogo cruzado nada benéfico à sua autonomia política, ideológica e classista. O que não significa dizer que, neste momento, ela se mantivesse tão inócua quanto nos anos anteriores.

Todo o movimento de rearticulação e reorganização dos sindicatos (ou, em extremo, sua tentativa), conduzido pelo reforço de seu caráter político e social, e que reluzia no próprio crescimento do movimento operário e na eclosão de diversas greves, foi interrompido quando do golpe militar, em março de 1964, que impôs novas condições de repressão às lutas sindicais – dessa vez, em nada equilibradas por políticas de concessões de direitos e garantias exclusivamente voltadas ao benefício dos trabalhadores. O regime militar, por todos os lados e de todas as formas, solapou a classe trabalhadora, que viu sua organização “tratorada” por um ambiente que se equilibrava em um quadro econômico adverso, na precarização das condições de trabalho (especialmente verificadas na redução salarial, no aumento do desemprego e na redução da estabilidade) e na repressão ilimitada das manifestações anti-regime. Neste quadro, que recolocava o tratamento dado pelo governo aos sindicatos – marcado pelo aumento do poder de fiscalização e pela determinação da ilegalidade de toda e qualquer greve - não é estranho que estes tenham reformulado seus rumos e orientações, passando a adotar ações mais no âmbito da fábrica, o que levou, ao mesmo tempo, ao fracionamento e individualização dos sindicatos, de um lado, e ao reforço de seu caráter de órgão assistencialista e burocrático, de outro – exatamente o que esperaria um governo autoritário de direita de uma organização representativa da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que tais características se reforçavam, minava aquilo que era seu objetivo momentâneo, de se consolidar enquanto elemento politizador da sociedade em geral.

Este era, em suma, o quadro geral dos sindicatos no Brasil, já no início da década de 1970. O entravamento de suas lutas, posto por uma conjuntura política altamente repressiva e desmobilizadora, levava à contestação da própria função a ser desempenhada pelo movimento sindical. Ainda assim, e mesmo que de forma localizada, o cerne da luta em prol da classe

trabalhadora não deixou de existir. E é dentro desses aspectos, coadunados a uma política econômica que não logrou os resultados prometidos, que um novo desenho de ação e luta começa a se estruturar.

2.2 A reorganização do movimento sindical: as décadas de 1970 e 1980

Em fins da década de 1960, o ambiente político era marcado pela intensa repressão imposta pelo regime militar, e pela elaboração de um discurso ideológico que, guiado pelo ufanismo desenvolvimentista e pelas promessas de crescimento econômico e da passagem a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil – discurso que era, apoliticamente, comprado pela entusiasmada classe média -, legitimava o monopólio do poder nas mãos dos militares. Do ponto de vista econômico e social, ainda que se tenha observado o crescimento da indústria e do emprego, as condições estruturais da economia continuavam a apresentar problemas que inevitavelmente conduzia à ampliação da desigualdade de renda, à redução salarial e às péssimas condições de trabalho. Ou seja, o discurso da modernização proclamado pelos militares, carregado de uma ideologia que doutrinava a população a não contestar o sistema, não ganhava respaldo em termos reais. Os milagres econômicos apresentavam, antes de mais nada, o seu mais tenro fracasso⁶³.

Os problemas que se apresentavam no campo econômico eram reflexos diretos da intensificação das diretrizes pelas quais a industrialização tomou forma no Brasil⁶⁴. Montada sob uma estrutura descolada da formação e expansão do mercado consumidor – ou, dito de outra forma, nascida para atender a uma demanda específica já existente – a indústria brasileira cresceu enraizada nas relações de dependência econômica com o centro hegemônico do capital. Essas características se ampliaram quando, já nos anos da ditadura, iniciou-se um novo período de acumulação, baseada na continuidade da expansão do setor produtor de bens de consumo duráveis (voltada ao atendimento do mercado interno) e na abertura de empresas, em sua grande parte de capital externo, produtoras de bens de consumo não-duráveis

⁶³ De acordo com dados apresentado por Santos (1984, p. 63), em 1974 a taxa de crescimento do PIB caiu 4% e a inflação alcançou o nível de 50%, conjuntamente às políticas de arrocho salarial, de abertura ao capital internacional, de solapamento da indústria interna e crescimento da dívida externa, que expressavam a ampliação dos indicadores de dependência externa. Com esses dados, é possível dar uma indicação do fracasso das políticas econômicas implementadas durante o regime militar, que foram responsáveis não somente pelos problemas apresentados durante a década de 1970, mas respondem também por toda a crise que atingiu a economia brasileira na década seguinte.

⁶⁴ Os aspectos gerais da industrialização no Brasil, dentro de uma generalização para a periferia latino-americana, já foram tratados no capítulo I, motivo pelo qual não serão retratados neste momento do texto.

(voltados prioritariamente à exportação), ao mesmo tempo em que aumentava a pressão sobre o rebaixamento dos salários. As condições da indústria e da economia em geral não poderiam conduzir senão para um quadro de crise econômica, resultado de uma dupla conjugação de fatores. De um lado, da desproporcionalidade entre os setores produtores de bens de consumo e de bens de produção – a necessidade de importação de bens de produção e o fato de grande parte das empresas produtoras de bens de consumo serem controladas pelo capital externo criavam um fluxo de renda para fora do país, revertido em problemas na balança comercial, os quais eram resolvidos pela recorrência a um círculo vicioso de empréstimos que se expandia no próprio crescimento do pagamento dos juros, das amortizações e do principal da dívida. De outro, pela ampliação do arrocho salarial, deliberadamente implementado pelo Estado, que conduzia ao aumento da desigualdade de renda e da precariedade das condições de vida do trabalhador. Sendo assim, esses fatores só poderia conduzir à ampliação da relação estrutural de dependência do país – e, conseqüentemente, à superexploração da força de trabalho. (ANTUNES, 1992: 111)⁶⁵. O quadro 2.1 mostra como, durante o período 1964-1975, houve uma considerável perda salarial, o que ganha proporções ainda mais evidentes considerando que o período foi de expansão industrial e, em alguns momentos, de crescimento econômico.

Estavam postas, nesses termos, as condições para que a contestação da classe trabalhadora ganhasse os devidos contornos que permitiriam sua reorganização. Ainda que a repressão fosse presente, era fundamental que a classe trabalhadora se estruturasse para compor uma luta que contestasse a ordem vigente. O movimento grevista, que voltou a ter expressões ainda em 1973 – quando da ocorrência da greve dos sindicatos metalúrgicos por conta da reposição salarial indevida, a qual envolveu em todo o Brasil mais de 2 milhões de trabalhadores – ganhou força durante toda a década, especialmente ao voltar a conjugar uma luta composta de reivindicações específicas da classe trabalhadora e de contestação da política governamental. Essas serão as principais características das greves do ABC paulista em 1978

⁶⁵ Ricardo Antunes usa o termo “superexploração da força de trabalho” sem deixar muito claro o que exatamente quer expressar com o mesmo. Neste livro, não há nenhuma referência, mesmo que indireta, à obra de Marini. Implicitamente, sugerimos que Ricardo Antunes chama de superexploração do trabalho uma combinação de rebaixamento de salários e intensificação do trabalho – o que, mediante a exposição feita no capítulo anterior, deixa claramente expressa a diferença entre os conceitos adotados por Marini e Antunes. O que precisa ficar claro é que, mesmo o texto de Antunes sendo uma referência recorrente neste trabalho, da nossa perspectiva prevalece o conceito adotado por Marini – que se trata da ampliação das formas de exploração que levam a um pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Assim, mesmo tendo feito referência direta ao texto de Antunes – e assumindo que ele tem uma conceituação própria de superexploração, ainda que não a deixe bem definida – consideramos que, de acordo com a descrição das relações econômicas e sociais feitas para o período, o que se verificava efetivamente era uma remuneração da classe trabalhadora abaixo do seu valor. Ou seja, ainda que existam diferenças conceituais, consideramos que o argumento de Antunes vale para aquilo que consideramos ser, para o presente trabalho, o conceito de superexploração da força de trabalho.

e 1979, que reascenderam de vez a luta sindical e deu início a uma nova fase na construção da organização da classe trabalhadora.

Tabela 2.1: Perdas salariais superiores a 30% (1965-1975)

Período	Salário real mais frequente	Porcentagem das categorias com perdas de salário real superior a 30%
1964/65	100	-
1965/66	90	-
1966/67	73	12%
1967/68	74	26%
1968/69	72	21%
1969/70	75	17%
1970/71	82	9%
1971/72	80	7%
1972/73	79	11%
1973/74	71	29%
1974/75	73	46%

Fonte: Adaptado de “Dez anos de política salarial”, pgs. 64-65 *apud* Antunes, 1992.

Ainda que não seja nosso objetivo descrever os confrontos operários travados no ABC paulista entre 1978 e 1980, é imprescindível citar a eclosão dessa movimentação, dado que a partir dela foram trazidos à tona os pontos centrais das reivindicações que norteariam a reestruturação sindical. De fato, a organização sindical no ABC delineou sua luta pautada pela elevação dos salários segundo critérios de produtividade, pela negociação coletiva sem a intermediação do governo, pela organização sindical no interior das fábricas, e pela postura contrária à legislação sindical e o sindicalismo atrelado, compondo um conjunto de reivindicações que, mesmo sendo inéditas no movimento operário, perpassavam por pontos que, claramente, se situavam no contrapeso da precarização do trabalho e da repressão política e social no país. Não estranhamente, no biênio 1978-1979, mais de três milhões de trabalhadores entraram em greve.

Neste ponto, fazemos um parêntese. Diversas teses foram formuladas com o objetivo de caracterizar o operariado metalúrgico da indústria automobilística, ator central das greves do ABC paulista. A compreensão dessas características – assim como a refutação das teses que formularam análises equivocadas – é de fundamental importância, se quisermos compreender as definições gerais que norteariam a luta desses trabalhadores – ou seja, se queremos compreender o motivo pelo qual lutavam. Por isso, apresentamos a seguir as

principais análises feitas sobre a formação deste operariado⁶⁶. De imediato, é necessário ter em mente que, por conta da forma pela qual se deu o surgimento da indústria no Brasil, o operariado não se formou na esteira da transição do artesanato para a manufatura – tal como o operariado clássico –, mas foi sendo composto dentro das contradições que eram próprias às especificidades do capitalismo da região. Talvez, por conta disso, exista tanta divergência quanto à sua caracterização.

A primeira análise a ser destacada foi a elaborada por Leôncio Martins Rodrigues (1970). De acordo com o autor, a motivação para os movimentos de contestação dos trabalhadores não estaria na tradicional oposição travada com a propriedade privada dos meios de produção já que, no caso do Brasil, o surgimento da grande indústria reverteu na criação de empregos para grandes massas, com melhores remunerações em relação a seus salários anteriores, e não exatamente na expropriação dos meios de produção, tal como nos países de industrialização clássica. Ou seja, os conflitos criados entre operários e a empresa não se justificavam pela luta contra a propriedade privada, o que resultava em uma aceitação do industrialismo e da grande empresa, ao mesmo tempo em que barrava a reverberação das ideologias proletárias. Se a indústria oferecia melhores salários e melhores condições de trabalho em relação ao que possuíam antes – e, portanto, ofereciam condições materiais mais benéficas –, não havia motivo claro para se empreender uma luta contra a fábrica e, no mesmo sentido, não havia espaço para a emergência de uma consciência socialista⁶⁷.

A análise feita por Maria Hermínia T. de Almeida (1975), em alguns aspectos, se aproxima da análise realizada por Rodrigues. Para a autora, as relações de trabalho oriundas da industrialização brasileira fizeram surgir uma espécie de “aristocracia operária”, numa clara alusão aos operários dos setores mais modernos que, pertencentes às empresas que davam o caráter dinâmico da economia, empreendiam uma luta específica, a partir de suas próprias demandas, sendo por isso os setores mais ativos e militantes do movimento sindical. A idéia apresentada é a de que, em um país cuja heterogeneidade entre os setores se firmava como característica estrutural, dificilmente um tipo de luta comum e integrada entre todos os setores seria empreendida. Na medida em que os setores se diferenciavam, era

⁶⁶ Para uma descrição detalhada dessas teses, ver: ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho – O confronto operário no ABC paulista: as greves entre 1978 e 1980*. Editora Unicamp: Campinas, São Paulo. 2ª Edição, 1992. É desta obra que retiramos a descrição feita aqui. Este mesmo livro – como o próprio nome indica –, para aqueles que se interessem por maiores informações sobre o tema, também apresenta de forma pormenorizada toda a discussão em torno da realização das greves no ABC paulista na segunda metade da década de 1970.

⁶⁷ O que não quer dizer que Rodrigues desconsiderava a possibilidade de emergência de uma organização que contestasse a ordem social. Para ele, a possibilidade da emergência de uma consciência socialista viria a partir da pressão de amplos setores populares – e não apenas de um setor específico, como é o caso do operariado – com o objetivo de ampliar sua participação no consumo.

especificamente distinto o tipo de demanda, de organização, e de luta que cada um deveria – e conseguiria – empreender. Todo esse raciocínio levaria à descrença quanto à possibilidade de se construir uma luta unificada entre os mais diversos setores, tendo no segmento metalúrgico – o setor moderno, naquele momento – um setor de vanguarda no movimento sindical. A possibilidade de conjunção das lutas, a ser orientada por uma estratégia global que fugisse inteiramente da extrapolação de interesses particulares de determinados setores para outros, só seria efetiva mediante a imposição de um forte conteúdo classista, que buscasse a autonomia operária frente ao patronato – ou seja, uma luta contra a própria lógica do sistema capitalista⁶⁸.

Já a análise de Celso Frederico (1979), que parte da identificação do operariado metalúrgico enquanto núcleo mais avançado do movimento operário, resultado das condições propiciadas pelo fato de estarem vinculados ao pólo mais desenvolvido do capitalismo brasileiro, vê exatamente nesse setor a exacerbação das condições precárias de trabalho para a classe operária. E é exatamente esta posição “privilegiada” que permite aos trabalhadores desse setor estabelecer ações comuns, juntamente aos trabalhadores dos setores mais atrasados. Considerando a existência da heterogeneidade, essa luta só poderia ser empreendida através daquilo que une os trabalhadores de todos os setores: o trabalho abstrato – e não o trabalho concreto, que exprime as particularidades de cada um -, que todos realizam para o capital, independente do setor onde operam ou do seu nível de qualificação.

Vânia Alves (1984), por sua vez, busca nas análises feitas para a ação do operariado inglês e do proletariado francês, uma tentativa de fundamentar a tese do “aburguesamento” do proletariado da periferia. De acordo com seus argumentos, o capitalismo moderno teria capacidade de pagar salários mais altos a um número maior de trabalhadores, com o que a elevação de seu padrão de vida permitira sua mescla ideológica com setores da classe média e da burguesia. Ou seja, a melhoria do padrão de vida – analisado do ponto de vista puramente material – permitiria novas perspectivas sociais, valores e tipos de comportamento, fazendo com que as famílias “operárias” fossem socialmente aceitas em termos de igualdade pelos membros da classe média. É a pura teorização da alienação do trabalhador que, ao não se identificar ao produto do seu trabalho, cria no plano abstrato o fetiche da aceitação social a partir de sua capacidade de consumo: sua identificação de classe é dado pelo que consome, e não pela posição que ocupa no plano da produção. Com a completa desideologização do

⁶⁸ Almeida reviu suas teses quando da eclosão do novo sindicalismo, em fins da década de 1970. Para a autora, o movimento operário grevista do ABC agrupava uma pauta de reivindicações própria aos trabalhadores de quaisquer setores: luta contra o arrocho salarial, contra a lei de greve e pela liberdade e autonomia sindical. Essa luta conjunta foi possível por conta da postura crítica e renovadora do Sindicato de São Bernardo, que conseguiu agrupar a seu redor diversos outros setores. De certa forma, com essa posição, a autora refutava sua própria tese, da existência de uma aristocracia operária no Brasil.

movimento operário causado por esse “aburguesamento”, não só a distinção dos operários passa a ser dar pelo tipo de indústria na qual estão empregados – e que, portanto, definem suas condições de consumo -, e não pela sua qualificação, mas a luta dos mesmos tende a se dar por uma equivalência de proporções entre seus salários e o crescimento dos lucros, o que inevitavelmente conduz ao arrefecimento de sua luta, à medida que seus salários crescem. Ao mesmo tempo, esses setores tenderiam a se destacar em termos de sua organização sindical, se contrapondo tanto à base proletária desorganizada quando aos trabalhadores do setores tradicionais.

Por fim, John Humphrey (1982) se dedicou a rechaçar as teses que apontavam para a formação de uma “aristocracia” do trabalho junto aos operários metalúrgicos – teses explicitamente defendidas por Rodrigues, Almeida e Alves. O autor parte de uma análise empírica para mostrar as péssimas condições a que eram submetidos os trabalhadores do ABC paulista. Ao apresentar dados sobre o expressivo número de trabalhadores semi-qualificados, a elevada taxa de rotatividade dos trabalhadores, o descontentamento em relação aos níveis salariais e a ampliação do ritmo e da intensidade do trabalho, Humphrey mostrou não apenas que, no plano material, o operariado metalúrgico não encontrava condições favoráveis para se firmar enquanto uma aristocracia operária, ideologicamente sem identidade e privilegiada em termos do embate com a classe patronal, mas também que sua luta só poderia se guiar por aquilo que era fator de unidade entre os trabalhadores de todos os setores: a luta contra a superexploração da força de trabalho⁶⁹.

Feita a apresentação dessas teses – que, no limite, demarcam o fato de não haver um consenso sobre a formação política, ideológica e material dos trabalhadores que estavam no centro das greves do ABC paulista na segunda metade da década de 1970 -, é preciso apontar, mesmo considerando válidas as fundamentações das teses sobre a formação de uma “aristocracia” operária no Brasil, o que parece mais claro que é aqueles operários eram, de fato, submetidos a intensas formas de superexploração do trabalho – e de aristocracia, portanto, não tinham nada. Nesse ponto, reafirmamos a tese de Antunes (1992) – que se aproxima de forma considerável das posições de Humphrey -, segundo o qual, para o período, e de acordo com a distribuição dos salários por setor e por nível de qualificação (não-qualificados; semi-qualificados; qualificados e técnicos), os operários das empresas metalúrgicas de São Paulo sofriam intensa erosão salarial, o que necessariamente rebatia

⁶⁹ Como o termo aqui é tomado, mais uma vez, do texto de Ricardo Antunes, vale a mesma observação feita na nota 65.

sobre seu poder de compra⁷⁰. Por isso, a existência de heterogeneidade de salários e condições de produção, que demarcava a convivência de setores modernos com setores tradicionais na economia – o que era próprio da forma pela qual se deu a industrialização, ponto já devidamente tratado nesse texto -, e que refletia no fato do operariado metalúrgico receber melhores salários que os demais setores (dado que era, de fato, o setor moderno), não significava dizer que, por isso, possuíam melhores condições de trabalho, de estabilidade, e tinham ganhos de acordo com a produtividade. Pelo contrário: eram submetidos, tanto quanto outros setores, não só a formas precárias de trabalho, mas também a sucessivos arrochos salariais, o que, por si só, tornava inválida a idéia de que desenvolviam uma consciência de classe não só corporativa, mas também exclusivista e privilegiada. Por isto tudo, a mera transposição, para o caso em tela, da categoria “aristocracia operária” mais confunde do que elucida os processos realmente existentes para o ABC paulista daqueles anos.

Assumindo, então, de um lado, a existência de uma extenuante heterogeneidade entre os diversos setores, tanto em termos de salários quanto em termos de condições de trabalho e produtividade – o que se portava como um complicador na definição das demandas das lutas conjuntas – e de outro que, independente do setor, havia a clara noção de que todos eram submetidos a pressões sobre os salários, a definição das lutas nacionais deveria passar, necessariamente, pela indicação de um elemento comum. E era, exatamente, a superexploração do trabalho, a luta contra o arrocho salarial, o elemento que interligava todos os setores em torno de uma única luta. O que não quer dizer que suas demandas específicas ou outras de caráter mais geral - como as lutas contra a estrutura sindical e a favor da liberdade e autonomia frente ao Estado, a favor do direito de greve, da criação das comissões de fábrica, da negociação direta e da contratação coletiva e, por fim, pela redução da jornada de trabalho - eram ignoradas. O ponto é que elas, mesmo estando na pauta, se subordinavam à demanda maior e mais geral: a luta contra a superexploração da força de trabalho. Por isso pode-se dizer que

[o] elemento unificador central, decisivo, capaz de superar a heterogeneidade objetiva, estrutural e operar um processo de homogeneização, no plano reivindicatório, das *distintas subjetividades* que compreendem o contingente metalúrgico, fazendo detonar o movimento grevista em estado de letargia havia cerca de uma década, foi a luta contra a superexploração do trabalho, a compressão salarial, o *arrocho*. (Ibidem, p. 159)⁷¹

⁷⁰ Para chegar a estas conclusões, o autor analisou uma série de dados quantitativos, os quais estão descritos em seu livro. Para a verificação dos mesmos, consultar Antunes, 1992.

⁷¹ Itálicos do autor, tal como no original.

Ficando clara a idéia de que o operariado metalúrgico, ator central nas greves do ABC, não se portava como uma classe favorecida em termos das relações de trabalho, e por esse motivo, se moveu de forma consistente para a organização das greves de 1978/80, cabe destacar as outras forças que se articularam, nesse mesmo período, no sentido de lutar contra as condições gerais de trabalho, o intenso controle e repressão empreendidos pela ditadura militar e, para além disso, contra a política governamental que, se em alguns momentos conseguiu lograr êxitos em seus resultados – há que considerar o expressivo crescimento durante as décadas de 1960 e 1970, fruto das políticas do milagre econômico -, claramente implementava medidas voltadas ao atendimento do grande capital monopolista e imperialista.

As forças que se articulavam em torno dessas lutas extravasavam de forma considerável o espaço dos sindicatos oficiais. Isso se dava por conta, principalmente, do controle interno aos sindicatos por parte do governo militar, que conduzia a organização destes de forma a incentivar seu caráter assistencialista – realizado através do oferecimento de serviços diversos aos sindicalizados, como planos de saúde, bolsas de estudos para seus filhos e colônia de férias – e barrar as lutas contestatórias, o que era possível fazer a partir da deposição das diretorias que se opunham ao regime e da própria construção ideológica da força autoritária do regime. Os sindicatos oficiais, atrelados e presos à estrutura do Estado, não tinham muita manobra de articulação, o que acabava por reforçar não só seu caráter corporativo, mas também a estrutura sindical em si, moldada a transmitir plenos poderes de controle direto do Estado sobre os sindicatos oficiais. A saída não poderia ser outra, a não ser encontrar formas alternativas de se organizar.

É dentro desses aspectos que ganham espaço as comissões de fábrica (ou empresa), que se expandiram consideravelmente no período. Ainda que a história do desenvolvimento industrial brasileiro mostre a existência dessas comissões desde o início do século XX, é nesse momento que esses instrumentos de luta vão ganhar força, mediante um sindicalismo que perdia campo especialmente no que dizia respeito à sua capacidade de representação dos interesses da classe trabalhadora. Não que houvesse uma clara separação entre o que deveria ser função dos sindicatos e o que deveria ser função das comissões. Sua ação, em diversos momentos, era conjunta, a ponto das entidades sindicais considerarem benéfica a existência dessas comissões. O ponto é que, em um momento de forte controle dos sindicatos, as comissões se firmavam como elemento alternativo de luta dos trabalhadores. É por isso que, a partir da década de 1970, as comissões, em todo o país, começaram a crescer de forma até então inédita. Nesses termos, as comissões de fábrica acabaram por se firmar como um instrumento aparentemente democrático de diálogo entre os operários e patrões, ao permitir

que as reivindicações dos trabalhadores fossem, de alguma forma, reclamadas. Servindo de instrumento para a definição daquilo que seriam as demandas da classe, as comissões se tornavam ponto de referência para a organização de movimentos mais amplos. Sendo assim, foram a partir das comissões de fábrica que se organizou grande parte das greves eclodidas naquele momento⁷². Estudos posteriores, como o de Graciolli (2007 e 2009), mostram que essa via de organização nos locais de trabalho não prosperou como eixo fundamental no sindicalismo brasileiro, sendo uma das razões para uma certa atrofia para uma efetiva prática de autonomia e liberdade sindicais.

De toda forma, o importante a pontuar é que, dado o elevado nível de controle e repressão por parte do governo militar, e os esforços no sentido de transformar os sindicatos em verdadeiros órgãos prestadores de serviços, inevitavelmente eles acabam não só se desarticulando, mas também perderam sua legitimidade enquanto representante das demandas da classe trabalhadora. Consequentemente abriu-se espaço para que outras formas de organização fossem criadas – sejam elas comissões de fábricas ou qualquer outro tipo de instituição. Por isso, grande parte das lutas empreendidas no período vão ser articuladas fora da estrutura sindical oficial.

Outras duas tendências que se destacaram foram, de um lado, os setores progressistas da Igreja Católica e, de outro, uma nova geração de dirigentes sindicais. No que diz respeito aos primeiros, sua participação na articulação do movimento grevista partiu de uma mudança na postura da Igreja, tanto ao aproximar os movimentos sociais e populares que controlava os

⁷² Iram Jácome Rodrigues, no texto “*As comissões de empresa e o movimento sindical*” (1991), faz uma minuciosa abordagem sobre as comissões de fábrica no Brasil, onde apresenta sua importância enquanto instrumento alternativo de organização dos trabalhadores dentro da fábrica, especialmente durante a ditadura militar. No entanto, ao defender a posição de que as comissões são espaços democráticos onde os trabalhadores efetivamente conseguem empreender suas lutas e fazer valer suas demandas, o autor acaba se utilizando de argumentos frágeis para sustentar essa tese. É enfático, em seu texto, que as comissões de fábrica são espaços mais férteis à imposição das demandas dos trabalhadores porque o patronato, no embate direto com estes, acaba por ceder não só ao tipo de organização, mas também aquilo que ela reclama. Não nos antepomos a essa idéia. O ponto é que, em nenhum momento, o autor se refere ao fato de que, ao ceder às comissões de fábrica, os patrões estão criando um tipo de autonomia manipulatória, na qual os espaços de expressão são oferecidos aos trabalhadores, em troca da não realização de embates diretos, como as greves – ainda que essa troca seja puramente implícita. E não faz isso nem ao reconhecer que as comissões permitem aos patrões se anteciparem aos conflitos do dia-a-dia da produção, o que lhes dá certo controle sobre os mesmos. No mesmo sentido, se utiliza de argumentos advindos da teoria da organização da firma – que, em si, é voltada única e exclusivamente para ampliar a eficiência do capital, não tendo nenhum tipo de respaldo sobre a melhoria das condições de trabalho, ainda que tal ponto seja norteado, de forma falaciosa, em seus entremeios. Por fim, não cita o fato de que as lutas organizadas no interior da fábrica – e sua atual tendência de institucionalização, postas pelo próprio autor – acabam por consolidar um tipo de luta específica, isolada e fragmentada, travando todo o tipo de luta ampla que possa haver por parte da classe trabalhadora. Sendo assim, o autor acaba por fazer uma expressa defesa dos arranjos próprios do sindicalismo de resultado (do qual falaremos mais adiante), ressaltando a emergência de um tipo de consciência por parte do trabalhador que o isola das perversidades mais genéricas do modo de produção capitalista – já que se volta única e exclusivamente para as suas demandas – e dando destaque a uma forma específica de organização, sem considerar de forma ampla o seu conteúdo.

sindicatos, quanto por fornecer abrigo aos ativistas sindicais que eram perseguidos pelo regime militar, com o que a Igreja não apenas proporcionava apoio material ao movimento sindical, como também servia como uma forma de escudo político, possível por seu poder e legitimidade. Além disso, há que se considerar sua capacidade, mesmo por conta de sua legitimidade, de ampliar as cadeias de sociabilidade por todo o país. Já os segundos surgiram, no contrapeso da repressão do regime militar, de forma autônoma em relação à política governamental e disposta a ocupar seu espaço na vida política e econômica. Conseguiram, aos poucos e de forma disfarçada, ascender dentro da estrutura sindical, o que foi possível pelo fato dessas lideranças não possuírem nenhum tipo de vinculação com organizações clandestinas e/ou de esquerda, o que não os colocava como “inimigos” do Estado, da ditadura e do Ministério do Trabalho.

É da confluência destas tendências, já no final dos anos 1970, e nos marcos do desenrolar do processo de abertura política – que abria as possibilidades de organização dentre e fora dos sindicatos⁷³ - que surgiu o grupo denominado de *sindicalismo autêntico*, formado pela nova geração de diretores sindicais (representados por Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade e Hugo Perez, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo) e por sindicalistas com vinculação partidária, especialmente ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir destas tendências irá surgir a *Intersindical* que, mesmo não tendo perdurado enquanto organismo político, lançou a idéia de uma luta a ser construída no plano nacional, a partir de uma pauta de reivindicações que incluía o pedido de redemocratização do país, a convocação de uma assembléia nacional constituinte, o direito de greve sem restrições, a livre negociação com os empregadores, a substituição do contrato de trabalho individual pelo coletivo, liberdade de filiação aos

⁷³ Cabe, aqui, fazer uma nota sobre o processo de abertura política que começa a se construir em fins da década de 1970, e que tinha sua expressão na abertura sindical. O movimento grevista que começava a emergir no período foi, aos poucos, ganhando o apoio e a solidariedade popular, ao mesmo tempo em que se dava num momento de agravamento das disputas do bloco no poder, que levou a burguesia liberal a uma política de conivência frente ao movimento. Com isso, o movimento grevista ganhava uma amplitude, a nível nacional, que dificilmente o governo militar conseguiria controlar. É nesse contexto que se coloca o processo de abertura, que levou à flexibilização do controle do governo sobre o sindicato, ao aumento da margem de ação dos sindicatos oficiais e à adoção de uma nova política salarial e de negociação coletiva. O objetivo do governo, mais que mostrar seu compromisso com o processo de abertura, era trazer para dentro da estrutura sindical essas novas lideranças combativas que começavam a emergir e ganhar espaço. Esse fato acabou conduzindo à integração do movimento grevista, já na década de 1980, aos sindicatos oficiais. Além disso, é fundamental pontuar que, naquele momento, o que havia era um desgaste e crise do modelo de gestão sindical empreendido pela ditadura militar – o qual, na nota 61, chamamos de *estatismo-legalismo sindical ‘de direita’* – e não uma crise da estrutura sindical, que permaneceu solidificada (e até reforçada) sobre as mesmas bases. De toda forma, o importante a se observar é que havia uma clara ação do governo, através do Ministério do Trabalho, no sentido de, se utilizando da estrutura oficial, manter o controle, ainda que indireto, sobre a ação do movimento grevista, o que só seria possível fazer dentro do sindicalismo oficial.

organismos sindicais internacionais, entre outros (RODRIGUES, 1991: 15-16). Essa luta foi reforçada em uma série de encontros regionais que traziam, em si, o objetivo de se construir uma frente ampla de reivindicações sociais a nível nacional, e que agregasse não só as formas de organização dos trabalhadores, mas sim todas as formas de manifestação populares e sociais. De forma paralela, há que se considerar a rápida reorganização do movimento sindical, a partir desse processo de abertura, para o qual concorreram, de um lado, a manutenção da ação localizada de alguns grupos de esquerda, tanto no campo quanto na cidade, ainda que de forma dispersa e sem vinculação estreita com sua organização de origem, e de outro, a ocupação de espaços no aparelho sindical – antes ocupado pelos sindicalistas pelegos, vinculados ao governo e aos empresários – por parte das novas lideranças sindicais ligadas ao movimento de São Bernardo que, como já ficou claro, naquele momento davam a tônica do padrão de ação sindical combativo a ser implementado.

Disso que foi exposto, fica claro que esses grupos que se organizavam e articulavam eram extramente diversos entre si, desde suas condições de vida, de trabalho, de reprodução, e por isso, de demandas. Mas, ainda que a integração de um grupo tão diverso e heterogêneo criasse dificuldades em termos das definições gerais no plano da luta concreta, sua organização – ou no limite, sua tentativa de efetivá-la - era a expressão mais evidente de uma insatisfação geral no que dizia respeito à política do governo, e nesse sentido carregava, de forma aglutinada, o objetivo de uma luta composta de atores que, mesmo sendo diversos, estavam dispostos a se agregar e reivindicar os seus direitos. É dentro desse espectro que nasce a idéia de se formar uma central única, que reunisse sindicatos e movimentos populares.

O sindicalismo passava a ter uma outra feição. Reordenava suas lutas, no sentido de achar a trilha do caminho longo a seguir. O momento era de abertura política, mas os anos de repressão sindical e a consequente consolidação de um tipo de luta passiva criava dificuldades em termos das modificações de suas orientações. Num campo mais geral de dificuldades, acomodação e total falta de representatividade, era o momento exato de conclamar uma nova luta, para a qual era primordial uma nova organização.

2.3 A Central Única dos Trabalhadores

Como foi apresentado na seção anterior, na segunda metade da década de 1970 houve um despertar no movimento sindical, após anos de reclusão das lutas por conta do intenso controle e repressão empreendidos pelo governo militar. Com as direções sindicais ocupadas

por homens de confiança do governo, e a transformação dos sindicatos em órgãos de prestação de serviços para os trabalhadores, era impossível que, dali, surgisse algum tipo de movimentação concreta. Por conta disso, esse despertar se deu pela conjunção de pequenas lutas realizadas internamente às fábricas, voltadas principalmente contra as péssimas condições de trabalho, e da organização de lideranças que, de forma clandestina, tentava se articular e ocupar as brechas existentes nos sindicatos. Nessa movimentação, duas principais correntes vão se estruturar e ganhar destaque na cena de lutas: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

A Oposição Sindical surgiu a partir da articulação em torno das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967. Era composta, principalmente, por um grupo de militantes oriundos de organizações de esquerda – como o PC e o PC do B, do qual foram se distanciando à medida que o grupo se fortalecia, muito por conta da leitura equivocada que esses partidos faziam do capitalismo brasileiro e das possibilidades de implementação do socialismo – e por setores oriundos da Igreja Católica, que naquele momento se aproximavam de práticas ligadas ao movimento de massa tanto nas fábricas quanto nos bairros – que se convertia na união das lutas no local de trabalho e no local de moradia - e, por isso, tiveram um papel fundamental na organização e estruturação desse grupo. A partir desses elementos trazidos pelas correntes da Igreja Católica, a Oposição Sindical vai se destacar na articulação das lutas conjugando bairro e fábrica, uma das singularidades da sua prática. Com um discurso que exaltava a defesa da organização dos trabalhadores pela base nas fábricas, a constituição de comissões de empresa, o fim da estrutura sindical atrelada ao Estado e a liberdade e autonomia sindical, e com uma efetiva prática entre os trabalhadores, a Oposição vai se consolidar como uma referência para a organização dos sindicatos, o que ficou claro quando da explosão das greves em 1978, na qual teve um papel central. Além disso, cabe destacar que a Igreja foi responsável por agregar ao movimento de articulação os sindicatos rurais, compostos pelo proletariado rural e pelos pequenos proprietários expulsos de suas terras por conta da concentração fundiária.

Já o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que articulava e comandava as lutas de uma quantidade considerável de trabalhadores, tinha em seu foco de ação a defesa da melhoria das condições gerais da classe trabalhadora, a partir da organização desta dentro da fábrica e, por isso, propondo um tipo de embate que procurava resolver os problemas da classe trabalhadora no interior das fábricas. Defendendo a elevação dos salários segundo critérios de produtividade, a negociação coletiva sem a intervenção do governo, a

autonomia sindical e a organização dos trabalhadores no interior das fábricas, o Sindicato dos Metalúrgicos propunha uma pauta reivindicativa até então inédita no sindicalismo brasileiro. Ao orientar sua mobilização a partir das demandas reclamadas diretamente pelos trabalhadores sobre a organização do trabalho, o ambiente da fábrica e a forma do relacionamento entre eles e seus patrões – ou seja, aos temas relacionados às condições de trabalho e salários -, que acabavam por se expressar nas péssimas condições de trabalho e nos baixos salários, esse sindicato inaugura um novo padrão de ação sindical, que se contrapunha ao tipo de sindicalismo praticado deste o golpe de 1964, que não só não contestava a estrutura sindical, mas também privilegiava um tipo de organização distanciada dos trabalhadores.

Tabela 2.2: Número de greves por grupo de atividades na região urbana (1978-1986)

Atividades	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
TI	84	77	43	41	73	189	317	246	534	1604
TCC	8	20	19	7	4	10	18	23	45	154
TCM	8	55	43	48	31	85	84	211	237	802
TBS	13	50	21	20	25	47	62	125	187	550
Outros	5	44	18	34	11	16	11	14	1	154
Total	118	246	144	150	144	347	496	619	1004	3264

Comentários: TI: Trabalhadores da indústria.

TCC: Trabalhadores da construção civil.

TCM: Trabalhadores da classe média.

TBS: Trabalhadores de serviço.

Fonte: NEEP/ Unicamp *apud* Antunes, 1995.

Com seus vários pontos em comum, inclusive no que diz respeito à sua contraposição ao sindicalismo vigente – ainda que fossem duas grandes tendências heterogêneas, tanto se comparadas entre si quanto internamente, em termos dos grupos que as compunham -, era inevitável a ação conjunta desses dois grupos, bem como seu protagonismo nas greves que eclodiram entre 1978 e 1989. E é também em torno desses grupos que vai surgir o chamado *novo sindicalismo*. “Novo” porque resgatava alguns elementos das lutas do movimento operário que foram esquecidas ou, simplesmente, abafadas pelo controle repressivo da ditadura militar. Também porque buscavam nas demandas diretas da classe trabalhadora os motivos de sua articulação e organização, o que dava uma nova cara para o tipo de ação sindical que se passaria a ter; o sindicato retomava sua função de representação da classe trabalhadora, começando a desconstruir o caráter assistencialista tão incentivado e imposto pelo regime militar. Por fim, e conseqüentemente, porque adotava um padrão novo de sindicalismo, fundado na prioridade da organização e ação dos trabalhadores no ambiente de fábrica, o que não só contestava o tipo de sindicalismo praticado até então, mas também

lançava críticas à sua estrutura e a sua forma de organização, atrelada e dependente do Estado. O novo sindicalismo é a feição dessas correntes que articulam a classe trabalhadora em fins da década de 1970, e faz explodir uma série de greves que, de início localizadas em São Paulo, rapidamente se espalham por todo o país, e tem na luta contra o arrocho salarial, a intensa legislação sobre os sindicatos e o sindicalismo atrelado a justificativa para sua efetivação. O quadro 2.2 apresenta, para grupos de atividades definidos, a ampliação do número de greves entre 1978 e 1986 na região urbana, que passou de 118 para 1004 por ano.

Se, no final da década de 1970, os grupos ligados ao novo sindicalismo vão ser os responsáveis pela eclosão de greves em todo o território nacional que se justificavam, prioritariamente, na luta contra o arrocho salarial, esse movimento vai sofrer um considerável refluxo no início dos anos 1980, como bem mostram os dados da tabela 2.2. Esse refluxo era explicado, de um lado, pelo quadro econômico recessivo, que trazia à tona não somente um elevado nível de inflação, mas também a ameaça do desemprego, com o que os trabalhadores vão se voltar para a preservação de seus postos de trabalho. De outro lado, pela própria tentativa governamental de barrar e refluir o movimento grevista, que naquele momento se deu com a criação de uma política salarial que introduziu novos elementos na redefinição dos salários, como a o reajuste semestral, as faixas salariais diferenciadas, a correção de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a possibilidade de negociação direta de acordo com a produtividade. Grande parte das greves desse período – principalmente entre 1980 e 1983 – foram por empresa, em oposição ao histórico de greves por categoria praticadas até então, e passam a ser caracterizadas pelo imediatismo e pela negociação, abandonando, até certo ponto, a prática do confronto mais aberto. É dentro desse contexto que, juntamente aos grupos que comandavam o movimento grevista, vai começar a se gestar a formação de uma central sindical, que permitisse a unificação das lutas dos diversos setores no nível nacional.

O pontapé inicial foi dado com a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na Praia Grande, em São Paulo, em agosto de 1981. Essa conferência, o maior encontro sindical já organizado no Brasil – participaram 5.427 delegados representando 1.126 entidades sindicais, 480 sindicatos urbanos, 384 sindicatos rurais, 32 associações de funcionários públicos, 176 associações pré-sindicais, 17 federações e 14 confederações – representou um importante salto qualitativo em relação a antigas demandas da classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito à constituição de uma central

sindical⁷⁴. Dentre as propostas mais gerais da Conferência, estavam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a liberdade de manifestação e organização para os diversos setores da sociedade, a liberdade de expressão de todas as correntes políticas, anistia ampla, geral e irrestrita, desmantelamento dos organismos de repressão, e livre acesso aos meios de comunicação, além de aspectos que reclamavam direito ao trabalho, sindicalismo, saúde e previdência social, política salarial, reforma agrária e plano de lutas. Esses pontos deixam claro que a Conferência tinha como objetivo não apenas elevar o patamar de organização da classe trabalhadora, através de sua articulação nacional, que permitiria um outro nível de lutas e embates, principalmente em um período de grave crise econômica, política e social, mas também de promover a democracia política, depois de anos de repressão impostos pela ditadura militar. Além do grupo formado pelo novo sindicalismo, que agregava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Oposição Sindical, um outro grupo, denominado de Unidade Sindical, formado através de uma aliança entre o peleguismo moderno, grupos ligados à esquerda tradicional e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), também compunha o grupo que tentava articular a formação da central única.

O ponto é que, partindo de uma formação heterogênea e com um espectro amplo de reivindicações, já na realização da CONCLAT houve uma divisão da plenária, com o que vários de seus pontos não foram possíveis de se realizar concretamente. A divisão dos dois principais grupos – o bloco dos combativos, representado pelo novo sindicalismo e articulado em torno da Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), e o bloco dos reformistas, representados pela Unidade Sindical – se expressou de forma intensa na formação da comissão pró-CUT, passando para o interior da Comissão Nacional que levaria à criação da central. Quando, em 1983, houve a reunião da Comissão para a organização do congresso que, enfim, criaria a central, o bloco da Unidade Sindical já havia

⁷⁴ Uma série de outros encontros e congressos, realizados antes da CONCLAT, foram fundamentais para reunir os grupos que se articulariam na organização desse encontro e para formular o plano de reivindicações gerais que teria a central sindical. Como exemplos, citamos o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), realizado em 1978, que levou o grupo da Unidade Sindical a formar uma oposição aos membros da diretoria da Confederação. Em 1979 ocorreu o XI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, no qual já foi pontuada a necessidade da formação de uma central sindical como objetivo a ser alcançado pelos trabalhadores. Ainda em 1979, ocorreria o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que afirmava o papel das oposições sindicais no combate ao sindicato oficial. E por fim, em 1980, os encontros de João Monlevade e de São Bernardo e em 1981 o encontro de Vitória, todos ligados às tendências vinculadas à Igreja Católica. Além disso, há que se considerar que a CUT não foi a primeira tentativa de se organizar uma central sindical única. A Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1964 representaram a mesma tentativa, ainda que não tenham logrado sucesso.

se desligado da comissão, abrindo espaço para que o bloco do novo sindicalismo fosse a tendência predominante na CONCLAT seguinte, que ocorreria ainda naquele ano⁷⁵.

A carta de resoluções da CONCLAT, que compunha as reivindicações e plataformas de luta e mobilização – e que passava por temas como a Constituição, o código nacional e direito ao trabalho, a estabilidade no emprego, o seguro-desemprego e fundo de garantia por tempo de serviço, direitos da mulher e do menor trabalhador, sindicalismo e saúde e previdência social – trazia no item “sindicalismo” as definições gerais tanto da postura que deveriam ter os sindicatos frente à estrutura sindical e à forma de implementação das lutas, como trazia um ponto específico sobre a comissão pró-CUT. No que diz respeito à questão do sindicalismo, a carta de resoluções definia o apoio à unidade sindical (*“os sindicatos serão organizados em correspondência ao ramo de atividade econômica e à mesma base territorial, decidindo a Assembléia dos trabalhadores qualquer dúvida quanto à representação da categoria, garantida a unidade sindical”*), à liberdade e autonomia sindicais (*“os sindicatos devem ser independentes do Estado, do patronato, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas”*), à organização sindical da base, através da formação de comissões de empresa (*“os trabalhadores, através de seus sindicatos, têm o direito de constituir comissões de empresa visando à plena atividade sindical no local de trabalho, na defesa dos interesses dos trabalhadores e no reforço da unidade da classe trabalhadora”*), à manutenção financeira de forma autônoma (*“os sindicatos têm o direito de, inclusive nos locais de trabalho, recolher as cotizações sindicais na forma definida pelos Estatutos e de aprovar, receber e dar solidariedade e ajuda mútua em nível nacional”* e *“o movimento sindical deve ter como meta a sua auto-sustentação, intensificando as diversas maneiras de obter recursos próprios entre os trabalhadores”*), e por fim, a modificação da estrutura sindical, mesmo reconhecendo que a unidade sindical, defendida no documento, era parte dessa estrutura (*“reconhecemos que este tipo de divisão levada a efeito pelo atual*

⁷⁵ O desligamento da Unidade Sindical da comissão pró-CUT não vai fazer com que suas tendências abandonem o projeto de se organizarem em uma central. Ao perceber-se como tendência minoritária na CONCLAT, a Unidade Sindical realizou uma outra CONCLAT, na qual seria a tendência predominante. Foi dessa conferência “alternativa” que surgiu a Central Geral dos Trabalhadores – CGT -, que mais adiante viria a substituir o termo “Central” por “Confederação”. Dentro dessa confederação, uma nova divisão viria a acontecer, quando a tendência liderada por Antônio Rogério Magri venceu as eleições e se manteve na direção da central. Nessa ocasião, a tendência comandada por Joaquim dos Santos Andrade, aliada aos grupos da esquerda tradicional, montou uma nova central, também chamada de CGT – Central Geral dos Trabalhadores. Em nível de ação sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores era pautada pela moderação, pelas alianças políticas e pela adesão crítica à estrutura sindical. Essa postura era a expressão clara dos três principais blocos que a compunham: o centro, composto pelos sindicalistas oriundos do velho peleguismo, que buscavam se modernizar, para o que contavam com o apoio dos grupos da esquerda tradicional; a esquerda, que se consolidava na Corrente Sindical Classista, comandada pelo PCdoB; e a direita, que se firmava na aliança entre Magri e Luís Antônio Medeiros e a qual, a partir da influência do sindicalismo norte-americano, irá estruturar o sindicalismo de resultado.

enquadramento sindical deve ser combatido e que a discussão sobre o tipo de sindicato que mais convém aos trabalhadores deve imediatamente iniciar-se da maneira mais ampla e democrática, respeitando-se as especificidades de certas categorias”). Sobre a comissão pró-CUT, o documento dizia:

Que esta primeira CONCLAT seja considerada um passo fundamental e irreversível da luta pela construção da CUT. Nesse sentido, deve ser eleita nesta plenária da CONCLAT uma Comissão Nacional Pró-CUT com as atribuições de: (i) coordenar a execução das resoluções da CONCLAT e, particularmente, a da realização em agosto de 1982 do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras; (ii) prestar apoio e solidariedade às lutas de todos os trabalhadores e às lutas específicas das diversas categorias profissionais. Foi eleita pelo plenário da CONCLAT a Comissão Nacional Pró-CUT, composta por 56 (cinquenta e seis) sindicalistas, sendo 24 (vinte e quatro) rurais e 32 (trinta e dois) urbanos.
(Resoluções da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, 1981: 12).

O primeiro Congresso Nacional da Classe trabalhadora – também chamado de I CONCLAT -, que aconteceu em 1983 em São Bernardo do Campo, ficou marcado como o congresso de fundação da CUT. Já demarcadas as divisões entre as entidades, que resultou no desligamento da Unidade Sindical, participaram deste encontro 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas a assalariados urbanos e rurais, operários fabris, funcionários públicos, assalariados médios e trabalhadores em serviço, bóias-frias e sem-terra, além das cinco federações de trabalhadores, oito entidades de caráter nacional e uma confederação.

Os dois principais temas que nortearam a conferência foram a convocação de uma greve geral e a criação da CUT. A convocação da greve geral partia do diagnóstico de que, diante a crise econômica pela qual o país passava, as classes dominantes sempre apresentavam soluções que tendessem a garantir seus próprios interesses, seja encontrando formas de valorização do capital que ampliassem a exploração sobre a classe trabalhadora, seja buscando estabelecer um pacto social com setores do movimento sindical, que barrassem qualquer tipo de luta contestatória. Dessa forma, a greve geral viria não só desmascarar as propostas patronais, mas também garantir uma saída independente para a classe trabalhadora. Nesses termos, o plano de reivindicações propunha a luta contra o desemprego e pela estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, a luta pela extinção da hora extra, luta contra o arrocho salarial, luta em defesa das empresas estatais e dos servidores públicos, dentre outros aspectos que diziam respeito diretamente às relações de trabalho. Conjuntamente, propunha o fim da política econômica do governo, o rompimento

dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a liberdade e autonomia sindical, a liberdade de organização política, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, o fim da Lei de Segurança Nacional (LSN), o fim do regime militar, eleições diretas para presidente e a luta por um governo controlado pelos trabalhadores.

Como fica claramente exposto, as propostas reivindicativas não se limitavam aos problemas advindos da relação capital-trabalho, mas incidiam também sobre os aspectos gerais da economia, o que se explicava tanto pelo fato da luta proposta ser nacional e ampla (no sentido de agregar os mais diversos setores), quanto pela avaliação de que as medidas mais perversas que incidiam sobre as classes populares eram resultado de um sistema e da escolha por uma política econômica que necessariamente privilegiava o grande capital internacional e monopolista. Além disso, é importante destacar que era indicativa uma mudança estrutural em termos da forma de governar o país, o que se ressalta no ponto sobre a implementação de um governo controlado pelos trabalhadores, deixando claro que o grupo que compunha a CUT tinha o objetivo, pelo menos no discurso, de propor um governo socialista.

No que diz respeito ao segundo ponto, foi deliberada a criação da Central Única dos Trabalhadores, a qual caberia o encaminhamento de organizar, a nível nacional, a luta dos trabalhadores. De acordo com suas resoluções, a entidade deveria ser representativa, democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. Em termos de seus objetivos e princípios, a carta de resoluções do I CONCLAT trazia as propostas de luta pelos objetivos históricos e imediatos da classe trabalhadora, com a perspectiva de uma sociedade sem exploração, na qual prevalecesse a democracia política, social e econômica, objetivos esses que só seriam possíveis através da adoção de um plano de lutas unitário, que agregasse e permitisse aos trabalhadores sua identificação enquanto classe. Essa proposta se sustentava na liberdade e autonomia sindical, na independência da classe trabalhadora, na unidade com os demais movimentos populares, na solidariedade internacional e na organização nos locais de trabalho. Todos esses elementos dariam à CUT, através de seus representantes eleitos de forma livre e direta, a legitimidade enquanto órgão máximo que organizaria e conduziria à luta pela concretização dos seus objetivos.

Com uma postura e objetivos tão amplos, era natural que a CUT acabasse por agregar representantes de setores diversos no universo sindical mais combativo, o que acabou por fazer com que ela fosse, num curto espaço de tempo, a mais expressiva central sindical existente no país. De acordo com Antunes (1995, pgs. 30-31) aglutinou-se, no interior da

central, o sindicalismo sem militância anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, os amplos contingentes da Igreja Católica, mais vinculados a movimentos populares, e as diversas tendências socialistas e comunistas da época, além de militantes ligados ou não a partidos políticos, ainda que houvesse uma vinculação óbvia entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores (PT)⁷⁶. As quatro principais fatias da classe trabalhadora que compunham as raízes da central eram o operariado industrial, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os trabalhadores vinculados ao setor de serviços. Mesmo que a presença desses grupos fosse a expressão da heterogeneidade da central, havia um objetivo básico convergente, qual seja, de estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em instrumento decisivo para a ação dos trabalhadores no país. Assim,

[no] primeiro semestre de 1984, o movimento sindical já está completamente reorganizado. A história dessa reorganização se inicia com as pequenas lutas, naquelas práticas de resistência aparentemente “invisíveis” dos trabalhadores no cotidiano do trabalho, bem como na atividade sindical *stricto sensu*. Nesse sentido, essa central, no momento em que é fundada, passa a ser um componente fundamental do processo político brasileiro e de luta pela ampliação dos direitos democráticos da sociedade, trazendo para a agenda da transição, as demandas do mundo do trabalho. (RODRIGUES, 1997: p. 100)

Retomando os objetivos da central expostos acima, que foram propostos na carta de resoluções do congresso, pode-se dizer que a tônica da ação cutista se dirigia principalmente em dois eixos. O primeiro dizia respeito à luta contra o arrocho salarial (a superexploração do trabalho) e contra a política econômica do governo que, como já dito, era a expressão de uma luta que extravasava os conflitos operados pela relação entre trabalhadores e patrões. A segunda se referia ao papel desempenhado pela central para a democratização da estrutura sindical, principalmente na sua postura contra o excessivo controle que o Estado tinha sobre os sindicatos.

No que diz respeito à concepção sindical, a CUT tinha uma postura que contestava o tipo de sindicalismo que prevalecia no Brasil, ainda que isso não reverteresse, necessariamente,

⁷⁶ A vinculação existente entre a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores era resultado direto das forças políticas que se aglutinaram, no início da década de 1980, em torno da construção de um projeto para a classe trabalhadora. O PT foi criado no ano de 1980, a partir da conjunção de grupos vinculados ao movimento sindical combativo, o mesmo que iria se reunir para a realização da CONCLAT. Assim, criadas a partir do mesmo grupo, e tendo ideologias muito próximas, era inevitável que se tivessem algum tipo de vinculação. No entanto, essa proximidade entre central sindical e partido será um ponto nodal de crítica à CUT, na medida em que as principais correntes e tendências que se contrapunham ao tipo de sindicalismo proposto pela central iriam reafirmar, na medida do possível, que a central não passava de uma instituição que criaria quadros para o PT – ou, dito de outra forma, uma espécie de “cabide” político do partido.

na apresentação concreta de modificações no sentido de democratizar sua estrutura. A central identificava, por exemplo, os limites que o corporativismo colocavam à liberdade de atuação dos sindicatos, dado o excessivo controle que ela conferia ao Estado, fosse pela forma de financiamento – através do imposto sindical – fosse pela concessão legal para o funcionamento e criação de novos sindicatos – através da unicidade sindical. O corporativismo continuava a fornecer os mecanismos necessários para que tanto o Ministério do Trabalho quanto a Justiça do Trabalho mantivesse seu poder sobre os sindicatos, mesmo porque já havia sido construído ideologicamente que os problemas da classe trabalhadora deveriam ser resolvidos nessas instâncias, tendo o sindicato o papel de intermediar o diálogo entre estas e os trabalhadores. A CUT, necessariamente, contestava esse tipo de relação entre trabalhadores, empresários e sindicatos, o que era própria à sua constituição, dado que sua principal função seria agregar, em um movimento único, as lutas dos diversos setores em nível nacional. Ou seja, partia do pressuposto de que a fragmentação imposta pelo corporativismo deveria ceder lugar a uma conjugação das demandas dos trabalhadores em uma luta única. O ponto fundamental é que, mesmo tendo essa postura crítica, a CUT não só tinha dificuldades de suplantar essa ordem já estabelecida, como também não propunha uma alternativa ao sindicalismo corporativo, através da apresentação de um projeto efetivo, além do fato de, diretamente, atuar dentro da estrutura sindical. Mesmo que se utilizasse do argumento de que as modificações deveriam ser realizadas de dentro para fora – e, por isso, era fundamental a atuação dentro da estrutura –, não havia um encaminhamento explícito de como superar essa estrutura. Tudo, então, não passava do plano do discurso.

Argumentos similares podem ser usados quando se discute o imposto sindical, a taxa assistencial, o pluralismo sindical e por fim, a estrutura sindical. Em relação ao imposto sindical, havia um claro diagnóstico, assim como para a questão do corporativismo, de que era um instrumento que institucionalizava o controle direto e indireto do Estado sobre o sindicato – mesmo porque o imposto sindical é um dos pilares do corporativismo, se configurando, portanto, como um dos principais mecanismos para vincular os sindicatos ao Estado. Mesmo sendo essa uma leitura padrão para todas as correntes, não havia um consenso sobre qual seria a solução para a questão. Ou seja, enquanto algumas correntes defendiam o fim do imposto sindical, e outras colocavam sua manutenção por considerarem um instrumento fundamental para a sobrevivência dos sindicatos, outras defendiam a melhor utilização dos recursos gerados através dele. No primeiro caso, a taxa assistencial acabaria por entrar como uma alternativa ao imposto. Mas como se tratava de mais uma forma de desconto sobre os salários dos trabalhadores, mais uma vez não havia posições consensuais sobre a questão.

O ponto a respeito do pluralismo sindical não destoa muito desses argumentos. Afinal, a proposta de se formar uma central que fosse “única” poderia trazer, em seu cerne, a posição contra a pluralidade. Por outro lado, situar-se contra a pluralidade seria o mesmo que defender argumentos antidemocráticos, na medida em que não permitia a liberdade dos sindicatos. A mediação entre pluralismo e unidade – no sentido de se impor um tipo de concepção sindical a todos os sindicatos do qual a central era composta – se colocava em uma posição tênue e de difícil argumentação, na medida das próprias indefinições sobre o tema das diversas correntes que compunham a CUT. De fato, a posição da central se situava entre a defesa do pluralismo, como forma de garantir a liberdade sindical, e a tentativa de organização unitária dos trabalhadores. Ainda que tais posições não fossem necessariamente contraditórias, não havia uma clareza no discurso cutista sobre como essa mediação seria feita. Expressão direta disso era a falta de avanço na discussão sobre a constituição das comissões de fábrica. No discurso, era pontuado a necessidade de se implantar o mais breve possível essa forma de organização, o que permitiria superar o sindicalismo de “porta de fábrica”, mas efetivamente essa proposta não era construída, mantendo as velhas formas de organização nos locais de trabalho.

Mediante as indefinições sobre esses três elementos analisados – corporativismo, imposto sindical e pluralidade sindical -, acaba-se recaindo na própria indefinição sobre a postura mediante a estrutura sindical, na medida em que os três fazem parte de um elo que compõe este último elemento. Obviamente, havia uma postura de contestação à estrutura sindical prevalecente; afinal, era ela que dava os instrumentos de controle do Estado, barrava a livre organização dos sindicatos, criava mecanismos ideológicos e efetivos para impedir qualquer tipo de luta, e fazia do sindicato uma instituição cada vez menos representativa da classe trabalhadora. Não havia como se posicionar a favor da sua continuidade. Mas qual seria a alternativa? Afinal, era exatamente dentro dessa estrutura que as forças políticas se organizavam. Era através dos instrumentos dessa estrutura que o sindicato se sustentava. Era através dela que o funcionamento de cada sindicato era legalizado. Apontar os limites não necessariamente conduzia à apresentação de soluções. E em grande parte dos momentos em que se apresentavam, ficavam mais no plano do discurso que no plano concreto. Do que se pode dizer que grande parte do que foi proposto em relação à estrutura sindical, principalmente pela CUT, situou-se mais no âmbito de reformas nessa estrutura, do que efetivamente na sua superação. Reformas que efetivamente ocorreram – ou seja, houve avanços não desprezíveis -, mas que não foram suficientes para suplantarem os elementos

fundamentais da estrutura sindical – o que, de certa forma, representava certo comodismo em relação ao que se podia fazer dentro da estrutura já consolidada.

Não que fosse incomum a dificuldade em se definir uma posição única sobre tais temas. Como já foi apresentado, a CUT era composta por diversas correntes sindicais, além de sofrer a influência direta de grupos não sindicais, como era o caso dos grupos de esquerda da Igreja Católica, vinculados aos movimentos populares. A indefinição não era nada mais que uma clara expressão da heterogeneidade da central – o que, sob certa perspectiva, era extremamente positivo, na medida em que representava a capacidade de aglutinação que a central conseguiu alcançar. Mas, em termos concretos, tais indefinições poderiam resultar em dificuldade de se organizar lutas nacionais, uma vez sendo fundamentais para se definir aquilo que irá compor o plano de demandas e reivindicações. Mas, por outro lado, acabava também sendo uma expressão de diversas contradições presentes no dia-a-dia da central que, enquanto instituição representativa da classe trabalhadora, não conseguia dar conta de concluir debates fundamentais para a organização de suas lutas. E, para além disso, acabava por abrir brechas para a realização de críticas por parte das organizações e grupos de direita – das quais a central nunca esteve livre -, que se utilizavam desse fato para desconfigurar os verdadeiros objetivos da central, colocando a instituição enquanto um organismo de cooptação de sindicatos, os quais eram ludibriados para fazer valer as imposições de diretorias “*de esquerda*” e “*retrógradas*”. Como ficará mais claro no próximo capítulo, essa foi – e na medida do possível, ainda é – uma das principais críticas feitas à CUT pelos representantes do *sindicalismo de resultado*.

Todas essas questões, dentre outras, eram temas fulcrais discutidos nos congressos da CUT. Durante a década de 1980, foram realizados três congressos da entidade: o primeiro em São Bernardo do Campo, em agosto de 1984; o segundo no Rio de Janeiro, entre julho e agosto de 1986; e o terceiro em Belo Horizonte, em 1988. A importância desses congressos se situava no fato de serem os espaços nos quais as diversas tendências poderiam apresentar suas teses e, na tentativa de formular e pontuar um plano mais concreto de lutas e reivindicações, disputar a diretoria da central. De forma conjunta, acabava também por ser o local onde grande parte dessas contradições e indefinições eram debatidas com o objetivo de se chegar a um ponto em comum – ainda que isso, de fato, nem sempre acontecia.

O primeiro congresso foi pontuado por dois encaminhamentos. O primeiro dizia respeito à definição de uma plataforma de lutas, que apresentava temas relativos ao universo das relações de trabalho, como a luta contra o arrocho salarial e a favor da redução da jornada de trabalho, da liberdade e autonomia sindical e de organização partidária. Sobre os temas

mais gerais, apresentava uma postura contra a política econômica do governo, a favor da realização da reforma agrária e contra a privatização das empresas estatais. Como fica claro, há uma proximidade extrema entre os temas discutidos nesse primeiro congresso e aqueles definidos como norteadores da política cutista, quando do congresso de fundação da central um ano antes. A repetição desses temas era não apenas um reforço daquilo que seria o caráter da CUT em termos da defesa das classes menos favorecidas, mas também uma avaliação do pouco que havia sido feito no interregno entre os dois congressos. E é exatamente sobre esse ponto o segundo encaminhamento. Ainda que, entre os dois congressos, havia se passado apenas um ano – o que, considerando o tipo de luta que se objetivava efetivar, era um período extremamente curto –, era nítida a avaliação de que pouco havia sido feito pela direção da central. Nesse sentido, o primeiro congresso foi o momento para se reavaliar aquilo que, dentro de um ano, já era possível ser identificado como limites para a central – como, por exemplo, o porquê a greve geral, conclamada no congresso de fundação, não conseguiu se consolidar.

O segundo congresso, de fato, foi o mais representativo de todos. Além de contar com o maior número de delegados de base, foi nele que se definiram posições sobre diversos temas que, no limite, levaram à própria definição dos principais grupos que compunham a central. Não estranhamente, o exaltar dos ânimos se dava também por conta do momento político, que marcava as vésperas da eleição Constituinte, na qual pontos importantes sobre as condições de trabalho, assim como sobre a estrutura dos sindicatos, seriam definidos. Conduzido sob um tema que colocava os salários como carro-chefe da discussão, a plataforma de lutas agregou diversos elementos aos já presentes no congresso anterior, como o aumento dos salários reais, a recuperação das perdas salariais e o reajuste automático mensal dos mesmos, congelamento dos preços e melhoria no abastecimento, estabilidade no emprego e fim da mão-de-obra temporária, salário desemprego para todos os trabalhadores e o não pagamento da dívida externa. Mas os principais pontos desse congresso ficaram a cargo de outras duas questões. De um lado, foi a primeira vez que, de forma explícita, a CUT levantou a bandeira de luta por uma sociedade socialista, como encaminhamento fundamental para a efetivação de uma sociedade democrática – que, segundo o discurso, seria possível através da implementação de uma ação que agregasse os objetivos sindicais, econômicos e políticos dentro de uma mesma luta, associados a um maior nível de consciência de classe. E, de outro, foi o momento no qual se estruturaram suas principais tendências: a *Articulação Sindical*, contrária às mudanças estatutárias levantadas por conta do discurso socialista, e a *CUT pela Base*, favorável às

posições políticas que conclamavam o papel fundamental da central na construção do socialismo.

Já o último CONCUR da década de 1980 apresentou um certo amadurecimento da CUT em relação ao meio sindical, o que se expressava tanto no aumento do número de entidades filiadas à central, quanto no aumento da participação dos delegados de base e das diretorias. O cerne da discussão – que, mais uma vez, acabava por reproduzir os mesmos pontos que os congressos anteriores, em termos da definição das plataformas de luta – foi a modificação dos estatutos, que criava um vínculo estreito entre os congressos regionais e estaduais e o congresso nacional: as delegações participantes deste último seriam definidas e votadas nos primeiros. A predominância dessa discussão – que demarcou posições contrárias nas duas principais tendências – se apresentou como o início da transformação no interior da concepção cutista, que passava de um discurso mais combativo para um mais organizativo. Ao longo dos anos seguintes, essa posição viria a se fortalecer, ao passo em que a central se tornava muito mais uma instituição racionalizada, verticalizada e burocrática. A consolidação dessa concepção vai ser um dos fatores fundamentais nas modificações pelas quais a CUT viria a passar na década seguinte.

Apresentados esses elementos, fato é que a central esteve envolvida nas principais greves organizadas ao longo da década de 1980. Se o início desta década ficou marcado por um arrefecimento do movimento grevista, depois dos importantes embates que eclodiram por todo o país em fins da década de 1970, como já foi apresentado neste capítulo, o nascimento da CUT vai reascender a chama desse movimento. O próprio refluxo das greves, que se deu em um período do qual precedeu, seguidamente, um momento de intensa repressão militar sobre as organizações dos trabalhadores, uma crise econômica após um intervalo de considerável crescimento, a eclosão das greves em São Paulo e o início do período de abertura política, acabou por favorecer o associativismo, que se apresentava tanto no crescimento dos sindicatos existentes e do número de sindicatos, como também no crescimento do número e na mudança de perfil dos sindicalizados. Se até o final dos anos 1970 prevaleciam nos sindicatos os trabalhadores do setor privado, na década de 1980 começa a crescer o número de sindicalizados do setor público, o que se explicava em grande parte pelo encaminhamento do processo de liberalização. Assim, e seguindo a periodização feita por Noronha (1991), pode-se dizer que a CUT esteve envolvida diretamente na organização e mobilização de conflitos trabalhistas em dois períodos nos anos 1980.

O primeiro foi entre os anos 1983 e 1984, exatamente os anos nos quais ocorreram o congresso de fundação e o primeiro congresso da central. Foram os anos que marcaram a

revitalização da estratégia grevista, que trazia como novo personagem, como já apontado, os trabalhadores do setor público, que na ocasião foram os responsáveis pelo crescimento do número de jornadas perdidas⁷⁷. A tônica das lutas era dada pela política salarial, já que nesses anos a política salarial passou a ser regida por cinco decretos-leis, que efetivamente não só não conseguiram repor os salários dos trabalhadores, como também resultou em perdas salariais reais. A dificuldade de mobilização, naquele momento, se referenciava ao fato de que grande parte dos embates foram travados de forma isolada, dentro das empresas – o que foi possível pelo crescimento expressivo de organizações não-oficiais, que garantiram sua participação nas negociações. Dessa forma, as greves por empresa, realizadas de forma localizada, tinham curta duração e resultavam em vitórias parciais, criando barreiras para a articulação das lutas nacionais. Essa era uma das razões pela qual a greve geral proposta pela CUT, em seu primeiro congresso, não logrou o resultado esperado. Por outro lado, essa ação localizada acabava por se justificar pela persistência da ameaça de desemprego, que ainda vigorava no ano de 1984.

O segundo período se situa entre os anos de 1985 a 1987, que fica marcado, principalmente, pela intensificação das greves e pela sua disseminação para categorias até então consideradas passivas. Com o fim da ditadura militar e da repressão imposta pelo Estado aos sindicatos, os conflitos passaram a se dar fundamentalmente entre trabalhadores e patrões, e expressavam diversas demandas reprimidas durante a primeira metade da década, muito por conta da eminente ameaça de desemprego do período. As greves foram pautadas pelos efeitos da crise econômica sobre os trabalhadores, que levaram ao congelamento de salários e à ampliação da inflação e do desemprego. Ao mesmo tempo, se justificavam pela frustração frente ao primeiro governo democrático, após anos de ditadura, que tentou se firmar num discurso cheio de promessas, mas que não conseguiu ir muito além da composição de um quadro político confuso e desordenado, que se refletia nos constantes embates ministeriais, e de uma série de planos monetários que foram esmagados pelo descontrole da inflação. Compor o pacto social com os trabalhadores, que foi tão conclamado pelo então presidente José Sarney, era praticamente impossível nesse quadro. Quadro, porém, propício à eclosão de greves. Tais fatos acabaram por fazer com que os empresários, alienados do elemento repressor do Estado, se dispusessem a dialogar como forma de evitar

⁷⁷ Segundo Noronha (1991, p. 95), as jornadas perdidas representam a somatória do resultado da multiplicação do número de grevistas pelo número de dias parados de cada greve em um determinado período. É um indicador utilizado para se quantificar a eficiência ou não das greves.

confrontos mais acirrados – mas, mesmo assim, sem abrir mão da ameaça do desemprego como forma de manter a cautela do movimento sindical.

Assim, pode-se dizer que, na década de 1980,

a greve foi (...) a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites. Uma dessas questões foi justamente o alto grau de demandas expresse pelas greves, alterando a agenda da transição e criando as bases para a transformação dos sindicalistas em interlocutores válidos do governo. (...) A década de 80 foi marcada pela estagnação do crescimento econômico, afetando particularmente a produção industrial, pela instabilidade das políticas econômicas e das regras de correção salarial, e pela utilização de mecanismos de controle da inflação que redundaram na queda do poder aquisitivo dos salários. Por outro lado, o processo de democratização permitiu a expressão de demandas trabalhistas, mas manteve a greve como o único meio eficiente para as conquistas dos trabalhadores. A baixa capacidade de influência das lideranças sindicais nas decisões do poder Executivo e Legislativo e a inexistência de políticas pactuadas limitaram o canal para a resolução do conflito à relação entre as representações de empregados e empregadores e à arbitragem da Justiça do trabalho. (NORONHA, 1991: 122-124)

O importante a se destacar é que, mesmo considerando a pouca influência das lideranças sindicais no meio governamental, e que isso pudesse reverter em dificuldades no alcance das demandas da classe trabalhadora, as greves foram o instrumento mais sólido de luta dessa classe, permitindo a reverberação de um grito calado à força nos anos da ditadura, mas que a partir daquele momento se firmava como forma legítima e incontestável, ainda que não plena, da organização e do enfrentamento com as forças burguesas. Forças essas para as quais, durante anos, tentou-se criar um clima de parceria e animosidade, como se os conflitos pudessem ser resolvidos no plano do diálogo, mas que, na verdade, acabavam recaindo numa troca velada entre docilidade por parte dos trabalhadores e concessões de direitos – que deveriam ser pressupostos – pelo governo. Esse clima, que voltaria com força total nos anos 1990 – assunto que trataremos com maior detalhe no próximo capítulo -, efetivamente, não se expressava naquele momento. E era dentro dessa lógica que se circunscrevia a CUT, como uma central combativa que, em seu cerne, trazia a defesa irrestrita das demandas dos trabalhadores, numa postura que extravasava os conflitos no interior da fábrica, rebatendo também sobre a crítica à política governamental que, de forma clara, era prejudicial aos interesses da classe trabalhadora.

O quadro 2.3 expressa bem o crescimento do número de greves, a partir da segunda metade da década de 1980. Essa tendência, que se inicia já em 1983, ganha notável impulso com a formação das centrais sindicais (CUT e CGTs). Além da coluna relativa ao número de

greves, que dá a expressão mais direta dessa tendência, as colunas correspondentes a jornada de trabalho perdidas e média de dias parados – que passam, respectivamente, de 48.812.484 e 7,3 em 1985 para 63.495.190 e 8,9 em 1988 –, dão a dimensão do envolvimento da classe trabalhadora nessas lutas, como forma de se antepor à política econômica do governo que, naquele momento, suprimia empregos e deteriorava os salários.

Tabela 2.3: Tendências grevistas na segunda metade dos anos 1980.

Ano	Número de greves	Dias parados	Contingente paralisado	Jornadas de trabalho perdidas ^(a)	Média de dias parados
1985	483	4.635	6.635.183	48.812.484	7,3
1986	1.493	7.842	7.147.020	32.188.679	4,5
1987	2.259	18.291	8.303.115	58.956.510	7,1
1988	1.914	17.883	7.137.035	63.495.190	8,9
1989 ^(b)	397	3.474	620.148	5.879.954	9,7

Comentários: (a) Número de trabalhadores parados multiplicado pela média de dias de greve.

(b) Os dados de 1989 são relativos aos meses de janeiro e fevereiro.

Fonte: Comissão de Estatísticas Básicas da área do Trabalho e da Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho *apud* Antunes (1995)

Em síntese, pode-se dizer que, diante de sua postura combativa e de esquerda, a CUT definiu o *locus* de sua batalha no contraponto do sistema capitalista. Ainda que atuasse dentro da estrutura sindical – a partir de uma postura crítica, que ressaltava a possibilidade de modificação dos sindicatos de dentro pra fora – e promovesse lutas pelas melhores condições para os trabalhadores, em seu relacionamento direto com o grande capital, a central sempre ressaltou sua posição anti-capitalista, ao enfatizar em sua plataforma de lutas a crítica dura à política econômica implementada pelo governo, reconhecendo toda a perversividade que tais políticas causavam para a classe trabalhadora. Se posicionar contra o sistema capitalista, de certa maneira, e naquele momento, tinha uma clara definição de aproximação ao ideário comunista. E esta era, de fato, a proposta que norteava a central: criticar o sistema capitalista e promover lutas como forma de se construir um movimento que, necessariamente, conduziria à transformação das relações produtivas e sociais.

A grande questão que se coloca é que, enquanto a transformação não se efetiva, muitas barreiras precisam ser quebradas. Os trabalhadores tinham necessidades imediatas, vinculadas à sua própria sobrevivência, que necessitavam da construção de um movimento forte e amplo que conduzisse à suas resoluções. E é esse o exato ponto sobre o qual se colocará um dos principais conflitos ideológicos da central. Ainda que sua postura política, representada dentro

do seu discurso, fosse solidamente crítica ao sistema capitalista, o que conduzia às discussões sobre sua superação, as demandas da classe trabalhadora acabavam por direcionar suas lutas e reivindicações no sentido da consecução de reformas – o que a aproximava de uma postura social-democrata. Assim, a tendência em se manter a ênfase da luta econômica e de reformas sociais dentro do universo das leis do capital acabava por suplantar o ideário socialista que conduziu grande parte dos embates grevistas e toda a formação da central. Essas contradições se expressavam dentro das correntes que compunham a central, opondo a tendência predominante – a Articulação Sindical – adepta da ação mais imediata dos sindicatos no sentido de garantir as melhores condições para os trabalhadores, mesmo que isso se fizesse a partir da negociação com o Estado e patrões, que revertersem na concessão de reformas, a um conjunto de tendências minoritárias – composta pela CUT pela Base, Convergência Socialista e outros grupos menores – que, mantendo-se firmemente à esquerda, representavam peso importante na reafirmação do caráter socialista. Desses aspectos, ficava claro que

[na] positividade e nos limites das tendências, a CUT [vivia] sua processualidade. A Articulação Sindical, especialmente em seu pólo mais combativo, ao enfatizar a luta econômica penetra no cotidiano da classe trabalhadora, sendo um importante instrumento de ação dos trabalhadores. A esquerda da CUT – especialmente a CUT pela Base – na defesa dos valores socialistas, tem obstado e dificultado uma definição maior de alguns setores, no sentido de social-democratizar a CUT. Desta tensão, por vezes até contraditória, a CUT, em sua pluralidade política e ideológica, tem avançado porque não esgota nesta polêmica de suas tendências, mas porque se coloca como talvez o único instrumento que os assalariados encontram para travar a sua luta incessante contra a superexploração do trabalho. (ANTUNES, 1995: 35).

Como o trecho acima ressalta, ainda que as contradições fossem presentes no dia-a-dia dos debates internos, não eram suficientes para travar o avanço da central. Como procuramos mostrar neste capítulo, a CUT nasce a partir de uma necessidade eminente de organizar de forma ampla e nacional a luta dos trabalhadores, buscando nos embates diários destravar os laços que prenderam, durante décadas, a consolidação de um sindicalismo combativo, que conseguisse dar cabo das demandas dos trabalhadores. Essa luta, conjugada a partir de uma central única que agregasse grande parte dos sindicatos e dos movimentos populares, conseguiu ganhar corpo efetivo apenas com o surgimento da CUT. E, para além disso, é fundamental destacar sua amplitude em termos da organização das lutas, que partiam do diagnóstico de que os problemas da classe trabalhadora não se circunscreviam ao ambiente de fábrica, mas eram determinados fora dela, a partir das políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo. Eram essas políticas que determinavam aquilo que era o cerne

da mobilização da central: a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho. Mediante todos esses aspectos, é legítimo dizer que a CUT teve uma posição de protagonista na retomada do movimento grevista nos anos 1980, e em todos os impactos que esse movimento alcançou.

Durante a década de 1980, a CUT empreendeu seus esforços no sentido a implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento praticada pelo Estado, que privilegiava o grande capital monopolista e imperialista e a estrutura latifundiária do país. De forma gradual, a central consolidou uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política governamental, intervindo de forma ativa na luta pela democracia. No entanto, sua luta não se restringia apenas à ação prática: diversas campanhas foram organizadas, com reverberação nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa, além de sua intervenção na elaboração da Constituição de 1988. Por isso, mais uma vez é fundamental destacar que a ação da CUT extravasava o campo da luta em prol de melhorias salariais e das condições de trabalho.

No entanto, essas contradições internas iriam de encontro às contradições externas. A economia estava em crise, e a reorganização do universo político do país não conseguia chegar a um ponto comum. O desemprego e a inflação ganham níveis gigantescos, e as condições de reprodução das classes populares se tornavam cada vez mais precárias. A crise da economia – que era a própria expressão da crise do Estado “keynesiano” – começava a ser sobrepujada a partir de supostas alternativas que vinham dos países centrais. A dificuldade de se encontrar saídas para as questões econômicas e sociais, que dessem o verdadeiro caráter da democracia brasileira, criaram um ambiente propício para que essas alternativas ganhassem considerável espaço. E é dentro desses aspectos que começa a se gestar um tipo de sindicalismo que não só virá a se contrapor ao sindicalismo cutista, como pressionará para que as contradições da central – tanto internas quanto externas – ganhem tal expressividade a ponto de serem contestadas não apenas pela sociedade, mas pelos próprios grupos e tendências que a compunham. Estavam dadas as condições para o nascimento do típico sindicalismo de direita: o *sindicalismo de resultado*.

2.4 O Sindicalismo de Resultado.

Sem dúvida, a década de 1980 foi o palco de um turbilhão de acontecimentos políticos, econômicos e sociais no Brasil, que parecia não ter fim. O fim da ditadura militar, a

redemocratização “disfarçada” – que manteve no poder os velhos representantes da burguesia –, a eclosão das greves, o surgimento do maior partido popular e da maior central sindical do país, a nova carta constitucional e a crise econômica que insistia em manter seus perversos efeitos sobre as classes populares – especialmente no que diz respeito à erosão salarial e à explosão da inflação –, pareciam ser suficientes para caracterizar essa década. Mas não foram. Faltava incluir na lista um elemento. Faltava encontrar uma nova forma de firmar a parceria entre patronato e classe trabalhadora.

A CUT, como apresentado, não representaria esse papel. A central combativa se situava num outro extremo, onde se justificava a luta em prol do trabalhador, e não em prol da realização de alianças. O objetivo da CUT era se firmar enquanto uma central que combatia as políticas econômicas implementadas pelo governo e as relações de trabalho impostas pelo empresariado que, dentro outros fatores, resultavam na superexploração do trabalho. Por isso, a central reunia sindicatos, tendências e movimentos sociais que, enxergando a precariedade das condições de vida e trabalho de grande parte da população, se uniram em torno de um movimento que buscava não somente melhores condições de trabalho, mas também uma sociedade mais justa e igualitária. O que não quer dizer que todos aqueles que estavam dentro do movimento sindical se adequassem a estas concepções.

E é em meio ao calor dos fatos na década de 1980 que surgiriam dois quadros políticos fundamentais para aquilo que a burguesia buscava: um tipo de sindicalismo que, ao contrário da CUT, pudesse novamente ser intermediário entre trabalhadores e patrões, com o objetivo de se firmar um pacto entre tais partes já que, dentro do discurso proclamado pela burguesia na mídia, não deveria haver nenhum tipo de contraposição entre esses atores, mas sim alguma forma de associação que buscasse, conjuntamente, os melhores benefícios para ambos. Enquanto a CUT se ocupava de defender os trabalhadores a partir da noção de que nenhum pacto amigável entre essas partes era possível, na medida em que representavam forças opostas – e nesse sentido, os benefícios para uns sempre representaria perdas para os outros –, esses dois quadros – Antônio Rogério Magri e Luis Antônio de Medeiros – vão se lançar na criação de uma prática sindical que necessariamente tinha como fim o estabelecimento desse pacto – que no discurso beneficia os trabalhadores, mas efetivamente ampliava os poderes dos patrões.

Antônio Rogério Magri, naquela ocasião, era presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e posteriormente viria a ser presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, central sindical criada a partir da divisão que se formou na comissão pró-CUT, e que levou ao desligamento da corrente Unidade Sindical. Essa corrente estruturou a

formação dessa nova central, que tinha objetivos claramente diversos dos da CUT, definidos na postura pautada pela moderação e conciliação, na aliança policlassista – o que se afirmava na própria conjugação dos diversos grupos que formavam a central, que ia deste a esquerda tradicional até os sindicatos influenciados pela tradição da direita sindical norte-americana – e na adesão à estrutura sindical – inclusive, fazendo uma ferrenha defesa do imposto sindical. Já Luis Antônio de Medeiros, que se formou enquanto quadro político dentro da esquerda, irá ganhar destaque a partir da aliança entre Joaquim dos Santos Andrade e o PCB, ainda na década de 1970 e dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo – sindicato que representava diretamente os interesses da direita, e por isso já se firmava como contraposição àqueles que se organizavam em torno das greves do período -, quando foi, aos poucos, ganhando espaço dentro do sindicato e se tornando uma liderança, ainda que nunca tenha sido metalúrgico. De forma gradual, Medeiros começou a ganhar um notável reconhecimento, que crescia à medida que tinha oportunidades de conclamar exatamente aquilo que o empresariado gostaria de ouvir de um dirigente sindical: a proposta de um sindicalismo apolítico, que tivesse como objetivo central a busca de um pacto social entre capital e trabalho e se opunha a qualquer tipo de manifestação grevista. A somatória do sindicalismo de direita de Magri com as falas “anti-combativas” de Medeiros irá ganhar a simpatia do governo, da burguesia e da mídia, que tão logo irão começar a orquestrar, utilizando de todos os instrumentos que lhes eram possíveis, a formação de uma “nova” ideologia sindical.

O contexto político e econômico da segunda metade da década de 1980 foi propício à emergência dessas lideranças. De um lado, porque havia um clima de desilusão da classe trabalhadora, que havia apostado suas fichas no processo de redemocratização e na consolidação de um novo quadro político para o país. Na concretude, o que os trabalhadores conseguiram ver foi a realização de eleições por colégio eleitoral, a formação de um parlamento que garantia as vagas para os velhos políticos aliados à ditadura militar, e a consecução de uma série de medidas econômicas que não logravam alcançar, minimamente, os objetivos propostos. De outro lado, o crescimento do sindicalismo combativo da CUT incomodava a burguesia e os governantes, trazendo à tona a necessidade de se buscar um novo interlocutor para realizar o pacto social entre governo, empresários e trabalhadores, que permitisse instaurar as velhas – mas eficientes – bases do sindicalismo corporativista, ou seja, um verdadeiro “parceiro” que deveria não só se opor à CUT, mas que também brecasse o avanço das lutas dos trabalhadores. Vendo surgir as figuras de Medeiros e Magri, com seus discursos ancorados na defesa do capitalismo e da economia de mercado, burguesia e governo não terão porque não incentivar e investir no tipo de sindicalismo que eles propunham.

É do pacto firmado entre governo e a dupla Medeiros e Magri que começa a ganhar contornos o sindicalismo de resultado. Suas características vão se definindo a partir do discurso pró-capitalista de Medeiros, que defendia um sindicalismo não vinculado a partidos políticos e que fosse central na “modernização” das relações produtivas e de trabalho no Brasil. Em linhas gerais, o ideário do sindicalismo de resultado passava pelo reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado, a desregulamentação das relações entre capital e trabalho, a limitação e restrição da luta sindical - que deveria se voltar apenas à melhoria das condições de trabalho – e da ação política – que deveria ser realizada exclusivamente pelos partidos políticos –, redução da função do Estado em favor de uma política modernizante, a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, a abertura irrestrita ao capital estrangeiro, e adoção de uma estratégia de recusa ao confronto, procurando extrair sempre, através da negociação, os resultados imediatos nas ações práticas⁷⁸.

Era, então, a proposta de um sindicalismo puramente negociador. Interessava a luta pela conquista das demandas mais diretas da classe trabalhadora, não sendo relevante como a negociação seria feita. A posição que cada ator ocupava nessa negociação também pouco importava. O fundamental era defender aquilo que buscava a classe trabalhadora, da forma mais pragmática possível. Foi com esse discurso fácil e simplista que Medeiros e Magri conseguiram conquistar não somente a burguesia, mas também amplas camadas da classe trabalhadora, descrentes da possibilidade de que as mudanças no quadro político do país – que não se desenhavam em termos dos partidos que tomavam o poder, e ganhava pouca significância com as conquistas pontuadas na Constituição de 1988 – viesse a se reverter em modificações para as condições gerais da classe trabalhadora. Se a mudança da lógica político-econômico-social não se apresentava como possível, que se garantisse ao menos a luta pelas demandas diretas da classe trabalhadora. E enquanto a CUT mantinha seu discurso de combatividade e de contestação da ordem vigente, o sindicalismo de resultado se apresentava como instrumento que garantiria aquilo que era tão esperado pelos trabalhadores.

O discurso de Medeiros e Magri em defesa do sistema capitalista, ainda que óbvio e impregnado de argumentos falaciosos, acabava por se coadunar com aquilo que esperava a classe trabalhadora, naquele quadro político e econômico. O argumento dos dirigentes

⁷⁸ O sindicalismo de resultado se aproxima muito do tipo de sindicalismo norte-americano, conhecido por *business unionism*, ou sindicalismo de negócio. Era o sindicalismo que não se propunha a criar qualquer tipo de embate com a classe capitalista, mas tão somente buscar acordos que tentassem garantir algum tipo de benefício para a classe trabalhadora, ainda que o benefício maior ficasse para o grande capital. A influência desse tipo de sindicalismo se deu prioritariamente por conta da formação sindical de Magri, vinculada a esse tipo de prática.

sindicais se firmava na necessidade do crescimento das empresas, já que empresas fortes venderiam mais, seriam mais lucrativas, e por isso contratariam mais trabalhadores e ofereceriam melhores salários. Para que as empresas fossem mais fortes, e por isso mais competitivas, era necessário flexibilizar horários, feriados, salários, e tudo o mais. Era preciso liberar as forças de mercado, para que os recursos se alocassem da forma mais eficiente, garantindo o crescimento das firmas e o consequente crescimento do país. Essa era a única forma da força de trabalho se vender pelo seu valor máximo. Ou seja, o discurso era típico, e não havia dúvida: era uma defesa descarada do capitalismo e das forças do mercado e, no mesmo sentido, contra todo e qualquer tipo de intervenção do Estado na economia. Para o momento, nada mais propício: gestava-se a crise do modelo de Estado prevalecente até então, e surgia um novo ideário de política econômica, o neoliberalismo⁷⁹, que viria a ganhar os quatro cantos do mundo. O sindicalismo de resultado era o tipo de sindicalismo que se encaixava a essa nova lógica.

E o discurso de Medeiros e Magri não ficou apenas no plano das idéias. A dupla fez valer, concretamente e através de sua abertura junto às classes dominantes, os interesses do sindicalismo de resultado. Na Constituinte de 1988, se aliaram ao “Centrão”, bloco que apoiou as medidas mais conservadoras no que dizia respeito à relação capital-trabalho – como o não apoio às quarenta horas semanais e a estabilidade no emprego e o apoio às medidas de flexibilização – e também em relação à organização sindical – como o veto à Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que determina a liberdade sindical, e à manutenção da unicidade e do imposto sindical. Como se não bastasse, cada um em seu sindicato apoiou a tentativa de pacto social proposta por Sarney, como forma de tentar minorar os perversos efeitos da crise sobre a classe trabalhadora – mas que, na verdade, tinha um claro sentido de calar toda e qualquer tentativa de embate e contestação por parte destes.

Definindo bem seu caráter, o sindicalismo de resultado deixava clara sua contraposição à CUT. Contraposição esta que não estava apenas no plano do tipo de postura que cada um tinha dentro de seus respectivos sindicatos de base e influência, mas era colocada, pelos primeiros, como uma contraposição deliberadamente construída por eles, dada sua avaliação de que a CUT fugia completamente do que deveria ser uma central sindical. Não estranhamente, a CUT era atacada e criticada em todas as falas de Medeiros e Magri, numa clara tentativa de se afirmar que a “nova” ideologia proposta por eles era moderna, atual, e se enquadrava dentro da nova fase do capitalismo e das necessidades dos

⁷⁹ As políticas neoliberais serão tratadas de forma mais detalhada, no próximo capítulo.

trabalhadores dentro desta, ao passo em que a central combativa se limitava a formas de luta que não eram – se é que um dia foram – eficientes, muito por conta de seu aprisionamento ao Partido dos Trabalhadores e ao seu discurso socialista. O capitalismo estava posto, e todo tipo de luta empreendida pelos trabalhadores deveria se dar dentro desse reconhecimento. Era isso que o sindicalismo de resultado tentava afirmar, a todo e qualquer custo. Mesmo que pra isso fosse preciso se aliar a partidos de direita, fazer todo tipo de negociação, defender de forma nefasta medidas que prejudicariam os trabalhadores, e seu apoio incondicional aos governos neoliberais que se efetivariam na década de 1990. Tudo era válido na tentativa de desconstruir a CUT – e para além disso, para que tanto Medeiros quanto Magri, da forma mais oportunista possível, conseguissem construir suas carreiras políticas no cenário nacional.

Essas eram as bases mais gerais do sindicalismo de resultado. Nascido sobre o complicado quadro brasileiro da década de 1980, seu maior destaque ainda estava por vir. O ambiente se tornaria mais propício na década seguinte, a partir das forças que se aglutinariam em torno do poder. Forças dentro das quais o sindicalismo de resultado vai se consolidar. O jogo político armado pelos representantes desse novo tipo de sindicalismo, juntamente com os representantes da burguesia, será fundamental não só no surgimento de uma nova proposta de central sindical. Será também o princípio da crise que nasce no interior da CUT – e que levou a central a trilhar outros caminhos.

CAPÍTULO III

TRÊS ELEMENTOS, UMA REALIDADE

3.1 O primeiro elemento: As políticas neoliberais

As possibilidades de expansão da economia latino-americana, a partir de meados da década de 1960, foram ampliadas por uma série de modificações ocorridas no contexto da economia mundial. De um lado, estava o crescente dinamismo do comércio internacional, impulsionado principalmente pela recuperação da Europa e pelo aparecimento do Japão. De outro lado, o fluxo de capitais externos, que anteriormente se dirigiam para a recuperação das economias européias, começava a mudar sua rota rumo à América Latina, ao mesmo tempo em que a transnacionalização das empresas adquiria forte impulso. Aliado a este contexto aparentemente favorável, havia um maior interesse por parte dos agentes internacionais em investir na região, tendo em vista o crescente potencial do grau de ação política dos países em desenvolvimento. Em decorrência desses fenômenos, começaram a ser gestadas algumas mudanças políticas destinadas a alterar o estilo de desenvolvimento econômico vigente até então⁸⁰. Como resultado desse período, observa-se um considerável aumento do dinamismo econômico e uma clara ampliação do papel do comércio exterior na transformação produtiva⁸¹, elementos que também se conformavam no cenário da economia brasileira⁸².

⁸⁰ Dentre as mudanças que foram objetivadas de forma a se aproveitar o dinamismo do comércio exterior e o surgimento dos novos pólos de demanda podem ser citadas a promoção de esquemas de integração ou cooperação nos planos regional, sub-regional e bilateral, a tentativa de enquadrar a industrialização em mercados mais amplos e estender os avanços do progresso técnico à agricultura, a atribuição de um papel mais importante ao estímulo às exportações - e à medida que melhorasse a renda corrente e a renda de capital do balanço de pagamentos, a liberalização das importações, criando uma tendência a uniformizar as taxas de câmbio. Tudo isso foi feito na tentativa de se eliminar as distorções do passado e criar condições para uma incorporação mais plena na economia capitalista central.

⁸¹ Importante ressaltar que esse resultado é visível quando se analisa os países latino-americanos em conjunto, o que acaba, em certo sentido, por esconder um leque de resultados. Enquanto que os países de maior dimensão econômica e alguns países pequenos, como é o caso da Bolívia e do Equador, tiveram uma notável aceleração no crescimento econômico, os países do Cone Sul obtiveram crescimento moderado ou até mesmo muito reduzido.

⁸² Como não se trata de um objetivo tácito deste trabalho, não detalhamos aqui, mesmo por questões pragmáticas, as políticas econômicas e seus respectivos resultados, implementadas no Brasil durante as décadas de 1960-2000, período que compreende a análise que nos propomos a fazer. No entanto, nos momentos necessário, tais menções foram e serão feitas. Especificamente para a discussão que será realizada neste capítulo,

No entanto, esse primeiro movimento de mudança na orientação da política econômica foi interrompido quando da crise desencadeada no início dos anos 1970, que teve como consequências o primeiro choque do petróleo e a crise monetária internacional e que introduziu importantes mudanças no cenário internacional, obrigando todos os países capitalistas a promover ajustes macroeconômicos e, no caso dos países periféricos, a novas mudanças qualitativas nos estilos de desenvolvimento. Essa necessidade de adequação às novas condições externas veio acompanhada de uma notável expansão do papel dos bancos transnacionais, principalmente no que diz respeito ao aumento da oferta de recursos financeiros e expansão do crédito para os países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a crise do petróleo acabou tendo um reflexo no aumento dos preços internacionais. Com isso, os países latino-americanos acabaram se vendo inseridos em uma situação de aceleração da inflação – acompanhada do aumento das taxas de juros internacionais –, de intenso desequilíbrio no balanço de pagamentos e de um acentuado endividamento externo.

Essa mudança no ambiente internacional criou uma tendência de crescimento do financiamento externo, voltado a atender os déficits do balanço comercial e os compromissos resultantes do investimento direto e da dívida externa, que cresciam à medida que o valor dos juros aumentava. Por outro lado, como endividamento era utilizado muito mais para sustentar o crescimento do consumo do que da produção, sua ampliação acabou não permitindo a aceleração da acumulação e a transformação produtiva, o que acabou resultando tanto na queda do ritmo de crescimento do setor industrial quanto na redução da participação desse setor na produção total.

O endividamento externo e a crescente participação interna dos bancos transnacionais alteraram profundamente as relações de poder internas e a direção da acumulação e da política econômica. À medida que os países foram se endividando, alteraram-se as relações entre o setor produtivo não financeiro e o setor financeiro. Admitiu-se e se promoveu um mercado de capitais que acabou fortalecendo o capitalismo financeiro (CEPAL, 1985: 836).

Ou seja, o aumento da política creditícia e do endividamento acabaram por fazer com que houvesse uma ampliação desenfreada do setor financeiro, de tal forma que a política monetária perdeu parte de seus efeitos, e o Estado sua capacidade de controle, tanto sobre esse

cabe destacar que durante as décadas de 1960 e 1970 foram realizados amplos investimentos por parte do governo militar, parte dos quais se aproveitando de um momento de ampla liquidez internacional, e que trouxeram resultados positivos no que diz respeito ao crescimento da economia e dos níveis de emprego. No entanto, a manutenção de uma política de investimento governamental durante a década de 1970, marcada por crise na economia internacional, foi o responsável por grande parte dos problemas que vieram a se consolidar durante as décadas seguintes, e que abriram espaço para a efetivação das políticas neoliberais.

processo quanto sobre o balanço de pagamentos. Dessa forma, os setores endividados passaram a depender não só da política de crédito interna e da política monetária, mas principalmente das taxas de juros internacionais e da situação do balanço de pagamentos.

À medida que essas mudanças financeiras iam se extremado, o sistema produtivo perdia uma parcela apreciável de seu poder econômico e político. Com isso se inaugurou um novo eixo de ordenação das economias nacionais. Num nível extremo, poderíamos afirmar que os mecanismos de controle da economia nacional tenderam a se reduzir, uma vez que a composição de algumas normas de funcionamento do sistema econômico internacional restringia o âmbito e a capacidade decisória autônoma dos grupos sociais (Ibidem, p. 837).

Diante disso, o quadro que se tinha, no início da década de 1980, era de desarticulação dos esquemas de política econômica estruturados para um melhor aproveitamento da dinâmica do comércio internacional. A abundância de recursos financeiros estimulou um consumo atendido pelas importações, o que implicava em desajustes comerciais. A queda do preço dos produtos primários e do valor das exportações, somados ao aumento das taxas reais de juros, desequilibravam o câmbio e aumentavam a relação entre a dívida e as exportações. Por fim, com a redução do crescimento dos países desenvolvidos e a estagnação das economias centrais, os mecanismos de ajuste – representados pela redução das importações e pelo grau de utilização das reservas – tornaram-se insuficientes para dar conta do pagamento dos juros. De modo geral, os países latino-americanos estavam mergulhados em uma crise econômica e financeira, a mais profunda e prolongada desde a década de 1930.

Já a partir de 1981, a maioria dos países se viu forçado a um processo de renegociação de suas dívidas, com participação ativa dos governos da região, dos bancos internacionais e do Fundo Monetário Internacional. Esse processo, pela própria imposição das autoridades internacionais, foi acompanhado por políticas de estabilização e ajuste interno.

A situação caótica da economia nos países latino-americanos durante a década de 1980 deixava claro que as condições de financiamento do Estado desenvolvimentista haviam chegado ao extremo das possibilidades de expansão, e conseqüentemente, deixavam expostas as limitações e fragilidades do modelo que havia sido estruturado para servir de base ao desenvolvimento da região. Esses anos ficaram conhecidos como a “década perdida”⁸³, e

⁸³ De fato, o termo “década perdida” se referencia diretamente ao comportamento das variáveis econômicas, dada a intensa crise que se abateu sobre o país durante os anos 1980. Por outro lado – e certamente, como decorrência da crise – foi uma década marcada pela emergência de importantes movimentos populares e de organização dos trabalhadores, como a CUT e o PT, trabalhados no capítulo anterior, e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Assim, do ponto de vista da organização da classe trabalhadora, foi um período importante para o surgimento de um conjunto de expressões da capacidade de mobilização dos segmentos mais articulados entre os assalariados.

marcaram um ponto de inflexão entre um padrão de desenvolvimento e uma fase ainda não completamente aprumada, que marcaria o futuro desenvolvimento da região. Sobre um contexto de crise do padrão de desenvolvimento até então adotado e da extrema necessidade de se procurar saídas viáveis mediante as pressões exercidas pela economia internacional é que as forças conservadoras irão se rearticular para dar novas orientações à expansão desenfreada da valorização do capital. Se o Estado se mostrava inapto na condução da economia – pelo menos no que resplandecia ao forçado discurso conservador –, havia um ambiente mais que propício para o que mercado fosse aclamado como o ator mais eficiente na reorientação das questões políticas, econômicas e sociais.

O novo conjunto de políticas liberais que começava a ganhar corpo já vinha encapada pelo chamado processo de globalização, que ganhou importante destaque na literatura econômica nos últimos 30 anos⁸⁴ e era resultado direto das decisões que encerraram a “era de ouro” do capitalismo – expressadas no fim da ordem pactuada em Bretton Woods e na crise que se gestava tanto nos países centrais quanto nos periféricos – e deu nova configuração às relações internacionais nos planos econômico, político, ideológico e geopolítico⁸⁵. A globalização seria, então, a expressão política dessa configuração, entendida enquanto um fenômeno que se inicia com a expansão e desnacionalização financeira norte-americana dos anos 1960, alimenta-se da crise e do novo sistema de taxas cambiais flutuantes dos anos 1970 e atinge proporções universais nos anos 1980 e 1990, com o fim do bloco socialista, a abertura comercial e desregulação da maioria dos mercados monetários e financeiros, tanto no centro quanto na periferia.

A concepção ideológica do processo de globalização, ao menos no discurso, trazia consigo um fundo de otimismo universal, tanto para liberais quanto para segmentos da esquerda. Esse otimismo era consubstanciado, para os primeiros, na confirmação histórica de que haveria uma associação necessária entre as economias de mercado e os regimes políticos liberais, através dos quais os países portadores de um capitalismo autoritário acabariam se democratizando, fato essencial para que não deixassem de ser economias eficientes e competitivas; enquanto que para os segundos, o otimismo estava presente na conjunção da vitória contra os regimes ditatoriais e no surgimento da possibilidade de experimentação de formas mais diretas e comunitárias de democracia, movimento fortalecido pela fragilização

⁸⁴ Apesar da ênfase recente dada ao termo, Harvey (2004: 80) pontua que a globalização já é um fenômeno presente no capitalismo desde o florescimento da internacionalização das trocas e do comércio.

⁸⁵ A reconfiguração nos planos político, ideológico e geopolítico se dão, respectivamente, com a expansão do número de democracias, com a hegemonia do liberalismo econômico e com a reorganização da supremacia mundial norte-americana.

dos Estados Nacionais e pela revitalização das estruturas de governo de regiões caracterizadas pelo alto grau de homogeneidade cultural e pela forte autonomia fiscal (FIORI, 1997: 217-218). O clima de otimismo era ainda intensificado pela consolidação da perspectiva, principalmente por parte dos entusiastas do fenômeno, de que a globalização era um processo benéfico e necessário, ainda que carregasse em si alguns inconvenientes. A globalização era posta como expressão da liberalização das forças de mercado, que durante séculos permaneceram presas aos entraves colocados pelas tentativas de manter sob controle a condução da economia internacional. Assim, para que todos os campos da vida social fossem submetidos aos benefícios da valorização do capital privado, era necessária a adaptação da sociedade às novas exigências e obrigações colocadas para a efetivação dos processos de liberalização e desregulamentação.

É neste contexto que se reascende, nos meios acadêmicos e centros de decisões políticas, um conjunto de políticas de corte liberal que, segundo seus formuladores, eram as únicas capazes de dar uma resposta à crise econômica internacional das décadas de 1970 e 1980. Esse conjunto de políticas - consubstanciadas no Consenso de Washington⁸⁶ -, ao serem implementadas pelas nações, garantiria suas respectivas inserções através do maior grau de abertura das economias e da desregulamentação dos diversos mercados. É dessa forma que o neoliberalismo é alçado ao status de ideologia mundialmente hegemônica.

De acordo com Carcanholo (2004 - b: 02), o resgate da tradição liberal veio acompanhado de suas cinco premissas básicas. A primeira premissa diz que essa tradição assume que os agentes individuais tomam decisões em função do seu próprio interesse, e que as ações decorrentes são fruto de decisões racionais. A segunda premissa garante que todas as interações políticas, econômicas e sociais entre os indivíduos só podem ser explicadas pelas atitudes individuais e, portanto, pelo interesse próprio que embasa essas atitudes; dito de outra forma, concebe-se uma sociedade como soma das ações individuais racionais. A terceira premissa garante que as ações individuais egoístas levam ao bem-estar geral, já que elas fazem parte de uma “ordem natural harmônica”. A quarta premissa diz que o funcionamento do mercado, ao conseguir direcionar os interesses privados rumo a uma situação social ótima, garantiria a “ordem natural harmônica”. E por fim, a última premissa diz que se torna indesejável qualquer tipo de intervenção nesse mercado, já que tal intervenção estaria impedindo o livre e natural funcionamento da sociedade; é daqui que emana a defesa da não

⁸⁶ O Consenso de Washington consiste de uma agenda de políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento – defendidas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo governo dos Estados Unidos - a serem implementadas na América Latina, e tinha como principal objetivo a estabilização econômica, que “prepararia o terreno” para a região voltasse a atingir bons índices de crescimento.

intervenção do Estado na economia, assumindo este apenas as funções de guardar pela liberdade de ação individual e pelo bom funcionamento natural da sociedade⁸⁷.

A afirmação neoliberal, mais que uma expressão em termos político-ideológicos, teria sua representação máxima na conformação de um receituário de política econômica. Do lado dos países centrais, as políticas neoliberais se apresentavam como uma forma de recuperar a acumulação de capital, interrompida pelas crises das décadas anteriores, principalmente através da recuperação da lucratividade dos investimentos, da transferência de recursos da periferia e da expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial. Para isso, imprescindível era que os países periféricos participassem do movimento de abertura externa, a qual proporcionaria o acesso aos mercados e à liquidez internacionais, que segundo os defensores dessa nova ordem, era condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico.

Segundo a concepção neoliberal, uma vez que o processo de globalização da economia se dá de forma acelerada, quanto mais integrada uma economia for, em termos do comércio internacional, maiores são suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, os argumentos da abertura externa e da integração econômica são justificados como as únicas formas as quais possui uma economia para garantir seu desenvolvimento num mundo cada vez mais globalizado.

Como indica Boito Jr. (1999, p. 23),

[a] ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém vago e genérico, a intervenção do Estado na economia. (...) A ideologia neoliberal retoma o

⁸⁷ Apesar do resgate de alguns pontos do liberalismo econômico, essa nova concepção liberal possui, segundo o autor, pelo menos cinco distinções em relação ao liberalismo clássico. A primeira e mais perceptível diz respeito ao contexto histórico, já que o liberalismo tinha um caráter mais progressista e o neoliberalismo se efetivou na luta contra o Estado keynesiano e a favor da volta de uma ordem estabelecida anteriormente. A segunda diz respeito à posição do neoliberalismo como uma pretensa aceitação dos fatos, em especial pela sua vinculação com as transformações políticas e econômicas das últimas décadas, e não como mais uma opção ideológica, como foi o caso do liberalismo. A terceira se apresenta em termos dos fundamentos: enquanto o liberalismo estava ligado à filosofia dos direitos naturais e postulava que os homens nasciam livres e racionais, o neoliberalismo se manifesta mais como um receituário de política econômica, onde as esferas políticas e econômicas são reflexos do comportamento econômico, subordinada à critérios de eficiência. A quarta diferença aponta para a relação entre os conceitos de liberdade e igualdade, que no liberalismo eram extremamente próximos, enquanto que no neoliberalismo não há uma subordinação mútua entre os conceitos, pelo contrário, a desigualdade se converte em um valor, já que a noção de justiça social trataria de forma igualitária eficientes e ineficientes. Por fim, a última diferença diz respeito ao papel do Estado, que no liberalismo era concebido enquanto um Estado mínimo, exercendo a função de árbitro imparcial que administraria os possíveis conflitos entre indivíduos que poderiam advir do funcionamento do estado natural, enquanto que o neoliberalismo prega também um Estado mínimo, mas que deveria ser ao mesmo tempo um Estado forte, para poder propiciar o livre funcionamento do mercado.

antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas.

Partindo dessas concepções, as políticas neoliberais se estruturavam fundamentalmente em quatro pilares: abertura comercial, flexibilização e desregulamentação financeira, redução do papel do Estado e desregulamentação das relações de trabalho. Em termos da abertura comercial – que se formatavam na implementação de políticas que conduzissem à livre mobilidade dos fluxos de bens e serviços –, a justificativa se portava na necessidade de abrir espaço para que a concorrência internacional criasse pressões no sentido modificar as relações produtivas, as quais resultariam na melhoria da qualidade dos produtos e na queda de preços e custos. A liberalização das importações e exportações seria o mecanismo através do qual um fluxo mais intenso de mercadorias conduziria a indústria nacional a realizar investimentos diversos, que por sua vez levariam a um melhor posicionamento no comércio internacional, permitido pelos menores preços e pela melhor qualidade dos produtos. Ou seja, partia-se da idéia de um “choque de competitividade”, que direcionasse a indústria nacional no sentido da modernização e adequação à nova lógica de competitividade internacional. Já a flexibilização e desregulamentação financeira, entendida como o aumento do grau de abertura financeira⁸⁸ - ou, dito de outra forma, pelo aumento da facilidade com que residentes de um país podem adquirir ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, e os não residentes podem operar em mercados financeiros domésticos –, permitiria novo acesso aos fluxos de crédito internacional, fundamentais não somente para a realização de pesados investimentos – como os que seriam impostos pela abertura comercial –, mas para a própria manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, que vinha apresentando sucessivos déficits ao longo dos últimos anos. Teoricamente, a flexibilização permitira uma redução dos custos desses empréstimos, com o que seria mais fácil – ou menos penoso – a equalização das contas internas e externas dos países.

O terceiro pilar dizia respeito à redução do papel do Estado – consubstanciada na realização de um intenso processo de privatização, na promoção da reforma do aparelho do Estado e da redução drástica de sua intervenção na condução da economia –, a qual permitiria não apenas a este se tornar mais eficiente dentro daquilo que deveria de fato ser sua função – e que se enquadrava bem longe de qualquer tipo de controle sobre a economia –, mas também a redução de seus custos, o que necessariamente conduziria para a resolução de suas questões fiscais. Era a implementação do que se chamava de “Estado mínimo”. Concomitantemente, ao

⁸⁸ O grau de abertura financeira é dado pela maior facilidade nas operações de entrada e saída de moeda estrangeira, assim como pela maior conversibilidade entre moedas.

reduzir o espectro de sua atuação, o Estado se voltaria à consecução de instrumentos que permitiram uma melhor atuação dos elementos do mercado, os quais seriam os verdadeiros responsáveis pela promoção do desenvolvimento e recuperação da economia. Por fim, a desregulamentação das relações de trabalho, que se enquadrava de maneira direta dentro dos elementos da abertura comercial e da redução do papel do Estado, se voltava para a efetivação de mecanismos que permitissem a redução dos encargos trabalhistas, dado que havia o diagnóstico de que o custo do trabalho era um dos principais elementos a travar a competitividade e eficiência da indústria nacional. As formas de contratação deveriam tornar-se mais flexíveis, já que isso não só levaria à redução dos custos, mas criaria incentivos para que os trabalhadores se tornassem mais eficientes e qualificados, e se dedicassem de maneira mais intensa a suas atividades, com o que os ganhos para a firma acabariam por se converter em ganhos para a própria classe trabalhadora. Os direitos sociais, dentro dessa lógica, eram substituídos por ganhos de produtividade; assim, seria possível que tanto firma quanto trabalhadores obtivessem ganhos com a desregulamentação dos contratos de trabalho. Além da maior flexibilidade, a desregulamentação era composta de um segundo elemento, a empregabilidade, que corresponde à necessidade de que o trabalhador esteja em constante processo de reciclagem das funções que lhe competem dentro de seu ambiente de trabalho, para evitar sua defasagem em relação às novas tecnologias⁸⁹. Com a intensificação da utilização de novas tecnologias, a necessidade de qualificação passou a ser uma regra para a classe trabalhadora, não só como forma de se diversificar – e se dispor a uma maior intensificação do seu trabalho –, mas também como forma de evitar sua substituição pela máquina. Nesses termos, à necessidade de pleno gozo das capacidades físicas e mentais, foram agregados a reciclagem e o treinamento – e, portanto, a melhoria da empregabilidade – como fatores intrínsecos das novas relações de trabalho.

Com um discurso promissor em um momento de crise do modelo vigente, as políticas neoliberais foram levadas a cabo de maneira aprofundada⁹⁰. No caso do Brasil, o ideário neoliberal começou a ser efetivado já no governo Fernando Collor de Melo, ainda que de forma tímida e não atingindo toda a amplitude a qual essas políticas deveriam alcançar – fato decorrente muito mais da crise política que se instaurou em seu governo do que de sua

⁸⁹ Cardoso, 2003.

⁹⁰ Os aspectos gerais das políticas neoliberais, como os tratados até aqui, foram implementados em grande parte dos países latino-americanos, mesmo que em momentos e sob intensidades distintas. Dadas as especificidades de cada país, certamente os resultados e desdobramentos foram permeados por particularidades. Por isso, e dentro daquilo que é nosso objetivo neste trabalho, a discussão apresentada a partir daqui se limitará ao caso brasileiro, ainda que reconheçamos a importância da análise para cada um dos países latino-americanos. Para os demais casos, consultar Cano, 2000.

incapacidade e tendência para a efetivação de tais políticas. É somente no governo de Fernando Henrique Cardoso que elas atingem todos os campos da economia e, conseqüentemente, da sociedade, dado que a equipe econômica do governo seguiu à risca os postulados propostos na cartilha neoliberal. Da abertura comercial à promoção das privatizações, o governo FHC foi, certamente, um dos que de forma mais completa efetivou tais políticas na América Latina, seguindo um discurso ideológico que se aproveitava - ainda - do retorno à democracia e da crítica pesada à ineficiência do setor público – iniciada no governo Collor, com a alardeada “caça aos marajás” – como forma de ganhar o apoio popular para uma condução claramente ortodoxa da política econômica.

Além desses fatores, há que se considerar que o elevado índice de inflação – responsável pela elaboração dos planos monetários heterodoxos da segunda metade da década de 1980, todos fracassados em seus objetivos – também era utilizado como forma de respaldo para a consolidação do neoliberalismo. No discurso oficial, o “choque de competitividade” promovido pela abertura comercial criaria uma pressão baixista sobre os preços internos, que a partir de então concorreriam de forma mais pesada com os preços dos produtos importados. A desregulamentação financeira, por seu turno, permitiria o acesso aos recursos necessários para a estabilização monetária interna nos níveis da moeda internacional – a chamada âncora cambial -, para o que era fundamental uma determinada quantidade de reservas em dólares, não acessíveis pelos mecanismos do balanço comercial. Por fim, as privatizações permitiriam o financiamento de determinados déficits do governo, reduzindo o peso dos seus encargos até que a reforma fiscal fosse implementada. Ou seja, orientado por esse discurso, as políticas neoliberais eram fundamentais não só para a modernização do parque industrial do país e para sua adequação às novas condições da concorrência internacional, que permitiria o encontro dos rumos perdidos do desenvolvimento – como era aclamado por diversas agências internacionais -, mas também para a promoção da estabilização monetária, que corroía os salários da classe trabalhadora e era responsável por grande parte dos desequilíbrios econômicos e sociais. A receita estava dada, o discurso ideológico estava sendo proclamado. Com todos os instrumentos em mãos e com o aval da sociedade, não havia porque não implementar tais políticas. Assim como, talvez, não houvesse motivos para esperar resultados tão catastróficos.

Com esse arcabouço estrutural de políticas, os resultados não poderiam demorar a aparecer. E não demoraram. A abertura comercial, realizada com uma conjunção de câmbio valorizado e a eliminação das listas de importação, criou os incentivos mais diversos para a importação, levando a desequilíbrios na balança comercial. A dificuldade de concorrência da

indústria nacional para com os produtos estrangeiros – dado que eram necessários vultosos investimentos para que estas empresas conseguissem alçar o grau de produtividade das empresas estrangeiras – levou ao solapamento do parque industrial brasileiro, conseguindo sobreviver apenas as empresas mais bem estruturadas. O resultado foi o fechamento de fábricas e a demissão de diversos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o mercado brasileiro era inundado por produtos estrangeiros, numa política que claramente beneficiava o capital produtivo internacional. Em termos da desregulamentação financeira, foram criados diversos mecanismos que facilitavam o acesso a recursos externos, que teoricamente deveriam adentrar o país para financiar investimentos produtivos e os déficits do balanço de pagamentos, mas que na verdade se destinavam para o espectro da valorização financeira. Quando o motivo não era unicamente especulativo, esses capitais se destinavam para fusões e aquisições, tendo pouco ou nenhum impacto no que diz respeito à expansão produtiva e à criação de empregos. A orientação para o circuito da valorização financeira era incentivada pelas elevadas taxas de juros, fundamentais para que esse processo se completasse, já que era o grande atrativo para esses capitais. A manutenção das elevadas taxas de juros, por sua vez, era necessária para o funcionamento da âncora cambial, elemento chave na efetivação do Plano Real e na manutenção da estabilidade monetária. As privatizações se fizeram de maneira desordenada, com empresas sendo vendidas abaixo de seu valor de mercado, em leilões que beneficiavam determinadas empresas multinacionais. Não houve, por outro lado, uma estratégia de manutenção de setores estratégicos, com o que quase todas as empresas pertencentes ao Estado – fundamentais na implementação de políticas voltadas à criação de empregos e à expansão da renda – foram livremente entregues ao setor privado. Na esteira desse processo, o Estado ia perdendo espaço como agente ativo da economia e da sociedade, reduzindo seus investimentos, enxugando a máquina pública com a supressão de diversos órgãos e postos de trabalho, e passando grande parte de suas responsabilidades sociais para as mãos de órgãos não-governamentais, além de, na medida do possível, se desdobrar para reduzir os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. A desarticulada reforma do Estado brasileiro, ainda que não tenha conseguido alçar todos os seus objetivos, avançou em aspectos importantes no que diz respeito à transformação do Estado em um agente que se articula para a melhor atuação do capital. Melhor, logicamente, apenas para o próprio capital.

Emerso dentro desse quadro, o governo brasileiro alcançou, exatamente, os resultados que o grande capital internacional esperava. A imposição, por parte das agências internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de políticas

monetária, fiscal e cambial totalmente engessadas, com fins de controlar as contas do governo, alcançar o equilíbrio e, por fim, retornar a bons níveis de crescimento, levou de imediato ao enquadramento da economia brasileira dentro de um círculo vicioso de endividamento, que conduziu a uma problemática ainda mais perversa àquela que se apresentava no início dos anos 1990. Ainda que o Plano Real tenha logrado obter a estabilização monetária, com o que a taxa de inflação gradualmente reduziu, os elementos necessários à sua efetivação criavam outros gargalos que mais que compensavam seus resultados positivos. Assim, a manutenção de elevadas taxas de juros, como forma de atrair capitais, ampliava a dívida externa brasileira, que era compensada pela criação de títulos da dívida pública como forma de financiamento. Esses títulos, vendidos internamente para financiar o déficit em conta corrente do país, também eram remunerados por elevadas taxas de juros. Ou seja, para o pagamento de suas obrigações, novas dívidas eram feitas, tanto externa quanto internamente. A dívida pública do governo atingiu patamares elevadíssimos, e se encontrava presa em um espiral ascendente. Tudo isso em um contexto de baixo crescimento econômico, ampliação da desigualdade de renda e queda do número de empregos. Sendo assim, as políticas neoliberais não só não conseguiram dar cabo dos graves problemas que acometiam a economia brasileira, como implantava novos elementos que, na esteira da consolidação de um ambiente mais que propício à valorização desenfreada do capital, não se limitava em ampliar as perversidades próprias e estruturais à economia e sociedade. Para uma estrutura já historicamente comprometida, as políticas neoliberais não mais faziam que alimentar uma conjuntura que intensificava a desigualdade e a pobreza.

Assim, pode-se dizer que, de uma perspectiva mais genérica, o objetivo do neoliberalismo na América Latina foi, em primeiro lugar, ampliar as formas de valorização financeira na região. Num momento em que as finanças ganharam maior importância frente ao investimento produtivo – marcado pela redução dos investimentos e dos rendimentos norte-americanos no exterior, na década de 1970 -, caracterizado pela ampliação das transações financeiras especulativas e parasitárias, os países latino-americanos foram chamados a se readaptar para atender às novas demandas especulativas do capital imperialista, para o que era fundamental a submissão da política econômica desses países – em termos de juros, câmbios, crescimento e salários – às exigências do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, o neoliberalismo visa adequar essas economias aos interesses empresariais dos países centrais, ao redesenhar seus setores industriais de modo a reforçar as históricas funções que estas desempenharam na divisão internacional do trabalho, qual seja, de fornecedores de produtos primários e matérias-primas, de um lado, e de oportunidade de mercados para

escoamento dos produtos manufaturados produzidos nos países imperialistas. (BOITO JR, 1999).

Não suficientes todos esses resultados – aqui, retratados de forma bastante resumida -, o paradigma neoliberal, em sua forma efetiva, ainda impulsionou consideráveis impactos sobre o mundo do trabalho – obviamente, sempre no sentido de precarizar as relações de trabalho. Para os objetivos aos quais se destina este texto, vale nos retermos um pouco mais nesses aspectos.

3.1.1 Reestruturação produtiva e desregulamentação das relações de trabalho

Como apontado no final da seção anterior, os formuladores das políticas neoliberais tinham claramente definido os objetivos no que dizia respeito ao enquadramento da América Latina dentro da nova fase do sistema capitalista, caracterizada pela sobreposição do investimento financeiro sobre o investimento produtivo a nível mundial, e pela flexibilização generalizada no circuito da valorização do capital, especialmente as que demarcavam as relações entre capital e trabalho. Reestruturar os métodos produtivos, abrir os canais para livre circulação do capital, aplicar uma política econômica restritiva no sentido de equilibrar as variáveis econômicas e flexibilizar as relações de trabalho eram a agenda de discussão para os países latino-americanos. Teoricamente, a implementação da cartilha ditada pelo centro do sistema iria, gradualmente, reinserir esses países na rota do desenvolvimento.

Com a completa subordinação das elites políticas e economias nacionais aos interesses do capital internacional, essa cartilha foi levada a cabo de forma aprofundada e intensa. Não havia um espaço efetivo para a disputa ideológica que conduzisse à propostas alternativas: a burguesia, em todas as suas frentes, tratou de enquadrar na subjetividade das diversas classes que o neoliberalismo era a salvação “messiânica” para que a economia brasileira se deslocasse do completo caos em que se encontrava. A força explosiva com que essa “nova” alternativa se apresentava, frente ao fracasso das experiências do socialismo real em diversas partes do mundo, abriam espaço mais que suficiente para que a ideologia neoliberal se enquadrasse como a saída que tanto se procurava.

Estava dado, assim, o caminho para a intensificação da precarização do trabalho. Essa precarização, assim como os outros efeitos das políticas neoliberais, não era apontada como tal, uma vez que todas as modificações propostas para as relações de trabalho vinham acompanhadas das promessas de uma elevação no nível do emprego e na melhoria dos

salários. A quebra da rigidez do mercado de trabalho era o fundamento para que o capital conseguisse dar nova configuração às condições de trabalho, sempre no sentido – obviamente, no discurso – de beneficiar a classe trabalhadora.

A flexibilização das relações de trabalho, nesse sentido, se vinculava de forma direta com a reestruturação produtiva. Já em meados da década de 1980, havia o diagnóstico de que os métodos de produção típicos do sistema fordista-taylorista não se enquadravam mais às novas necessidades do capital, na medida em que determinavam um tipo de produção que tornava o trabalhador extremamente especializado em uma única função, além de acumular estoques que nem sempre eram possíveis de ser escoados para o mercado. A esteira de produção, que décadas antes havia provocado uma completa revolução nos métodos produtivos, chegou a um estado de completa estagnação, que não mais respondia às demandas do capital. E assim como a adoção do padrão fordista-taylorista da década de 1950, para o caso do Brasil, resultou na modificação do eixo de acumulação do país, na formação de uma nova massa de proletariados urbanos, no surgimento de uma classe média vinculada ao setor de serviços e no fornecimento da base material e ideológica para a consolidação dos sindicatos, o capitalismo clamava por um método produtivo que reconduzisse as relações de classe no nível local e mundial. Nesses termos, a crise da economia mundial da década de 1970 trouxe a necessidade de se pensar um novo padrão de acumulação, marcado pela flexibilidade e fundamentado na mundialização do capital, na modificação das relações de produção e na relação capital-trabalho.

Especificamente no caso do Brasil, a crise da dívida externa no início da década de 1980 impôs a necessidade de modificação na orientação da produção nacional, que passou a se voltar cada vez mais para o reforço do setor exportador⁹¹. Por conta do aumento da competitividade internacional, era necessário que a indústria brasileira também se adaptasse à lógica da modernização. É a partir daí que se inicia o processo de reestruturação produtiva, com a adoção gradual e restrita dos elementos do toyotismo. O toyotismo havia surgido no Japão, a partir da implementação de um série de elementos que, formulados teoricamente a partir de uma crítica à rigidez fordista e taylorista, efetivavam um método produtivo caracterizado pela flexibilidade, pela multifuncionalidade dos trabalhadores e pela produção a

⁹¹ Aqui, vale fazer uma referência ao primeiro capítulo, quando apontamos a análise feita por Valencia e Osório, que demarca o reforço do caráter primário-exportador das economias latino-americanas como resultado da implementação das políticas neoliberais, e que os autores chamam, respectivamente, de *padrão de acumulação dependente neoliberal* e de *novo padrão exportador latino-americano*. Ainda que a análise de ambos seja voltada mais para a década de 1990, é lícito apontar que essa orientação já vinha se consolidando desde os anos 1980, quando a crise da dívida externa impôs dificuldades diversas para a economia brasileira, as quais conduziram para a imposição dos mecanismos de reestruturação produtiva.

partir de demandas específicas. Esse novo método produtivo, que conjugava a adoção de técnicas organizacionais que visavam diretamente a redução de custos, a implementação da tecnologia microeletrônica, a criação dos chamados círculos de controle de qualidade e a adoção do sistema *just-in-time* – no qual a produção é realizada apenas sob encomenda –, e que, portanto, se colocavam dentro de uma lógica de completa flexibilização das relações de produção, foi adotado no Brasil, inicialmente, sem que as relações de trabalho fossem estruturalmente modificadas. A implementação de mecanismos próprios do toyotismo, com a manutenção de elementos do fordismo – como era a rigidez das relações de trabalho – permitiam dizer que, naquele momento, prevalecia no Brasil um *toyotismo restrito*⁹².

Dentro desses aspectos, é possível dizer que o processo de reestruturação produtiva no Brasil foi determinado, principalmente, por três elementos: *i)* a recessão e seu ajuste exportador, resultado da crise da dívida da década de 1980, que conduziram a indústria brasileira ao “choque de competitividade”; *ii)* a ascensão do novo sindicalismo, que representava a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho como forma de colocar em questão o controle do trabalho; e *iii)* as novas estratégias das corporações transnacionais, inclusive para suas subsidiárias, que implicaram na adoção de novos padrões organizacionais-tecnológicos, fundamentalmente inspirados no toyotismo. (ALVES, 2005: 121).

No entanto, a gradual implementação desses novos elementos da produção flexível exigiu que relações trabalhistas também se modificassem para atender às novas demandas do complexo produtivo que começava a se consolidar. Se, num primeiro momento, foi possível manter o trabalho rígido típico do fordismo, aos poucos essas formas de trabalho foram apresentando seus limites frente ao padrão toyotista. É a partir desse momento que se caminha para a implementação do *toyotismo sistêmico*, ou seja, aos elementos da reestruturação produtiva são adicionados os instrumentos de flexibilização das relações de trabalho, que quebraram a rigidez até então adotada e permitiram uma maior exploração das “potencialidades” dos trabalhadores. Cada trabalhador, antes alocado para uma função específica, e por isso, detentor de uma formação específica, passou a ser multifuncional, especializando-se e realizando diversas funções ao mesmo tempo. Se antes a firma funcionava a partir de uma separação nítida entre concepção e execução, e os trabalhadores eram alocados em funções nas quais permaneciam invariavelmente, os mecanismos de flexibilização criaram uma nova lógica de relação entre capitalista e trabalhador, ao dar a este

⁹² O termo “toyotismo restrito” foi retirado de Alves (2005), e refere-se ao fato da implementação dos instrumentos do toyotismo terem sido adotados sem que as técnicas fordistas e tayloristas fossem completamente suprimidas, com o que os elementos de ambas fossem utilizados de forma conjunta.

não mais esse título, mas sim o de “parceiro”, como alguém que participa diretamente do processo criativo, que dá sugestões de novos produtos, que resolve problemas, e que tem um maior conhecimento de cada etapa do processo produtivo.

Essa flexibilização também é composta por um elemento de redução dos direitos trabalhistas, conquistados historicamente pelas diversas lutas empreendidas pela classe trabalhadora. A classe capitalista reivindicava a redução de direitos, justificando que estes eram os grandes responsáveis pelo encarecimento da produção, que conduzia à inviabilização de projetos, à redução dos postos de trabalho e ao encarecimento dos produtos, o que necessariamente reduziria a capacidade de adentrar novos mercados em um ambiente de ampliação da competitividade internacional. Partindo desse discurso, os governos neoliberais, especialmente o de Fernando Henrique Cardoso, implementaram uma política econômica que tinha como um de seus cernes a supressão desses direitos, utilizando da justificativa de que essa supressão era fundamental para que os níveis de emprego e salários se recuperassem. Gradualmente, esses direitos foram substituídos por instrumentos que garantiam aos trabalhadores ganhos de produtividade e políticas de qualificação, os quais não só não compensavam suas perdas, mas também se firmavam como elementos que implicitamente levavam o trabalhador a intensificar seu trabalho já que, quanto mais produzisse e se qualificasse, mais poderia obter ganhos. O grande ponto é que esses supostos ganhos não representavam nenhum tipo de garantia de estabilidade, proteção ou ajuda financeira quando esses trabalhadores se viam desempregados. Aquilo que era a garantia do direito e estabilidade no trabalho foi suprimido, e em seu lugar criaram mecanismos de ganhos irrisórios, sempre compensados por um trabalho mais intenso.

Nesse sentido, a flexibilização das relações de trabalho quebrou os laços que vinculavam trabalhadores e empregadores, abrindo espaço para que as empresas se livrassem da contratação direta, que pressupunha o pagamento de um piso salarial mínimo e a garantia de determinados direitos, e também para que todo o tipo de contratação flexível – como o trabalho terceirizado - fosse empreendido. O ponto é que o trabalho terceirizado não garante vínculos formais, ou seja, não garante os direitos que uma contratação formal determina, além do fato de promover uma maior rotação do trabalho. Os trabalhadores contratados através de firmas terceirizadas, em sua grande maioria, não possuem carteira assinada, e são contratados provisoriamente, durante período suficiente para que não possa ter acesso a direitos mínimos. Por conta disso, são expostos a condições espúrias de trabalho e a baixos salários, ao mesmo tempo em que não possuem nenhum tipo de garantia sobre o tempo em que permanecerão nesses empregos.

A flexibilização das relações de trabalho deve, nesses termos, ser analisada a partir de duas perspectivas, que se coadunam na explicação do aumento da precarização do trabalho. De um lado, o processo de reestruturação produtiva, a partir da intensificação da substituição do homem pela máquina e da adoção da tecnologia microeletrônica, reduziu consideravelmente os postos de trabalho. Essa redução conduzia a duas questões. Em primeiro lugar, aqueles que permaneceram empregados eram submetidos a um trabalho mais intenso, já que deveriam ocupar uma maior quantidade de funções em substituição aos trabalhadores dispensados. Ainda que um maior número de máquinas passasse a fazer parte do processo produtivo, essas máquinas necessariamente deveriam ser programadas por alguém, o que fazia com que cada trabalhador empregado fosse responsável por um número cada vez maior de máquinas. Em segundo lugar, aqueles que eram dispensados passavam a compor o exército industrial de reserva, que pressiona os trabalhadores empregados a se submeter a salários mais reduzidos, impostos não só por essa pressão externa, mas também pelo constante risco e ameaça de novas demissões. De outro lado, o tratamento desses trabalhadores como “parceiros”, e não mais como empregados ou proletariados, se circunscreve dentro da lógica da captura da subjetividade do trabalhador⁹³, que parte da efetivação de um mecanismo psicológico que cria no trabalhador um outro tipo de sentimento em relação ao seu local de trabalho. O novo tratamento colocado em prática por patrões, e formulado dentro dos setores de recursos humanos – mais um elemento da reestruturação produtiva – fez com que os trabalhadores deixassem de se considerar meros empregados e passassem a se ver, cada um, como uma peça única e fundamental dentro daquele processo produtivo, o que aparentemente lhe permitiria uma participação mais direta em cada etapa e dissolvia todo o tipo de diferenciação hierárquica que separava proprietários e empregados. É como se essas funções deixassem de existir e surgisse uma nova figura homogênea, dentro da qual se enquadrava trabalhadores e patrões. A captura da subjetividade do trabalhador apresenta todos os elementos que comprovam o fato de que a flexibilização das relações de trabalho não se efetiva apenas no que tange aos elementos materiais, mas também para os mecanismos psicológicos e subjetivos. Os trabalhadores são invadidos em todos os campos de sua vida e de todas as maneiras, sempre como forma de atenderem de maneira mais efetiva às demandas do capital.

⁹³ Alves, 2005.

Todos esses novos elementos do mundo do trabalho na contemporaneidade levam à intensificação da *lioofilização*⁹⁴ *organizacional do trabalho*, a qual se caracteriza pela redução do trabalho vivo e aumento do trabalho morto, pela substituição dos trabalhadores manuais pelo maquinário técnico-científico, pela ampliação da exploração subjetiva do trabalho, e pelo aumento dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados. A classe trabalhadora passa a ser composta por um novo misto, que agrega não apenas os trabalhadores manuais diretos, mas sim a totalidade do trabalho coletivo, que compreende o trabalho produtivo material e imaterial⁹⁵ - este segundo sendo representado, principalmente, pelos trabalhadores do setor de serviços -, ou, dito de outra forma, pelos núcleos de trabalhadores produtivos e improdutivos. A nova morfologia da classe trabalhadora se constitui, então, dos trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho e são desprovidos dos meios de produção, e que são impostos a um tipo de trabalho que exige deles seja um esforço físico, seja um esforço intelectual – ou uma combinação de ambos -, o que agrega tanto aqueles que se dedicam a atividades diretamente produtivas, quanto aqueles que se dedicam a atividades não-produtivas, imateriais. O conceito de classe trabalhadora é expandido para dar conta das novas determinações do mundo do trabalho, estruturadas para permitir a expansão e valorização do capital em novas bases, para o que é fundamental a construção de novas formas de se explorar a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2003).

De maneira geral, o importante a se reter é que os grupos que vieram a compor o quadro governamental, a partir da década de 1990 – e sem exceção, ainda que com pontuais diferenciações – tinham uma orientação política focada na flexibilização das relações econômicas e sociais, desde as que versavam sobre a economia em geral, até aquelas que compunham as relações capital-trabalho, marcando sua postura de enquadramento dentro das regras ditadas pelos organismos internacionais e, por isso, se mostrando oposta a qualquer tipo de política social de caráter universalista. Por esse motivo, há uma clara vinculação entre

⁹⁴ O termo *lioofilização*, retirado por Antunes (1999) de Juan Castillo (1996), refere-se ao processo de eliminação, transferência, terceirização e enxugamento das unidades produtivas, própria do método produtivo toyotista. A *lioofilização* do trabalho parte do mesmo princípio, ou seja, da redução ou eliminação do trabalho improdutivo, que não cria valor, e da adequação e incorporação de todas as atividades possíveis dentro de formas de trabalho produtivo que permitam, de forma conjunta, um aumento da produtividade e da qualidade dos produtos com um menor contingente de força de trabalho. O que, necessariamente, conduz a um processo de intensificação das condições de exploração dessa força de trabalho.

⁹⁵ O trabalho imaterial se refere às atividades que não produzem bens concretos, dotados de materialidade, como é o caso dos setores de serviços e comercial. No entanto, esses setores são compostos de atividades que são comercializáveis e, portanto, servem à valorização do capital, especialmente ao impor aos trabalhadores um ritmo de trabalho que exige destes um tipo de esforço que, mesmo não sendo especificamente físico, resulta em um considerável desgaste. Por isso, o trabalho imaterial, que vem ganhando espaço nas últimas décadas, agrega novas formas de se intensificar, precarizar e desgastar a mão-de-obra, já que agrega ao esforço físico um esforço tipicamente subjetivo e psicológico.

as políticas econômicas implementadas desde Collor e o comportamento do emprego no Brasil, seja em termos da destruição de postos de trabalho, seja pelos tipos de empregos que passaram a ser criados.

Considerando, então, a redução dos postos de trabalho e a nova postura do trabalhador dentro do seu ambiente de trabalho, como resultados diretos da adoção de novas técnicas e estratégias de flexibilização, racionalização de custos e reestruturação produtiva, fica claro que o efeito direto da implementação desses mecanismos próprios do sistema toyotista conduzem necessariamente para uma ampliação da exploração do trabalho. Os trabalhadores passam a se inserir dentro de um contexto no qual não há alternativas a não ser a intensificação do seu trabalho, uma vez que são constantemente pressionados pela ameaça do desemprego e pelo grande contingente de trabalhadores desempregados que, em situações de extrema necessidade, aceitariam trabalhar por salários mais reduzidos, além de serem submetidos a um tipo de envolvimento com o ambiente de fábrica, instrumentalizado a partir de mecanismos subjetivos e psicológicos, que os leva a se dedicarem mais a suas várias funções, o que inclui não apenas trabalhar além do período definido pela jornada de trabalho, mas também se dedicar a essas funções em momentos de descanso. Esses fatores, em um ambiente marcado pela redução dos direitos trabalhistas, consequentemente conduz os trabalhadores a se submeterem a formas mais intensas de trabalho que, por sua própria lógica, ampliam a exploração desses trabalhadores, num mecanismo que conjuga aumento do trabalho sem compensações financeiras, diga-se, ou os salários não acompanham o aumento do trabalho, ou por uma lógica mais perversa, são relativamente reduzidos. É dentro desses aspectos que procuraremos, na seção seguinte, argumentar que, com a implementação das políticas neoliberais, há ampliação da superexploração do trabalho no Brasil.

3.2 O segundo elemento: A superexploração do trabalho

Como tentamos explicitar na seção anterior, as modificações operadas nas relações de produção e de trabalho a partir da implementação das políticas neoliberais criaram um ambiente propício para que os mecanismos de intensificação da exploração do trabalho pudessem se efetivar de maneira mais clara e aprofundada, seguindo a lógica da consolidação dos elementos que caracterizam um novo momento da valorização do capital em nível mundial. Como o capitalismo brasileiro, assim como o dos demais países latino-americanos, era caracterizado por engendrar os mecanismos de superexploração do trabalho – leia-se,

remuneração dos trabalhadores abaixo do valor mínimo necessário para garantir sua reprodução, em um ambiente de ampliação e intensificação do trabalho -, o novo complexo de reestruturação produtiva nada mais fez do que aprofundar as condições necessárias para que a superexploração se mantivesse como elemento estrutural dessa economia. Feita a digressão “teórica”, cabe analisar alguns indicadores que permitam visualizar a manutenção e ampliação da superexploração do trabalho no período recente.

Antes, no entanto, de iniciar essa análise, cabe fazermos uma observação. No primeiro capítulo, quando apresentamos os entremeios do conceito de superexploração do trabalho, tal como formulado na obra teórica de Ruy Mauro Marini, delimitamos os elementos que caracterizam esse conceito como derivado da teoria do valor de Marx, no sentido de que se utiliza das categorias próprias dessa construção. A teoria formulada por Marx, metodologicamente estruturada dentro do materialismo histórico e dialético, parte da observação das condições materiais da sociedade, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e por isso nem sempre são passíveis de verificação quantitativa. Ou seja, categorias como mais-valia, exploração do trabalho, valor-de-uso e valor-de-troca, dentre outras, são construções abstratas, e por isso não se enquadram dentro de modelos que as permitem ser comprovadas quantitativamente, o que não contradiz o fato de serem categorias observáveis nas relações materiais. Nesse sentido, a superexploração do trabalho também se enquadra dentro dessa lógica, com o que se cria uma dificuldade metodológica para o que pretendemos realizar nessa seção. O ponto é que, mesmo não sendo possível construir modelos que permitam mostrar como a superexploração se efetiva⁹⁶, pode-se, a partir de apresentação dos dados de uma série de variáveis, construirmos uma *proxy* de como ela se expressa em termos reais. E é dessa forma que nos propomos a mostrar que, na atualidade, a superexploração da força de trabalho não só se mantém como característica estrutural da economia brasileira, como também é aprofundada frente às novas formas de relação entre capital e trabalho.

Retomando a argumentação, todo o processo de reestruturação produtiva empreendido a partir já do final da década de 1980 provocou mudanças consideráveis nas relações de trabalho, que tenderam a criar um ambiente propício a sua precarização. Ainda que a

⁹⁶ No final do capítulo I, apresentamos um modelo elaborado por Martins (2009), cuja pretensão é apresentar, quantitativamente, a forma pela qual a superexploração do trabalho se expressa nas relações capital-trabalho em uma economia periférica. A descrição desse modelo poderia, no corpo do trabalho, contradizer o que acabamos de colocar, ou seja, que as categorias marxistas, pela sua forma de construção, não são passíveis de verificação quantitativa direta. No entanto, ao apresentarmos esse formalização, deixamos claro que consideramos que os modelos apresentam limitações diversas, as quais muitas vezes os fazem escapar da realidade. O modelo de Martins não foge a essa consideração. De toda forma, ele é válido para visualizar o conceito de superexploração.

justificativa governamental e empresarial caminhasse num outro sentido, qual seja, de que a implementação dos mecanismos de flexibilização e a redução dos direitos trabalhistas permitiriam às firmas se reorganizarem de forma a ampliar seus investimentos e, com isso, criar novos postos de trabalho e elevar os níveis dos salários, claramente o que se viu foi a expansão do desemprego, que em grande parte se justificava pelo baixo crescimento econômico, assim como o crescimento de postos de trabalho informal, caracterizados por baixos salários, pouca - ou nenhuma - estabilidade e ritmo intenso de trabalho.

Como mostrou Baltar (2002), a década de 1990 pode ser caracterizada por uma conjugação de modificação na estrutura e expressiva queda no número de empregos, mesmo nos momentos específicos nos quais é possível observar algum crescimento do produto industrial, como ocorreu entre os anos de 1993 e 1997. Para os setores nos quais houve aumento do produto e que tiveram elevação no número de empregos, este foi considerado insuficiente não só para compensar a destruição de postos de trabalhos em outros setores, mas também para dar conta do crescimento anual da população economicamente ativa. Ou seja, para o conjunto da década de 1990, é expressamente claro que houve aumento do nível de desemprego. Nas palavras do autor:

No conjunto da década de 1990, o número de desempregados aumentou de cerca de três milhões para oito milhões, enquanto o número de empregados em estabelecimentos aumentou de 30,8 milhões para 32,4 milhões e o de trabalhadores no serviço domésticos remunerado, de 3,9 milhões para 5,3 milhões, demonstrando que, em números absolutos, o aumento do desemprego foi maior que o do trabalho assalariado total (...). Por tanto, entre o início e o final da década de 1990, a relação entre o número de desempregados e a soma de empregados, empregados em estabelecimentos e trabalhadores do serviço doméstico remunerado que indica que a taxa de desemprego do trabalho assalariado urbano, passou de 10% para cerca de 17% da força de trabalho que gira em torno dos empregados assalariados, retratando o forte estreitamento do mercado de trabalho, (...). Trata-se, não obstante, de um estreitamento do mercado de trabalho que ocorreu em um país em que a população ativa ainda cresce em ritmo muito expressivo, de cerca de 2% a.a., com o que o aumento do desemprego e do desalento em participar da atividade econômica é muito mais produto da incapacidade de absorção do crescimento da população ativa do que da redução do número absoluto de pessoas com emprego assalariado (...). (Ibidem, p. 125)

Por outro lado, os dados apresentados pelo autor também apontam que, no mesmo sentido, houve aumento do trabalho por conta própria – especialmente no comércio e na construção civil – e do trabalho sem carteira assinada, da mesma forma que houve baixo crescimento do trabalho assalariado e do trabalho formal (medido pelos contratos firmados

pela CLT e pelo Estatuto do Servidor Público⁹⁷). Seguindo esses resultados, pode-se dizer que, ainda que o aumento do trabalho por conta própria e do emprego informal amorteceram de forma não desprezível a ampliação do desemprego na década de 1990, eles nada mais que indicam que grande parte dos empregos criados se caracterizam como formas precárias de trabalho.

Como formas e mecanismos de adoção do trabalho flexível, principalmente durante o governo FHC, podem ser citados: i) o contrato por tempo determinado, que desvincula o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados e cria o banco de horas; ii) o contrato parcial, vinculado à jornada de até 25 horas semanais, que institui que os salários e demais direitos trabalhistas são determinados em conformidade com a duração da jornada trabalhada, não prevendo a participação dos sindicatos na negociação; iii) as cooperativas de trabalho, que possibilita aos trabalhadores se organizar em cooperativas de prestação de serviços e executar o trabalho dentro de uma empresa sem caracterização de vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas; iv) a suspensão do contrato de trabalho, por um período de dois a cinco meses, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociada entre as partes e que garante ao trabalhador o direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário, em caso de demissão ao término da suspensão; v) a quebra da estabilidade dos servidores públicos, que regulamenta a demissão de servidores públicos estáveis em caso de excesso de pessoal e disciplina os limites das dispensas com pessoal; vi) a ampliação do trabalho-estágio, que estendeu a possibilidade de utilização do estágio, totalmente descolada da formação acadêmica e profissionalizante; e vii) adoção do contrato de aprendizagem, que permite a intermediação da mão-de-obra aprendiz. Além destas, que podem ser enquadradas como formas de *flexibilização numérica ou quantitativa*⁹⁸, há que se considerar as formas de *flexibilização funcional*, diretamente vinculadas ao processo de reestruturação produtiva, discutido na seção anterior. Dentro desta, podem ser citadas: i) a flexibilidade das jornadas e das funções, que permite ajustar o nível de produção com a demanda de trabalho e fazer ajustes na administração dos horários, na modalidade das tarefas e na evolução das responsabilidades, com o que as empresas se livram do pagamento das

⁹⁷ Na verdade, o que se observa é que houve considerável oscilação para o emprego celetista e estatutário, a depender do setor que se considera. De toda forma, aqueles setores que tiveram aumento desse tipo de emprego – e que, portanto, indicam um aumento do trabalho formal – não foram suficientes para compensar os setores nos quais houve queda.

⁹⁸ As formas de *flexibilização numérica ou quantitativa* são aquelas que permitem a ampliação da liberdade das empresas para empregar e despedir de acordo com suas necessidades de produção, dentro de uma estratégia de diminuição de custos. Já a *flexibilidade funcional* compreende a flexibilidade introduzida no mercado de trabalho com o objetivo de possibilitar o ajuste do uso da força de trabalho e que, com isso, conduz a uma redefinição da forma de relação capital-trabalho e do envolvimento do trabalhador na empresa.

horas extras e racionaliza a utilização do tempo de trabalho durante a jornada; e ii) a flexibilidade salarial, que permite a flutuação dos salários em função do nível e atividade e de outros mecanismos, com tendência de descentralização e individualização de suas determinações. (KREIN, 2003).

Além destas medidas, importa também ressaltar os instrumentos criados para modificar o padrão de regulação das relações de trabalho que, mesmo não tendo implicado em uma reforma do sistema, afetaram consideravelmente sua dinâmica. O primeiro foi a instituição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em dezembro de 1994, que revogou a política salarial adotada até então, destituindo o padrão regulatório dos salários estruturado a partir do Estado em favor de um processo de negociação fundado nos acordos coletivos entre patrões e empregados. O segundo foi a regulamentação do banco de horas, que reconheceu as jornadas variáveis como regra, contrariando os preceitos estabelecidos na CLT. E, por fim, a instituição das Comissões de Conciliação Prévia (CCP), permitindo que patrões e trabalhadores promovessem a conciliação de conflitos, desde que acordado um árbitro comum, com o que ambas as partes perdiam o direito de recurso à Justiça do Trabalho. Tudo isso em um contexto de redução gradual das funções fiscalizatórias do Mercado de Trabalho.

Esses novos mecanismos, pela sua própria natureza, e em um ambiente de baixo crescimento econômico e engessamento da política econômica do governo, não poderiam obter grandes êxitos no que diz respeito à ampliação do nível de emprego formal no Brasil. Primeiro por conta da recessão econômica que permeou grande parte da década de 1990, que criou desestímulo à contratação de novos trabalhadores, já que tais incentivos só poderiam existir mediante um aumento da demanda por trabalho, que se verificaria de forma coadunada à ampliação dos investimentos, o que claramente não ocorreu de maneira intensa no período. De forma conjunta, o sistema de contratação e demissão, que já era consideravelmente flexível, foi reafirmado e intensificado, permitindo com que as empresas permanecessem utilizando os mecanismos que criavam facilidades para a demissão sem justa causa, para o rebaixamento dos custos do trabalho e para o ajustamento da quantidade de força de trabalho. Além desses fatores, que são medidas legais, a flexibilização se intensifica nos mecanismos de terceirização e trabalho autônomo, que contribui para a eliminação das obrigações relativas aos direitos trabalhistas das empresas que contratam o serviço e repassam a responsabilidade para outras empresas, as quais geralmente não se enquadram na mesma categoria econômica, o que resulta em condições de trabalho e remuneração inferiores. Na esteira desse processo, os mecanismos que permitiam a expansão de ocupações precárias, próprias do mercado informal, obtiveram grande êxito, tendo grande expansão no período, com o que se verifica

também o crescimento do trabalho sem registro e por conta própria. Sendo assim, esses mecanismos claramente se voltavam para a maior fragilização das condições da classe trabalhadora, mediante a expansão de formas de trabalho precário voltadas única e exclusivamente ao atendimento das demandas do mercado e do grande capital.

[As] medidas adotadas no decorrer da década de 1990 não contribuíram para a formalização, mas para o avanço da precarização do mercado de trabalho brasileiro com o crescimento do trabalho sem registro em carteira, do trabalho autônomo para empresa, do trabalho por conta própria e do desemprego. Ou seja, a alternativa colocada para muitos trabalhadores em um cenário de estagnação econômica foi a de aceitar trabalhos mais precários. (...) O conjunto dos indicadores do mercado de trabalho é, portanto, extremamente desfavorável, mostrando que as iniciativas de flexibilização não constituíram uma alternativa para enfrentar os graves problemas brasileiros. A alternativa para parte das empresas foi a utilização do trabalho sem registro e para as pessoas como estratégia de sobrevivência, o trabalho por conta própria. (Ibidem, pgs. 295-296)

O que cabe destacar é que, no geral, houve aumento do número de postos de trabalho, mas este foi insuficiente para compensar tanto os postos de trabalho que deixaram de existir quanto o aumento da população economicamente ativa. Parte destes postos de trabalho surgiram no setor de serviços ou comércio, ao passo que os postos de trabalho destruídos o foram no setor produtivo, fato que respondeu à lógica de reestruturação e flexibilização imposta pelas políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, houve queda no número de empregos formais e aumento do número de trabalho por conta própria, mediante uma maior adaptação às formas flexíveis de trabalho, que claramente são prejudiciais à classe trabalhadora. Por outro lado, as tentativas de se criar políticas de emprego e de proteção ao trabalho durante os anos 1990 – que se aglutinavam, principalmente, em torno dos programas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que incluía a instituição do seguro-desemprego e dos programas de intermediação de mão-de-obra, de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda, dentre outros – não obtiveram grande sucesso, seja porque foram implementadas em um momento de baixo crescimento econômico e no qual as políticas econômicas do governo justamente criavam um ambiente favorável à destruição de postos de trabalho e flexibilização dos contratos, seja porque se instituíram a partir de um diagnóstico equivocado, fundamentado mais na informalidade das relações contratuais e em aspectos conjunturais do que em questões próprias à heterogeneidade estrutural própria da economia brasileira. Esses dados, nesse sentido, confirmam aquilo que já havia sido apontado, ou seja, de que todas as modificações operadas nas relações de trabalho e produtiva criam um ambiente propício para que pressões mais gerais sobre o mercado de trabalho se tornem

efetivas, de forma que a superexploração da força de trabalho se reafirma como mecanismo próprio das relações de trabalho do Brasil.

Se essas eram as condições de funcionamento do mercado de trabalho durante a década de 1990, período o qual foi em sua grande parte governado por FHC, algumas alterações podem ser indicadas a partir de 2003, quando Lula assume a presidência. Lula inicia seu governo com o peso do desgaste dos anos anteriores, comandando uma economia que há poucos anos havia adotado o sistema de câmbio flutuante, após as crises cambiais em diversas partes do mundo, e que invariavelmente expunha o país às instabilidades do mercado financeiro internacional. A economia brasileira permanecia com elevado grau de abertura, e os fluxos de capitais externos ainda eram fundamentais para o equacionamento dos déficits no balanço de pagamentos. Nesse sentido, o novo governo assumia as rédeas de um país econômica e socialmente frágil, vulnerável, e na iminência do despertar de qualquer crise.

O programa de governo proposto por Lula era composto, essencialmente, por três eixos articulados entre si, que incluíam a política social, a redução da dependência da economia e a retomada do papel ativo do Estado na economia. A idéia era de que a reconstrução da capacidade estatal de regulação e orientação do desenvolvimento, coadunada à implementação de programas de investimento na área de seguridade social, daria novas condições e bases à retomada da dinâmica do desenvolvimento econômico do país, com o que, de forma gradual, seria possível reduzir a dependência dos fluxos de capitais externos. Além disso, a própria trajetória política de Lula reacendia algum fio de esperança na população, dado que seria, teoricamente, natural seguir com uma linha de política econômica e social diferente daquela que vinha sendo adotada desde o período de redemocratização. O cenário era, então, de perspectivas de mudanças e de retomada do crescimento sustentado a longo prazo, ainda que estes viessem a se consolidar de forma lenta e gradual.

Se, de um lado, o discurso apontava para mudanças, a prática cuidou de mostrar que a linha neoliberal praticada desde Collor seguiria dando a tônica das políticas macroeconômicas implementadas no Brasil. A proposta de política econômica apresentada pela equipe de Lula se direcionava para a manutenção do ajuste fiscal e da estabilidade econômica, para o que era necessário a manutenção do superávit primário, a política de metas de inflação e as taxas de juros elevadas, que mantinham a atração dos capitais internacionais. Ou seja, na essência, foram mantidas as mesmas bases rígidas de condução da política econômica. Não suficiente, a manutenção do superávit primário era um entrave ao pleno desenvolvimento das políticas sociais, já que verbas importantes que deveriam ser investidas em programas sociais eram

destinadas ao pagamento dos juros da dívida externa, que alcançou patamares extremamente elevados durante os anos FHC.

Dentro dessas bases, as políticas de flexibilização das relações de trabalho também foram mantidas, na medida em que era um dos pilares centrais das políticas neoliberais. Ainda que alguns avanços em relação aos governos anteriores possam ser destacados - como a reorganização de programas sociais que até então tinham um funcionamento ineficiente, no que diz respeito a seus impactos em termos da melhoria das condições de vida da população, a elevação do salário mínimo, os incentivos para a criação de empregos em um contexto de queda dos juros, a montagem de um sistema para ampliar a formalização do trabalho, dentre outros -, a implementação de mecanismos que tendiam a reduzir cada vez mais os direitos e a estabilidade do emprego permaneceu como regra dentro da política econômica do governo. Ou seja, mesmo que houvesse criação de novos empregos, estes não eram suficientes para cobrir os déficits dos anos anteriores, seja em termos da ocupação da população, seja em termos da remuneração que garantisse a capacidade de reprodução da classe trabalhadora. E, por outro lado, a elevação do salário mínimo tinha um impacto apenas para as camadas mais pobres da população, não tendo efeito para as camadas médias, com o que se viu, concomitantemente, uma redução do número de pobres e um achatamento da classe média, já que não havia uma sistemática modificação da distribuição de renda por conta da manutenção dos ganhos das camadas mais abastadas.

Assim, os poucos avanços tiveram pouca efetividade no que diz respeito à modificação na flexibilização das relações de trabalho, que teve seus mecanismos não só mantidos, como intensificados durante o governo Lula. O que nos permite dizer que os instrumentos de desregulamentação do mercado de trabalho, que começaram a ser implementados na década de 1990, se mantêm como tendência no período recente e que, nesses termos, tais instrumentos se consolidam cada vez mais como característica estrutural da economia brasileira⁹⁹. De toda forma, é importante destacar que as políticas implementadas por Lula, em especial no que diz respeito à área social, tiveram importantes impactos no que diz respeito à redução da pobreza e à queda dos índices de desigualdade de renda, como será possível observar na próxima seção. No mesmo sentido, a política de recuperação sistemática do salário mínimo e os mecanismos para ampliar a formalização do trabalho também tiveram

⁹⁹ Nos últimos anos, a prática de terceirização tem sido uma realidade não apenas no setor privado, mas tem invadido importantes setores da esfera pública. Nesse aspecto, uma das principais marcas do governo Lula, por exemplo, é a expansão da terceirização dos serviços técnico-administrativos nas Universidades públicas, fato que corrobora o argumento de que esse processo tem se consolidado como característica estrutural da economia brasileira. Como, por conta dos limites aos quais se circunscreve este trabalho, não entramos de forma profunda nessa questão, ficam as referências de Sirelli (2008) e Marcelino (2008) para possíveis consultas.

impactos consideráveis para o apontamento de melhorias no mercado de trabalho – ainda que as mesmas não sejam suficientes para reverter o quadro estrutural marcado pela superexploração do trabalho.

Feita essa breve retomada das políticas do mercado de trabalho desde a década de 1990 até o período recente, passamos à análise de alguns indicadores que nos permitam explicitar a superexploração do trabalho na economia brasileira que, segundo nos dedicamos a argumentar, é característica estruturante da condição dependente – que se verifica nos países periféricos – e é intensificada pelos instrumentos de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Como já foi exposto, as variáveis apresentadas permitem uma aproximação daquilo que chamamos de superexploração do trabalho, dado que sua formalização enquanto categoria se limita pela sua derivação de construções e análises abstratas, o que de forma alguma invalida sua percepção do ponto de vista concreto.

3.2.1 Uma *proxy* da superexploração da força de trabalho no período recente¹⁰⁰

Como apresentado no primeiro capítulo, a superexploração do trabalho descreve a situação na qual o trabalhador é remunerado abaixo do valor de sua força de trabalho – definida a partir do tempo de trabalho necessário, aquele no qual o trabalhador produz bens (e, na atualidade, serviços) cujo valor corresponda ao necessário para garantir sua capacidade de produção e reprodução -, de tal forma que este não consegue garantir as condições mínimas de subsistência. A ampliação da superexploração se dá a partir de três mecanismos, quais seja, o aumento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho, e a remuneração direta do trabalho abaixo de seu valor. Esses mecanismos permitem a compensação da renda transferida aos países centrais, com o que o capital nacional se “completa” e reinicia seu processo de reprodução ampliada. Para se apresentar, então, como a superexploração se manifesta na economia brasileira, faz-se mister recorrer a indicadores que expressem a

¹⁰⁰ Nesta seção do texto, trabalharemos com diversos dados retirados do sítio virtual do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese). Para as variáveis que serão apresentadas, os dados disponíveis no sítio virtual datavam de 1998 até a atualidade. Como esforço de pesquisa, tentamos ter acesso aos dados dos anos anteriores, através de contato direto com técnicos do Dieese, para o que não obtivemos sucesso. Assumimos que a apresentação dos dados apenas a partir do ano de 1998 representa uma limitação para a análise que pretendemos fazer. No entanto, consideramos que ela não prejudica a análise e, conseqüentemente, os resultados a que queremos chegar.

remuneração, o poder de compra dos salários e os níveis de emprego da economia, assim como as que se referenciam ao comportamento geral da economia¹⁰¹.

Antes de entrar na discussão dos indicadores do mercado de trabalho, consideramos importante destacar o quadro macroeconômico a partir dos anos 1990, dado que o comportamento do mercado de trabalho reflete as condições de crescimento e investimento da economia. Partindo, então, da análise dos indicadores que expressam a evolução do quadro macroeconômico, a tabela 3.1 permite visualizar a ampliação da abertura da economia no início da década de 1990, que se explica fundamentalmente pela implementação da política de abertura comercial, especialmente pela liberalização das importações, e pelo baixo crescimento econômico, que se expressa na redução do PIB. A variável cresce a partir de 1990, sofrendo uma ligeira retração na segunda metade dessa década, a qual se justifica pelas crises econômicas internacionais – México em 1994, Ásia em 1997 e Rússia em 1998. Uma recuperação volta a se desenhar em 1999, atingindo seu ponto mais alto em 2004, quando volta a sofrer queda, mesmo se mantendo em níveis mais elevados que nos anos 1990. Grande parte dessa recuperação se justifica pela forte retomada do crescimento das exportações nos anos 2000; já a queda, a partir de 2004, encontra suas explicações na recuperação do crescimento do PIB.

Tabela 3.1 - Abertura da economia

Ano	Grau de abertura	Ano	Grau de abertura
1990	15.2	2000	21.7
1991	16.6	2001	25.7
1992	19.3	2002	26.7
1993	19.6	2003	27.1
1994	18.7	2004	29.0
1995	16.0	2005	26.6
1996	14.9	2006	25.8
1997	15.8	2007	25.2
1998	15.9	2008	27.4
1999	20.2	2009	22.6

Comentário: Cálculo realizado a partir do somatório da exportação (X) de bens e serviços com a importação (M) de bens e serviços dividido pelo produto interno bruto (PIB).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Contas Nacionais. Acesso em www.ibge.gov.br (Diretoria de Pesquisa – Coordenação de Contas Nacionais).

¹⁰¹ Importante destacar que, para os anos de 2008, 2009 e 2010, os indicadores refletem os efeitos da crise econômica internacional de 2007 e, por isso, podem não seguir as tendências demarcadas dos anos anteriores. Isso é preciso ser pontuado considerando as políticas anti-cíclicas implementadas pelo governo para tentar frear os efeitos da crise, muitas das quais foram importantes – ainda que não suficientes – para impedir que o quadro econômico fosse mais degradante.

Ao mesmo tempo, nota-se uma redução da taxa de investimento na economia e sua manutenção em patamares baixos, como porcentagem do PIB. A explicação para essa queda se encontra na conjugação de uma série de fatores. Em primeiro lugar, a redução dos investimentos estatais, seja por conta da retração do Estado, seja por conta da realização das privatizações. Em segundo lugar, o despreparo da indústria nacional frente ao processo de abertura, e sua incapacidade de concorrer com os produtos estrangeiros, principalmente pelo fato da abertura comercial ter se efetivado sem a devida proteção de setores estratégicos da economia, o que eliminou diversos elos da cadeia produtiva nacional. Por fim, a elevação das taxas de juros, que inviabilizava diversos projetos de expansão produtiva, dado o encarecimento dos empréstimos. Observando a tabela 3.2, pode-se notar que a taxa de investimento como proporção do PIB reduz a partir de 1995, mantendo-se em média no mesmo patamar ao longo dos anos 2000 – patamar este considerado baixo para uma economia nos padrões da economia brasileira.

Tabela 3.2 - Taxa de investimento (porcentagem do PIB)

Ano	Índice
1995	18,3233
1996	16,87057
1997	17,37043
1998	16,96908
1999	15,65694
2000	16,79983
2001	17,0314
2002	16,38641
2003	15,27776
2004	16,09664
2005	15,93847
2006	16,42875
2007	17,43995
2008	19,11468
2009	16,91388

Comentários: Relação entre formação bruta de capital fixo e produto interno bruto (PIB). Para 2009, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Para 1990-1994, Sistema de Contas Nacionais Referência 1985. Os valores referentes ao ano de 2008 não necessariamente coincidem com os trimestrais devido a uma defasagem na divulgação das Contas Anuais e Trimestrais pela fonte oficial (IBGE).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Nacionais. Acesso em www.ipeadata.gov.br

No que diz respeito ao crescimento da economia, que pode ser expresso através da variação do Produto Interno Bruto, é notável o baixo crescimento desse indicador ao longo da segunda metade da década de 1990, reflexo do baixo dinamismo da economia no período. A recuperação do PIB começa a se desenhar nos anos 2000, em especial a partir de 2004, em

resposta à política econômica implementada por Lula, que resultou na recuperação da dinâmica da economia – que pode ser observado pela variação real do PIB, com exceção do ano de 2009, por conta dos efeitos da crise. Seguindo a mesma tendência, o PIB *per capita* também apresentou recuperação, se situando, em 2009, três pontos acima do verificado em 1995. Da análise desses dados, pode-se observar o baixo dinamismo da economia ao longo dos anos 1990, e sua recuperação gradual nos anos 2000 que, mesmo se apresentando como uma tendência de crescimento, ainda sem mantém em níveis insatisfatórios para superar os problemas estruturais da economia brasileira. Por outro lado, comparando o comportamento do PIB com os investimentos, apresentados na tabela anterior, fica mais latente a manutenção de uma baixa taxa de investimento na economia, na medida em que o crescimento do PIB deveria criar uma tendência conjunta de expansão dos investimentos. Os dados relativos ao PIB, variação real do PIB e PIB *per capita* podem ser observados na tabela 3.3.

Tabela 3.3 - Produto Interno Bruto

Ano	PIB	Variação real	PIB <i>per capita</i>
1995	2181082	4,416832	13,72829
1996	2227986	2,150499	13,8107
1997	2303187	3,375298	14,0627
1998	2304001	0,035346	13,85848
1999	2309855	0,254078	13,68774
2000	2409322	4,306187	14,06658
2001	2440959	1,313119	14,04399
2002	2505842	2,658094	14,21319
2003	2534574	1,14662	14,18012
2004	2679357	5,712292	14,79444
2005	2764015	3,159674	15,07235
2006	2873389	3,957035	15,48461
2007	3048418	6,091411	16,24595
2008	3205793	5,162504	16,90705
2009	3185125	-0,6447	16,63419

Comentários: PIB medido em Reais de 2009, em milhões. Variação anual medida em porcentagem. PIB *per capita* medido em Reais de 2009, em mil. Para o PIB, série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2009 (Contas Nacionais Referência 2000) e a taxa de variação real do PIB anual (IBGE). Para 2009, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000. Para a variação anual real, para 2009, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Para 1992-1995, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000 (dados oriundos do Sidra/IBGE). Os valores referentes ao ano de 2008 não necessariamente coincidem com os trimestrais devido a uma defasagem na divulgação das Contas Anuais e Trimestrais pela fonte oficial (IBGE). Para o PIB *per capita*, série estimada utilizando-se o PIB preços de 2009 e a população residente em primeiro de julho. Para 2009, resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica. Acesso em www.ipeadata.gov.br

Dos indicadores apresentados até aqui, o que pode ser dito é que, em especial durante os anos 1990, houve um baixo nível de investimento seguido de um baixo crescimento

econômico, ainda que a economia tenha mantido uma relativa taxa de abertura. Isso nos permite concluir que o arcabouço de políticas neoliberais, que prometiam a modernização e recuperação dos níveis de crescimento da economia a partir da abertura comercial, desregulamentação financeira e redução do papel do Estado, não só não lograram alcançar esses resultados, mas também resultaram no baixo dinamismo da economia, elemento claramente visível na baixa taxa de investimento. Já nos anos 2000, a economia começa a apresentar sinais de recuperação como resultado da política implementada pelo governo Lula, o que fica claro com a recuperação do crescimento do PIB. De toda forma, ainda se mantém baixa a taxa de investimento. Todos esses fatores, em conjunto, criam um ambiente instável no que diz respeito à recuperação dos níveis de emprego e à redução da desigualdade de renda, na medida em que não há uma estabilidade econômica que permite a efetivação de políticas que conduzam a uma tendência de melhoria do mercado de trabalho. Os indicadores analisados a seguir nos permitirá ver como se comportou o mercado de trabalho ao longo das últimas duas décadas, observando como eles refletem o comportamento das variáveis macroeconômicas já analisadas.

No que diz respeito à população economicamente ativa (PEA)¹⁰², os dados apontam que houve crescimento para todas as regiões metropolitanas no país, especialmente na região de São Paulo, onde seu crescimento foi mais intenso. Tal crescimento encontra respaldo, além do crescimento natural da PEA, na ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho que, para os anos 2000, foi mais intenso que a redução do número de jovens. Considerando que, para a década de 1990, o crescimento econômico foi baixo e, portanto, também o foi a expansão do número de vagas, tem-se um crescimento da pressão sobre o mercado de trabalho – elemento fundamental para a manutenção de baixos salários e formas precárias de trabalho. Não estranhamente, com poderá ser observado mais adiante, nos anos 1990 houve uma considerável expansão do trabalho informal, em especial o trabalho por conta própria e o trabalho doméstico. Já para os anos 2000, com o gradual crescimento econômico, a expansão da PEA se reverte num quadro de redução da pressão no mercado de trabalho. Os dados relativos à PEA por região metropolitana podem ser conferidos na tabela 3.4.

¹⁰² De acordo com a definição do Dieese, corresponde à parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.

Tabela 3.4 - Estimativa da população economicamente ativa, por regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	1.928	919	1.576	1.429	1.394	8.711
1999	1.967	953	1.665	1.463	1.437	8.985
2000	2.036	994	1.722	1.477	1.497	9.214
2001	2.108	1.034	1.740	1.497	1.549	9.395
2002	2.167	1.090	1.736	1.523	1.613	9.613
2003	2.273	1.126	1.771	1.539	1.673	9.759
2004	2.329	1.163	1.807	1.550	1.695	9.925
2005	2.343	1.203	1.835	1.536	1.720	10.017
2006	2.406	1.245	1.855	1.593	1.752	10.052
2007	2.466	1.282	1.898	1.620	1.817	10.168
2008	2.494	1.341	1.992	1.707	1.834	10.467
2009	2.503	1.378	2.016	1.760	1.835	10.507
Jan/10	2.538	1.397	2.011	1.791	1.849	10.477
Fev/10	2.516	1.397	2.026	1.801	1.866	10.573
Mar/10	2.515	1.397	2.022	1.805	1.867	10.584
Abr/10	2.505	1.395	2.022	1.790	1.871	10.731
Mai/10	2.487	1.406	1.998	1.797	1.853	10.692
Jun/10	2.477	1.407	2.004	1.787	1.873	10.721
Jul/10	2.471	1.409	2.013	1.811	1.867	10.683

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

No que diz respeito à estimativa dos ocupados¹⁰³, a tabela 3.5 permite observar sua expansão para todas as regiões metropolitanas, seguindo a mesma tendência da PEA, ainda que tenha se mantido, para todo o período, em nível inferior. Interessante observar que, mesmo durante os anos 2000, quando houve recuperação do crescimento econômico, não houve uma aceleração do crescimento dos ocupados, mantendo-se o mesmo padrão de crescimento ponderado. Por outro lado, houve uma aceleração da proporção de assalariados no total de ocupados para todas as regiões, a qual foi mais intensa a partir dos anos 2000 – reflexo da política de implementação de instrumentos para ampliar a formalização do trabalho. Assim, tem-se um crescimento insuficiente do número de ocupados mas, ao mesmo, tempo, uma ampliação da formalização. De toda forma, é importante considerar o elevado contingente de ocupados que se mantém em postos de trabalho informais, dado que, para

¹⁰³ De acordo com a definição do Dieese, ocupados são os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

nenhuma região, a proporção de assalariados no total de ocupados ultrapassa os 70%. Esses dados podem ser conferidos na tabela 3.6.

Tabela 3.5 - Estimativa dos ocupados, por regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	1.621	739	1.325	1.120	1.047	7.126
1999	1.615	742	1.349	1.140	1.039	7.251
2000	1.674	793	1.436	1.171	1.099	7.592
2001	1.722	822	1.481	1.181	1.123	7.741
2002	1.775	864	1.470	1.214	1.173	7.787
2003	1.818	869	1.475	1.182	1.205	7.817
2004	1.880	920	1.520	1.192	1.263	8.069
2005	1.952	975	1.569	1.193	1.300	8.324
2006	2.074	1.011	1.590	1.254	1.339	8.464
2007	2.165	1.055	1.653	1.301	1.423	8.663
2008	2.250	1.119	1.769	1.372	1.462	9.064
2009	2.245	1.160	1.792	1.422	1.479	9.057
Jan/10	2.294	1.192	1.816	1.470	1.522	9.241
Fev/10	2.272	1.199	1.832	1.459	1.515	9.283
Mar/10	2.258	1.192	1.824	1.457	1.495	9.197
Abr/10	2.257	1.197	1.828	1.453	1.516	9.304
Mai/10	2.248	1.205	1.806	1.468	1.516	9.270
Jun/10	2.266	1.210	1.814	1.472	1.560	9.338
Jul/10	2.266	1.217	1.834	1.500	1.551	9.337

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Essa análise é corroborada quando se observa os dados da tabela 3.7, que mostra os dados relativos à população empregada por categoria de emprego¹⁰⁴. Como é possível notar, houve uma redução da população empregada com carteira assinada na segunda metade dos anos 1990, reflexo do aumento da informalização durante o período. Essa tendência se reverte a partir de 2001, quando o indicador começa a apresentar resultados ascendentes. De outro lado, para todo o período analisado, houve crescimento da população empregada sem carteira

¹⁰⁴ De acordo com a metodologia do IBGE, para esse indicador, considera-se o trabalho no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência, o trabalho remunerado ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também no número de horas trabalhadas, o trabalho que normalmente proporciona maior rendimento. Para a categoria de emprego, a classificação dos empregados considerada é: com carteira de trabalho assinada, militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório), funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos Funcionários Públicos Federais, Estaduais ou Municipais), ou outros. Classificação dos trabalhadores domésticos em com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada. O empregado é considerado pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.), também tendo sido considerados empregados a pessoa que estava prestando serviço militar obrigatório remunerado e o sacerdote, ministro de igreja, rabino, frade, freira e outros clérigos.

assinada. O que se nota, então, é que a população com carteira assinada, em 2007, está apenas um ponto percentual acima do verificado em 1995 – crescimento insuficiente para mais de uma década – ao passo que permanece a tendência de crescimento da população empregada sem carteira assinada.

Tabela 3.6 - Proporção de assalariados no total de ocupados (em porcentagem)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	62,1	65,6	63,5	55,4	58,1	62,2
1999	61,4	66,8	63,2	54,8	58,5	61,4
2000	61,9	67,9	62,5	55,4	59,8	62
2001	62,7	68,8	64,5	55,7	61,1	63
2002	63,7	67,1	65,5	56,3	59,9	62,4
2003	62,8	67,4	64,4	57,6	60,7	62,1
2004	63,2	67,3	66,3	58,2	59,9	62,5
2005	64,4	67,9	67,1	59,2	61,8	63,4
2006	65,3	67,2	67,8	60	62,9	65,4
2007	65,3	67	67,8	59,7	64,1	66,2
2008	67,1	68	67,6	60,8	64	68,1
2009	67,5	69	68,3	60,8	65,6	67,8
Jan/10	68,1	69,3	69,2	62	66,3	68,5
Fev/10	68,5	69,3	68,6	62,3	67	69,1
Mar/10	68,1	69,8	69,3	63,4	66,9	69,7
Abr/10	68,8	69,6	68,7	63,1	66,7	69,4
Mai/10	69,3	69,7	69	63,4	67	68,9
Jun/10	70,2	70	69,1	63,4	67,2	68,8
Jul/10	69,5	71,3	69,2	63,7	67,6	68,4

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Analisando esse indicador de maneira mais detalhada, a tabela 3.8 apresenta os dados relativos à população ocupada por posição na ocupação¹⁰⁵. Como pode ser observado, durante os anos 1990 houve crescimento dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores

¹⁰⁵ De acordo com a metodologia do IBGE, para esse indicador, considera-se, em termos da população ocupada, a pessoa que, na semana de referência da pesquisa, tinham trabalho durante todo ou parte desse período, ainda que estivessem de férias, licença, greve, etc. considera-se o trabalho no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência, o trabalho remunerado ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também no número de horas trabalhadas, o trabalho que normalmente proporciona maior rendimento. Quanto à posição na ocupação, considera-se a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação as pessoas são classificadas: empregado (trabalhava para um empregador); trabalhador doméstico (trabalhava prestando serviço doméstico remunerado); conta-própria (trabalhava explorando o seu próprio empreendimento); empregador (trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado); trabalhador não-remunerado (trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana); trabalhador na produção para o próprio consumo (trabalhava durante pelo menos uma hora na semana, na produção da própria alimentação); trabalhador na construção para o próprio uso (trabalhava durante pelo menos uma hora na semana, na construção para o próprio uso).

domésticos e dos trabalhadores na construção para próprio consumo. Na década seguinte, houve queda desses indicadores, à exceção do trabalho doméstico, que manteve sua tendência de crescimento. Para os demais, não houve variações consideráveis, de tal forma que se mantém nos mesmos patamares da década de 1990. O que, considerando o quadro de elevada flexibilização, aponta para a manutenção em níveis elevados do trabalho informal na economia brasileira.

Tabela 3.7 - População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por categoria de emprego (em porcentagem)

Ano	Empregada com carteira de trabalho assinada	Outra sem carteira de trabalho assinada
1995	59.5	25.5
1996	58.1	27.3
1997	58.7	27.1
1998	57.6	28.3
1999	56.6	28.6
2001	57.2	29.4
2002	56.9	29.9
2003	58	28.5
2004	57.9	28.8
2005	59.3	28
2006	59.2	27.7
2007	60.4	26.6

Comentários: Resultados de 2004 a 2007 harmonizados com a abrangência geográfica da PNAD até 2003, que exclui a população a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nos anos de censo demográfico a PNAD não vai a campo. Em 1994 a PNAD não foi realizada.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2007. Acesso em www.ibge.gov.br

Tabela 3.8 - População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por posição na ocupação (em porcentagem)

Opção	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006
Empregado	51.3	53.1	52.1	52.5	51.4	54.3	54.3	54.4	55.9	55.7	56.6	57.9
Trabalhador doméstico	7.4	7.4	7.6	7.2	7.4	7.8	7.7	7.7	7.7	7.7	7.7	7.5
Conta própria	22.5	22.3	22.7	23.0	23.2	22.3	22.3	22.3	21.8	21.5	21.0	21.0
Empregador	3.9	3.7	4.0	4.1	4.1	4.2	4.2	4.2	4.1	4.2	4.5	3.8
Não remunerado	10.0	9.1	9.0	8.7	9.3	7.4	7.4	7.1	6.5	6.4	5.7	5.5
Produção para o próprio consumo	4.6	4.2	4.3	4.3	4.5	3.8	4.0	4.2	3.8	4.3	4.4	4.2
Construção para o próprio consumo	0.2	0.3	0.3	0.3	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2

Comentários: Resultados de 2004 a 2007 harmonizados com a abrangência geográfica da PNAD até 2003, que exclui a população a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nos anos de censo demográfico a PNAD não vai a campo. Em 1994 a PNAD não foi realizada.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2007. Acesso em www.ibge.gov.br

Tabela 3.9 - Taxa de ocupação e taxa de participação (em porcentagem)

Ano	Taxa de ocupação	Taxa de participação
1995	93,3355	58,1059
1996	92,4065	56,4194
1997	91,5433	57,2866
1998	90,2509	57,3924
1999	89,5627	58,0217
2001	89,9533	57,8653
2002	90,1396	58,5815
2003	89,5293	58,5775
2004	90,2841	59,2069
2005	89,8021	59,7547
2006	90,7798	59,2559
2007	91,0785	59,0254
2008	92,2155	58,9883
2009	90,9454	59,45025

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Acesso em www.ipeadata.gov.br

Analisando as taxas de ocupação e participação¹⁰⁶, a tabela 3.9 nos mostra que, em relação à primeira, houve queda para o período considerado, indicando o crescimento do número de ocupados abaixo do crescimento da PEA. Levando em conta que a taxa de ocupação reflete a demanda por trabalho na economia, pode-se concluir que houve redução da demanda por trabalho ao longo dos últimos 15 anos – mesmo para os anos 2000, quando houve recuperação do crescimento econômico. Já a taxa de participação apresentou expansão ao longo do período, com algumas oscilações, ainda que essa expansão tenha sido tímida – ou seja, houve um crescimento na oferta de trabalho, fato que se confirma no próprio crescimento da PEA. Parte da expansão da taxa de participação encontra respaldo na própria interação entre a oferta e a demanda de trabalho, uma vez que, em relação à primeira, houve importantes modificações na estrutura do mercado de trabalho – com o aumento do contingente feminino – ao passo que, em relação à demanda, as modificações se operaram como reflexo das transformações produtivas impostas pela nova lógica de inserção da economia no mercado internacional. De toda forma, o que cabe destacar é que a redução da taxa de ocupação, num momento onde houve expansão da taxa de participação, é mais um indicativo do aumento da pressão no mercado de trabalho, mesmo levando em conta a baixa

¹⁰⁶ A taxa de ocupação expressa a relação entre os ocupados e a População Economicamente Ativa, e pode ser adotada como uma *proxy* da demanda de trabalho na economia. Já a taxa de participação é definida pela relação entre a População Economicamente Ativa (ocupados e desempregados) e a População em Idade Ativa e, da mesma forma que a taxa de ocupação, pode ser adotada como uma *proxy* da oferta de trabalho. Para os dados apresentados, a taxa de ocupação considera os indivíduos acima de 16 anos.

elevação da taxa de participação e o aumento da dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000.

Para concluir a análise em termos da evolução da ocupação ao longo dos anos 1990 e 2000, a tabela 3.10 apresenta os dados relativos à taxa de desemprego¹⁰⁷. Tomando, num primeiro plano, os dados relativos à década de 1990, é possível observar uma elevação contínua do desemprego para todos os estratos considerados, sendo que o aumento foi mais intenso nas regiões metropolitanas. Já nos anos 2000 é possível notar, com pequenas oscilações, uma tendência de redução da taxa de desemprego, que se manteve para todos os estratos, à exceção das áreas rurais – fato que se explica pelo considerável crescimento da produtividade e mecanização do setor agrícola ao longo das últimas décadas, fruto da expansão do agronegócio, e que resultou na destruição de postos de trabalho por conta da substituição do homem pela máquina. A taxa de desemprego volta a crescer nos anos 2008 e 2009, respondendo aos efeitos da crise econômica internacional. Como já apontado para as análises anteriores, a redução do desemprego durante os anos 2000 foi uma resposta às políticas implementadas pelo governo Lula, que tinham uma clara intenção de alcançar melhorias no que diz respeito ao mercado de trabalho e à distribuição de renda.

Tabela 3.10 - Taxa de desemprego (em porcentagem)

Ano	Áreas metropolitanas	Áreas não metropolitanas	Áreas rurais	Áreas urbanas não metropolitanas	Total
1995	8,32443	5,90587	1,95531	7,59045	6,66449
1996	9,83744	6,55135	2,49719	8,19115	7,59345
1997	11,5811	7,011	2,5754	8,7723	8,45666
1998	13,5642	7,96	3,2862	9,8013	9,74913
1999	14,3633	8,6179	3,3605	10,7027	10,4373
2001	13,0146	8,6075	2,9958	10,198	10,0467
2002	13,4698	8,0935	2,7216	9,5868	9,86039
2003	14,1387	8,7094	2,7331	10,3019	10,4707
2004	13,4953	7,8849	3,0895	9,1424	9,71593
2005	13,3898	8,6307	3,503	9,977	10,1979
2006	12,1383	7,7876	3,6921	8,7908	9,2202
2007	11,315	7,7332	3,645	8,7015	8,92149
2008	9,58666	6,88634	3,43239	7,64566	7,78448
2009	10,72058	8,230458	4,412196	9,060824	9,054567

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em www.ipeadata.gov.br

¹⁰⁷ De acordo com a metodologia do IPEA, a taxa de desemprego expressa o percentual das pessoas residentes em áreas urbanas não-metropolitanas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O que cabe destacar é que, mesmo a taxa de desemprego tendo apresentado tendência de queda a partir dos anos 2000, o declínio não foi suficiente para alcançar os níveis de 1995 – ou seja, o crescimento do desemprego foi tão intenso durante a segunda metade dos anos 1990 que, após uma década de declínio, não foi possível atingir os níveis anteriores. Isso se confirma mesmo se desconsiderarmos os anos que refletem os efeitos da crise de 2007/2008: em 2007, para todos os estratos, a taxa de desemprego se situava em um nível acima do verificado em 1995. Esses dados corroboram aquilo que já argumentamos acima, de acordo com os resultados apresentados por Baltar (2003): os empregos criados no período foram insuficientes não apenas para compensar os postos de trabalho destruídos, mas também para ocupar o incremento da PEA. Assim sendo, de uma maneira geral, é possível apontar um crescimento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos, ainda que a partir de 2004 tenha sido implementada uma política econômica voltada à redução dos níveis de desemprego.

Os dados relativos ao desemprego, conjugados aos anteriormente analisados – relativos à PEA e à ocupação – nos permitem apontar a manutenção de uma das características centrais do mercado de trabalho brasileiro: o desemprego estrutural. O considerável crescimento da população economicamente ativa, e o crescimento em níveis inferiores da taxa de ocupação apontam para a continuidade da dificuldade de absorção da mão-de-obra disponível, em especial nas regiões metropolitanas. Mesmo durante um período onde, de um lado, o crescimento do trabalho doméstico e do trabalho por conta própria contribuiu de maneira considerável para a ampliação da ocupação e, de outro, houve uma modificação da política econômica do governo no sentido de resgatar os investimentos, o crescimento do produto e, conseqüentemente, a dinâmica da economia e o nível de emprego – ainda que tal política não tenha abarcado todo o período considerado - a taxa de desemprego se manteve em níveis mais elevados que os observados nos anos 1990. Nesses termos, a demarcação de uma tendência de redução da taxa de desemprego ainda é insuficiente para apontar uma resolução da questão do desemprego estrutural. O que, num quadro econômico ainda marcado pela vulnerabilidade externa e pela dependência financeira, cria condições favoráveis à manutenção da superexploração do trabalho.

No que diz respeito à formalização do trabalho, os dados da tabela 3.11 nos mostram que, para a década de 1990, houve uma ampliação do grau de informalidade. Esses resultados confirmam mais um dos efeitos negativos das políticas neoliberais, na medida em que a flexibilização do mercado de trabalho se colocava como elemento central para a recuperação dos níveis de emprego e salário. Ou seja, nos anos 1990 não apenas houve uma ampliação da taxa de desemprego por conta da destruição de postos de trabalho – a participação do emprego

assalariado no total em atividades não-agrícolas diminui em 6,7% para o conjunto da década – mas também a expansão de postos de trabalho informais, fosse por conta da redução do emprego celetista e estatutário, fosse por conta da expressiva geração de empregos sem carteira assinada.

Tabela 3.11 - Grau de Informalidade

Ano	Tipo I	Tipo II	Tipo III
1995	55,206	57,1864	52,65499
1996	54,878	56,6885	52,55293
1997	55,2441	56,7427	52,66745
1998	55,6143	56,8908	52,99933
1999	56,1902	57,5895	53,52992
2001	55,12	55,691	52,49443
2002	55,2772	55,7879	52,62675
2003	54,3378	54,8495	51,76731
2004	53,7708	54,1269	51,28359
2005	53,0589	53,3175	50,53396
2006	52,095	51,9959	49,49224
2007	50,7998	51,0997	48,66261
2008	49,2475	48,923	46,80515
2009	48,72081	48,44617	46,41475

Comentário: De acordo com a metodologia do IPEA, o grau de informalidade tipo I é resultado da equação (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). O grau de informalidade tipo II é resultado da equação (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores). E, por fim, o grau de informalidade tipo III é resultado da equação (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica. Acesso em www.ipeadata.gov.br

Tal quadro começa a se reverter já a partir de 2001, quando se inicia uma tendência de queda da informalidade, o qual se mantém para todo o período, mesmo para os anos que sofreram os efeitos da crise de 2007/2008. Entre 2004 e 2007, o chamado emprego assalariado formal – que agrega os empregados que estão contratados dentro da CLT ou do Estatuto do Servidor Público – aumentou de 44% para 47% do total de pessoas ocupadas com rendimentos. Já a participação do emprego formal no total da população economicamente ativa de 15 ou mais anos de idade passou de 36,1% em 2004 para 40,9% em 2008. Esses dados, analisados conjuntamente com os dados da tabela 3.6, mostram os efeitos positivos das políticas voltadas à ampliação da formalização do trabalho. Durante o governo Lula, para avançar no campo da proteção do trabalho, as instituições públicas desempenharam uma função de resistência ao processo de flexibilização, a partir do sistema público de inspeção e vigilância que inclui o Ministério do Trabalho e do Emprego – na função fiscalizadora -, o

Ministério Público do Trabalho – no manejo de ações civis públicas para a defesa de interesses coletivos - e a Justiça do Trabalho – instância onde são garantidos os direitos trabalhistas. No entanto, tal sistema é insuficiente no que compete ao elevado grau de informalização do mercado de trabalho brasileiro, ainda marcado fortemente por formas de contratação que fogem à regulação e à seguridade – elemento que reforça o excedente estrutural de força de trabalho característico da economia brasileira.

Tabela 3.12 - Jornada média dos ocupados (em horas semanais)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	42	43	43	45	43	43
1999	42	42	44	45	42	43
2000	43	42	44	45	43	44
2001	42	43	44	45	42	43
2002	42	43	44	45	42	44
2003	41	42	44	46	42	43
2004	40	42	43	45	42	43
2005	40	42	44	45	43	43
2006	40	42	43	45	42	42
2007	40	41	43	45	42	42
2008	40	42	43	44	42	43
2009	40	41	43	44	42	42
Jan/10	40	41	43	45	42	41
Fev/10	40	41	42	44	42	41
Mar/10	41	41	42	45	42	42
Abr/10	40	41	42	44	42	41
Mai/10	41	41	42	45	42	43
Jun/10	40	41	42	45	42	41
Jul/10	41	41	43	45	42	41

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

No que diz respeito à jornada de trabalho¹⁰⁸, as tabelas 3.12 e 3.13 nos permite visualizar que, do final da década de 1990 em diante, houve uma redução das horas trabalhadas para quase todas as regiões metropolitanas. Por outro lado, não houve diferenciações em termos de jornada quando comparados os ocupados e os trabalhadores assalariados – em 2009, para todas as regiões, as horas trabalhadas tanto para o conjunto de ocupados quanto para o conjunto dos assalariados é a mesma. Apenas para algumas regiões

¹⁰⁸ De acordo com a metodologia do Dieese, a jornada de trabalho refere-se às horas efetivamente trabalhadas pelos ocupados na semana anterior à da entrevista no trabalho principal. Incluem-se, além da jornada normal de trabalho, as horas extras trabalhadas e também o tempo gasto para a realização de trabalhos, tais como preparo de aulas e correção de provas, no caso de professores, horas despendidas na compra de suas mercadorias, no caso de feirantes. São excluídas as horas que o indivíduo deixou de trabalhar devido a circunstâncias várias, como feriado, greve, motivo de doenças, etc.

metropolitanas houve manutenção das horas trabalhadas – no caso dos ocupados, a região de Porto Alegre, e no caso dos assalariados, as regiões do Distrito Federal e do Recife. Por fim, somente na região de Salvador houve ampliação das horas trabalhadas, para o caso dos trabalhadores assalariados. Tais resultados são reflexos das políticas públicas, já citadas, voltadas à ampliação da formalização do trabalho, que tornaram mais rigorosos os mecanismos de controle da jornada. O que cabe destacar é, mesmo que essas políticas sejam mais aplicáveis aos trabalhadores assalariados, por conta da regulamentação, a redução da jornada se aplicou a todo o conjunto de trabalhadores. De toda forma, como se pode notar, para nenhuma região, independente do conjunto de ocupados ou assalariados, as jornadas se situam abaixo das 40 horas.

Tabela 3.13 - Jornada média dos assalariados (em horas semanais)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	41	41	43	44	41	43
1999	41	41	43	44	41	43
2000	41	41	44	44	42	44
2001	41	41	43	44	41	43
2002	41	42	43	44	41	44
2003	41	41	43	44	42	44
2004	40	41	43	44	41	43
2005	41	41	43	45	42	43
2006	40	41	43	45	42	43
2007	40	41	43	44	42	43
2008	40	41	43	44	42	43
2009	40	41	42	44	42	42
Jan/10	40	41	42	44	42	42
Fev/10	40	41	42	43	42	42
Mar/10	41	41	42	44	42	43
Abr/10	40	41	42	44	42	42
Mai/10	41	41	42	44	42	43
Jun/10	40	41	42	44	42	42
Jul/10	41	41	42	44	42	41

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Essa avaliação pode ser confirmada nos dados das tabelas 3.14 e 3.15. Como pode se observar, há uma tendência contínua, com algumas variações, de redução tanto dos ocupados quanto dos assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais. Apenas para a região do Distrito Federal houve aumento do número de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais. No entanto, como avaliado acima, as jornadas ainda se mantêm elevadas, o que pode ser uma resposta à implementação dos mecanismos de horas-extra que, mesmo sendo

ilegal, vem amplamente sendo utilizado como forma de impor não apenas uma jornada mais elevada, mas também de configurar formas de remuneração que burlam a regulamentação das horas trabalhadas e da remuneração.

Tabela 3.14 - Proporção de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais (em porcentagem)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	43,5	36,6	38,1	50,4	44,3	43,3
1999	44,3	36,7	43	50,4	43,7	44,8
2000	44,2	37,3	43,8	50	45,3	46,6
2001	42	37,5	40,7	49,9	43,3	44,9
2002	41,2	37,8	38,5	49,9	44,2	45,8
2003	39,1	35,6	38,5	52,2	43,6	45,3
2004	36,9	35,7	37,9	52,2	43,1	44,3
2005	36,9	35	37,2	52	45	42,4
2006	34,3	33,6	34,3	52,6	44,8	40,9
2007	33,7	34,9	35,6	50,1	43,3	39,4
2008	35,6	36	35,5	50,2	41,9	39,9
2009	33,6	34,6	35	49,5	43,2	38
Jan/10	33,7	35,8	34,8	51,9	42,1	36,7
Fev/10	35,9	36	35,5	48,4	42,7	34,8
Mar/10	38,8	34,9	32,9	52,5	43	37,3
Abr/10	33,6	34	32,9	47,8	43	34,3
Mai/10	38,6	34,2	32,6	50,7	43,4	38,2
Jun/10	33,7	33,5	32,4	52,6	42,3	34,7
Jul/10	37,9	32,9	34,3	50	42,7	32,3

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Seguindo tendências diversas, os dados da tabela 3.16 mostram que, para o período considerado, o tempo médio despendido na procura de trabalho¹⁰⁹ variou não apenas de acordo com os anos, mas também em relação às regiões. A tendência foi de aumento, para todas as regiões, exceto Porto Alegre, entre os anos de 1998 e 2005, a qual se reverte a partir de então. Já a região de Salvador apresentou as maiores variações ao longo da década, não sendo possível demarcar uma tendência única para sua evolução. No entanto, mesmo que grande parte das regiões tenham apresentado tendência de queda a partir de 2005, no ano de 2009 apenas para região de Porto Alegre o indicador era menor do que em 1998 – do que se pode dizer que houve um aumento na dificuldade de se encontrar uma vaga no mercado de

¹⁰⁹ De acordo com a metodologia do Dieese, a procura de trabalho corresponde à busca de um trabalho remunerado, expressa na realização, pelo indivíduo, de alguma ação ou providência concreta. A procura de trabalho inclui não apenas a busca por um trabalho assalariado como também de outros trabalhos, como a tomada de providências para abrir um negócio ou empresa e a procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo.

trabalho. Esses resultados, de fato, se chocam com o fato de que, durante os anos 2000, houve uma recuperação da dinâmica econômica – e que, como resultado, deveria dinamizar também o mercado de trabalho, ampliando o número de vagas e reduzindo a dificuldade de inserção da mão-de-obra. Ainda que aparentemente contraditórios, esses dados são reflexo, de um lado, da dificuldade dos jovens entrarem no mercado de trabalho – mesmo com a implementação da política do primeiro emprego - e, de outro, das diferenças regionais de dinâmica economia e de oferta de mão-de-obra – nem sempre as regiões mais dinâmicas são as que apresentam maiores contingentes de oferta de trabalho. Isso fica visível quando se compara, por exemplo, os dados referentes à região de São Paulo e à região de Salvador. De toda forma, não deixam de ser um indicativo da ainda elevada dificuldade de se conseguir um emprego – elemento próprio de uma economia marcada pelo desemprego estrutural e pela superexploração do trabalho.

Tabela 3.15 - Proporção de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais (em porcentagem)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	39,8	27,9	34,5	47	38,4	40,6
1999	41,2	27,8	39,2	47,7	38,1	42,4
2000	40,2	29,2	39,7	46,5	40	44,6
2001	38,7	29,2	35,2	46	37,4	43,2
2002	37,6	30,4	33,3	46,1	38,7	44,2
2003	35,6	28,3	32,3	48,7	39,6	44
2004	33,5	29,1	32,6	48,7	38,2	42,8
2005	34	28,6	31,4	48,5	40,4	40,6
2006	31,2	27,3	28,7	49,4	40,4	39
2007	31,7	28,9	30,4	46,9	38,9	37,4
2008	33,4	30	30,5	47,8	38,3	37,8
2009	31,1	29,1	29,6	46,7	40,8	36,1
Jan/10	30,4	30,6	29,3	48,3	39,6	35,5
Fev/10	34,3	31	30,2	45,6	39,3	33,3
Mar/10	36,5	30,4	27,2	49,6	40	36,7
Abr/10	31,7	29	27,4	44,1	39,3	32,2
Mai/10	36,3	29,4	26,9	47,9	40,3	37
Jun/10	30,3	28,2	27,3	50,2	39,2	33,8
Jul/10	34,9	27,7	28,8	46,2	40,2	30

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Tabela 3.16 - Tempo médio despendido na procura de trabalho (em meses)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	9	12	10	-	10	8
1999	11	15	11	-	12	10
2000	13	16	10	-	14	11
2001	13	14	10	-	13	11
2002	14	15	10	-	14	12
2003	15	15	10	-	14	12
2004	15	17	10	-	16	13
2005	15	16	9	-	16	12
2006	13	16	9	-	15	12
2007	12	14	8	-	16	11
2008	11	14	8	-	16	10
2009	10	13	7	-	17	9
Jan/10	10	13	7	-	17	9
Fev/10	10	12	7	-	16	9
Mar/10	9	12	7	-	16	8
Abr/10	9	11	6	-	15	8
Mai/10	10	11	6	-	15	8
Jun/10	10	11	7	-	15	8
Jul/10	10	11	7	-	15	8

Comentário: Não há dados sobre a região metropolitana de Recife.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Feita a análise a respeito da jornada, passemos a analisar o mercado de trabalho do ponto de vista dos rendimentos do trabalho. Analisando, num primeiro plano, a evolução do salário mínimo, a tabela 3.17 nos permite visualizar que, para o período que compreende o governo FHC, após a implantação do Plano Real, houve um avanço tímido em termos do salário mínimo nominal, que passou de R\$ 64,79 para R\$ 200,00. Evolução mais tímida ainda teve o salário mínimo real, que passou da faixa de R\$ 258 para R\$ 348 entre 1994 e 2002. Chama a atenção o baixo valor do salário mínimo real dado que, durante esse período, a inflação sofreu uma considerável queda, por conta dos efeitos da estabilização monetária, o que deveria permitir um maior resgate do poder de compra dos salários. Os dados da tabela 3.18 permitem verificar que, durante o governo FHC, a inflação sofreu queda de 7 pontos percentuais. No mesmo sentido, o salário mínimo se manteve baixo quando comparado com o salário mínimo necessário definido pelo Dieese que, em 2002, deveria ser da ordem de R\$ 1.143,29. Dos dados referentes ao período FHC, fica demarcado que, de fato, a política de recuperação e valorização do salário mínimo não era um dos focos do governo – mesmo o quadro de redução da inflação sendo favorável a isso – resultando na precarização ainda mais intensa das condições de remuneração da classe trabalhadora.

Tabela 3.17 – Salário mínimo (em Reais)

Período	Nominal	Real	Necessário
1994	64,79	258,2661	590,33
1995	70,00	208,8963	812,78
1996	100,00	252,4229	775,26
1997	112,00	261,2805	863,71
1998	120,00	268,863	916,30
1999	130,00	280,3943	878,24
2000	150,00	308,8755	973,84
2001	180,00	343,8816	1.092,97
2002	200,00	348,7868	1.143,29
2003	240,00	350,6432	1.557,55
2004	240,00	332,0383	1.386,47
2005	260,00	337,4096	1.538,64
2006	350,00	439,5418	1.536,96
2007	380,00	461,3471	1.672,56
2008	415,00	475,7651	1.918,12
2009	465,00	503,7399	1.972,64
2010	510,00	523,7386	2.257,52

Comentário: Como referência, foi utilizado o salário mínimo no mês de abril, mês anterior ao reajuste salarial. Para o salário mínimo real, considera-se a série em reais (R\$) constantes do último mês, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE a partir de março de 1979. Os dados desta série para o período em que a legislação federal definia faixas diversificadas (período entre 1943 e 1984 e a partir dos anos 2000) referem-se sempre ao maior salário mínimo vigente no país. O salário mínimo necessário é definido de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – www.ipeadata.gov.br. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - www.dieese.org.br

Para o período do governo Lula, houve um crescimento mais intenso do salário mínimo nominal, por conta da política implementada pelo governo de recuperação dos salários. O salário mínimo passou de R\$ 200,00 para R\$ 510,00. A mesma tendência foi seguida pelo salário mínimo real que atingiu o valor de R\$ 523. Com isso, pode-se verificar que, concretamente, os esforços governamentais de ampliação do salário mínimo surtiram efeito – inclusive durante os anos que sofreram os efeitos da crise econômica internacional - os quais puderam ser intensificados, em termos reais, pela maior controle e estabilização da inflação em patamares baixos – a inflação, durante o governo Lula, sofreu retração de pouco mais de 10 pontos percentuais, índice mais elevado que o verificado nos anos FHC. No entanto, mesmo mediante a tendência de crescimento, a comparação com o salário mínimo necessário ainda deixa latente o baixo patamar do salário mínimo no Brasil, o que ganha força

em um período de retorno dos investimentos e do crescimento econômico, como foi caracterizado os anos 2000. Assim, era de se esperar que, num quadro de crescimento econômico e de redução considerável da inflação, os salários conseguissem se recuperar a níveis para além dos que são observados pelos dados disponíveis.

Tabela 3.18 – Inflação: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (em porcentagem)

Ano	Índice
1995	21,98139
1996	9,117051
1997	4,34014
1998	2,487306
1999	8,430261
2000	5,272009
2001	9,441762
2002	14,74002
2003	10,38389
2004	6,133216
2005	5,047356
2006	2,813415
2007	5,155711
2008	6,481448
2009	4,113785

Comentário: Até julho de 1999, a estrutura do índice de preços era composta de 7 grupos: 1. Alimentação e bebidas; 2. Habitação; 3. Artigos de residência; 4. Vestuário; 5. Transportes e comunicação; 6. Saúde e cuidados pessoais; 7. Despesas pessoais. A partir de ago. 1999, passou a ser composta de 9 grupos: 1. Alimentação e bebidas; 2. Habitação; 3. Artigos de residência; 4. Vestuário; 5. Transportes; 6. Saúde e cuidados pessoais; 7. Despesas pessoais; 8. Educação, leitura e papelaria; 9. Comunicação.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema de Contas Nacionais. Acesso em www.ipeadata.gov.br

Num segundo plano, analisando o rendimento médio real¹¹⁰, os dados da tabela 3.19 permitem verificar que, para o período FHC, houve queda, para todas as regiões metropolitanas, quando considerado todo o conjunto dos ocupados. Essa queda é reflexo da conjunção entre um crescimento insuficiente do salário mínimo real, de um lado, e da flexibilização as remunerações, de outro, que conduziu a um processo de queda na

¹¹⁰ De acordo com a metodologia do Dieese, o rendimento do trabalho é considerado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido pelo ocupado, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da entrevista. Esta remuneração pode ser resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais ou de pensão/aposentadoria, paga por uma só fonte, por várias delas ou de todas ao mesmo tempo. Para os assalariados são considerados descontos por falta, etc., ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. O décimo-terceiro salário e os benefícios indiretos não são computados nesta situação. Para os empregadores, contas-próprias e demais é considerada a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio. Quando o empregado assalariado começou a trabalhar recentemente e, por isso, ainda não recebeu a remuneração correspondente ao mês de referência é registrada sua remuneração contratual. Se o trabalhador iniciou seu trabalho atual no mês da pesquisa sua remuneração é igual a "zero".

remuneração por conta dos trabalhadores nem sempre serem remunerados de acordo com o salário mínimo ou seguindo os seus reajustes. Essa tendência se confirma também para os trabalhadores assalariados, como mostram os dados da tabela 3.20, ou seja, houve queda no rendimento médio real para os trabalhadores contratados dentro da regulamentação do mercado de trabalho – mais um indicativo da elevada utilização dos mecanismos de flexibilização das remunerações implementados ao longo do período FHC. Esse quadro se reverte no governo Lula – para todas as regiões, tanto para o conjunto dos ocupados, quanto para o conjunto dos assalariados, houve recuperação do rendimento médio real. No entanto, para algumas regiões, essa recuperação foi insuficiente para alcançar os níveis de 1998. Tal quadro aponta que a extrema flexibilização das relações de trabalho, durante os anos 1990, impuseram uma lógica de perda do poder de compra das remunerações do trabalho que, mesmo após quase uma década de tendência ascendente do rendimento médio real, ainda não foi possível, para algumas regiões, recuperar os níveis da década de 1990. Nesse sentido, pode-se dizer que há um esforço, por parte do governo, de reverter o quadro do poder de compra, mas os mecanismos utilizados ainda são insuficientes – ainda mais se levarmos em conta que parte dessa remuneração se deve a acréscimos provenientes de participação nos lucros e resultados, gratificações, horas-extras, dentre outros.

Tabela 3.19 - Rendimento médio real dos ocupados (em Reais de Janeiro de 2010)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	1137	1883	1318	972	1039	1829
1999	1073	1915	1275	921	965	1727
2000	1052	1805	1278	905	964	1621
2001	1054	1812	1235	893	949	1478
2002	1060	1766	1220	866	943	1356
2003	965	1549	1111	716	846	1269
2004	954	1527	1108	689	866	1287
2005	942	1544	1122	685	872	1283
2006	1065	1592	1131	738	871	1298
2007	1108	1683	1160	750	909	1295
2008	1191	1805	1188	774	994	1296
2009	1260	1873	1227	767	1003	1296
Jan/10	1289	1833	1250	796	1015	1309
Fev/10	1295	1832	1223	813	1020	1308
Mar/10	1287	1802	1256	836	1018	1300
Abr/10	1287	1836	1264	823	1056	1271
Mai/10	1302	1846	1261	814	1059	1279
Jun/10	1321	1868	1249	811	1078	1300
Jul/10	1344	1856	1260	844	1065	1300

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Tabela 3.20 - Rendimento médio real dos assalariados (em Reais de Janeiro de 2010)

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	1164	2112	1297	1082	1167	1845
1999	1124	2143	1278	1045	1080	1768
2000	1094	1991	1260	1004	1066	1650
2001	1099	2014	1247	1009	1047	1531
2002	1101	1985	1223	977	1047	1416
2003	997	1749	1130	823	961	1349
2004	1025	1759	1145	789	1000	1366
2005	999	1774	1145	785	1000	1374
2006	1119	1846	1153	838	993	1374
2007	1150	1962	1181	857	1012	1364
2008	1220	2075	1195	871	1108	1357
2009	1274	2148	1221	882	1111	1351
Jan/10	1288	2089	1255	890	1122	1362
Fev/10	1287	2076	1220	921	1120	1380
Mar/10	1279	2025	1241	929	1113	1363
Abr/10	1306	2076	1237	928	1152	1332
Mai/10	1332	2076	1236	906	1148	1311
Jun/10	1342	2085	1234	902	1150	1335
Jul/10	1359	2042	1238	922	1147	1324

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em www.dieese.org.br

Por fim, cabe analisar os impactos das modificações verificadas em termos do mercado de trabalho sobre a distribuição de renda da economia. As informações contidas na tabela 3.21 nos permite visualizar o comportamento da desigualdade de renda a partir dos índices de Gini e Theil¹¹¹. De 1995 até 2009, o Índice de Gini apresenta uma tendência de queda contínua, o que aponta para uma redução na desigualdade de renda na economia brasileira. No entanto, mesmo sendo esta a tendência, é possível observar que a variação não foi intensa – em 2009, a desigualdade de renda estava apenas 0,06 pontos abaixo do índice verificado em 1995. Tal queda se mostra insatisfatória especialmente a partir do governo Lula, quando o governo federal se voltou à implementação de políticas voltadas à redução da desigualdade de renda – além da política de valorização do salário mínimo, que se coloca como política de redução da desigualdade de renda na medida em que são as famílias de mais

¹¹¹ De acordo com a metodologia do IPEA, o Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Já o Índice de Theil mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Ambas as séries foram calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

baixa renda que tem suas remunerações baseadas no salário mínimo, é fundamental destacar o Bolsa-Família, programa de transferência de renda às famílias de baixa renda e de auxílio à recomposição no mercado de trabalho dos membros destas famílias que se encontram desempregados. Partindo desse esforço, e considerando a amplitude dessas respectivas políticas, era de se esperar que as tendências de queda na desigualdade fossem mais intensas. Ainda que o Índice de Theil aponte para uma queda mais marcante – da ordem de 0,13 – a mesma também se situa, em 2009, em um nível elevado, mediante o quadro considerado.

Tabela 3.21 - Desigualdade de renda

Ano	Índice de Gini	Índice de Theil
1995	0,600507	0,733099
1996	0,602054	0,731551
1997	0,602092	0,737628
1998	0,600155	0,734127
1999	0,593974	0,711095
2001	0,596082	0,726734
2002	0,589267	0,71041
2003	0,583034	0,685593
2004	0,572372	0,665141
2005	0,569438	0,659454
2006	0,562936	0,64365
2007	0,556043	0,624368
2008	0,547563	0,608315
2009	0,542751	0,597406

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica. Acesso em www.ipeadata.gov.br

**Tabela 3.22 - População de 10 anos ou mais de idade, empregada, por posição salarial
(em porcentagem de domicílios)**

Opção	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ate 1 salário mínimo	11.71	12.04	12.97	11.57	13.13	12.83	12.99	12.2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18.5	19.21	19.84	20.71	21.63	22.46	21.9	21.48
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14.76	15.6	16.16	15.76	16.27	17.34	17.57	17.02
Mais de 3 a 5 salários mínimos	19.11	19.03	19.4	20.25	19.53	18.96	20.15	20.08
Mais de 5 a 10 salários mínimos	18.1	17.61	16.23	16.9	16.4	15.91	15.93	15.76
Mais de 10 a 20 salários mínimos	8.96	8.49	7.95	7.67	7	6.55	6.96	6.52
Mais de 20 salários mínimos	4.93	4.73	3.91	3.65	3.29	2.94	2.93	2.7
Sem rendimento	1.75	1.28	1.46	1.14	1	0.92	1.58	1.28

Comentários: Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A categoria “sem rendimento” inclui os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios. Exclusive os domicílios sem declaração do valor do rendimento. Exclusive os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2007. Acesso em www.ibge.gov.br

A importância do salário mínimo como mecanismo de distribuição de renda pode ser verificado na tabela 3.22. De acordo com os dados, é notável o crescimento dos domicílios com população empregada nas faixas salariais entre 1 e 2 salários mínimos, e entre 2 a 3 salários mínimos, durante os anos 2000. Para as faixas que recebem acima de 5 salários mínimos, a porcentagem de domicílios se reduziu. Já os domicílios com população sem rendimento sofreu ligeira queda. Desses dados é possível concluir que uma política de valorização do salário mínimo é fundamental na ampliação dos rendimentos das famílias de mais baixa renda, que tem seus rendimentos baseados no salário mínimo – fato que acaba por refletir na redução da pobreza.

Tabela 3.23 - Pobreza

Ano	Número de pessoas extremamente pobres	Número de pessoas pobres
1995	22.430610	51.784426
1996	23.320367	51.800588
1997	23.676733	53.449663
1998	22.255804	52.070300
1999	23.954701	56.183285
2001	25.406163	58.488902
2002	23.668868	58.215330
2003	26.069035	61.385933
2004	23.325610	59.541909
2005	20.674228	55.476712
2006	17.133160	48.526810
2007	15.777557	44.204094
2008	13.888662	41.460919
2009	13.474983	39.631550

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica. Acesso em www.ipeadata.gov.br

Ainda que o impacto sobre a distribuição de renda não tenha sido tão favorável, o mesmo não pode ser dito em relação à pobreza. Como mostram os dados da tabela 3.23, mesmo que na década de 1990 seus respectivos números tenham se ampliado, nos anos 2000 o número de pessoas extremamente pobres reduziu em 11.931180 pessoas, ao passo que o número de pobres reduziu em 18.857352 pessoas¹¹². Assim sendo, as políticas públicas

¹¹² De acordo com a metodologia do IPEA, o número de pessoa extremamente pobres se refere ao número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Já o número de pessoas pobres se refere ao número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Séries calculadas a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

voltadas à redução da pobreza surtiram um efeito considerável, dado a magnitude dos números considerados. No entanto, cruzando os dados da tabela 3.23 com os apresentados na tabela 3.21, vê-se que o caso brasileiro nos últimos anos é de uma redução drástica da pobreza sem que houvesse um avanço considerável na redução da desigualdade de renda. Esse resultado encontra justificativa no fato de que houve uma transferência de renda da classe média para as classes de renda mais baixas – levando a um movimento de compressão da classe média –, ao passo que os rendimentos das classes de renda mais elevada se mantiveram nos mesmos patamares. Assim, o que ocorreu foi uma transferência de renda entre a classe média e as classes mais pobres, o que permite configurar um quadro de redução da pobreza sem modificações substanciais na desigualdade de renda.

Tabela 3.24 - Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres (em porcentagem)

Ano	Índice
1995	23,96257
1996	24,52694
1997	24,47676
1998	23,91811
1999	22,94718
2001	23,33939
2002	22,20043
2003	21,42331
2004	19,91083
2005	19,54874
2006	18,70402
2007	18,12045
2008	17,13419
2009	16,67166

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica. Acesso em www.ipeadata.gov.br

A queda expressiva do número de pobres, nesses termos, é a justificativa central da queda verificada na razão entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres¹¹³. Como mostram os dados da tabela 3.24, com pequenas variações anuais, essa razão também sofre queda contínua desde 1995, se situando em 2009 cerca de 7 pontos percentuais abaixo do nível vigente no início do período considerado. Levando em conta a elevação considerável

¹¹³ De acordo com a metodologia do IPEA, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

da renda da população pobre – que reverteu na sua redução ao longo do período – e a manutenção do nível de renda da população de renda mais elevada, é notável que tal índice apresente tendências de queda ao longo do período analisado.

Os resultados aqui alcançados são coerentes com as conclusões apresentadas por Quadros (2003), relativas à evolução das classes sociais no Brasil. Quadros divide as classes sociais em quatro categorias: camada superior, camada intermediária, massa trabalhadora urbana e massa agrícola¹¹⁴. Para a camada superior, a tendência é que ocorra crescimento tanto da população que a compõe quanto da fatia de renda apropriada, sendo que esta se comporta de acordo com a evolução geral da economia. Já para a camada intermediária há certa estabilidade na população que a compõe, mas tendência de queda na renda per capita, principalmente a partir de 2007. Para a massa trabalhadora urbana, a tendência é de avanço na população com recuo na renda e, conseqüentemente, nos rendimentos reais per capita. E por fim, para a massa agrícola, há uma leve tendência de elevação na renda per capita, que se explica mais pela redução da população que por crescimento na renda. Ou seja, mantêm-se a estrutura de desigualdade de renda no Brasil, com claro e evidente benefício para as camadas mais ricas¹¹⁵.

Em síntese, podemos dizer que, com base nos dados apresentados acima, há não apenas a manutenção, mas também o reforço da superexploração da força de trabalho no Brasil no período recente. A conjunção do aumento na taxa de desemprego total e aumento da população economicamente ativa apontam que é crescente o número de desempregados no país, ainda que em alguns setores, nos últimos anos, houve crescimento do emprego. No entanto, como já pontuado, esse crescimento setorial é insuficiente para compensar o crescimento da população apta a trabalhar, o que respalda o aumento do tempo médio despendido na procura de trabalho. Por outro lado, o expressivo número de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais, e a queda dos rendimentos dos ocupados, apontam a tendência de manutenção e ampliação de trabalho intenso associado a queda dos rendimentos,

¹¹⁴ De acordo com Quadros, a camada superior é formada pelas famílias dos micro e pequenos empresários e da alta classe média, assalariada ou autônoma, e detêm 15,4% da população; a camada intermediária é formada pelo pequeno negócio familiar urbano e pela média classe média, assalariada ou autônoma, e agrega 16% da população; a massa trabalhadora urbana é composta pela baixa classe média assalariada, operários e demais trabalhadores populares, incluindo autônomos e empregadas domésticas; e a massa agrícola engloba a pequena agricultura familiar e os trabalhadores agrícolas, assalariados ou não.

¹¹⁵ Resultados similares também foram alcançados por Dedecca (2003), com base nas análises dos dados da PNAD. Segundo o autor, as famílias de alta renda não foram afetadas tão fortemente pelo baixo desempenho da economia, principalmente durante a década de 1990, ao passo que as famílias de baixo rendimento, especialmente as pertencentes à Região Nordeste, foram afetadas de maneira considerável. Com o que o autor conclui que a análise dos diferenciais de renda aponta para um agravamento da distribuição de renda tanto entre como intra-regiões, sugerindo uma ampliação da heterogeneidade social no espaço nacional.

em um ambiente de inflação positiva. Por conta disso pode-se dizer, de forma evidente, e seguindo as determinações estruturais apontadas pela teoria marxista da dependência para os países latino-americanos, que há no período recente ampliação da superexploração do trabalho. Ainda que, a partir do governo Lula, tenha se instaurado uma tendência de queda na informalidade, de crescimento do salário mínimo e de ampliação do número de vagas por conta da dinamização da economia, fruto do retorno dos investimentos estatais, tais avanços são insuficientes para quebrar a lógica de manutenção não apenas do desemprego estrutural, mas também da superexploração do trabalho.

Essa afirmativa, ao corroborar as teses dos teóricos dependentistas marxistas, assinala aquele que é um dos dois pilares que sustentam a nossa argumentação neste trabalho, qual seja, de que há uma manutenção da superexploração do trabalho no Brasil, como resultado de um composto que inclui as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e a desregulamentação do mercado de trabalho, tendo sua expressão máxima na expansão desenfreada das formas precárias de trabalho. Formas estas que vão desde atividades de chão de fábrica, que impõe aos operários um ritmo frenético de trabalho, comandado pelas máquinas, e formas de contração que desconstroem ao limite possível os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, até o trabalho por conta própria que, mesmo não sendo diretamente controlado por um capitalista, faz parte de uma lógica em cadeia a qual se inicia na orientação da política econômica para a valorização do capital e termina na imposição desse tipo de trabalho como única alternativa para a garantia da subsistência. Nessa perspectiva, o que se tem para o caso brasileiro – obviamente, não exclusivo – é uma economia que funciona aos ditames do capital, e que busca na exploração desmesurada da classe trabalhadora, através da implementação de instrumentos que intensificam o trabalho e reduzem o salário – e, portanto, ampliam o tempo de trabalho excedente, que cria novo valor para o capital –, novas formas para se valorizar. Pouco importa em que condições a classe trabalhadora vive. Importa que o capital consiga alcançar novos patamares de valorização.

A intensificação do trabalho se circunscreve, assim, como elemento próprio das relações de trabalho na economia brasileira, dados que essas são reorientadas por uma série de mecanismos – que vão desde aqueles implementados historicamente, como o aumento da jornada de trabalho e o aumento do ritmo de trabalho através da internalização de novas tecnologias, com mecanismos oriundos dos processos de reestruturação fabril, como a racionalização produtiva – que permitem ao capital expandir o trabalho excedente às expensas do trabalho necessário, acentuando o trabalho precário de forma a torná-lo um elemento

corriqueiro nas relações capital-trabalho, e fazendo do trabalhador cada vez mais refém dos desmandos do grande capital. Em uma situação de extrema precariedade do trabalho, e de tendência à intensificação desse quadro, nada mais natural que esperar da classe trabalhadora uma organização, enquanto classe, estruturada e centrada na busca da defesa de seus direitos mínimos. No entanto, a quem cabe essa função – os sindicatos – o que se vê é um outro tipo de postura. Passemos, então, à análise – e tentativa de compreensão – da política sindical na atualidade brasileira.

3.3 O terceiro elemento: As políticas sindicais

No segundo capítulo, tratamos do surgimento e evolução dos sindicatos no Brasil, centrando nossa análise na Central Única dos Trabalhadores. Como apresentado, a CUT nasce em um momento de ressurgimento do sindicalismo combativo no Brasil, principalmente em torno das lutas que se travaram no ABC paulista e foram responsáveis pela organização do chamado novo sindicalismo. A segunda metade da década de 1970 foi um momento ímpar na história do sindicato brasileiro, na medida em que marcou uma nova forma de organização da classe trabalhadora após anos de intensa repressão e controle dos sindicatos por parte do regime militar. A precariedade das relações de trabalho, e o surgimento de novas lideranças, conjugado à relativa abertura que começa a se desenhar por parte do governo, deram as condições necessárias para que os trabalhadores reorganizassem seu movimento de luta.

É dentro desse quadro que a CUT se firma como a principal central sindical do Brasil na década de 1980, cujas ações são marcadas pela combatividade em relação às políticas governamentais, tendo como foco a luta contra a superexploração do trabalho. A central, efetivamente, consegue importante destaque durante a década, estando presente nas principais reivindicações organizadas seja em favor dos operários fabris, seja em defesa dos pequenos produtores agrícolas. Por conta disso, a CUT teve um importante papel em todas as discussões e entraves que diziam respeito ao mundo do trabalho, com ativa presença nos debates em torno das políticas governamentais, e principalmente, da formulação da Constituição de 1988. A central marcava a consolidação do núcleo de defesa da classe trabalhadora, após anos da existência de um sindicalismo que, por conta de forças externas, se prestava à deslocada função de órgão assistencialista e agência de empregos.

No entanto, o crescimento vertiginoso dos sindicatos e sua capacidade de influência na determinação das relações de trabalho, conjugado a seu caráter político, criou um ambiente

propício para que novos interesses entrassem em jogo. Se a CUT mostrava uma vinculação incontestável ao Partido dos Trabalhadores, dentro do qual se articulavam as correntes de esquerda e combativas, os partidos e grupos de direita começaram a sentir a necessidade de se ver representados pelas forças sindicais. Isso porque, partindo de um quadro de extrema repressão política, o discurso proclamado tanto pelo PT quanto pela CUT tinham um considerável potencial para agregar novos adeptos, principalmente por suas propostas de ruptura com a política econômica adotada até então e as alternativas para construir um país que recuperasse não só sua capacidade de crescimento econômico, mas também que fosse mais justo e menos desigual. O caminho no qual os grupos de esquerda cresciam eram os mesmos nos quais a direita se enfraquecia, o que era diretamente influenciado pelo quadro econômico de crise e pela desorganização do quadro político.

Não tardaria até que as forças conservadoras se articulassem em torno dos sindicatos. Com o poder governamental em mãos, e se utilizando do discurso das benesses que a democratização traria para a população brasileira, tão logo as lideranças de direita buscaram aliados que reuniram as forças para lhes representar junto à classe trabalhadora. Afinal, um regime democrático necessitava não de sindicatos que se portavam contra as medidas e leis criadas pelo governo, mas sim que contribuísse, junto à classe trabalhadora, para a busca de soluções que beneficiassem ambas as partes, trabalhadores e capital. E foi exatamente esse discurso que serviu de ponte entre a direita, Medeiros e Magri, o que viria a dar corpo ao chamado sindicalismo de resultado, o qual propunha uma “nova” ideologia sindical, baseada no *business unionism* norte-americano e que se antepunha ao tipo de sindicalismo praticado pela CUT. O sindicalismo de resultado, que partia do reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da implementação de políticas que viessem a dar mais liberdade às forças de mercado, propunha um sindicalismo não-combativo, mas sim negociador, que buscasse na base do diálogo o melhor acordo para os trabalhadores. Acordos esses que só tendiam a beneficiar a classe capitalista.

Feito isso, era preciso dar um passo além. Não bastava uma nova ideologia sindical, era necessária uma central que formasse novas lideranças dentro dessa ideologia. E o próprio Medeiros tratou de dar corpo a essa central. É assim que nasce, em princípios dos anos 1990, a Força Sindical.

3.3.1 A Força Sindical

A Força Sindical, central sindical articulada e criada dentro dos princípios do sindicalismo de resultado nasce, em março de 1991, como reflexo das divisões entre tendências que marcaram a criação da CUT. Se, em 1983, o nascimento da CUT foi pontuado pelo desacordo entre os grupos que compunham a Anampos e a Unidade Sindical, e que levou à formação da Confederação Geral dos Trabalhadores, liderada por Magri, a Força Sindical nasceu das tentativas frustradas de Medeiros em unir as CGTs¹¹⁶ em torno de uma central mais fortalecida e consolidada. Não conseguindo levar esse projeto adiante, Medeiros partiu, de forma independente – mas com apoio de diversos políticos poderosos que compunham o quadro governamental – para a criação desta nova central. Estando, claramente, vinculada às forças políticas conservadoras, a Força Sindical surge com o nítido objetivo de atender a duas necessidades conjuntas: de um lado, permitir a evolução política do sindicalismo de resultado que justificasse sua estreita adesão ao capitalismo neoliberal, mediante o desgaste do seu discurso anti-político e anti-partidário utilizado até então como forma de crescer dentro dos sindicatos – frente à decepção de grande parte da classe trabalhadora com a transição conservadora da ditadura para a Nova República – e fazer oposição à política da CUT; e de outro, suprir a necessidade da burguesia de um interlocutor eficiente junto à classe trabalhadora, que permitisse a neutralização das ações cutistas quando da tentativa de se implementar diversas políticas que, no limite, prejudicavam a classe trabalhadora. A aproximação entre governo e o sindicalismo de resultado se expressava no conturbado apoio, durante a campanha eleitoral, de Medeiros a Collor, naquele momento já presidente da República.

A Força Sindical nasce, de fato, com grande expressividade no meio político e sindical no Brasil, de maneira que, em princípios da década de 1990, se firmava juntamente com a CUT – existente, então, há quase uma década -, como as duas centrais de maior representatividade no cenário nacional. Enquanto a CUT se fortaleceu e construiu sua base a partir das mobilizações e embates construídos junto a classe trabalhadora, em contraposição à política governamental e das grandes elites empresariais, o caminho seguido pela Força Sindical foi diverso. O discurso de Medeiros, de defesa irrestrita do sistema capitalista, tão logo lhe conferiu a posição de interlocutor confiável tanto junto ao governo quanto aos

¹¹⁶ Lembrar que a Confederação Geral dos Trabalhadores posteriormente se divide, com o que mantêm-se esta primeira, sob o comando de Magri, e é criada a Central Geral dos Trabalhadores, comandada por Joaquim Andrade. Ambas centrais mantinham a mesma sigla, CGT.

empresários, abrindo portas para negociações nunca acessadas pelos líderes cutistas. Para a classe trabalhadora, o líder da nova central sindical apresentava um discurso moderno, voltada à defesa de seus interesses imediatos, o que acabava sendo a expressão de propostas inovadoras, já que a sua proximidade junto aos empresários e governo era a clara promessa de uma maior efetividade em termos de conquistas das demandas dos trabalhadores. Era o chamado ao estabelecimento de um “pacto social”, a ser firmado entre trabalhadores e empresários, que teria o governo apenas como intermediário nas negociações. O discurso do pacto social era próprio da nova onda de políticas que a classe dominante procurava implementar no país, engajado pela fundamental participação da classe trabalhadora para que bons índices de crescimento econômico pudessem ser atingidos. Pacto que, no fundo, era o elemento que garantiria uma classe trabalhadora disposta a aceitar sacrifícios para viabilizar os projetos da classe dominante.

Nesses termos, a Força Sindical se consolida a partir da construção de um discurso ideológico que não se prima pela luta, pela combatividade, ou pela defesa dos interesses dos trabalhadores, imerso em um contexto global de exploração sistêmica do capitalismo, mas sim através da promessa de acessibilidade e de diálogo junto à classe dominante, como forma de alcançar aquilo que a classe trabalhadora almeja pelo caminho mais curto possível. Era a ideologia perfeita para a burguesia manipular por todos os caminhos a classe trabalhadora, seguindo a orientação de manter as forças conservadoras no poder e os extremados lucros do capital financeiro e empresarial. E, também, a forma mais eficiente de se contrapor e enfraquecer a central combativa – mas que, no discurso de Medeiros, era voltada única e exclusivamente para a defesa dos interesses das elites de esquerda no país. Assim, a Força Sindical era o principal instrumento de transmissão da ideologia neoliberal entre a classe trabalhadora, sempre apresentada de maneira positiva e benéfica ao desenvolvimento econômica e a melhoria das condições dos trabalhadores.

As linhas gerais defendidas pela Força Sindical, tanto no que diz respeito à política econômica, quanto no que tange ao papel que deve ser desempenhado pelos sindicatos, se encontram organizadas no extenso documento “*Um projeto para o Brasil – A proposta da Força Sindical*”. O documento, lançado em 1993 e elaborado por uma equipe de especialistas, deixa claramente expressa a aproximação entre as propostas da central e as políticas defendidas pelo patronato, ambas enquadradas dentro das reformas neoliberais. Cabe, nesses termos, citar algumas delas.

No que diz respeito ao papel do Estado, após ser feita uma crítica à incapacidade do Estado brasileiro de manter seu papel promotor do desenvolvimento econômico, é destacada a

necessidade de se redefinir as atribuições e campos de atuação do poder público, mediante descentralização máxima de seus serviços e prestação de sua função social, e de restituir sua capacidade de participar da articulação dos capitais nacionais e internacionais com vistas a ampliação dos mercados, à modernização tecnológica, ao desenvolvimento de setores e à execução de investimentos tecnológicos, tudo a partir da definição de uma carga tributária que permitisse ao Estado cumprir as atribuições que lhe coubessem. Especificamente sobre o setor produtivo estatal, o documento ressalta a necessidade de se rever diversos setores que são controlados através de monopólios pelo governo, de forma que as empresas estatais consideradas ineficientes e que tenham elevados custos deveriam ser alocadas fora da órbita estatal. Definidos os setores a serem controlados pelo governo, abre-se quatro vertentes de reordenação institucional: i) aprimoramento dos processos de planejamento e controle e o aumento da eficiência produtiva e financeira das empresas e setores que permanecerem nas mãos do Estado; ii) a cessão do controle de empresas ou de setores inteiros ao capital privado; iii) a liberalização/desregulamentação de diversos setores, mediante a revisão dos monopólios estabelecidos pela Constituição; e iv) a transferência, para o setor privado, das responsabilidades e direitos de realizar obras e prestar serviços, sob o regime de concessão.

Sobre a abertura econômica, o documento parte do diagnóstico de que um pequeno grau de exposição aos mercados internacionais dificultava a superação de crises e a retomada de crescimento econômico, para o que era fundamental ativar um processo de abertura, dado que o protecionismo já havia cumprido sua função: viabilizar a instalação de um parque industrial relativamente complexo e diversificado para os padrões do mundo desenvolvido. Um maior grau de abertura permitiria, então, a atração de investimentos estrangeiros – a partir o oferecimento de vantagens que o espaço econômico nacional forneceria para favorecer a consolidação de uma estratégia de produção mundial –, o intercâmbio tecnológico – com o qual seria superada a obsolescência do parque industrial –, e o barateamento dos custos do capital, além dos impactos sobre os salários e o emprego – já que a abertura permitiria um maior desenvolvimento dos setores nos quais o país possui vantagem comparativa, com o que consequentemente o nível do emprego e dos salários seria elevado – e sobre o controle da inflação, na medida em que a concorrência internacional pressionaria por um maior controle dos preços internos¹¹⁷.

¹¹⁷ É importante destacar que, no que diz respeito a abertura economia, a postura da central era de apoio crítico: era necessário realizar a abertura, por todas as benesses que ela teoricamente traria, no entanto era necessário que fosse feita de forma controlada para evitar, por exemplo, os efeitos perversos ocasionados por conta da abertura descontrolada promovida por Collor.

E, por fim, cabe destacar os elementos pontuados sobre a questão sindical. O documento, basicamente, se prende à discussão sobre a negociação coletiva, passando pelas funções que cabem às centrais sindicais – negociação e patrocínio do contrato coletivo de trabalho no âmbito nacional –, aos sindicatos – negociação dos níveis efetivos de salários e das condições de trabalho que irão vigorar nas respectivas bases territoriais, respeitando os limites mínimos e máximos impostos pelas negociações realizadas a nível nacional e regional pelas centrais sindicais – e aos conselhos de representantes – promoção do entendimento direto e permanente dos empregados com as empresas, nos assuntos ligados ao contexto humano, material e processual que congrega a atividade fim das mesmas. Com a implementação desses mecanismos, os conflitos entre as partes na relação capital-trabalho seriam não só mais facilmente resolvidos, com o que o papel antes conferido à Justiça do Trabalho ficaria bastante reduzindo – passando, de fato, a um tribunal de última instância, no qual as partes recorreriam unilateralmente no caso dos conflitos não serem passíveis de resolução.

Esses três aspectos descritos – que, efetivamente, representam uma parte ínfima de todos os pontos pelos quais passa o documento – expressa como a perspectiva de reestruturação econômica da Força Sindical era, de fato, próxima à perspectiva neoliberal. Na questão do Estado, fica claro o apoio à redução de sua intervenção na economia e à queda dos monopólios estatais e privatização das empresas públicas, assim como sobre a necessidade do processo de abertura econômica, ainda que com restrições. Sobre os sindicatos, a discussão se prende basicamente à questão da negociação coletiva, nada sendo dito sobre o papel na formação política da classe trabalhadora e sobre as políticas de âmbito mais geral que, necessariamente, reverberam sobre as condições de emprego e salário e, mais do que isso, sobre as condições de bem estar da população.

Aliado à defesa irrestrita da implementação das políticas neoliberais, a Força Sindical também incentivava uma prática moderada no que dizia respeito a greves e manifestações, propondo uma postura mais negociativa – que é próprio do sindicalismo de resultado – do que conflitiva. Como coloca Trópia (2002) *apud* Galvão (2007, p. 87):

(...) a Força Sindical alia o discurso neoliberal a um ativismo moderado no plano reivindicativo, que rende frutos imediatos, legitimando-se perante a base. As greves, rápidas e predominantemente por empresa, são uma forma de pressionar as empresas na negociação salarial a fim de vender a força de trabalho pelo melhor preço. A prestação de serviços em substituição ao Estado também constitui uma forma de mostrar “resultados” junto a base, aumentando o poder de sedução de seu discurso.

Oposição a greves longas, proximidade com o patronato, prioridade para a negociação, prestação de serviços e apoio ao pacto social, todas como forma de garantir a melhor e mais eficiente implementação das políticas de corte liberal que se desenhavam para que o capitalismo periférico reencontrasse os rumos perdidos do desenvolvimento. É com esse novo tipo de sindicalismo que a Força Sindical, longe de representar mais uma tentativa frustrada de central sindical conservadora, ganha espaço junto ao patronato e ao governo – que a elegem como porta voz junto às resoluções dos conflitos capital-trabalho – e também à classe trabalhadora, que vê nesse tipo de sindicalismo uma forma mais efetiva de garantir seus direitos imediatos. O sindicalismo combativo empreendido pela CUT, que tinha um escopo crítico mais extenso – uma vez que enxergava que os problemas para a classe trabalhadora não estava única e exclusivamente nos contratos de trabalho e nas negociações, mas sim nas entranhas do sistema capitalista e, por isso, elegia como principal adversário não exatamente o empresariado, mas sim o grande capital – estava enfraquecido, naturalmente por suas posições não resultarem em ganhos mais diretos para a classe trabalhadora. O campo para o crescimento da Força Sindical estava dado: o discurso pró-capitalista garantia o financiamento empresarial e o espaço na mídia; o discurso de resultados garantia o encantamento da classe trabalhadora e dos sindicatos.

É na esteira desse processo, e encapado por seu discurso que, no mínimo, era contraditório com aquilo que se verificava na realidade, que a Força Sindical declaradamente apoiou os processos de privatização – que traziam a promessa de modernização do parque industrial brasileiro e aumento no número de empregos – e de desregulamentação do mercado de trabalho – que permitiria o aumento das vagas e a melhoria das remunerações ao quebrar com o engessamento característico da política salarial adotado até então. No mesmo sentido, foi cabo eleitoral nas eleições de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, governos fundamentais na efetivação das políticas neoliberais. E para além disso, provocou um considerável impacto na realidade sindical brasileira, ao desmobilizar e enfraquecer aquela que, até então, era considerada a única central sindical representativa no país. O que, em certa medida, permite explicar a política sindical cutista a partir da década de 1990¹¹⁸.

¹¹⁸ A Força Sindical mantém esse tipo de prática ideológica até a atualidade, sob a coordenação de seu atual presidente, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. Fatos que deixam visíveis essa questão são as grandiosas festas do 1º de maio, nas quais diversos prêmios – dentre os quais, carros e apartamentos – são sorteados entre os trabalhadores, e também a extensão dos serviços assistenciais que são mantidos pela central. Ou seja, é um tipo de prática sindical que, efetivamente, compra o trabalhador, oferecendo prêmios em troca da passividade na atividade política, o que suprime aquele que deveria ser uma das principais funções dos sindicatos, qual seja, de conscientizar a classe trabalhadora sobre sua real condição dentro do sistema capitalista de produção.

3.3.2 A CUT na era neoliberal

A CUT, desde seu nascimento, na primeira metade da década de 1980, ficou marcada pelo direcionamento combativo no plano reivindicativo de ação, portando-se contra as políticas econômicas do governo, que sempre enquadravam os interesses da classe trabalhadora como objetivos secundários. Por conta disso, teve participação ativa na maioria das grandes greves que eclodiram no país, as quais legitimavam seu discurso e traziam novos sindicatos para o interior da central. Sua vinculação direta ao Partido dos Trabalhadores, por outro lado, marcava a postura política da central, dentro dos grupos que compunham a esquerda crítica no Brasil. Era natural, portanto, que a CUT apresentasse uma postura combativa que, ao não se render às propostas reformistas, conclamava por uma modificação estrutural nas relações de classe.

Com a representatividade e expressividade que ganhou em meio a classe trabalhadora, a central tão logo despertou incômodo nos grupos conservadores, que começaram a se articular para unir forças que permitissem a contraposição e enfraquecimento da central de esquerda. O discurso proclamado por governo e empresários, que forçava o argumento para afirmar as possíveis benesses a serem alcançadas com a implementação das reformas neoliberais – as quais eram diametralmente contrapostas pela CUT – era uma forma de se contrapor à central, já que se aproveitavam deste embate para mostrar como os cutistas eram contra a efetivação de políticas que tenderiam a beneficiar a classe trabalhadora. O apoio ideológico e financeiro à criação da Força Sindical também era uma forma de enfraquecer a CUT, dado que esta central apoiava de maneira irrestrita as reformas “modernizadoras” da economia brasileira. No campo ideológico, então, as forças estavam postas para se contrapor e enfraquecer aquela que, até o momento, era tida como a principal e mais representativa central sindical do país.

No outro extremo, as condições da materialidade econômica e social também não eram mais propícias à manutenção do status que a central possuía naquele momento. A redemocratização não havia alcançado os resultados prometidos, e a economia passava por grave crise econômica, mediante a incapacidade de sustentação do desenvolvimento por parte do Estado, que resultou em elevação da dívida pública, baixo crescimento econômico, explosão inflacionária, redução drástica do nível de emprego e aumento das desigualdades sociais, fatores que prejudicavam mais diretamente a classe trabalhadora. As mudanças estruturais reivindicadas pela central – como qualquer mudança estrutural –, caso se efetivassem, levariam tempo pra surtir efeito, e a classe trabalhadora, mediante sua precária

situação, não se mostrava disposta a esperar. As greves, mesmo quando vitoriosas, eram desgastantes, cansativas, e muitas das vezes frustrantes, já que nem sempre toda a pauta reivindicativa era atendida, e as mudanças tinham muito mais caráter local e específico do que geral. A formação e conscientização política, peça fundamental na articulação das coordenações sindicais com os trabalhadores, principalmente no momento de efetivação das greves, perdia força. Os trabalhadores estavam cansados dos discursos. Queriam mesmo ver resultados concretos.

O contexto havia mudado, e tendia a se modificar ainda mais com a implementação das políticas neoliberais. As aberturas comercial e financeira tiveram importantes impactos sobre o nível de produção, crescimento e emprego, uma vez que, de um lado, diversas empresas nacionais, mediante o aumento da concorrência internacional, não tiveram condições de sobreviver, com o que diversos postos de trabalho foram destruídos; por outro lado, a desregulamentação financeira, com suas elevadas taxas de juros, encareciam os investimentos, ao passo que grande parte deles se deslocavam da esfera produtiva para a esfera financeira, que passava a prometer ganhos mais fáceis e vultosos – ainda que mais instáveis. O Estado, por sua vez, perdia gradativamente sua capacidade de financiamento, dados os elevados custos das dívidas interna e externa, alocando consideráveis recursos para o pagamento destas. Os processos de privatizações também foram responsáveis por destruição de grande número de postos de trabalho. Ao mesmo tempo, era promovida a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Essas medidas, ao acabar com uma série de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, dava maior poder de negociação aos patrões, ao tornar maleáveis as formas de contratação, com poucas ou nenhuma garantia de estabilidade aos trabalhadores. Esses fatores, conjuntamente, provocaram sistemática queda e precarização no emprego e nas remunerações, complicando ainda mais o grave quadro de crise.

A esses fatores de ordem mais geral, vinculava-se também uma série de questões próprias do sindicalismo, nos âmbitos estruturais, políticos e ideológicos, que foram vitais nas modificações operadas nas políticas sindicais nos anos 1990, especialmente no que tange à estratégia da CUT. Primeiramente, é preciso considerar a manutenção e o crescimento da estrutura sindical, que perpetuou suas características – ou seja, se manteve fragmentada, desenraizada, verticalizada e descentralizada – que eram propícias não só a manutenção de certo controle por parte do governo – o que levava por terra a necessidade de liberdade de ação dos sindicatos –, mas também ampliava o afastamento em relação à classe trabalhadora. Ainda que algumas modificações, de fato, tenham sido realizadas em relação à estrutura

sindical, elas não foram suficientes para mudar sua essência, de tal forma que permanecia a velha estrutura característica do sindicalismo brasileiro. Coadunada à manutenção da estrutura, estava a intensificação da burocratização das centrais sindicais, levando a que as discussões e processos de formação político-ideológica perdessem espaço para a institucionalidade sindical que se expandia no país, fazendo dos sindicatos cada vez menos espaços de defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora, em favor de ações assistencialistas¹¹⁹. Na esteira desse processo, as formas de organização e mobilização da classe trabalhadora também sofreram modificações, dada a dificuldade, como já colocado, de se manter o discurso da necessidade de uma luta sistemática por parte da classe trabalhadora, como forma de buscar as mudanças na estrutura da sociedade, finalidade para a qual as greves gerais eram fundamentais. As greves gerais, gradualmente, perdiam seu fôlego e abriam espaço para as greves por empresa e por categoria, que eram formas de luta fragmentada e que permitiam uma maior flexibilidade para empresários e governos dialogarem com a classe trabalhadora. As greves por empresas vinham sendo incentivadas pelos adeptos do sindicalismo de resultado, principalmente através da justificativa de que eram instrumentos mais ágeis para os trabalhadores conquistarem suas demandas. A fragmentação das greves era uma forma de quebrar com qualquer tentativa de se articular lutas nacionais e conjuntas, com reivindicações gerais para os trabalhadores.

Todos esses fatores, articulados entre si, vão dar cabo para que o chamado *sindicalismo neocorporativo* passe a ser adotado como o padrão de sindicalismo implementado no Brasil. Segundo Alves (2000), o neocorporativismo seria a conjunção do velho corporativismo estatal com um de novo tipo, um corporativismo de mercado, que se caracterizaria pela substituição do Estado, enquanto elemento promotor da conciliação entre as classes, por entidades representativas e autônomas da sociedade civil, como os sindicatos e as associações empresariais, ficando a cargo do Estado o papel de árbitro dessa relação. Seria através dessas entidades representativas que se estabeleceria uma nova contratualidade entre capital e trabalho assalariado, no qual o antagonismo entre as classes seria anulado – elemento que é próprio da desregulamentação das relações de trabalho, principalmente através da captura da subjetividade do trabalhador e de sua recolocação enquanto “parceiro” no ambiente de trabalho - e a luta de classes passaria a se estabelecer na esfera da circulação.

¹¹⁹ No caso específico da CUT, a burocratização sindical fica clara a partir do VI CONCUR, quando a corrente Articulação Sindical consegue vencer as eleições e, num movimento de adaptação gradual da ideologia da central aos valores neoliberais, sobrepõe a proposta da CUT-movimento em favor da CUT-organização.

Com todos esses novos elementos em jogo, e a vertiginosa expansão da Força Sindical, a CUT começa a perder espaço, tanto no que diz respeito ao número de sindicatos e correntes políticas que a compunham, quanto – e consequentemente – em termos de sua representatividade e legitimidade. Não havia saída: ou a coordenação da central comprava a briga, e mantinha sua postura combativa, ou partia para uma adaptação as novas condições que se colocavam. A opção, então, foi se enquadrar dentro dos novos padrões.

Antes de mais nada, é preciso considerar que a mudança da política sindical praticada pela CUT, ainda que tenha sofrido consideráveis impactos de fatores externos, se deu em grande parte pelos confrontos ideológicos internamente à central. Os conflitos entre as tendências que compunham a central – que nunca deixaram de existir – se acirraram a partir do IV CONCURT, realizado entre 4 e 8 de setembro de 1991 em São Paulo. Neste congresso, dois blocos principais se formaram: de um lado, a Articulação Sindical, que reunia a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical; de outro, as tendências capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros grupos menores. O ponto principal de discussão do congresso foi, de fato, os rumos que a central deveria seguir na década de 1990, mediante o contexto de vitória de Collor nas eleições presidenciais – que era a representação da vitória de um governo deliberadamente neoliberal –, da derrota dos grupos de esquerda, representados pelo PT, de desmoronamento do socialismo real, a nível mundial, e de uma gradual paralisia e retração do sindicalismo. Os debates em torno da modificação da política da central – que ia desde os extremos, ou seja, de manutenção da postura conflitiva ou da mudança para uma postura negociativa, com a possibilidade de se adotar uma terceira posição que conseguisse combinar essas duas formas – explicava em grande parte tanto a divisão clara entre as correntes – já que a Articulação defendia a adoção de uma política negociativa, a qual permitiria, através do pacto social, a superação da crise econômica, com recuperação dos níveis de crescimento econômico e a redução da desigualdade de renda, ao passo que as demais correntes anti-Articulação mantinham a posição fiel à postura combativa, a partir do entendimento que a precariedade das relações de trabalho se circunscrevia no âmbito geral do sistema capitalista de produção –, quanto à prioridade para as discussões burocráticas e administrativas que comandaram o congresso.

A vitória da corrente Articulação nas eleições do IV CONCURT representou a mudança na linha ideológica que conduziria a central. Os pontos da tese apresentada pela corrente durante o congresso deixam clara a defesa da necessidade de se consolidar o processo de transição da CUT, iniciado já desde o congresso anterior, ocorrido em 1988. Segundo a

corrente, que era tendência majoritária, a superação da visão da CUT enquanto movimento – e, nesse sentido, voltada apenas para a articulação de lutas de contestação e resistência dos trabalhadores – permitiria reforçar seu papel de negociação e contratação coletiva, funções próprias às organizações sindicais. A participação em fóruns de negociação, que a corrente defendia ser o espaço no qual os sindicatos disputavam com empresários e governo, conduziria de forma mais eficaz as discussões que de fato eram de interesse da classe trabalhadora, como a reposição de perdas e a política salarial. O posicionamento era de adequação ao pacto social, conclamado desde o governo Sarney, a partir do qual o governo, com o apoio dos trabalhadores e da sociedade em geral, poderia implementar uma política que permitisse ao país sair da crise econômica. O apoio da classe trabalhadora, por sua vez, era dado basicamente no que concernia à efetivação da desregulamentação do trabalho e, de forma conjunta, na não realização de greves, mas sim na participação nos fóruns de negociação. Tornar a classe trabalhadora um aliado era, talvez, a forma mais fácil das forças conservadoras tornarem as políticas neoliberais uma realidade, para o que a vitória da Articulação na CUT foi peça fundamental – assim como o era o crescimento explosivo da Força Sindical. Por esses fatores, assim como o ano de 1989 ficara marcado como o ano da greve geral e do apoio à campanha do PT às eleições, o ano de 1990 ficou marcado como o ano no qual a CUT aderiu ao pacto social, tomando o caminho inverso de sua tradição política¹²⁰.

Um outro aspecto daquele momento que apontava para uma modificação no sindicalismo praticado pela CUT era a caracterização dos sindicalistas que participavam do congresso e que compunham a diretoria da central. Houve uma crescente profissionalização dos militantes, e os participantes do congresso eram basicamente diretores sindicais – que possuíam maior experiência de militância e estavam mais tempo à frente da máquina sindical –, tendo pouca participação de oposições, associações e delegados de base, o que indicava um aprofundamento da institucionalização e burocratização da central. A primazia por aqueles que estão vinculados há mais tempo ao movimento sindical, conjugado a um afastamento das bases, que passaram a ter uma menor participação nos congressos, foi elemento fundamental para a crise de governabilidade – e consequentemente, de legitimidade – pela qual passou a

¹²⁰ De acordo com Rodrigues (1997), com exceção da tese da Articulação, claramente mais moderada, as teses das demais tendências partiam da idéia de que a CUT não deveria se transformar em um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores dentro do regime capitalista, mas sim em um instrumento de luta revolucionária pelo socialismo, especialmente naquele momento, no qual a conjuntura mundial era marcada pela crise econômica, e a economia brasileira sofria os impactos e reflexos desta. Por isso, eram bastante críticas ao entendimento nacional e ao pacto social, à organização sindical típica do sindicalismo de resultado, à manutenção da estrutura sindical e, por fim, ao gradual processo de burocratização dos sindicatos e das centrais.

CUT no início dos anos 1990. Isso porque a transição da CUT-movimento para a CUT-organização inevitavelmente levou a uma cisão com as essências históricas da central, reconhecida até então como uma central combativa e opositora às forças conservadoras. Assumir uma postura negociativa, através da participação ativa no entendimento nacional¹²¹, juntamente com empresários e governo – o que era o mesmo que assumir-se enquanto componente do pacto social –, em um momento de afastamento em relação às bases, dificilmente não criaria um clima de estranhamento com a classe trabalhadora. Os trabalhadores, inseridos de forma marginal nesse processo de transição, não estranhamente passaram a crer cada vez menos na representatividade que a central tinha na defesa de suas demandas.

No entanto, é a prática dos sindicatos que compõe a CUT que permite maior e melhor demonstração da postura adotada pela central a partir dos anos 1990. Primeiramente, é preciso enfatizar que grande parte desses sindicatos mantém o recolhimento do imposto sindical, sendo baixo o percentual de sindicatos que realizam a devolução. Esse dado é importante na medida em que o imposto sindical é um dos principais elementos da velha estrutura sindical, principalmente ao permitir um vínculo de controle por parte do governo federal. Ou seja, ainda que exista algum tipo de ação efetiva para que os sindicatos modifiquem seus estatutos – o que nem sempre é feito no sentido de democratizá-los – os elementos da estrutura sindical corporativa são mantidos, levando por terra um dos principais pontos críticos da CUT em seu nascimento. Ao mesmo tempo, há um crescimento do número de serviços prestados pelos sindicatos – como serviços odontológicos e médicos, mas principalmente jurídicos –, ainda que a porcentagem de sindicatos que os ofereçam seja pequena. Longe de querer apontar a prestação desses serviços como um problema – de fato, esses serviços são importantes para grande contingente de trabalhadores e sua famílias –, a questão se coloca no fato do assistencialismo ter sido alçado ao posto de função primordial dos sindicatos, enquanto a organização de movimentos e greves para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo, terem sido colocadas em segundo plano – ou, no limite, serem descaradamente substituídas por participações em mesas de negociação. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que esses serviços acabavam por substituir serviços que deveriam ser mantidos pelo Estado mas que, mediante a crise fiscal e a redução do papel

¹²¹ É importante destacar que o entendimento nacional, proposto por Collor, não obteve sucesso, em razão da CUT ter recusado assinar o acordo. No mesmo sentido, uma das resoluções do IV CONCUR negava o pacto social. De toda forma, o importante é que, mesmo não tendo assinado os acordos, a CUT assumiu uma postura de negociar com o governo naquele momento, o que já expressa uma postura oposta ao tipo de política combativa que historicamente caracterizou a central.

estatal, foram suplantados em prol da manutenção do superávit primário. Nesse sentido, não deixa de ser uma ação que favorece e reafirma algum tipo de negociação velada entre sindicatos e empresários.

No que diz respeito à relação entre capital-trabalho, a CUT passou a defender o contrato coletivo de trabalho, elemento primordial não apenas da desregulamentação das relações de trabalho, mas fundamental para a própria postura dos sindicatos, que passariam a centrar cada vez mais na defesa dos interesses de categorias específicas, em detrimento de uma ação mais voltada à defesa da classe trabalhadora em geral. A adoção do contrato coletivo, por outro lado, era uma forma de definir a nova política da central, na medida em que substituiu a organização de greves em prol da melhoria salarial pela formulação de propostas contratuais, o que necessariamente revertia em uma gradual minimização de seu papel político, especialmente no que dizia respeito à formação e conscientização da classe trabalhadora. A proposta de contrato coletivo formulada pela CUT - que previa um primeiro nível de negociação centralizado entre central sindical, governo e patronato, do qual a negociação passaria a ser realizada no nível estatal, regiões e categorias – representava, nesses termos, não apenas a intenção de transferir a regulamentação do campo dos textos legais para os acordos trabalhistas, mas também a preocupação em deslocar a negociação para os níveis inferiores da organização sindical¹²².

No mesmo sentido, a CUT também apoiou a criação das câmaras setoriais, órgão de negociação tripartite que reunia representantes do governo, empresários e sindicatos. As câmaras representariam uma forma dos sindicatos garantirem a expressão dos interesses da classe trabalhadora nas decisões relativas ao universo industrial brasileiro, que passavam por questões que iam desde a definição de uma política industrial para o país, até a negociação de preços nas cadeias produtivas. As câmaras setoriais foram enquadradas enquanto mecanismo possível de luta contra o desemprego, já que os sindicatos participavam diretamente da negociação. O ponto é que elas acabavam por ser uma forma de enfraquecimento dos mesmos. Primeiro porque era um instrumento que substituiu as greves e manifestações –

¹²² De acordo com Boito Jr. (1999), a CUT acabou por rever sua proposta de acordo coletivo de trabalho, revisão esta que pode ser explicada tanto pelas pressões exercidas pelos grupos de esquerda dentro da central, quanto pela percepção, por parte dos próprios componentes da Articulação Sindical, de que essa forma de contrato poderia favorecer os interesses mais retrógrados dos patrões. A partir de então, passou a fazer uma incisiva crítica à proposta das associações de empresários, segundo a qual os direitos sociais e da legislação trabalhista deveriam ser eliminados para que os contratos coletivos pudessem prosperar no Brasil. A CUT reformulou sua proposta, chegando a uma solução intermediária, de acordo com a qual deveria haver um período de transição entre a proteção garantida pelos direitos sociais e contrato coletivo. Os direitos sociais deveriam ser mantidos durante a fase de transição, mas poderiam ser eliminados a longo prazo. Nesses termos, a CUT acabou por não fazer uma revisão a fundo em sua posição, apenas encontrando uma proposta que não se mostrava tão radical em relação às suas antigas posições. Mas que, de toda forma, tenderia a beneficiar as reformas neoliberais.

elemento que, logicamente, explicava o fato dos empresários incentivarem sua implementação. Além disso, o momento era de grave crise econômica, resultando em que os interesses da classe trabalhadora eram os últimos a serem atendidos; afinal, para ter bons níveis de empregos e salário, era necessário primariamente que se tivesse bons níveis de crescimento, com o que as demandas dos empresários eram atendidas de forma prioritária. Apesar dos argumentos de que as câmaras setoriais promoveriam a democratização do processo de tomada de decisão sobre a política econômica e permitiriam ao movimento sindical contrapor-se à política recessiva que resultava em destruição de postos de trabalho, suas experiências reais não lograram grande sucesso. Tão logo, por isso, elas se converteram em órgãos que passaram a permitir uma espécie de guerra fiscal por parte dos sindicatos, tanto por categoria quanto por região, no qual eles se lançam na tentativa de negociar com o governo o intercâmbio entre recursos para seu setor, ou sua localidade, e a redução do número de greves e mobilizações. Ou seja, um total fracionamento do movimento sindical.

Por fim, cabe destacar que a CUT apoiou, ao lado da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Força Sindical a proposta de reforma tributária elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), que propunha, de um lado, a desoneração da produção, do investimento e das exportações e, de outro, a redução do número de impostos existentes e a eliminação da cobrança de impostos em cascata, conjuntamente à extinção da Cofins, do Pis/Pasep, da Contribuição sobre Lucro Líquido e do FGTS a pretexto de estimular o emprego. Além disso, e mesmo tendo resistido à proposta do governo de reforma da previdência – que, dentre outros pontos, passava pela substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição, o estabelecimento da idade mínima de 60 anos para obtenção da aposentadoria, a extinção da aposentadoria especial para professores, limitação da contribuição das empresas estatais a seus fundos de pensão e o impedimento de que novas vantagens concedidas aos funcionários públicos fossem estendidas aos servidores inativos -, a central acabou aceitando a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição e a modificação dos critérios para que os funcionários públicos tivessem direito à aposentadoria integral. À exceção da reforma administrativa, a CUT aceitou negociar todos os demais pontos da pauta reformista proposta no primeiro governo FHC.

Mas se, nesses aspectos, a central mostrava um total enquadramento dentro do novo contexto que se colocava na economia, e que impactava diretamente na postura que os sindicatos deveriam manifestar, em outros mantinha uma nítida contradição entre o discurso e a prática. A Articulação Sindical, mesmo assumindo como reais os benefícios do entendimento nacional conclamado pelo governo, assumia de forma totalmente aberta

posições contrárias às políticas neoliberais. Ora, o entendimento nacional era exatamente uma das formas encontradas pelo governo para, através dos sindicatos, domesticar a classe trabalhadora, fazendo dela não mais opositora, mas sim apoio do governo, o que em diversos sentidos tornariam menos conflituosas a implementação das políticas neoliberais. O que a Articulação queria era, ao mesmo tempo, se tornar parceira do governo, mas se posicionar contra aquilo que o governo queria efetivar. No mesmo sentido, se posicionou, durante os governos Collor e Itamar, contra as privatizações, mas a partir do governo FHC não só praticamente abandonou essa luta, mas também passou a apresentar propostas de privatização que preservassem alguns interesses mínimos dos trabalhadores. Ou seja, era contra as privatizações, mas propunha formas possíveis dessa política ser implementada.

Assim, pode-se dizer que

As contradições na linha sindical propositiva, tal qual ela vem sendo aplicada pela CUT, permitem falar de uma política hesitante e contraditória que, no geral, leva à conciliação com o neoliberalismo. A CUT abandonou a estratégia de luta unificada contra a política econômica do governo e substituiu a prática das greves de protesto pelas sucessivas tentativas de acordo com os governos neoliberais; desarmou ideologicamente os trabalhadores frente à desregulamentação, devido a sua proposta de contrato coletivo de trabalho; não assumiu uma luta conseqüente contra a desindustrialização e o desemprego, em decorrência de ter aceito a idéia de que seria inevitável uma certa abertura e uma certa “modernização” da economia, o que ficou claro na sua (...) participação nas câmaras setoriais (...). (BOITO JR., 1999: 180).

Ou seja, se de um lado há elementos que permitam dizer que a CUT não aderiu, de forma irrestrita, ao neoliberalismo – como o fez a Força Sindical, que tem em seu discurso de origem a defesa da inevitabilidade do capitalismo -, ponto justificado em sua crítica a diversos aspectos do ideário, por outro lado há um claro movimento em direção ao sindicalismo propositivo, o qual prioriza a ação institucional em detrimento do trabalho de organização e mobilização das bases. Uma vez que o sindicalismo propositivo (também implementado pela Força Sindical) é elemento fundamental tanto para a desmobilização quanto para a fragmentação da classe trabalhadora, no sentido de que esta se direciona cada vez mais para lutas específicas por setores ou localidades, e que esse fracionamento de classe cria maiores e melhores condições para empresários e governo controlar e ludibriar os trabalhadores, conseqüentemente ele favoreceu a implementação das políticas neoliberais, especialmente as relativas à desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Assumir uma postura crítica a determinado ideário, mas adotar uma política que claramente o favorece é uma atitude, no mínimo, contraditória.

Pela discussão apresentada é possível afirmar, claramente, que a CUT passou por modificação em sua estratégia de política sindical ao longo de sua trajetória, especialmente a partir do final da década de 1980, a partir das modificações estatutárias já empreendidas em seu terceiro congresso. Mediante essas transformações, pode-se identificar quatro fases em sua trajetória. A primeira vai de sua constituição, em 1983, até 1988, onde a central esboçou uma postura crítica genérica à estrutura sindical, utilizando para constituir o que chamavam de uma “estrutura sindical cutista” sem, no entanto, tomar partido a respeito do pluralismo sindical. A segunda vai de 1988 até 1994, quando a central defende alguns aspectos da estrutura oficial, passando a admitir o pluralismo sindical e a disputar as federações e confederações, ao mesmo tempo em que aprofunda sua proposta de contratação coletiva de trabalho. A terceira fase, que vai de 1994 a 1998, é marcada pela intensificação da crítica à estrutura sindical e pela proposta de criação do sindicato orgânico – unificação dos sindicatos de uma mesma categoria numa única organização, que não seria filiada a central, mas faria parte de sua estrutura interna. E, por fim, sua quarta fase, a partir de 1998, é caracterizada por um recuo nas propostas de mudança, na qual a central passou a redefinir sua estratégia em relação à estrutura sindical, principalmente em razão da ofensiva governamental em relação aos direitos trabalhistas. (GALVÃO, 2007: 107).

O que se vê, então, é que a central gradualmente caminha de uma posição combativa e conflitiva, para uma postura mais adepta à negociação com empresários e governo, partindo da lógica de que as novas condições econômicas, tanto internas quanto externas, demandavam algum tipo de acordo entre as partes para que os rumos perdidos do desenvolvimento fossem reencontrados. Mesmo não tendo deixado de ter uma postura crítica em relação a determinados pontos – como o fez em relação a alguns critérios das políticas neoliberais -, a CUT se entregou ao sindicalismo propositivo que, como apresentado, cria condições propícias a um maior controle sobre a classe trabalhadora. Aliás, em alguns aspectos, a central sempre se mostrou muito mais crítica no discurso do que na ação. Cabe lembrar as posições contrárias à estrutura sindical, principalmente durante os anos 1980. No entanto, naquele momento, pouco se disse em relação à unicidade e ao imposto sindical. Ou seja, fazia-se a crítica à estrutura sindical, mas atuava-se dentro dela. E mesmo que a justificativa partisse da necessidade de modificar a estrutura de dentro para fora, as críticas, de fato, se circunscreveram mais no campo do discurso.

Nesses termos, o sindicalismo propositivo não só se manteve ao longo dos anos 1990 e 2000, como se intensificou. Passou a ser o tipo de sindicalismo padrão. Ou, de outra forma, pode-se dizer que a CUT criou um novo tipo de sindicalismo. Se a Força Sindical era

declaradamente adepta do sindicalismo de resultado, a CUT agregou às determinações deste aquilo que era sua essência, ou seja, a crítica à política econômica do governo. Menos intensa que antes, limitada apenas a alguns (e mínimos) pontos. Um tipo de sindicalismo que é crítico ao neoliberalismo, à política econômica do governo, à estrutura sindical. Mas, ao mesmo tempo, um sindicalismo que mantém a mesma estrutura, e que adota práticas que distanciam o sindicato da base e que favorecem o bloco da desregulamentação e da flexibilização. Um sindicalismo, por isso, basicamente contraditório¹²³.

Não há dúvidas, então, de que a CUT assumiu uma nova postura nas últimas duas décadas. O que cabe perguntar é por que, em um momento em que a superexploração do trabalho aumenta – ou, no limite, mantêm seus elevados índices –, a CUT, até então reconhecida e legitimada como uma central combativa, muda sua postura, no sentido de adotar uma prática sindical exatamente oposta à que caracterizava sua essência enquanto entidade máxima de representação da classe trabalhadora?

Ao longo deste capítulo, apresentamos diversos elementos que, conjugados entre si, explicam a modificação da política sindical praticada pela CUT, principalmente a partir da década de 1990. Cabe, agora, organizar de forma sucinta os mesmos. Da nossa perspectiva, duas variantes explicativas permitem compreender melhor essas transformações.

A primeira diz respeito às novas condições econômicas, tanto no plano interno quanto internacional. A crise da década de 1980, e seu impacto sobre o Terceiro Mundo, especialmente no que diz respeito ao completo desgaste da capacidade de financiamento dos Estados, e a conseqüente explosão da dívida pública interna e dos índices de inflação, impuseram a necessidade de se pensar em alternativas. A crise do Estado keynesiano e o fim do socialismo real abriram as portas para que o ideário liberal, colado à suposta vitória histórica do capitalismo, voltasse a mostrar suas garras, revestido de nova roupagem. Por

¹²³ Uma breve análise das resoluções dos congressos da CUT ocorridos ao longo dos anos 1990 e 2000 permitem verificar a contradição entre o discurso e a prática. O texto de todas as resoluções são críticos, especialmente quando se referem à política econômica internacional e as políticas neoliberais implementadas por FHC. No entanto, durante esse período, como já dissemos, a central reforçou sua transição para o sindicalismo propositivo, o que reduziu não apenas o número, mas também a força e o impacto das greves e manifestações organizadas. A partir do VIII congresso, realizado em 2003, o discurso ganha um novo tom, por conta da vitória de Lula nas eleições presidenciais e do apoio que a central havia conferido a sua candidatura. O discurso passa a ser norteado pela afirmação de que o governo “popular” a ser empreendido por Lula, juntamente com as lutas da central e demais movimentos populares, viria a dar novos contornos no desenvolvimento do país. Texto semelhante se repete três anos depois, no IX congresso. O interessante é que pouca crítica se faz ao neoliberalismo de Lula, ao que é substituído pela insistência na orientação popular do governo comandado pelo presidente. Fato que, logicamente, se explica pela proximidade entre CUT e PT, e pelo elevado grau de abertura – e poder – que os principais nomes vinculados à central possuem no governo. Nesses termos, o apoio da CUT ao presidente Lula, ao se apresentar como um verdadeira troca de favores – poder para os líderes sindicais em troca da “mansidão” da classe trabalhadora – é mais uma forma evidente das contradições que norteiam as ações e ideologias da central na atualidade.

outro lado, a crise da dívida colocava a necessidade dos países periféricos recorrerem aos organismos de financiamento internacional, especialmente o FMI e o Banco Mundial. Para que os dólares viessem, eram necessárias diversas reformas. A alternativa, então, estava dada. Ou melhor, imposta.

Consubstanciado no Consenso de Washington, o ideário neoliberal estava pronto para ser implementado. Apresentado como uma série de políticas que modernizariam o país, e permitiram o acesso aos novos mercados e recursos internacionais, não havia grandes dificuldades em convencer a classe trabalhadora das benesses desse conjunto de políticas, num quadro de crise econômica, elevada inflação, desemprego e baixos salários. Assim, a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho – dentro do que se inclui a destruição de uma série de direitos trabalhistas conquistados historicamente - era elemento fundamental para que novos índices de emprego e salário pudessem ser alcançados; era preciso desengessar as relações de trabalho para que as empresas pudessem se reestruturar. Pelo menos, no discurso.

A implementação das políticas neoliberais, em efetivo, levou à destruição de importantes setores da indústria, que não conseguiram suportar a concorrência internacional. Ampliou o endividamento do Estado, que se tornou menos incapaz de manter seus investimentos, ao mesmo tempo em que se retirou do controle deste setores estratégicos da economia, com as privatizações. Com isso, milhares de postos de trabalho foram destruídos. Em substituição – mas não proporcionalmente – outros tantos cargos precários foram criados: trabalho com jornada extensiva, baixos salários, elevada rotatividade, pouca ou nenhuma estabilidade. Para a extensa fila de desempregados, cargos informais e trabalho por conta própria. Os resultados, então, foram diametralmente opostos às promessas.

Mediante esse quadro, e enquanto representantes dos interesses da classe trabalhadora, era inevitável que os sindicatos perdessem legitimidade. E perderam. Fato que comprova isso é a redução vertiginosa não só no número de greves, tanto gerais quanto locais, mas também nas vitórias que estas conseguiam. Muito dessa descrença, por outro lado, era explicado pelo fato dos sindicatos terem apoiado as políticas neoliberais. Assim, os trabalhadores se viram cada vez menos propensos a se dedicar a processos de formação política e organização de mobilizações, já que estes instrumentos se mostravam cada vez mais ineficazes na defesa de seus interesses. Por outro lado, a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, em diversos sentidos, enfraqueceram a capacidade de mobilização e negociação dos sindicatos. Como negociar, como impor determinadas medidas, como fazer das greves instrumento eficientes, em um ambiente onde os direitos são suprimidos, não há estabilidade

e, ao mesmo tempo, há uma extensa fila de desempregados sedentos por empregos? Essas novas condições do mundo do trabalho permitiam – e permitem – que os patrões se utilizem da coação para evitar greves. Os sindicatos ficam desarmados.

Por fim, há que se considerar o que, talvez, é o principal instrumento utilizado por empresários: a captura da subjetividade do trabalhador. Esta expressão é polêmica, fundamentalmente porque nenhuma estrutura ou relação social anula, completamente, a possibilidade de sujeitos históricos resistirem ao que se lhes coloca como dominação. A rigor, nenhuma subjetividade é plenamente “capturável”, no sentido de que práticas ou potencialidades de resistência não são eliminadas. No entanto, o que se quer aqui reter é a dimensão da tendência predominante no capitalismo contemporâneo, qual seja, a de se buscar o consenso ativo junto aos trabalhadores, de forma que, tanto quanto possível, o projeto do capital seja implementado também com um amplo espectro de adesão, pelos trabalhadores, aos valores e visões de mundo dominantes. Com o processo de reestruturação produtiva, empresários tiveram que investir pesadamente no treinamento de seus funcionários, que passaram a ser trabalhadores multifuncionais. Ao serem beneficiados com “investimentos” por parte dos patrões, para exercerem um número considerável de atividades, criou-se a idéia de que cada trabalhador não é um mero funcionário, mas sim parte fundamental para o funcionamento da empresa. Eles não são mais trabalhadores, mas sim sócios, parceiros. Ao serem ludibriados com essa falsa promoção, os trabalhadores se vêem cada vez menos propensos a se lançar em movimentos que vão contra as políticas implementadas pelos empresários. Instrumento esse que confirma que os instrumentos de precarização do qual lançam mão os empresários, na atualidade, extrapolam o campo material, atingindo também a imaterialidade e a subjetividade da classe trabalhadora.

A segunda variante se reporta às modificações ocorridas no universo sindical. É, por isso, consequência direta da primeira, ao mesmo tempo em que a reforça. A reestruturação produtiva é a política do capital na esfera da produção e, como tal, supõe, em alguma dimensão, que seja vista pelos trabalhadores como inevitável, positiva e, se possível, aprazível (como sugerem as propostas de Participação nos Lucros e Resultados). Antes de mais nada, é preciso considerar a emergência do sindicalismo de resultado e do sindicalismo propositivo, que tem sua expressão máxima na central Força Sindical. Essa central nasceu dentro do neoliberalismo, e enquanto instituição neoliberal. Nunca se eximiu de assumir a superioridade do capitalismo e de incentivar a implementação das reformas de caráter conservador. Apoiou declaradamente as candidaturas de direita, e sempre teve espaço aberto de negociação com o governo. Comandada prioritariamente por políticos em ascensão e oportunistas – a começar

por seu criador, Medeiros -, a Força Sindical manteve um bom diálogo com os grupos conservadores, fato que lhe garantiu espaço na mídia e elogio de políticos e empresários. Com seu discurso “modernizador”, a central tão logo foi eleita como intermediária entre trabalhadores, governo e empresários. Era o tipo de postura sindical que as forças conservadoras almejavam. Bom ou mal, fato é que a Força Sindical cresceu e se destacou, fosse por conta do financiamento que recebia de empresários e das facilidades concedidas pelo governo – como modificação nas legislações para facilitar a criação de sindicatos, muitos dos quais de fachada -, fosse pelo discurso inovador que encantou a trabalhadores e dirigentes sindicais. Tão logo, diversas tendências abandonaram a CUT para se filiar à nova central.

Se, de um lado, o sindicalismo combativo cutista perdia espaço, o sindicalismo negociador da Força crescia. Ao se colocar mediante os empresários e governo para negociar, e prometer resultados rápidos para as demandas dos trabalhadores, os dirigente sindicais vinculados a esta central ganhavam legitimidade. Não havia mais porque aderir ao discurso da necessidade de mudanças estruturais, da necessidade de se combater o sistema capitalista. A classe trabalhadora precisava de respostas imediatas, e era isso que o sindicalismo de resultado prometia: resultados. Era este o padrão sindical que se estabelecia na década de 1990, o qual a CUT deveria enfrentar.

O sindicalismo de resultado e propositivo, por sua essência, afasta os sindicatos da base. Não há necessidade de se debater com os trabalhadores, de conscientizar, de formar politicamente. Esse sindicalismo é exatamente caracterizado por ser apolítico e apartidário. Às bases só se diz o que vão fazer, e qual o resultado a ser alcançado. Em caso de greve, os trabalhadores são informados do dia e horário. Ao mesmo tempo, fazem dos sindicatos verdadeiros órgãos de prestação de serviços assistenciais. Atualmente, é uma das formas mais eficientes – para não dizer a mais – de se trazer o trabalhador para os sindicatos – ou, dito de outra forma, de conseguir mais pagamentos do imposto sindical. Não há mais uma identificação política e de classe; os trabalhadores não procuram mais os sindicatos como instrumento de agrupamento e de organização de lutas conjuntas. Afinal, lutar contra o que? Se os empresários se tornaram parceiros e o capitalismo é inevitável, de fato, não há inimigos que permitam uma união dos trabalhadores. Ao ser desvencilhado dos instrumentos de luta, o sindicalismo perde aquela que era sua principal função: a de formação e conscientização política.

Esses eram os desafios que a CUT tinha que enfrentar quando do início dos anos 1990. Esses foram os fatores aos quais a central acabou por se entregar. A vitória da Articulação Sindical no VI CONCUR preparou o terreno para que as mudanças comessem a ser

operadas. Embora tenha se mantido crítica as políticas neoliberais, a CUT gradualmente caminhou no sentido do sindicalismo propositivo. Não apresentou nenhuma alternativa ao novo padrão sindical que se colocava. Não era neoliberal, mas empreendeu um tipo de sindicalismo que, claramente, favorecia a implementação dessas políticas. Deixou de ser combativa, e passou a ser propositiva. Deixou de empreender lutas, e passou a ser contraditória. Perdeu o rumo de seu caminho: se nasceu para combater a superexploração do trabalho, através da luta pela redução da jornada e pela elevação dos salários, hoje praticamente se mostra passiva frente às políticas que atingem de forma perversa a classe trabalhadora. Nesse entremeio, perdeu sua legitimidade.

A vitória de Lula nas eleições, em 2002, contribuiu para tornar o quadro do sindicalismo cutista ainda mais difuso. O alinhamento da central às políticas econômicas do governo, que se explica tanto pela vinculação histórica entre a CUT e o PT, quanto pela proximidade político-ideológica entre as correntes dominantes no governo e na central, contribui de forma veemente para o rebaixamento do patamar de negociação sindical, ainda que não seja algo exclusivo para a central – ou seja, o rebaixamento é claro, de forma genérica, para todo o movimento sindical. O que, então, deveria ser incentivo para que a CUT retomasse o seu padrão sindical característico, na medida em que o governo Lula chegou ao poder envolto em um clima de vitória dos grupos de esquerda – ainda que com elevado grau de moderação – e de recondução da política econômica e social do país, foi fator decisivo para sua apatia e pela consolidação de um pacto de apoio velado com o governo. Sem outra forma de ser, a CUT conscientemente assume sua nova função de “sindicato cidadão”.

Não só a CUT mudou. O sindicalismo, de fato, não é o mesmo. Os sindicatos não cumprem mais sua função histórica, ou, pelo menos, aquela que esteve, quase que invariavelmente, na origem do sindicalismo, o de articular interesses dentre os trabalhadores, muitas vezes mobilizados na perspectiva de superação da ordem capitalista.. Ainda que permaneçam como entidades representativas dos trabalhadores, essa função se circunscreve apenas no plano do discurso. Os sindicatos perderam sua capacidade de enfrentar a classe capitalista. Não mais compõe uma pauta grevista com uma série de reivindicações. Agora, lutam para garantir menores perdas porque, sem dúvida, os trabalhadores saem perdendo nas negociações. Fato que ficou claro na crise de 2009, quando os sindicatos, em grande parte das negociações, aceitaram reduções salariais, férias coletivas e demissões, para que os impactos sobre o grande capital pudessem ser minimizados. Se os sindicatos se enfraqueceram, o fizeram seguindo o caminho e as determinações das centrais. E, se as alternativas que se apresentam não são dotadas de grande esperança, cabe aos poucos pontos de resistência

manter a ideologia em prol da classe trabalhadora como o elemento norteador da luta sindical. Ou, de outra forma, continuar a aceitar a superexploração do trabalho como a característica fundamental da nossa realidade econômica e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista de produção, no afã de valorizar o capital – sua mais primordial função – cria e recria diferenciações em nível das relações econômicas internacionais. Foi com o objetivo de compreender em que medida se estabeleciam essas diferenciações que, no limite, conduziam à conformação de relações de dependência entre países com diferentes estruturas econômicas e sociais, que ganharam corpo as análises teórico-abstratas da teoria marxista da dependência. Fundamentada nas categorias elaboradas por Marx, a teoria marxista da dependência se voltava, ao mesmo tempo, para a compreensão dos fatores que determinavam a existência concomitante de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir da transferência de renda das regiões periféricas para as regiões centrais – e que permitiria a superação de uma visão etapista do desenvolvimento econômico -, e para a proposição de uma análise que sustentasse os princípios da revolução socialista e anti-imperialista, formulada pela nova esquerda latino-americana e contraposta às teses dos partidos comunistas. Visivelmente, as teses presentes na teoria marxista da dependência superavam o campo das análises conjunturais, circunscrevendo-se no campo mais geral dos problemas estruturais engendrados pelo sistema capitalista, especialmente pelo seu formato nos países latino-americanos. Para os teóricos vinculados a essa corrente, superar os gargalos político, econômicos e sociais presentes nessas economias só seria possível a partir da própria superação do sistema capitalista, dada sua essência desigual e excludente.

Os determinantes e caracteres próprios do capitalismo dependente e periférico condicionaram o modo de ser de sua sociedade. Historicamente marcada pela precariedade do trabalho, desigualdade de renda e pobreza, as economias periféricas encontraram nos elementos que permitiam a continuidade e expansão desses entraves os meios de garantir a reprodução do capital, seja internamente, seja nas relações econômicas internacionais. Se o comércio internacional estabeleceu os mecanismos do intercâmbio desigual – no qual produtos com diferentes valores agregados eram comercializados – e, conseqüentemente, da transferência de renda no sentido periferia-centro – que permitiam a ampliação da produtividade e a expansão do capital nos países centrais, ao mesmo tempo em que interrompia o processo de acumulação nos países periféricos -, os capitalistas periféricos, por sua vez, lançaram mão dos instrumentos que permitiram a sua sobrevivência. É assim que a superexploração da força de trabalho – um composto de intensificação do trabalho com

remuneração abaixo do valor mínimo necessário para garantir a capacidade de reprodução da classe trabalhadora – se firma não apenas como saída viável ao capitalismo periférico, mas principalmente como elemento próprio à intensificação das péssimas condições de trabalho características da região latino-americana.

Entender a luta da classe trabalhadora deve, necessariamente, passar por essas questões. A classe trabalhadora brasileira – logicamente não de forma exclusiva -, dentro de suas limitações, se organizou das mais diversas maneiras na luta contra os desmandos do grande capital, fosse esse representado pela classe proprietária, fosse representada pelos interesses governamentais – os quais, na maioria das vezes, não se diferenciavam dos interesses dos capitalistas. O movimento operário brasileiro, influenciado por forças de esquerda, desde sua origem assumiu uma postura de defesa e luta pela transformação da sociedade como forma direta de garantir os interesses da classe trabalhadora. Afinal, se os problemas do mundo do trabalho eram estruturais, a única forma de solucioná-los seria através de uma ruptura radical com os padrões sócio-econômicos adotados até então.

Mesmo erigidos sobre uma estrutura de excessivo controle por parte do Estado, os sindicatos ganharam expressividade e notoriedade entre a classe trabalhadora. Enquanto organização, levavam a cabo lutas e mobilizações em defesa da classe trabalhadora. Os desdobramento da luta sindical, e a necessidade de se constituir uma luta nacional e a partir das mesmas ideologias e demandas, trouxe a necessidade da criação das centrais sindicais. É no entorno desse contexto que, no início da década de 1980, é criada a Central Única dos Trabalhadores.

Enquanto central, a CUT representou com efetiva posição os interesses dos trabalhadores. Vinculada diretamente ao Partido dos Trabalhadores e, de forma mais geral, à esquerda crítica nacional, a central se firmou como organização máxima de representação de parcela considerável da classe trabalhadora brasileira, ao mesmo tempo em que era declarada como antagonista das forças conservadoras. Ao assumir como norteadora de suas ações a luta contra a política econômica do governo e contra a superexploração da força de trabalho, a CUT assumia uma posição de luta contra os interesses do grande capital. E foi com essa bandeira que a central se colocou como ator principal nas diversas greves e mobilizações ao longo da década de 1980.

Da década de 1980 até os anos 2000, muita coisa mudou. A crise dos anos 1980 e a implementação das políticas neoliberais trouxeram um novo contexto econômico, que impactou de forma intensa sobre o mundo do trabalho. Os trabalhadores se tornaram mais frágeis mediante à maior rotatividade e intensidade do trabalho, elementos próprios de um

mundo marcado por relações de trabalho mais flexíveis. A reestruturação produtiva, a intensificação da substituição do homem pela máquina, o surgimento do trabalhador multifuncional e a manutenção dos elevados índices de desemprego criaram um clima de tensão – leia-se, de constante ameaça de demissão – para aqueles que conseguiam manter seus postos de trabalho. O capital se reinventou para se sobrepor à classe trabalhadora. E acabou por se sobrepor também às suas formas de organização. A CUT passou a conviver sobre um novo clima para o qual, talvez, as forças de esquerda não estivessem preparadas.

Mediante todo o exposto acima, o objetivo central do presente trabalho foi compreender as relações entre a superexploração da força de trabalho e a política adotada pela CUT, a partir da década de 1990. Para tentar expor com mais clareza como tal objetivo foi trabalhado, retomamos os principais argumentos.

O argumento central do trabalho pode ser considerado sobre dois aspectos. Primeiro, que a superexploração da força de trabalho – apresentada em seus aspectos teórico-abstratos no primeiro capítulo, dentro das teses centrais da teoria marxista da dependência – permanece como uma característica central das relações de trabalho na economia brasileira, o que, por outro lado, permite caracterizar o Brasil como um país periférico e dependente. A comprovação desse argumento foi realizada no segundo capítulo onde, através da análise de uma série de indicadores, foi possível visualizar que as relações de trabalho no Brasil permanecem caracterizadas por elevada jornada e baixas remunerações – ainda que seja possível observar uma elevação do salário mínimo nos últimos anos – o que, em um contexto de baixo crescimento econômico, elevado desemprego, distribuição desigual da renda e inflação positiva, cria um ambiente precário para a classe trabalhadora. O ponto é que – e aqui se firma nosso principal argumento, neste primeiro aspecto – os mecanismos de superexploração foram intensificados pela implementação das políticas neoliberais, especialmente no que diz respeito à flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, que permitiram não apenas a extensão das jornadas das mais diversas formas, mas também reduziram a remuneração e a seguridade sobre o emprego, ao desarticular diversos direitos antes garantidos pelo aparato estatal. Ao mesmo tempo, os demais elementos das políticas neoliberais – abertura comercial, desregulamentação financeira e privatização – suprimiram diversos setores da indústria nacional, com o que vários postos de trabalho foram destruídos e o nível de desemprego aumentou, ao passo que os incentivos para investimentos produtivos foram substituídos por investimentos financeiros. Mediante todos esses fatores, claramente o que se tem, a partir dos anos 1990, é um contexto de extrema fragilidade da classe trabalhadora, com um Estado reduzido e incapaz de implementar políticas eficientes

para contornar tal quadro e, de forma conjunta, a ampliação do poderio da classe capitalista, especialmente no que diz respeito à utilização dos mecanismos da superexploração do trabalho como forma de valorizar o capital.

O segundo aspecto se reporta diretamente ao novo contexto das políticas sindicais. De um lado – e como consequência dos fatores apresentados acima –, a fragilização da classe trabalhadora necessariamente se reverte numa fragilização dos sindicatos. Mediante as políticas de flexibilização, os sindicatos perdem os instrumentos que lhes permita a organização de uma luta mais efetiva. Afinal, os trabalhadores precisam garantir seus postos de trabalho, o que torna o embate mais tenso e limitado em um contexto de elevado desemprego. De outro lado, a faceta do sindicalismo de resultado no Brasil, expresso pela Força Sindical, trouxe à tona uma nova lógica de se conduzir os sindicatos, desvinculando-os de seu caráter político e partidário e transformando-os em instituições que buscam resultados imediatos para a classe trabalhadora. O discurso fácil do sindicalismo de resultado logo se sobrepôs ao discurso transformador da CUT que, emerso na crise do final dos anos 1980, não se mostrava como elemento próprio para as modificações rápidas demandadas pela classe trabalhadora. Estruturalmente fragilizada – tanto no que diz respeito aos instrumentos que tinha para efetivar suas lutas, quanto em relação à predominância dos grupos críticos de esquerda em sua direção – e pressionada pela nova onda sindical, a CUT não apresentou saídas à lenta e gradual adequação ao sindicalismo propositivo e de resultados. Não que as alternativas não existissem. Mas o preço pago por ela seria caro demais para aquela que já havia sido a central sindical mais combativa da história da luta operária brasileira.

A CUT se manteve de pé, mas perdeu seu caráter. Sua posição foi reforçada na vitória do PT nas eleições presidenciais, partido ao qual sempre esteve vinculada e que, conjuntamente, sofreu a transição da esquerda para uma posição mais moderada. Ainda que o discurso aponte para as necessidades de mudança estrutural nas relações econômicas e sociais, a central apóia claramente um governo que, em essência, é neoliberal. É neoliberal na política economia, é neoliberal nas políticas assistencialistas. Assim, ganhou espaço no governo e passou a fazer parte do poder. Se a Força Sindical era legitimamente reconhecida por governo e capitalistas, nos anos 1990, como apta interlocutora com a classe trabalhadora, passou a dividir a posição com a CUT nos anos 2000. Dessa forma, ao superar sua crise alinhando-se ao sindicalismo propositivo e, ao mesmo tempo, apoiando um governo neoliberal, a CUT passa a assumir uma postura claramente contraditória e oposta ao seu discurso original.

Sendo assim, e partindo para a conclusão geral, tem-se que a superexploração do trabalho no período recente, impulsionada e intensificada pelas políticas neoliberais – em

grande parte, também responsáveis pela modificação na política sindical – não mais orienta os caminhos seguidos pela Central Única dos Trabalhadores. A luta contra a política econômica do governo, claramente orientada no sentido de beneficiar a superexploração, não se coloca mais como cerne fundamental das mobilizações da central. As greves e grandes mobilizações, próprias da ação da central na década de 1980, foram suprimidas em favor da negociação e do diálogo entre trabalhadores e patrões, os quais deixaram de ser adversários para se tornarem parceiros. A função da CUT não é mais lutar contra a superexploração, mas sim lutar pela manutenção de postos de trabalho precários, que sujeitam os trabalhadores a jornadas extensivas e péssimas condições de trabalho e remuneração. Não sendo este, da nossa perspectiva, o enquadramento ao qual devem se colocar os trabalhadores, temos que a CUT não mais representa a classe trabalhadora brasileira. Por tais motivos, ou os trabalhadores se reorganizam, ou terão que se contentar em sua posição precária.

Pensar nas disfuncionalidades do movimento sindical e da organização dos trabalhadores, no Brasil, nos conduz necessariamente a pensar em possíveis alternativas e agendas de pesquisa. De um lado, porque há uma ampla gama de aspectos a serem investigados sobre a superexploração da força de trabalho, especialmente mediante as novas configurações que vêm ganhando as relações de trabalho no Brasil. A superexploração precisa ser pensada para além dos limites que enquadram capitalistas explorando trabalhadores. O trabalho por conta própria, por exemplo, ainda que não estabeleça uma relação direta entre um capitalista e um trabalhador, não deixa de ser resultado de uma lógica genérica na qual um grande capital, enquanto elemento abstrato, determina que esse tipo de ocupação seja uma forma de trabalho precário. Nesse sentido poderia, também, ser considerado uma forma de superexploração. De outro lado, há que se considerar as tentativas sistemáticas, de grupos de esquerda, de formarem novas centrais que agreguem sindicatos que ainda permaneçam na luta contra o grande capital. Ainda que esses grupos representem pontos localizados, não deixam de ser forças de resistência, e por isso devem ser considerados como focos de alternativa. Pensando, assim, na temática desenvolvida neste trabalho e, por outro lado, em nossa filiação à teoria marxista da dependência – a qual, para além de buscar compreender as especificidades do capitalismo periférico, se presta como instrumental teórico e político para a efetiva transformação da sociedade - há um conjunto amplo de questões a serem retomadas, analisadas e refletidas, na tentativa de se encontrar alternativas à complicada realidade que nos é apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sítios virtuais

ABC de luta! – Memória dos Metalúrgicos do ABC
<http://www.abcdeluta.org.br>

Central Única dos Trabalhadores – CUT
<http://www.cut.org.br>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
www.dieese.org.br

Força Sindical
<http://www.fsindical.org.br>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
www.ipea.gov.br

Ruy Mauro Marini: Escritos
<http://www.marini-escritos.unam.mx>

Livros e artigos

ALMEIDA FILHO, N. (2004). A Transição Brasileira para um Novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista: os Limites Impostos pela Preservação da Estrutura de Investimentos. In: XAVIER, C. L. (org). *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia – MG: Edufu.

ALMEIDA, M. H. T. de. (1975). O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. In: *Debate e crítica*. Número 06. São Paulo: Hucitec.

AMIN, S. (1981). *Classe e nação na história e na crise contemporânea*. Lisboa – Portugal: Moraes Editores. Coleção mundo imediato 9. 1ª Edição.

ALVES, G. (2006). *A condição da proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Marília, São Paulo: Editora Práxis.

_____. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial. Coleção mundo do trabalho.

ALVES, V. (1984). *Vanguarda operária: elite de classe?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AMARAL, M. S. (2006). *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG.

ANTUNES, R. (2003). A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 213 – 224).

_____. (1995). *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição. Campinas - SP: Editora Pontes.

_____. (1992). *A Rebeldia do Trabalho – O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80*. São Paulo: Editora Unicamp / Ensaio.

_____. (1999). *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª Edição.

ARAÚJO, A. M. C. (2002). Estado e trabalhadores. In: _____. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 29 – 57).

BALTAR, P. E. de A. (2002). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 107 – 152).

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.

BLOMSTRÖM, M. e HETTNE, B. (1990). *La teoría del desarrollo en transición*. México. Fondo de Cultura Económica.

BOITO JR., A. (2003 - a). A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 319 – 333).

_____. (2003 - b). A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*. nº 17. Rio de Janeiro: Editora Revan. (pgs. 10 – 36).

_____. (1996). Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: *Revista Crítica Marxista*. nº 3. São Paulo: Editora Brasiliense. (pgs. 81 – 105).

_____. (2002). Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. In: ARAÚJO, A. M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 59 – 87).

_____. (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 2º Edição. São Paulo: Editora Xamã.

_____. (1991). Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 43 – 91).

CANO, W. (2000). *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP.

CARCANHOLO, M. D. (2009). Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 251 – 264).

_____. (2004 - a). Abertura e Vulnerabilidade Externa: Restrições Estruturais para o Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C. L. *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia - MG: Edufu. (pgs. 73 – 110).

_____. (2004 - b). Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Alternativas de Desenvolvimento. In: *Anais do IV Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos*. São Paulo – SP.

_____. (2006). *Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: A Nova CEPAL Dentro do Consenso de Washington*. Uberlândia – MG.

_____. (2004). Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C.L. *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia - MG: Edufu. (pgs. 283 – 320).

CARDOSO, A. M. (2003 - a). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º Edição.

_____. (2003 - b). Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil. In: RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 227 – 270).

CASTILLO, J. J. (1996). *Sociologia del trabajo*. Madri: CIS.

CENTRAL FORÇA SINDICAL (1993). *Um projeto para o Brasil – A proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração Editorial. 2º Edição.

CEPAL. (1985). Transformação e Crise na América Latina e Caribe, 1950 – 1984. In: BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1º edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record. Volume 2, capítulo. 22. (pgs. 817 – 849).

DEDECCA, C. S. (2002). Anos 90: estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 71 – 106).

DIEESE. (1975). *Dez anos de política salarial*. 2º Edição. São Paulo.

FIORI, J. (1997). Globalização e Democracia. In: FIORI, J (org.). *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. (pgs. 215 - 227).

FREDERICO, C. (1979). *A vanguarda operária*. São Paulo: Editora Símbolos.

FURTADO, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

_____. (2000). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 10ª edição.

GALVÃO, A. (2006). O movimento sindical frente ao governo Lula: Dilemas, desafios e paradoxos. In: *Revista Outubro*. n° 14. 2° semestre de 2006. Instituto de Estudos Socialistas. Acesso em www.blog.revistaoutubro.com.br (23 de julho de 2009).

_____. (2007). *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. 1° Edição. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP.

GIANNOTTI, V. (2002). *Força Sindical: A central neoliberal – De Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda.

GRACIOLLI, E. J. (2007). *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. Uberlândia, Minas Gerais: Edufu. 1° Edição.

_____. (2009). *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia, Minas Gerais: Edufu. 2° Edição (revista e ampliada).

HARVEY, D. (2004). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

HUMPHREY, J. (1982). *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Editora Vozes/CEBRAP.

KREIN, J. D. (2002). Balanço da reforma trabalhista no governo FHC. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 279 – 322).

LINHART, D. (2007). *A desmedida do capital*. 1° Edição. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARCELINO, P. R. P. (2008). *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP.

MARINI, R. M. (1992). *América Latina – Dependência e integração*. 1 edição. São Paulo: Página Aberta Ltda.

_____. (2000). *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

_____. *Memória*. Extraído de <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em 14 de Agosto de 2009¹²⁴.

_____. (1979). Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: *Cuadernos Políticos*. México: Ediciones Era. Número 20. (pgs. 18-39).

_____. (1974). *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores S.A.

MARTINS, C. E. (2009). A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 189 – 216).

MARX, K. (1974). *O Capital - Crítica da economia política*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2008). *O Capital – Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004 - a). Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (org). *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular. (pgs. 71 – 123).

_____. (1980). *Teorias da mais-valia – História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004 – b). Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, R. (org). *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular. (pgs. 155 – 171).

MAURO, R. A. (2007). Brasil: um país em desenvolvimento? A atualidade da dialética da dependência de Ruy Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina. In: *Revista Libertas*. Juiz de Fora – MG. ISSN 1980-8518. (pags. 163 a 182).

MATTOS, M. B. (2009). *Reorganizando em meio ao refluxo – ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

¹²⁴ Não consta data no sítio virtual.

MORAIS, R. (2001). *Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac.

MORETTO, A. J.; GIMENEZ, D. M.; PRONI, M. W. (2002). Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 231 – 278).

NORONHA, E. (1991). A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 93 – 135).

OLIVEIRA, F. de (2003). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.

OSÓRIO, J. (2004) *Crítica de la economía vulgar - Reproducción del capital y dependencia*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa.

_____. (2009). Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 167 – 187).

QUADROS, W. J. de. (2002). A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 15 – 69).

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (2003). Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 11 – 43).

REZENDE, A. P. (1986). *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Editora Ática S.A.

RODRIGUES, I. J. (1991). As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 137 – 170).

_____. (1997). *Sindicalismo e Política – A Trajetória da CUT*. 1º Edição. São Paulo: Scritta.

RODRIGUES, L. M. (1991). As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 11 – 42).

_____. (1970). *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Editora Brasiliense.

ROSSO, S. D. (2008). *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SALAMA, P. (2009). A abertura revisitada: crítica teórica e empírica do livre comércio. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 217 – 250).

_____. (2002). *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2ª Edição.

SANTANA, M. A. (1999). Entre a ruptura e a continuidade: Visões históricas do movimento sindical brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 14, número 41. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Outubro/1999. (pgs 104 – 120).

SANTOS, R. (1984). Una historia obrera de Brasil: 1888-1979. In: CASANOVA, P. (org.). *Historia del movimiento obrero en América Latina: Brasil, Chile, Argentina y Uruguay*. México: Siglo XXI Editores, S.A. Instituto de investigaciones sociales de la UNAM. Volume 4. (pgs. 9 – 72).

DOS SANTOS, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, L. A. M. da (2003). Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial. (pgs. 140 – 178).

SIRELLI, P. M. (2008). *Terceirização na esfera pública estatal: estratégia (im)posta à Universidade Federal de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG.

SOARES, M. A. T. (2008). *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Vitória da Conquista, Bahia: Edições UESB.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. (1972). Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

TRÓPIA, P. (2002). A Adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Revista Idéias*. Volume 9, número 01. Campinas – SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. (2005). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular.

VALENCIA, A. S. (2004) *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: Maquiladores e telecomunicaciones*. México: Plaza y Valdés.

_____. (2003). *La reestructuración del mundo del trabajo – Superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Escuela Nacional para Trabajadores/Universidad Obrera de Mexico/ITACA.

_____. (2007). *El mundo del trabajo en tensión – Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdes Editores. Universidad Nacional Autónoma de Mexico/Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos.

_____. (2009). Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 111 – 133).

Documentos

Resoluções da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – I CONCLAT. Praia Grande (SP) – Colônias de Férias dos Sindicatos dos Trabalhadores. 21, 22 e 23 de Agosto de 1981.

Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – 1º CONCLAT. São Bernardo do Campo (SP) – Pavilhão Vera Cruz. 26, 27 e 28 de agosto de 1983.

Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do primeiro Congresso Nacional da CUT – 1º CONCURT
São Bernardo do Campo (SP) – Pavilhão Vera Cruz. 24, 25 e 26 de agosto de 1984.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do segundo Congresso Nacional da CUT – 2º CONCURT
Rio de Janeiro (RJ) – Ginásio do Maracanãzinho. 31 de julho a 1 de agosto de 1986.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do terceiro Congresso Nacional da CUT – 3º CONCURT
Belo Horizonte (MG) – Ginásio do Mineirinho. 7 a 11 de setembro de 1988.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do quarto Congresso Nacional da CUT – 4º CONCURT
São Paulo (SP) – Palácio de convenções do Anhembi. 4 a 6 de novembro de 1991.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do quinto Congresso Nacional da CUT – 5º CONCURT
São Paulo (SP) – Centro comunitário do pessoal da Caixa Econômica Federal. 19 a 22 de maio de 1994.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do sexto Congresso Nacional da CUT – 6º CONCURT
13 a 17 de agosto de 1997.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do sétimo Congresso Nacional da CUT – 7º CONCURT
Serra Negra (SP) – Centro de convenções. 15 a 19 de agosto de 2000.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do oitavo Congresso Nacional da CUT – 8º CONCURT
São Paulo (SP) – Palácio de convenções do Anhembi. 03 a 07 de junho de 2003.
Acesso em www.cut.org.br

Resoluções do nono Congresso Nacional da CUT – 9º CONCURT
São Paulo (SP) – Palácio de convenções do Anhembi. 05 a 09 de agosto de 2006.
Acesso em www.cut.org.br